ROSILENE LAGARES
(Organizadora)

VOLUME
4

Política e Gestão da Educação Municipal no Tocantins:

o PRISME

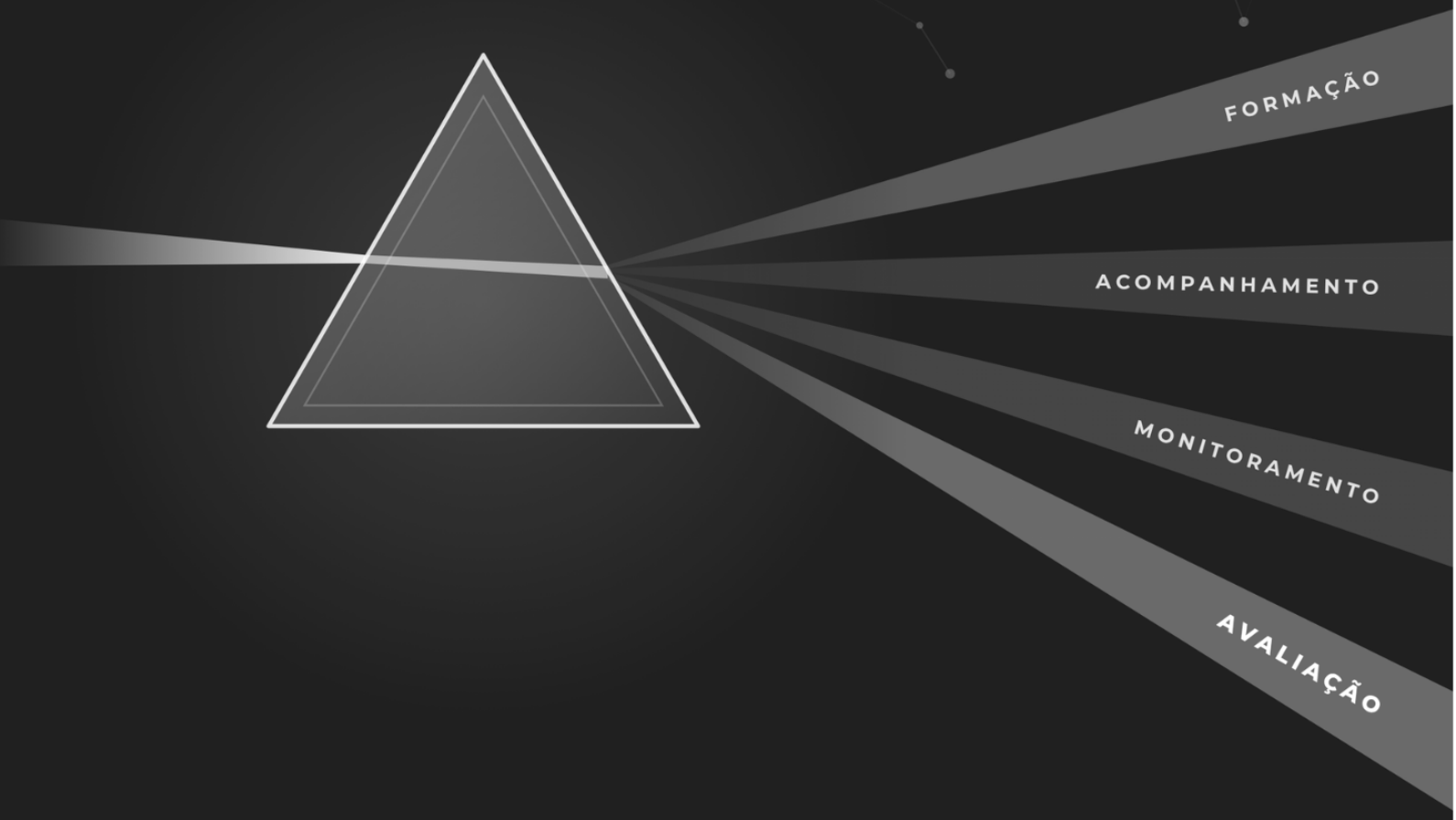
PRISME
EDUFT
Conhecimento na palma da mão
Rede ColaborAção Tocantins

ROSILENE LAGARES
(Organizadora)

VOLUME
4

Política e Gestão da Educação Municipal no Tocantins:

O PRISME



PRISME
EDUFT
Conhecimento na palma da mão
Rede ColaborAção Tocantins
FORMAÇÃO · ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Universidade Federal do Tocantins
Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitora
Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

Vice-reitor
Marcelo Leineker Costa

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)
Carlos Alberto Moreira de Araújo

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (PROAP)
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)
Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)
Bruno Barreto Amorim Campos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)
Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)
Marcos Vinícius Giongo Alves

Pró-Reitora de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)
Olívia Tozzi Bittencourt

Conselho Editorial
Presidente
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes
Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas
Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar
Wilson Rogério dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

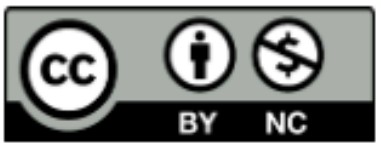
ABEC BRASIL
http://www.abecbrasil.org.br

ABEU Associação Brasileira das Editoras Universitárias
http://www.abeu.org.br

Copyright © 2026 – Universidade Federal do Tocantins – Todos direitos reservados

www.uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte Bloco IV, Reitoria
Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins

W388 Política e Gestão da Educação Municipal no Tocantins: o PRISME. [livro digital]
Volume 4 / Organização: Rosilene Lagares

Palmas, TO
: EdUFT, 2026.
200 p.

ISBN nº 978-65-5390-254-1

1. Educação 2. Formação 3. Inclusão 4. Gestão; I. Lagares, Rosilene II. Título.

CDD 980.1

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

DOI: 10.20873//_eduft_2026_52

Diagramação: Ana Júlia Campos Vieira

Capa: Ana Júlia Campos Vieira

Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional.
Universidade Federal do Tocantins
Ministério Público do Estado do Tocantins
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Associação Tocantinense de Municípios
Secretaria de Educação do Estado do Tocantins
Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão

Rede ColaborAção Tocantins

Relatório Final PRISME RCT: 12/2025 a 08/2026

Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional (PRISME).
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

COORDENAÇÃO GERAL
Rosilene Lagares

EQUIPE TÉCNICA DE PRODUÇÃO DO RELATÓRIO
Doracy Dias Aguiar de Carvalho
Ítalo Bruno Paiva Gonçalves
Joildy Gomes Brito
Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito
Luana Oliveira Lagares
Meire Lúcia Andrade da Silva
Roberto Francisco de Carvalho
Ronaldo Muniz Silva
Rosilene Lagares

EDITORAÇÃO/PROJETO GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO/REVISÃO
Luana Oliveira Lagares

Tocantins. Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional. **Relatório Final PRISME: 12/2025 a 08/2026**. Palmas, TO: PRISME, 2026.

COMITÊ GESTOR REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS

Leonardo Victor dos Santos
Sistema Estadual de Educação do Tocantins
Coordenador Geral RCT

Idemar Vizolli
Universidade Federal do Tocantins
Coordenador Administrativo e Financeiro RCT

Juciley Silva Evangelista Freire
Universidade Federal do Tocantins
Coordenadora do Programa EducaTO RCT

Gisele Detomazi Almeida
Universidade Federal do Tocantins
Coordenadora de Gestão do Programa EducaTO RCT

Maria Solange Rodrigues
Assessora de Gestão do Programa EducaTO RCT

Rosilene Lagares
Universidade Federal do Tocantins
Coordenadora do PRISME RCT

Ítalo Bruno Paiva Gonçalves
Sistema Estadual de Educação do Tocantins
Coordenador de Acompanhamento PRISME RCT

Katia Cristina Custódio Ferreira Brito
Universidade Federal do Tocantins
Coordenadora de Monitoramento e Avaliação PRISME RCT

Ronaldo Muniz Silva
Sistema Estadual de Educação do Tocantins
Coordenador do AVNEI PRISME RCT

Rute Soares Rodrigues
União dos Dirigentes Municipais de Educação Tocantins
Assessora de Articulação com Municípios PRISME RCT

COLETIVO PRISME RCT

Ana Cléia Gomes da Silva
Ângela Noleto da Silva
Ângela Sousa Silva
Deyvison Bispo de Oliveira Santos
Diogo Teixeira de Castro Silva
Doracy Dias Aguiar de Carvalho
Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca
Greice Quele Mesquita Almeida
Ítalo Bruno Paiva Gonçalves
Jeffirson Ramos da Silva
Jemima G. Barreira Cavalcante
Jocyléia Santana dos Santos
Joildy Gomes Brito
Katia Cristina Custódio Ferreira Brito
Leandro de Souza Vieira
Leila Alves Pinheiro
Lívia Portela de Souza
Luana Oliveira Lagares
Luis Felipe Nunes de Carvalho
Manuela Silva e Silva
Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira
Mateus Barbosa
Meire Lúcia Andrade da Silva
Meyrivane Teixeira Santos Arraes
Paulo Vinícius Santos Sulli Luduvice
Raimundo Ferreira Rodrigues
Regivane Martins Ambrózio Silva
Roberto Francisco de Carvalho
Robson Vila Nova Lopes
Ronaldo Muniz Silva
Rosilene Lagares
Rosirene Jorge
Rute Soares Rodrigues
Venícios Cassiano Linden
Werley Teixeira Reinaldo

Por um Sistema Municipal de Educação Integral, Equitativo, Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com gestão democrática, valorização profissional, diversidade e qualidade social.

Educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável.

Resumo

Este Relatório Final refere-se ao período 12/2025 e 08/2026, do Cumprimento do Objeto "Execução do Projeto Rede Colaboração Tocantins (RCT), por meio da oferta de ações formativas, acompanhamento técnico e desenvolvimento de programas alinhados ao Marco Referencial de Equidade na Educação e às diretrizes da SECADI" e do Termo de Execução Descentralizada nº 16.613. Do Objeto, especificamente, refere-se às Metas do **PRISME – Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: Formação, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação em Política/Gestão Educacional da RCT: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos de gestão das redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins.**

No PRISME, na quarta edição, deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos de 2020 a 2025 , pela RCT, iniciado no contexto da Pandemia da Covid-19.

No período de 12/2025 e 08/2026, **foi objetivo central** "Oferecer formação continuada em política e gestão educacional aos Municípios, com acompanhamento, monitoramento e avaliação sistemáticos, visando subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Educação, tendo a equidade, a institucionalização dos sistemas municipais de ensino/educação, a gestão democrática, a autonomia municipal e a valorização do magistério como princípios estruturantes do planejamento educacional e abordando sobre as 19 políticas públicas alinhadas com o PNE."

Foram suas Metas:

1) Realizar Formação Continuada Teórico-Prática: Formar, continuadamente, pelo menos, 4.000 profissionais da gestão da educação municipal e escolar e de membros dos colegiados da educação municipal dos Municípios adesos ao PRISME (dirigentes municipais de educação, técnicos das secretarias, representantes das unidades escolares, representantes dos conselhos municipais de educação (CME), fóruns municipais de

educação (FME), CACS Fundeb, conselhos escolares, Fórum dos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres (APM), Comissões de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (CAMA), Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social e Movimentos sindicais e sociais) em Equidade na Educação, planejamento educacional, Plano Decenal de Educação, Projeto PolíticoPedagógico, gestão e políticas educacionais;

2) Realizar Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento, monitoramento e avaliação contínuos (mensais) em aproximadamente cem Municípios que aderiram à RCT, das atividades de Formação e do processo de Elaboração do PME e no movimento de institucionalização efetiva do Sistema Municipal de Educação, garantindo a aderência à perspectiva de equidade;

3) Modelar um Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI), para a gestão do PRISME e da educação municipal;

4) Produzir e difundir conhecimentos teórico-práticos, a partir dos dados e metodologias do Programa, com centralidade na equidade.

Das Metas do PRISME, podem ser considerados como processos, resultados e produtos o desenvolvimento de três Projetos, com uma relação orgânica:

1) PROMOVE – PME em Movimento (Planos Decenais de Educação na relação com o Movimento de Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos PME em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

2) PME na perspectiva da educação democrática, da equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada.

3) Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI)

como *lócus* de trabalho do PRISME.

Nos três Projetos, foram trabalhadas as dezenove políticas públicas alinhadas com os dezenove objetivos do PNE:

1) Acesso à Educação Infantil, 2) Qualidade da Educação Infantil, 3) Alfabetização (final do 2º segundo ano EF), 4) Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (idade regular), 5) Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, 6) Oferta Educação Integral em Tempo Integral, 7) Conectividade, Educação para as Tecnologias e Cidadania Digital (educação digital), 8) Acesso, a qualidade e a permanência Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola, 9) Acesso, a oferta e a aprendizagem Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos, 10) Alfabetização e a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, 11) Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica, 12) Qualidade e a adequação da formação da Educação Profissional e Tecnológica, 13) Acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com inclusão e redução de desigualdades, 14) Qualidade de cursos de graduação e instituições de ensino superior, 15) Formação de mestres e doutores, de forma equitativa e inclusiva, com foco na solução dos problemas da sociedade, 16) Formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, 17) Participação social no planejamento e gestão educacional (Gestão democrática), 18) Qualidade e a equidade nas condições de oferta da educação básica 19) Sustentabilidade socioambiental.

Como processos, produtos e resultados, o Programa desenvoveu:

1) Um *Método de Formação Teórico-Prática do PRISME*, buscando superar a separação entre o conhecimento produzido no campo acadêmico-científico e os problemas da realidade concreta, vivenciados no âmbito da política e da gestão da educação municipal. No Método, é o conhecimento teórico sendo mobilizado para compreender, problematizar, avaliar e transformar a prática educativa, em um movimento contínuo de ação, análise e ação. A formação em tela foi organizada, inicialmente, em cinco eixos estruturantes, que abrangem, da mesma forma, os demais elementos do movimento formativo: acompanhamento e monitoramento contínuos e

avaliação periódica. O acompanhamento, monitoramento e avaliação derivam, vinculam-se, complementam e alimentam a formação como ação transformadora que se traduz pelo movimento entendido como "práxis" social formativa. O referido processo de formação foi realizado considerando a realidade educacional dos municípios e compreendeu momentos de planejamento/plano de trabalho e realização da formação, abrangendo atividades formativas diversificadas. O conjunto de formadores e demais membros do Coletivo PRISME reuniram-se, semanalmente, às quintas-feiras, de maneira virtual e presencial, para estudo e planejamento em preparação para a realização do trabalho junto aos integrantes do Programa nos municípios por meio de atividades síncronas, assíncronas e presenciais com base nas seguintes ideias estruturantes: I) A formação com o sentido de continuidade e, portanto, levando em consideração as potencialidades e os obstáculos encontrados na formação PRISME/2025. II) Quanto ao planejamento, o PRISME deu continuidade à elaboração dos PME: 2.1) No caso do PRISME, o conteúdo geral abrangeu o texto do PNE em tramitação no Congresso Nacional a partir do Projeto de Lei n.º 2.614/2024 aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em dezembro de 2025; 2.2) Retomada, pelos formadores, do esboço dos PME elaborados (Atividade Assíncrona IV/2025), buscando verificar os pontos chave a avançar; 2.3) Realização de minicursos e miniconferências por município, intermunicipal, regional ou polos de regionais PRISME; 2.4) Concentração da formação e do acompanhamento em cada município ou polos de municípios; 2.5) Estruturação, por formador, de um plano de trabalho abrangendo o conjunto de municípios sob a sua responsabilidade; e 2.6) Esforço para a incorporação do princípio da equidade no conjunto das políticas expressas nos novos PME. III) Sem perder de vista as diretrizes relacionadas à Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) – Lei Complementar n.º 220/2025), o Decreto Lei n.º 12.686, de 20 de outubro de 2025, sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, os fundamentos teóricopráticos e legais sobre a equidade na educação e as orientações sobre o novo PAR, a formação teórico-prática estruturante abrangeu as seguintes temáticas: 1) Planos Municipais de Educação na perspectiva teórico-prática da equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada; 2) Planos Municipais de Educação na perspectiva da gestão democrático-participativa e mobilização socioeducacional: atualização da função dos colegiados CME, FME, CACs-Fundeb e Conselhos Escolares etc; e 3) Planejamento e

gestão da Educação Municipal frente às repercussões da formalização do SNE. A formação continuada foi desenvolvida para cerca de seis mil participantes de 125 Municípios adesos ao Programa, com a continuidade do debate, iniciado em 2024, sobre as comissões de monitoramento e avaliação dos PME; o monitoramento e a avaliação da execução do PME em relação ao cumprimento de suas metas; o diagnóstico da educacção municipal em relação às dezenove políticas/objetivos do novo PNE e a elaboração dos objetivos, metas e estratégias dos PME, assentando-se na Metodologia da Resolução de Problemas (problema, causas, objetivo, metas e estratégias).

Na formação continuada direta em política e gestão educacional, foram sujeitos inscritos: profissionais da gestão da educação municipal e escolar, membros dos colegiados da educação e representantes de movimentos sindicais e sociais, com seis momentos formativos síncronos: três momentos formativos estruturantes no YouTube, seguidos de minicursos teórico-práticos no Google Meet; uma miniconferência intermunicipal presencial em Palmas e dois momentos formativos presenciais em Palmas-Tocantins. As atividades assíncronas consistiram no instrumental mobilizador da formação e do acompanhamento dos trabalhos realizados. Discutiu-se, também, na formação, o movimento de institucionalização efetiva do Sistema Municipal de Educação Equitativo, Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério. Além da formação junto aos Municípios, foram realizadas reuniões formativas semanais com os 35 participantes do Coletivo de trabalho do PRISME (coordenações, formadores, assessores e assistentes), com ênfase na Equidade, no Diagnóstico e na Elaboração do PME.

2) Um *Sistema de Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação Contínuos do PRISME,* com protocolos, fluxos e instrumentos em uma perspectiva orgânica, buscndo superar uma concepção de formação como ação pontual e transformá-la em processo permanente de aprendizagem, análise, correção de rumos no processo e produção de resultados significativos. Portanto, o Sistema constituiu-se em um mecanismo estruturante da gestão do Programa, destinado a acompanhar, monitorar e avaliar os processos formativos, identificar dificuldades e necessidades diferenciadas dos municípios e do coletivo de trabalho, produzir evidências sobre a execução e os

processos e resultados alcançados e subsidiar, em tempo oportuno, decisões de reorientação e aperfeiçoamento das ações. Configurou-se como estratégia pedagógica e de gestão, ao articular formação, acompanhamento, monitoramento, análise, avaliação e replanejamento em um movimento contínuo de aprendizagem institucional. Sua implementação contribuiu para assegurar maior coerência entre objetivos, metas, atividades e resultados, fortalecer a atuação dos formadores, promover respostas diferenciadas às necessidades dos municípios e ampliar a efetividade, a equidade e a sustentabilidade das ações de formação. Nele, foram realizadas reuniões mensais com os Supervirores Municipais PRISME; elaboração de critérios de acompanhamento do PRISME; acompanhamento das atividades assíncronas realizadas pelos Municípios com base nos critérios do Programa; devolutivas dos formadores baseadas nos critérios do acompanhamento PRISME; acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Coletivo, em especial, pelos formadores junto aos Municípios; elaborados relatórios de avaliação de todos os momentos formativos; e elaborados boletins mensais de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PRISME.

3) Um *Ambiente Virtual de Natureza Educativa Interativa (AVNEI),* para a gestão do PRISME e para apoiar os municípios na gestão da educação municipal e no movimento de elaboração do Diagnóstico da Educação e do PME, constituindo-se em uma infraestrutura estratégica para o Programa, não se limitando a hospedar conteúdos formativos, mas funcionando como um ambiente integrado de formação, acompanhamento, produção de evidências, comunicação, assessoramento técnico e apoio ao planejamento educacional municipal.

4) Um *Sistema de Elaboração, Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação do PME (SAMA – APP PME PRISME),* agregado ao AVNEI, para apoiar os Municípios, em 2026, no movimento de elaboração do Diagnóstico da Educação e do PME, e, em 2027, no movimento de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME e de institucionalização do sistema municipal de ensino, tendo o PME como seu articulador.

5) Dois *Relatórios do Programa*; Um *Diagnóstico da Situação da Educação Municipal*

enfocando a equidade por Município (em finalização); Uma *Coletânea Temática do PRISME* (em finalização); Um *Dossiê do PRISME* (em organização); e Um *E-book do PRISME* (em organização). No PRISME, a formação continuada é considerada elemento estruturante, gerador, também, de pesquisa e produção intelectual-científica e difusão do conhecimento como forma de contribuir para o desenvolvimento socioeducacional do Tocantins e do Brasil. A transparência e a publicidade são consideradas dimensões que dão legitimidade, visibilidade e possibilidade de controle social ao Programa, enquanto a produção de conhecimento permite que as experiências desenvolvidas deixem de ser apenas resultados internos e se convertam em referências capazes de subsidiar outras políticas, programas e práticas educacionais. Para um Programa como o PRISME, essas dimensões são, particularmente, relevantes, vez que não basta executar as ações previstas, mas torna-se necessário dar visibilidade os processos, resultados, aprendizagens, desafios e conhecimentos produzidos no percurso de sua execução.

No período de 12/2025 e 08/2026, foram identificados alguns fatores que limitaram a participação e a efetividade das ações nos municípios. Entre os principais destacam-se: desafios teórico-práticos dos municípios para a incorporação da equidade como princípio estruturante do movimento de diagnóstico e de elaboração dos Planos Municipais de Educação; cumprimento parcial das atividades assíncronas por parte de alguns municípios, comprometendo a continuidade e a integralidade do processo formativo; insuficiente participação e apoio dos dirigentes municipais de educação no acompanhamento e no desenvolvimento das atividades assíncronas no âmbito dos sistemas e redes municipais de ensino; limitações no apoio financeiro por parte de algumas gestões municipais, especialmente, para viabilizar a participação dos cursistas nos momentos formativos presenciais em Palmas; dificuldades de acesso, sistematização e disponibilização de dados e informações educacionais locais, necessários à elaboração de diagnósticos consistentes sobre a realidade da educação municipal; fragilidades na participação social em parte dos municípios, particularmente, nos processos de mobilização, discussão e construção coletiva dos PME; interferências decorrentes da atuação de consultorias privadas na elaboração dos Planos Municipais de Educação, em alguns casos apresentando orientações ou procedimentos que divergem das concepções, metodologias e diretrizes estabelecidas pelo PRISME, o que pode gerar conflitos de

orientação e comprometer a coerência do processo de construção dos planos. Em se tratando de dificulfadades internas ao PRISME, observou-se participação insuficiente de parte de alguns formadores nas atividades de formação continuada, evidenciada pela baixa assiduidade às reuniões formativas virtuais semanais; pela participação limitada nos encontros presenciais; pela morosidade ou ausência de devolutivas aos municípios quanto ao acompanhamento e à realização das atividades assíncronas propostas; pelas respostas dos formadores às atividades assincronas dos Municípios por intermédio exclusivo de Inteligencia Artificial desconsiderando os critérios de acompanhamento do PRISME.

Diante das dificuldades identificadas no desenvolvimento das atividades do Programa, foram adotadas medidas de acompanhamento, avaliação e formação continuada, com o propósito de fortalecer a participação dos municípios, qualificar a atuação do coletivo e assegurar a execução das ações previstas no objeto do Projeto. Entre as principais medidas adotadas, destacam-se: realização de reuniões sistemáticas de acompanhamento e avaliação, com a participação do Coletivo responsável pelo desenvolvimento do Programa, destinadas ao monitoramento do cumprimento das atividades, à identificação de dificuldades e pendências, à análise dos resultados alcançados e à definição de estratégias de intervenção e encaminhamentos necessários; intensificação do acompanhamento dos municípios, especialmente, quanto à realização das atividades assíncronas, à elaboração dos diagnósticos educacionais e ao desenvolvimento das etapas previstas para a construção dos Planos Municipais de Educação, buscando orientar os participantes e reduzir situações de atraso ou não cumprimento das atividades; fortalecimento da comunicação e da orientação aos dirigentes municipais de educação e demais participantes, mediante esclarecimentos, orientações técnicas e reforço quanto à importância da participação dos diferentes atores municipais, para a efetividade do processo formativo e de planejamento educacional; realização de ações de formação continuada do Coletivo do PRISME, com vistas ao aperfeiçoamento permanente dos formadores, ao alinhamento conceitual e metodológico das ações e à qualificação do acompanhamento realizado junto aos municípios; utilização das reuniões de formação continuada para alinhamento das orientações e procedimentos, buscando assegurar maior unidade na atuação dos

formadores, especialmente, no acompanhamento das atividades assíncronas e nas orientações destinadas aos municípios; acompanhamento e avaliação periódica da atuação dos formadores, considerando a assiduidade, a participação nas atividades formativas e a realização das devolutivas aos municípios, de modo a identificar fragilidades e promover os ajustes necessários ao desenvolvimento das ações; reorientação e reforço das estratégias de acompanhamento, sempre que identificadas dificuldades relacionadas à participação municipal, à disponibilidade de dados e informações, à mobilização social ou à execução das atividades previstas; defesa da superação de uma concepção de tratamento homogêneo dos sujeitos e territórios e avanço para estratégias diferenciadas, capazes de reconhecer necessidades distintas e assegurar condições efetivamente mais justas de acesso, permanência, participação e aprendizagem, o que exige dos municípios maior capacidade para produzir, interpretar e utilizar dados educacionais desagregados, identificando desigualdades relacionadas, entre outros aspectos, à localização territorial, às condições socioeconômicas, às características das populações atendidas, às etapas e modalidades de ensino e às condições de oferta educacional; superação de uma abordagem, meramente, formal ou normativa, assegurando que o princípio da equidade esteja, efetivamente, presente na definição de prioridades, na alocação de recursos, na organização da oferta, na formação dos profissionais da educação, na gestão pedagógica e no acompanhamento dos processos e dos resultados. As medidas adotadas contribuíram para mitigar as dificuldades identificadas, fortalecer a articulação entre o Coletivo do PRISME e os municípios e assegurar a continuidade das ações previstas, mantendo a centralidade no cumprimento do objeto do Projeto e na consecução dos resultados estabelecidos.

Palavras-chave: Educação municipal. Equidade. Sistema de ensino e sistema de educação. Gestão/Política da educação. Municípios do Tocantins.

Identificação Geral do Prisme

Programa

PRISME – Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional.

Projetos PRISME

1) PROMOVE – PME em Movimento (Planos Decenais de Educação na relação com o Movimento de Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos PME em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

2) PME Equidade – PME na perspectiva da educação democrática, de equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada.

3) AVNEI – Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa como *lócus* de trabalho do PRISME.

Área de Conhecimento

Ciências Humanas. Educação: Administração Educacional. Administração de Sistemas Educacionais. Administração de Unidades Educativas. Planejamento e Avaliação Educacional. Política Educacional. Planejamento Educacional. Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais.

Palavras-chave

Educação municipal. Equidade. Sistema de ensino e sistema de educação. Gestão/Política da educação. Municípios do Tocantins.

Financiamento

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Instituição de Educação Superior

Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Vínculos institucionais PRISME e Universidade Federal do Tocantins

Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObSPE)

Grupo de estudo, pesquisa e extensão em educação municipal (Gepeem)

Grupo de estudo e pesquisa práxis socioeducativa e cultural (Práxis)

Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) – Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Estado e Sociedade.

Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPPGE) – Linha de Pesquisa: Currículos Específicos de Etapas e Modalidades de Educação.

Programa de Pós-Graduação em Educação/Doutorado na Amazônia (PGEDA/Educanorte – Associação em Rede) – Linha de Pesquisa: Estado, políticas pú blicas e gestão da educação

Curso de Pedagogia do Campus de Palmas da UFT

Instituições Colaboradoras RCT

Ministério da Educação (MEC) – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Tocantins (Undime/TO)

Ministério Público do Tocantins (MPE/TO)

Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (Seduc)

Associação Tocantinense dos Municípios (ATM)

Localidade Funcionamento

Palmas, TO, Quadra 109 Norte, Av. NS15, ALCNO 14, Plano Diretor Norte, CEP 77001-090.

Palmas, Campus de Palmas da UFT.

Forma de Ingress

Inscrição por adesão mediante assinatura de Termo de Adesão à RCT.

Modalidade

Híbrida

Área CNPq

Ciências Humanas. Educação.

Ensino-pesquisa-extensão-inovação (indissociabilidade)

O Programa caracteriza-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, dimensões que se articulam de forma orgânica e complementar na concepção e no desenvolvimento de suas ações. No âmbito do ensino, essa articulação se concretiza por meio de processos de formação continuada, acompanhamento formativo, monitoramento e avaliação, orientados à qualificação dos sujeitos e dos processos de gestão educacional. A extensão materializa-se na atuação direta e colaborativa junto aos municípios tocantinenses, promovendo a aproximação entre a Universidade e as realidades, demandas e desafios concretos dos territórios. A pesquisa constitui dimensão estruturante do Programa, ao possibilitar a produção, sistematização, análise e difusão de conhecimentos teórico-práticos decorrentes das experiências desenvolvidas e das problemáticas identificadas nos contextos municipais. Essa produção contribui para a compreensão das políticas e da gestão da educação municipal e para o aprimoramento das práticas e dos processos formativos. A dimensão da inovação manifesta-se na construção e implementação de metodologias, estratégias, instrumentos e tecnologias próprias do PRISME, voltadas à gestão, à formação, ao acompanhamento, ao monitoramento e à avaliação, articulando conhecimento científico, experiência profissional e demandas concretas dos Municípios. Nesse sentido, a inovação no PRISME não se restringe à incorporação de recursos tecnológicos, mas compreende a capacidade de criar, aperfeiçoar e institucionalizar novas formas de produzir conhecimento, formar sujeitos e qualificar a gestão educacional. Assim, ensino, pesquisa, extensão e inovação constituem dimensões interdependentes que se retroalimentam no desenvolvimento do Programa, conformando um ciclo contínuo de formação, intervenção, investigação, produção de conhecimentos, inovação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, com potencial para fortalecer as capacidades institucionais dos Municípios e ampliar a contribuição social da UFT nos territórios de sua abrangência.

Impactos (econômico, social e cultural), caráter inovador e formação de quadros

O Programa assenta-se no aperfeiçoamento de todos os profissionais de seu Coletivo, em sua maioria, docentes da UFT e alunos de mestrado e doutorado em educação; e de centenas de profissionais da educação municipal, representantes de movimentos sindicais e sociais e membros dos colegiados da educação municipal, como secretarias municipais de educação, unidades educacionais, FME, CME, Conselho Fundeb, FCE, e vereadores. Ainda, com o PRISME, há a discussão sobre o movimento de institucionalização dos sistemas municipais de ensino e, consequentemente, a melhoria na estrutura de gestão da educação municipal por meio do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações dos participantes. Como intencionalidae, busca atuar na transformação social, no desenvolvimento do pensamento crítico e na atuação profissional e social comprometida com a cidadania e a função social da educação, com vistas a melhoria da educação municipal no Estado do Tocantins, promovendo a institucionalização de um Sistema Municipal de Educação Integral, Equitativo, Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com gestão democrática, valorização profissional, diversidade e qualidade social, na perspectiva da educação como direito humano, com justiça social e no desenvolvimento socioambiental sustentável.

Produção e difusão do conhecimento

No Programa, há a produção e a difusão de conhecimento científico teórico-prático, com vistas a formação dos participantes, a publicização do trabalho desenvolvido e a divulgação de todas as suas ações, materializados em momentos formativos, caderno temático, dossiê, relatórios.

A Interdisciplinaridade, Universalidade e Abrangência

A interdisciplinaridade, a universalidade e a abrangência constituem dimensões articuladas da concepção e da execução do PRISME, expressando uma perspectiva de formação e apoio teórico-prático que reconhece a complexidade da política educacional e a diversidade das realidades municipais tocantinenses.

A interdisciplinaridade manifesta-se na articulação de diferentes campos de conhecimento e dimensões da educação, compreendendo que os desafios da gestão e do planejamento educacional não podem ser explicados ou enfrentados a partir de uma

única área. Questões pedagógicas, políticas, sociais, econômicas, financeiras, jurídicas, administrativas, territoriais e estatísticas encontram-se inter-relacionadas e precisam ser consideradas na construção dos diagnósticos e dos instrumentos de planejamento municipal. Nessa perspectiva, o PRISME busca promover a integração de saberes e experiências, favorecendo uma compreensão mais ampla e crítica da realidade educacional.

A universalidade, por sua vez, relaciona-se à compreensão da educação como direito humano de todos e ao compromisso de ampliar o acesso dos municípios participantes aos processos de formação e apoio teórico-prático desenvolvidos pelo Programa. A universalidade estabelece um horizonte comum de garantia do direito à educação, sem desconsiderar que a concretização desse direito exige estratégias diferenciadas em razão das desigualdades e especificidades existentes nos territórios municipais. Nesse sentido, universalidade e equidade constituem princípios complementares, pois todos possuem o mesmo direito, mas demandam condições e respostas diferenciadas para que esse direito seja, efetivamente, assegurado.

A abrangência expressa a amplitude territorial, institucional, temática e formativa do PRISME. No âmbito territorial, envolve 125 municípios[1], representando todas as regiões do Tocantins, com diferentes características e capacidades institucionais; no âmbito institucional, alcança distintos sujeitos e instâncias responsáveis pela formulação, implementação, acompanhamento e controle social das políticas educacionais; e, no âmbito temático, contempla diferentes dimensões da gestão e do planejamento da educação municipal. Essa abrangência permite que o Programa articule formação, diagnóstico, planejamento, participação social, acompanhamento, monitoramento e avaliação em um processo orgânico.

Dessa forma, não constituem características isoladas, mas elementos que se fortalecem reciprocamente e que contribuem para uma concepção de formação continuada orientada pelo direito humano à educação, pela equidade, pela participação social, pela cooperação e pelo fortalecimento da capacidade institucional dos municípios.

O potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios de abrangência dos campi da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

[1] O Tocantins possui 139 Municípios.

O PRISME apresenta significativo potencial para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos territórios de abrangência dos Campi da Universidade Federal do Tocantins (UFT), na medida em que articula formação, produção de conhecimentos, extensão, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas e dos processos de gestão da educação municipal em todas as regiões do Tocantins. Essa atuação converge com a perspectiva institucional da UFT de fortalecer o desenvolvimento regional, a sustentabilidade e a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Seu potencial reside, sobretudo na possibilidade de fortalecer as capacidades institucionais dos municípios, qualificando sujeitos e processos relacionados ao diagnóstico, ao planejamento, à implementação, ao acompanhamento, monitoramento e à avaliação das políticas e gestão educacional. Ao apoiar os municípios na compreensão de suas realidades e na elaboração de instrumentos de planejamento, como os PME, o Programa contribui para que as políticas públicas sejam orientadas cientificamente, pelas especificidades territoriais e pelo princípio da equidade.

Nesse sentido, o PRISME pode ser compreendido como uma estratégia de desenvolvimento territorial pela educação, uma vez que a qualificação da gestão educacional constitui condição relevante para a garantia do direito humano à educação e para a formação de sujeitos capazes de participar da vida econômica, social, cultural e política de seus territórios municipais. A melhoria da capacidade de planejamento e gestão dos sistemas municipais pode produzir efeitos que ultrapassam o campo educacional, fortalecendo instituições públicas, redes de cooperação, participação e controle social e processos de tomada de decisão.

Outro aspecto estratégico refere-se à aproximação entre a Universidade e os Municípios, permitindo que demandas e problemas concretos dos territórios sejam transformados em objetos de investigação, formação e inovação, ao mesmo tempo em que conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos na UFT sejam socializados e apropriados pelos sujeitos e instituições locais. Dessa forma, o PRISME fortalece a função social da Universidade e amplia sua presença nos territórios tocantinenses por meio de uma relação de cooperação, colaboração e produção compartilhada de conhecimentos.

O Programa, também, possui potencial para contribuir com a redução das desigualdades territoriais, ao reconhecer as diferentes condições de oferta educacional, as

especificidades socioculturais e as desigualdades existentes entre municípios e regiões. A adoção de perspectivas territorializadas e orientadas pela equidade possibilita qualificar a definição de prioridades e favorecer respostas públicas mais adequadas às necessidades de diferentes populações e contextos.

A constituição de redes de colaboração entre municípios, universidade, órgãos públicos, conselhos, fóruns e demais instituições sociais amplia, por sua vez, as possibilidades de gestão democrática e desenvolvimento sustentável, favorecendo o compartilhamento de experiências, a circulação de conhecimentos, a construção coletiva de soluções e o fortalecimento da participação e controle social.

Assim, o potencial do PRISME para o desenvolvimento sustentável dos territórios pode ser sintetizado em algumas dimensões articuladas: fortalecimento das capacidades institucionais municipais; qualificação do planejamento e da gestão educacional; produção, sistematização e circulação de conhecimentos sobre os territórios; fortalecimento da cooperação e da participação e controle social; e aproximação entre a Universidade e a sociedade na construção de respostas às demandas educacionais e sociais locais.

Desse modo, o PRISME pode constituir-se como uma importante estratégia de territorialização da missão social da UFT, contribuindo para que os Campi e suas comunidades acadêmicas atuem como agentes de produção de conhecimento, formação, inovação, cooperação e transformação social, em diálogo permanente com os Municípios e com os desafios concretos do desenvolvimento sustentável do Tocantins.

Internacionalização

No âmbito do PRISME, está prevista a realização do Seminário Internacional “Política e Gestão da Educação Municipal”, em dezembro de 2027, como uma ação estratégica de internacionalização e de fortalecimento das redes de cooperação acadêmica e institucional. O evento deverá reunir pesquisadores e especialistas de diferentes regiões do Brasil e de países convidados, possibilitando o intercâmbio de experiências, conhecimentos e produções acadêmico-científicas relacionadas às políticas educacionais, à gestão da educação municipal e aos processos de planejamento e organização dos sistemas de ensino/educação.

A iniciativa busca ampliar a interlocução do PRISME com pesquisadores, instituições e

redes nacionais e internacionais, favorecendo a circulação de conhecimentos produzidos a partir das experiências municipais e o diálogo com diferentes perspectivas teóricas e práticas sobre a educação pública. Desse modo, a internacionalização constitui uma dimensão de qualificação da produção e disseminação do conhecimento, contribuindo para o fortalecimento das capacidades institucionais, a sistematização das experiências desenvolvidas no âmbito do Programa e a construção de novas possibilidades de cooperação acadêmica e técnico-institucional.

Resultados, processos e produtos de impacto social

Os resultados, processos e produtos de impacto social do PRISME devem ser compreendidos de forma orgânica, considerando que a relevância do Programa não se restringe à realização apenas das atividades previstas, mas se expressa na capacidade de produzir aprendizagens, fortalecer capacidades institucionais e contribuir para a qualificação da gestão e do planejamento da educação municipal.

No âmbito dos processos, destacam-se a formação teórico-prática continuada, o acompanhamento formativo, o monitoramento e a avaliação contínuos, a mobilização dos sujeitos envolvidos na política educacional, a produção e análise de diagnósticos, o fortalecimento da participação e controle social e a articulação entre diferentes dimensões da gestão educacional. Esses processos são desenvolvidos de forma integrada, buscando estabelecer uma relação permanente entre formação, ação, análise, acompanhamento, monitoramento, avaliação e replanejamento.

Os produtos constituem as materializações concretas desses processos, incluindo materiais e instrumentos formativos, atividades e registros de formação, diagnósticos educacionais, sistematização de dados e indicadores, documentos orientadores, instrumentos de acompanhamento e monitoramento, relatórios de avaliação, registros de participação social e processos de elaboração dos PME. O AVNEI, nesse conjunto, assume função estratégica ao apoiar a organização, disponibilização e acompanhamento dos processos e produtos desenvolvidos.

Os resultados referem-se às mudanças produzidas na capacidade dos sujeitos e das instituições participantes. Entre os principais resultados, destacam-se o fortalecimento do regime de colaboração, a ampliação dos conhecimentos dos profissionais envolvidos, o fortalecimento teórico-prático das equipes municipais, a qualificação dos processos de

diagnóstico e planejamento, a ampliação da capacidade de utilização de dados e evidências, o fortalecimento da gestão democrática e da participação e controle social e o desenvolvimento de condições mais favoráveis ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais.

Em uma perspectiva de impacto social, o PRISME busca contribuir para que os municípios ampliem sua capacidade de formular e implementar políticas educacionais mais contextualizadas, participativas, territorializadas e orientadas pela equidade. O impacto esperado, portanto, ultrapassa a dimensão imediata da formação dos participantes e de seu coletivo e se relaciona ao fortalecimento da capacidade institucional dos sistemas municipais de ensino/educação, para identificar desigualdades, estabelecer prioridades, formular respostas, acompanhar processos e resultados e promover processos permanentes de avaliação e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Nessa perspectiva, o impacto social do Programa pode ser sintetizado na contribuição para a construção de municípios com maior capacidade de produzir conhecimento sobre sua realidade educacional, planejar suas políticas com bases científicas, fortalecer a participação e o controle social, exercer sua autonomia e assegurar maior coerência entre diagnóstico, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação.

Assim, os processos, produtos e resultados do PRISME constituem dimensões de um mesmo movimento de transformação: formar sujeitos, fortalecer instituições, produzir conhecimentos, qualificar processos de gestão e contribuir para a efetivação do direito humano à educação com equidade, qualidade e participação.

Período de realização

Dezembro de 2025 a agosto de 2026.

Relação dos municípios inscritos em 2025

Ordem	Municípios	Ordem	Municípios
1.	Abreulândia	2.	Marianópolis do Tocantins
3.	Aguiarnópolis	4.	Mateiros
5.	Aliança do Tocantins	6.	Maurilândia do Tocantins
7.	Almas	8.	Miranorte
9.	Alvorada	10.	Monte do Carmo
11.	Ananás	12.	Monte Santo
13.	Angico	14.	Natividade

15.	Aparecida do Rio Negro	16.	Nazaré
17.	Aragominas	18.	Nova Olinda
19.	Araguaçu	20.	Nova Rosalândia
21.	Araguaína	22.	Novo Acordo
23.	Araguanã	24.	Novo Jardim
25.	Araguatins	26.	Oliveira de Fátima
27.	Arapoema	28.	Palmas
29.	Arraias	30.	Palmeirante
31.	Axixá do Tocantins	32.	Palmeiras do Tocantins
33.	Babaçulândia	34.	Palmeirópolis
35.	Bandeirantes do Tocantins	36.	Paraíso do Tocantins
37.	Barra do Ouro	38.	Paranã
39.	Barrolândia	40.	Pau D'Arco
41.	Bernardo Sayão	42.	Peixe
43.	Bom Jesus do Tocantins	44.	Pequizeiro
45.	Brasilândia do Tocantins	46.	Pindorama do Tocantins
47.	Cachoeirinha	48.	Piraquê
49.	Campos Lindos	50.	Pium
51.	Cariri do Tocantins	52.	Ponte Alta do Tocantins
53.	Carmolândia	54.	Porto Alegre do Tocantins
55.	Carrasco Bonito	56.	Porto Nacional
57.	Caseara	58.	Praia Norte
59.	Centenário	60.	Pugmil
61.	Chapada da Natividade	62.	Recursolândia
63.	Colinas do Tocantins	64.	Riachinho
65.	Conceição do Tocantins	66.	Rio da Conceição
67.	Cristalândia	68.	Rio dos Bois
69.	Darcinópolis	70.	Rio Sono
71.	Dianópolis	72.	Sampaio
73.	Divinópolis do Tocantins	74.	Sandolândia
75.	Dois Irmãos do Tocantins	76.	Santa Fé do Araguaia
77.	Dueré	78.	Santa Maria do Tocantins
79.	Esperantina	80.	Santa Rita do Tocantins
81.	Fátima	82.	Santa Rosa do Tocantins
83.	Filadélfia	84.	Santa Tereza do Tocantins
85.	Formoso do Araguaia	86.	Santa Terezinha do Tocantins
87.	Goianorte	88.	São Bento do Tocantins
89.	Goiatins	90.	São Félix do Tocantins
91.	Gurupi	92.	São Miguel do Tocantins
93.	Ipueiras	94.	São Salvador do Tocantins
95.	Itacajá	96.	São Sebastião do Tocantins
97.	Itaguatins	98.	São Valério
99.	Itapiratins	100.	Silvanópolis
101.	Jaú do Tocantins	102.	Sítio Novo do Tocantins
103.	Juarina	104.	Tabocão
105.	Lagoa da Confusão	106.	Talismã
107.	Lagoa do Tocantins	108.	Tocantinópolis
109.	Lajeado	110.	Tupirama

111.	Lavandeira	112.	Tupiratins
113.	Lizarda	114.	Wanderlândia
115.	Luzinópolis	116.	Xambioá

Relação dos municípios inscritos em 2026

Ordem	Municípios	Ordem	Municípios
1.	Abreulândia	2.	Marianópolis do Tocantins
3.	Aguiarnópolis	4.	Mateiros
5.	Aliança do Tocantins	6.	Maurilândia do Tocantins
7.	Almas	8.	Miracema
9.	Alvorada	10.	Miranorte
11.	Ananás	12.	Monte do Carmo
13.	Angico	14.	Monte Santo
15.	Aparecida do Rio Negro	16.	Muricilandia
17.	Aragominas	18.	Natividade
19.	Araguaçu	20.	Nazaré
21.	Araguaína	22.	Nova Olinda
23.	Araguanã	24.	Nova Rosalândia
25.	Araguatins	26.	Novo Acordo
27.	Arapoema	28.	Novo Jardim
29.	Arraias	30.	Oliveira de Fátima
31.	Augustinópolis	32.	Palmeirante
33.	Axixá do Tocantins	34.	Palmeiras do Tocantins
35.	Babaçulândia	36.	Palmeirópolis
37.	Bandeirantes do Tocantins	38.	Paraíso do Tocantins
39.	Barra do Ouro	40.	Paranã
41.	Barrolândia	42.	Pau D'Arco
43.	Bernardo Sayão	44.	Peixe
45.	Bom Jesus do Tocantins	46.	Pequizeiro
47.	Brasilândia do Tocantins	48.	Pindorama do Tocantins
49.	Brejinho de Nazaré	50.	Piraquê
51.	Buriti	52.	Pium
53.	Cachoeirinha	54.	Ponte Alta do Tocantins
55.	Campos Lindos	56.	Porto Alegre do Tocantins
57.	Cariri do Tocantins	58.	Porto Nacional
59.	Carmolândia	60.	Praia Norte
61.	Carrasco Bonito	62.	Pugmil
63.	Caseara	64.	Recursolândia
65.	Centenário	66.	Riachinho
67.	Chapada da Areia	68.	Rio da Conceição
69.	Chapada da Natividade	70.	Rio dos Bois
71.	Colinas do Tocantins	72.	Rio Sono
73.	Conceição do Tocantins	74.	Sampaio
75.	Couto Magalhães	76.	Sandolândia
77.	Cristalândia	78.	Santa Fé do Tocantins
79.	Crixás	80.	Santa Maria do Tocantins
81.	Darcinópolis	82.	Santa Rita do Tocantins
83.	Dianópolis	84.	Santa Rosa do Tocantins
85.	Divinópolis do Tocantins	86.	Santa Tereza do Tocantins

87.	Dois Irmãos do Tocantins	88.	Santa Terezinha do Tocantins
89.	Dueré	90.	São Bento do Tocantins
91.	Esperantina	92.	São Félix do Tocantins
93.	Fátima	94.	São Miguel do Tocantins
95.	Filadélfia	96.	São Salvador do Tocantins
97.	Formoso do Araguaia	98.	São Sebastião do Tocantins
99.	Goiatins	100.	São Valério
101.	Gurupi	102.	Silvanópolis
103.	Ipueiras	104.	Sítio Novo do Tocantins
105.	Itacajá	106.	Sucupira
107.	Itaguatins	108.	Tabocão
109.	Itapiratins	110.	Taguatinga
111.	Itapoã	112.	Taipas
113.	Jaú do Tocantins	114.	Talismã
115.	Juarina	116.	Tocantinópolis
117.	Lagoa da Confusão	118.	Tupirama
119.	Lagoa do Tocantins	120.	Tupiratins
121.	Lajeado	122.	Wanderlândia
123.	Lizarda	124.	Xambioá
125.	Luzinópolis	-	-

Números de Vagas por Município

1 Supervisor Municipal PRISME

1 Dirigente Municipal de Educação (DME)

1 Coordenador do Fórum Municipal de Educação (FME)

1 Coordenador da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME (CAMA)

10 Movimentos sindicais e sociais

2 Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

2 Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

5 Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA)

Todos os membros:

- CME
- FME
- CACS Fundeb
- Fórum dos Conselhos Escolares
- Conselho de Alimentação Escolar (CAE)
- Presidentes das Associações de Pais e Mestres (APM)
- Técnicos lotados na Semed vinculados aos programas e projetos e servidores

responsáveis pelo PAR

Todas as escolas municipais:

- Diretor Escolar
- Coordenador Pedagógico
- Coordenador Financeiro

Todos os interessados:

- Grêmios estudantis
- Demais trabalhadores da rede de ensino

Convidados:

- Profissionais da rede estadual (Seduc, DRE, CEE, CACS FUNDEB e outros espaços)
- Profissionais relacionados a cada uma das políticas tratadas no PNE e na formação PRISME

Abrangência (Total de municípios inscritos no PRISME em 2025 e 2026)

Ano	**Total de inscritos**	**Certificados**
2025	116	111
2026	125	aguardando

Carga horária

270 horas (para todos os inscritos, contabilizando os Projetos 1, 2 e 3)

360 horas (para o Supervisor Municipal PRISME, contabilizando os Projetos 1, 2 e 3 e sua carga na organização das atividades)

Instituição certificadora

Universidade Federal do Tocantins (inscrição no AVNEI, 75% de presença)

Turnos de Funcionamento

Matutino, vespertino e Noturno

Descrição do coletivo de trabalho

16 Formadores

3 Assistentes de Formação

1 Coordenação Geral

2 Assessor de Relações Interinstitucionais

1 Coordenação de Formação

1 Assessor de Formação

1 Coordenação de Acompanhamento

2 Assessores de Acompanhamento

1 Coordenação de Monitoramento e Avaliação

1 Assessor de Monitoramento e Avaliação

1 Coordenação AVNEI

2 Assessores AVNEI

1 Assistente AVNEI

1 Coordenação de Informação e Comunicação

1 Assessor de Informação e Comunicação

Processos, Resultados e Produtos Prisme

No PRISME, na quarta edição, deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos de 2020 a 2025 , pela RCT, iniciado no contexto da Pandemia da Covid-19.

No período de 12/2025 e 08/2026, foi objetivo central “Oferecer formação continuada em política e gestão educacional aos Municípios, com acompanhamento, monitoramento e avaliação sistemáticos, visando subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Educação, tendo a equidade, a institucionalização dos sistemas municipais de ensino/educação, a gestão democrática, a autonomia municipal e a valorização do magistério como princípios estruturantes do planejamento educacional e abordando sobre as 19 políticas públicas alinhadas com o PNE.”

Foram suas Metas:

1) Realizar Formação Continuada Teórico-Prática: Formar, continuadamente, pelo menos, 4.000 profissionais da gestão da educação municipal e escolar e de membros dos colegiados da educação municipal dos Municípios adesos ao PRISME (dirigentes municipais de educação, técnicos das secretarias, representantes das unidades escolares, representantes dos conselhos municipais de educação (CME), fóruns municipais de educação (FME), CACS Fundeb, conselhos escolares, Fórum dos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres (APM), Comissões de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (CAMA), Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social e Movimentos sindicais e sociais) em Equidade na Educação, planejamento educacional, Plano Decenal de Educação, Projeto PolíticoPedagógico, gestão e políticas educacionais.

2) Realizar Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento, monitoramento e avaliação contínuos (mensais) em aproximadamente cem Municípios que aderiram à RCT, das atividades de Formação e do processo de Elaboração do PME e no movimento de institucionalização efetiva do Sistema Municipal de Educação, garantindo a aderência à perspectiva de equidade.

3) Modelar um Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI), para a gestão do PRISME e da educação municipal.

4) Produzir e difundir conhecimentos teórico-práticos, a partir dos dados e

metodologias do Programa, com centralidade na equidade.

Das Metas do PRISME, podem ser considerados como processos, resultados e produtos o desenvolvimento de três Projetos, que mantiveram uma relação orgânica:

1) PROMOVE – PME em Movimento (Planos Decenais de Educação na relação com o Movimento de Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos PME em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

2) PME na perspectiva da educação democrática, de equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada.

3) Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI) como *lócus* de trabalho do PRISME.

Nos três Projetos PRISME, foram trabalhadas as dezenove políticas públicas alinhadas com os dezenove objetivos do PNE:

1) Acesso à Educação Infantil
2) Qualidade da Educação Infantil
3) Alfabetização (final do 2º segundo ano EF)
4) Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (idade regular)
5) Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio
6) Oferta Educação Integral em Tempo Integral
7) Conectividade, Educação para as Tecnologias e Cidadania Digital (educação digital)
8) Acesso, a qualidade e a permanência Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola
9) Acesso, a oferta e a aprendizagem Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos
10) Alfabetização e a Educação de Jovens, Adultos e Idosos
11) Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica
12) Qualidade e a adequação da formação da Educação Profissional e Tecnológica

13) Acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com inclusão e redução de desigualdades

14) Qualidade de cursos de graduação e instituições de ensino superior

15) Formação de mestres e doutores, de forma equitativa e inclusiva, com foco na solução dos problemas da sociedade

16) Formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica

17) Participação social no planejamento e gestão educacional (Gestão democrática)

18) Qualidade e a equidade nas condições de oferta da educação básica

19) Sustentabilidade socioambiental.

Como processos, produtos e resultados do Programa podem ser destcados:

1) Um *Método de Formação Teórico-Prática do PRISME*, buscando superar a separação entre o conhecimento produzido no campo acadêmico-científico e os problemas da realidade concreta, vivenciados no âmbito da política e da gestão da educação municipal.

2) Um *Sistema de Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação Contínuos do PRISME,* com protocolos, fluxos e instrumentos em uma perspectiva orgânica, buscando superar uma concepção de formação como ação pontual e transformá-la em processo permanente de aprendizagem, análise, correção de rumos no processo e produção de resultados significativos. Portanto, constituiu-se em um mecanismo estruturante da gestão do Programa, destinado a acompanhar, monitorar e avaliar os processos formativos, identificar dificuldades e necessidades diferenciadas dos municípios e do coletivo de trabalho, produzir evidências sobre a execução e os processos e resultados alcançados e subsidiar, em tempo oportuno, decisões de reorientação e aperfeiçoamento das ações.

3) Um *Ambiente Virtual de Natureza Educativa Interativa (AVNEI),* para a gestão do PRISME e para apoiar os municípios na gestão da educação municipal e no movimento de elaboração do Diagnóstico da Educação e do PME, constituindo-se em uma infraestrutura estratégica para o Programa, não se

limitando a hospedar conteúdos formativos, mas funcionando como um ambiente integrado de formação, acompanhamento, produção de evidências, comunicação, assessoramento técnico e apoio ao planejamento educacional municipal.

4) Um *Sistema de Elaboração, Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação do PME (SAMA – APP PME PRISME),* agregado ao AVNEI, para apoiar os Municípios, em 2026, no movimento de elaboração do Diagnóstico da Educação e do PME, e, em 2027, no movimento de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME e de institucionalização do sistema municipal de ensino, tendo o PME como seu articulador.

5) Dois *Relatórios do Programa*; Um *Diagnóstico da Situação da Educação Municipal enfocando a equidade por Município* (em finalização); Uma *Coletânea Temática do PRISME* (em finalização); Um *Dossiê do PRISME* (em organização); e Um *E-book do PRISME* (em organização). Isto porque, no PRISME, a formação continuada é considerada elemento estruturante, gerador, também, de pesquisa e produção intelectual-científica e difusão do conhecimento como forma de contribuir para o desenvolvimento socioeducacional do Tocantins e do Brasil.

Formação Teórico-Prática

Meta 1. Realizar formação Continuada Teórico-Prática, Participação Social e Popular e Articulação Intersetorial

PROJETO. Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação Equitativo, Integral, Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério: capacidades técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras.

Realização de Formação Continuada em política e gestão educacional de mais de 4.000 (quatro) mil profissionais da gestão da educação municipal e escolar e de membros dos colegiados da educação para 125 Municípios que aderirem ao PRISME/RCT, com 4 (quatro) momentos formativos síncronos e 3 (três) presenciais, para dirigentes municipais de educação, técnicos das secretarias, representantes das unidades escolares, representantes dos conselhos municipais de educação (CME), fóruns municipais de educação (FME), CACS Fundeb, conselhos escolares, Fórum dos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres (APM), Comissões de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (CAMA), Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social e Movimentos sindicais e sociais).

A **Formação Teórico-Prática no PRISME** constitui dimensão estruturante do Programa, por possibilitar a articulação orgânica entre os conhecimentos científicos, pedagógicos e educacionais e os desafios da realidade concreta vivenciados por seus participantes no cotidiano dos municípios. Sua relevância reside, então, na superação da dicotomia entre teoria e prática, compreendendo-as como dimensões indissociáveis de um processo permanente de aprendizagem, análise, intervenção e reconstrução da prática educativa.

Nessa perspectiva, a formação não se limita à transmissão de conteúdo ou à aquisição de procedimentos metodológicos, mas busca desenvolver a capacidade de analisar, criticamente, a realidade educacional, fundamentar suas decisões pedagógicas, experimentar alternativas, avaliar seus efeitos e reorientar suas práticas. Trata-se, portanto, de uma formação que toma a prática profissional como objeto de análise e investigação, ao mesmo tempo em que mobiliza conhecimentos teóricos para sua

compreensão e transformação.

A dimensão teórico-prática, também, permite que os processos formativos estejam vinculados às necessidades reais dos participantes e às especificidades dos contextos educacionais e territoriais. Dessa forma, situações concretas de ensino, aprendizagem, planejamento, avaliação, inclusão, diversidade, gestão pedagógica tornam-se elementos constitutivos da formação, favorecendo a construção coletiva de conhecimentos e de alternativas para os problemas identificados.

Em programas de formação comprometidos com a qualidade e a equidade educacional, como o PRISME, essa perspectiva assume especial relevância, pois possibilita aos sujeitos compreenderem as desigualdades presentes nos diferentes territórios e suas repercussões sobre as trajetórias educacionais. A formação passa, assim, a contribuir para a construção de práticas político-pedagógicas diferenciadas, capazes de considerar as necessidades, os contextos e as condições concretas dos sujeitos e das comunidades educacionais.

Desse modo, a Formação Teórico-Prática configura-se como estratégia para fortalecer a autonomia e o desenvolvimento profissional, qualificar as práticas pedagógicas, aproximar formação e realidade concreta e produzir mudanças sustentáveis no cotidiano educacional. Seu princípio fundamental é compreender a formação como movimento permanente de ação, reflexão, análise crítica e transformação, no qual teoria e prática se alimentam, reciprocamente, e contribuem para a construção de uma educação, socialmente, referenciada, equitativa, inclusiva e comprometida com a aprendizagem e o desenvolvimento de todos.

No Método do PRISME de Formação Teórico-Prática, o conhecimento teórico é mobilizado para compreender, problematizar, avaliar e transformar a prática educativa, em um movimento contínuo de ação, análise e ação. A formação foi organizada, inicialmente, em cinco eixos estruturantes, que abrangeram, da mesma forma, os demais elementos do movimento formativo: acompanhamento e monitoramento contínuos e avaliação periódica. O acompanhamento, monitoramento e avaliação derivam, vinculam-se, complementam e alimentam a formação como ação transformadora que se traduz pelo movimento entendido como “práxis” social formativa. O referido processo de formação foi realizado considerando a realidade educacional dos Municípios e compreendeu momentos de planejamento/plano de trabalho e realização da formação,

abrangendo atividades formativas diversificadas.

Além da formação junto aos Municípios, foram realizadas reuniões formativas semanais com os 35 participantes do Coletivo de trabalho do PRISME (coordenações, formadores, assessores e assistentes), com ênfase na Equidade, no Diagnóstico e na Elaboração do PME. Estes momentos, reuniram o Coletivo, semanalmente, às quintas-feiras, de maneira virtual e presencial, para estudo e planejamento em preparação para a realização do trabalho junto aos integrantes do Programa nos Municípios por meio de atividades síncronas, assíncronas e presenciais com base nas seguintes ideias estruturantes:

I) A formação com o sentido de continuidade e, portanto, levando em consideração as potencialidades e os obstáculos encontrados na formação PRISME/2025.

II) Quanto ao planejamento, o PRISME deu continuidade à elaboração dos PME:

2.1) No caso do PRISME, o conteúdo geral abrangeu o texto do PNE em tramitação no Congresso Nacional a partir do Projeto de Lei n.º 2.614/2024 aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em dezembro de 2025;

2.2) Retomada, pelos formadores, do esboço dos PME elaborados (Atividade Assíncrona IV/2025), buscando verificar os pontos chave a avançar;

2.3) Realização de minicursos e miniconferências por município, intermunicipal, regional ou polos de regionais PRISME;

2.4) Concentração da formação e do acompanhamento em cada município ou polos de municípios;

2.5) Estruturação, por formador, de um plano de trabalho abrangendo o conjunto de municípios sob a sua responsabilidade; e

2.6) Esforço para a incorporação do princípio da equidade no conjunto das políticas expressas nos novos PME.

III) Sem perder de vista as diretrizes relacionadas à Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) – Lei Complementar n.º 220/2025), o Decreto Lei n.º 12.686, de 20 de outubro de 2025, sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, os fundamentos teóricopráticos e legais sobre a equidade na educação e as orientações sobre o novo PAR, a formação teórico-prática estruturante abrangeu as seguintes temáticas:

1) Planos Municipais de Educação na perspectiva teórico-prática da equidade

inclusiva e da qualidade socialmente referenciada;

2) Planos Municipais de Educação na perspectiva da gestão democrático-participativa e mobilização socioeducacional: atualização da função dos colegiados CME, FME, CACs-Fundeb e Conselhos Escolares etc; e

3) Planejamento e gestão da Educação Municipal frente às repercussões da formalização do SNE.

A formação continuada foi desenvolvida para cerca de 6 mil participantes de 125 Municípios adesos ao Programa, com a continuidade do debate, iniciado em 2024, sobre as comissões de monitoramento e avaliação dos PME; o monitoramento e a avaliação da execução do PME em relação ao cumprimento de suas metas; o diagnóstico da educacção municipal em relação às dezenove políticas/objetivos do novo PNE e a elaboração dos objetivos, metas e estratégias dos PME, assentando-se na Metodologia da Resolução de Problemas (problema, causas, objetivo, metas e estratégias). Foram continuados, também, as discussões sobre o movimento de institucionalização efetiva do Sistema Municipal de Educação Integral, Equitativo, Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério.

Para a formação continuada direta em política e gestão educacional foram inscritos:

- Supervisor Municipal PRISME
- Dirigente Municipal de Educação (DME)
- Coordenador do Fórum Municipal de Educação (FME)
- Coordenador da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME (CAMA)
- Movimentos sindicais e sociais
- Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
- Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
- Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA)
- Todos os membros:

- CME
- FME
- CACS Fundeb
- Fórum dos Conselhos Escolares

- Conselho de Alimentação Escolar (CAE)
- Presidentes das Associações de Pais e Mestres (APM)
- Técnicos lotados na Semed vinculados aos programas e projetos e servidores responsáveis pelo PAR

○ Todas as escolas municipais:

- Diretor Escolar
- Coordenador Pedagógico
- Coordenador Financeiro

○ Todos os interessados:

- Grêmios estudantis
- Demais trabalhadores da rede de ensino

○ Convidados:

- Profissionais da rede estadual (Seduc, DRE, CEE, CACS FUNDEB e outros espaços)
- Profissionais relacionados a cada uma das políticas tratadas no PNE e na formação PRISME

Na formação, foram realizados seis momentos formativos síncronos: três momentos formativos estruturantes no YouTube, seguidos de minicursos teórico-práticos no Google Meet; uma miniconferência intermunicipal presencial em Palmas e dois momentos formativos presenciais em Palmas-Tocantins.

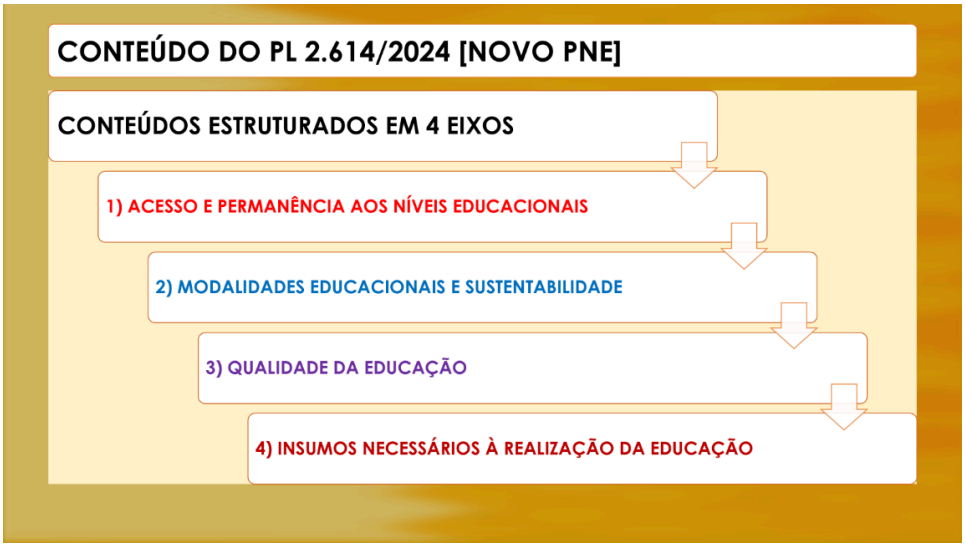
No período de 12/2025 a 08/2026, foram realizadas, pelos Municípios, duas atividades assíncronas, que consistiram no instrumental mobilizador da formação e do acompanhamento dos trabalhos realizados.

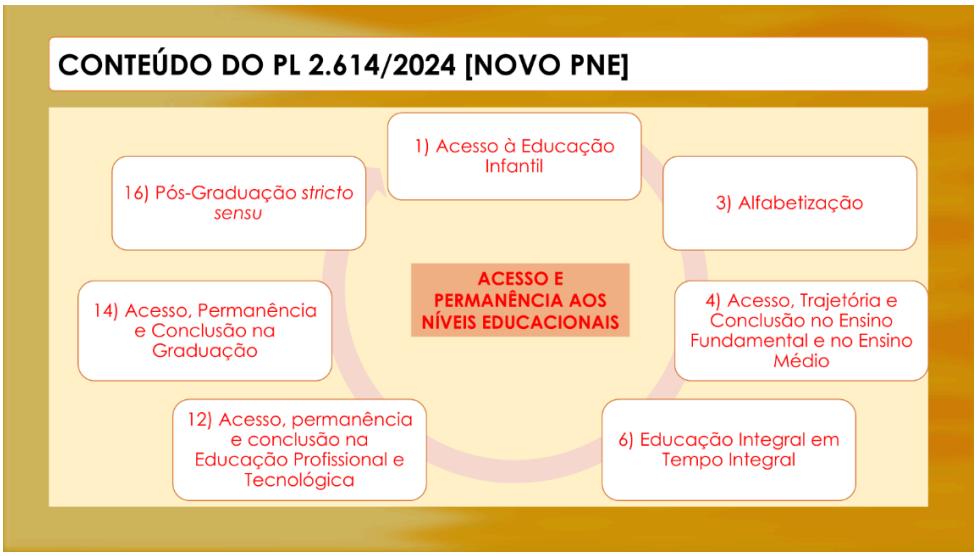
Síntese da formação teórico-prática

PLANEJAMENTO DA FORMAÇÃO DO PRISME 2026: ASPECTOS ESTRUTURAIS E METODOLÓGICOS **PROJETO** "Rede Colaboração Tocantins: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem das redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins"
FUNDAMENTOS GERAIS
ESTRUTURA BÁSICA DA FORMAÇÃO PRISME 2026
Em continuidade, e de forma articulada, as atividades do PRISME/2026 ocorrerão nas modalidades presencial e remota mediadas por tecnologias digitais (TD) e pelo Ambiente Virtual de Natureza Educativa/Interativa (AVNEI) para a gestão do Programa e a realização do eixo I Governança e Gestão da política de alfabetização, com o Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME). Para tanto, o Programa está estruturado em 3 Projetos: PROJETO 1) **PROMOVE – PME em Movimento (Planos Decenais de Educação na relação com o Movimento de Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos PME em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE);** PROJETO 2) **PME na perspectiva da educação democrática, de equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada; e** PROJETO 3 **– Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI) como lócus de trabalho do PRISME.** Os mencionados projetos serão implementados utilizando-se de momentos formativos presenciais, do Ambiente Virtual de Natureza Educativa-Interativa (AVNEI); da Plataforma Google Meet; do Youtube e outros espaços virtuais (ver modelo Plano de Ensino por momento formativo Anexo 1). Sua operacionalização será conduzida por um conjunto de profissionais 'em formação continuada', que atuarão no processo de gestão da educação municipal e escolar, considerando os objetivos estabelecidos pelo PME e a realidade concreta da educação municipal. No PRISME, a formação continuada é considerada elemento estruturante, gerador, também, de pesquisa/produção intelectual-científica e difusão do conhecimento como forma de contribuir para o desenvolvimento socioeducacional do Tocantins e do Brasil. A formação em tela está organizada, inicialmente, em cinco eixos estruturantes, que abrangem, da mesma forma, os demais elementos do movimento formativo: acompanhamento e monitoramento contínuos e avaliação periódica. O acompanhamento, monitoramento e avaliação derivam, vinculam-se, complementam e alimentam a formação como ação transformadora que se traduz pelo movimento entendido como "práxis" social formativa. O referido processo de formação será realizado considerando a realidade educacional dos municípios e compreenderá momentos de planejamento/plano de trabalho e realização da formação, abrangendo atividades formativas diversificadas. O conjunto de formadores e demais membros do Coletivo PRISME reunir-se-á semanalmente, às quintas-feiras, de maneira virtual ou presencial, para estudo e planejamento em preparação para a realização do trabalho junto aos integrantes do programa nos municípios por meio de atividades síncronas, assíncronas e presenciais com base nas seguintes ideias estruturantes: I) A formação tem o sentido de continuidade e, portanto, leva em consideração as potencialidades e obstáculos encontrados na formação PRISME/2025. II) Quanto ao planejamento, o PRISME dará continuidade à elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) considerando como ponto de partida de suas atividades o Seminário de

abertura da RCT.

2.1) No caso do PRISME, o conteúdo geral abrange o texto do PNE em tramitação no Congresso Nacional a partir do Projeto de Lei 2.614/2024 aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em dezembro de 2025, conforme a figura seguinte:



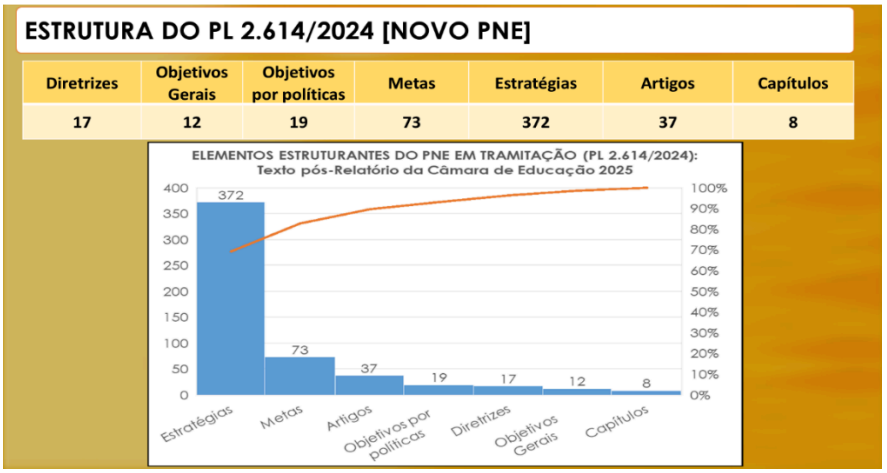


CONTEÚDO DO PL 2.614/2024 [NOVO PNE]
8) Sustentabilidade socioambiental na Educação
9) Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola
10) Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos
11) Educação de Jovens, Adultos e Idosos
MODALIDADES EDUCACIONAIS E SUSTENTABILIDADE

CONTEÚDO DO PL 2.614/2024 [NOVO PNE]
2) Qualidade da Educação Infantil
5) Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio
13) Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica
15) Qualidade da Graduação
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

CONTEÚDO DO PL 2.614/2024 [NOVO PNE]
7) Conectividade, Educação para as Tecnologias e Cidadania Digital
17) Profissionais da Educação Básica
18) Participação Social e Gestão Democrática
19) Financiamento e infraestrutura da Educação Básica
INSUMOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Ressalta-se que o relatório aprovado em Comissão Especial da Câmara dos Deputados em dezembro de 2025 contém **um esboço de Lei** expressando as diretrizes e objetivos da educação para a próxima década e um anexo incluindo 19 políticas com seus respectivos objetivos específicos, metas e estratégias (Anexo 2).



2.2) Retomada, pelos formadores, do esboço dos PME elaborados (Atividade Assíncrona IV/2025), buscando verificar os pontos chaves a avançar.
2.3) Realização de minicursos e miniconferências por município, regional ou polos de regionais PRISME.
2.4) Concentração da formação e acompanhamento focado em cada município ou polos de municípios.
2.5) Estruturação, por formador/a, de um plano de trabalho abrangendo o conjunto de municípios sob a sua responsabilidade (Anexo 3).
2.6) Esforço para a incorporação do princípio da equidade no conjunto das políticas expressas nos novos PME.
III) Sem perder de vista as diretrizes relacionadas à Lei do SNE (2020/2025), o Decreto Lei 12.686, de 20 de outubro de 2025, sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, os fundamentos teórico-práticos e legais sobre a equidade na educação e as orientações sobre o novo PAR, **A formação teórico-prática estruturante,** abrangerá, entre outras, as seguintes temáticas:

1) Planos Municipais de Educação na perspectiva teórico-prática da equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada.
2) Planos Municipais de Educação na perspectiva da gestão democrático-participativa e mobilização socioeducacional: atualização da função dos colegiados CME, FME, CACs-Fundeb e Conselhos Escolares etc.
3) Planejamento e gestão da Educação Municipal frente às repercussões da formalização do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 2025.

A proposta de formação está estruturada em cinco eixos formativos conforme quadro a seguir, sendo duas relacionadas às atividades da gestão e do coletivo e três concernentes aos inscritos PRISME 2026.

ESTRUTURA DA FORMAÇÃO PRISME-2026		
PRÁXIS FORMATIVA	**Descrição**	**Modalidade/ ambiente**
EIXO I) Formação de aprofundamento do **Coletivo PRISME**: planejamento, estudo,	Formação do coletivo de trabalho e a sistematização dos Planos/Projetos/Ações/Atividad	HIBRIDA Virtual (Google Meet)/ presential.

ealização, acompanhamento, nonitoramento e avaliação	es.	
EIXO II) Formação teórico-prática estruturante **para os inscritos PRISME, em geral:** 1) Dirigentes Municipais de Educação (DME); 2) Supervisores PRISME (SP); 3) Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (CAMA); 4) Comunidade educacional e escolar pertencente aos segmentos e colegiados instituídos.	As atividades formativas relativas à **formação teórico-prática estruturante para os inscritos no PRISME** ocorrerão na modalidade híbrida, articulando os momentos síncronos e presenciais. OBSERVAÇÃO: esse eixo terá como conteúdo específico as temáticas relativas às ideias estruturantes III elencadas anteriormente e será ministrado por um especialista convidado da área, com a participação e coordenação da Gestão PRISME	HÍBRIDA: Virtual/Síncrona [tendo o AVNEI como ambiente fonte vinculado ao Youtube]; e presencial
EIXO III) Formação mobilizadora e de encaminhamentos **para os inscritos PRISME, por município:** 1) Dirigentes Municipais de Educação (DME); 2) Supervisores PRISME (SP); 3) Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (CAMA); 4) Comunidade educacional e escolar pertencente aos segmentos e colegiados instituídos.	As atividades formativas relativas à **formação** mobilizadora e de encaminhamentos **para os inscritos no PRISME** ocorrerão na modalidade híbrida, articulando os momentos, por municípios, e presenciais, por polos: os formadores elaborarão um plano de trabalho mensal, incluindo 6 políticas#, para atendimento virtual aos municípios visando à consolidação dos PME.	HÍBRIDA: Virtual/Síncrona [tendo o AVNEI como ambiente fonte vinculado ao Google Meet]; e presencial
# Para esse eixo, cada formador elaborará um plano de ação (a partir de um instrumento padrão) estruturando os momentos formativos a serem realizados no decorrer do PRISME 2026.		
EIXO IV) Formação teórico-prática mobilizadora abrangendo **os inscritos no PRISME, em geral:** 1) Membros dos espaços de participação da Educação - CME, FME, Conselhos diversos, outros; 2) Equipe da SME; 3) Representantes da sociedade civil; 4) Representantes das entidades científicas e sindicais; 5) Comunidade educacional e escolar pertencente aos segmentos e colegiados instituídos.	Articulada ao movimento formativo estruturante, a **formação teórico-prática mobilizadora** abrangerá **os inscritos no PRISME e** se efetivará por meio da **realização das atividades assíncronas** que, também, poderão ocorrer no formato híbrido, abrangendo as atividades presenciais e/ou virtuais no âmbito dos municípios e as virtuais no âmbito do AVNEI como ambiente administrador e interativo síncrono.	HÍBRIDA: Presencial nos municípios e virtual/assíncrono no AVNEI
EIXO V)	**ACOMPANHAMENTO** – tem o sentido de formação contínua e abrang	

Movimento formativo articulador contínuo	todo o movimento formativo descrito anteriormente.		
	MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO – Compõem o conjunto dos momer formativos e engloba a produção de dados e informações seguidos de análise diagnóstica e levantamento de problemas, causas e necessidad relativas ao alcance dos objetivos do Programa e da educação municip		
Total	Equipe do PRISME	Descrição	5
	Participantes municipais do PRISME	Conforme os projetos	2
	Participantes municipais do PRISME/Supervisor	Conforme os projetos	3
OBSERVAÇÃO – A **dinâmica formativa** será definida no decorrer do momento formativo co base nos objetivos e conteúdos estabelecidos nesta proposta e na realidade concreta da educação municipal.			

Destacamos como OBSERVAÇÃO que **as atividades formativas** de 2026 contemplarão três momentos específicos:
1) os **momentos formativos estruturantes** no YouTube;
2) os **minicursos teórico-práticos** no Google Meet; e
3) Uma **miniconferência intermunicipal** presencial em Palmas.
As **atividades assíncronas dos PME** consistirão no instrumental mobilizador da formação e do acompanhamento dos trabalhos realizados.

PLANO DE FORMAÇÃO	
I) ASPECTO GERAL	
1.1)OBJETIVO	1) Contribuir com a reflexão teórico-prática acerca do planejamento educacional com foco na elaboração dos Planos Municipais de Educação 2026-2036. 2) Completar o diagnóstico da educação municipal no que se refere à dimensão da equidade educacional de qualidade socialmente referenciada, desenvolvimento socioambiental sustentável e inclusão democrático-participativa. 3) Consolidar o movimento de orientação dos SME para o planejamento da educação municipal expresso na retomada e conclusão do esboço dos PME para 2026-2036 (Atividade Assíncrona IV/2025) ampliando a participação da comunidade educacional e escolar.
1.2)CONTEÚDO	1) Planos Municipais de Educação na perspectiva teórico-prática da equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada. 2) Planos Municipais de Educação na perspectiva da gestão democrático-participativa e mobilização socioeducacional: atualização da função dos colegiados CME, FME, CACs-Fundeb e Conselhos Escolares etc. 3) Planejamento e gestão da Educação Municipal frente às repercussões da formalização do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 2025.
1.3)METODOLOGIA	Descrição
a) Procedimentos gerais	Dando continuidade ao PRISME/2025, a coordenação de formação propõe para 2026 os seguintes encaminhamentos

	teórico-práticos: 1) Apropriação da proposta formativa do PRISME 2026 na elaboração dos PME. 2) Retomada do esboço de PME iniciado em 2025 (Atividade Assíncrona IV/2025), sintetizando as potencialidades e dificuldades existentes. 3) Estudo da literatura produzida sobre a temática atinente ao PRISME 2026, incluindo o texto sobre o PNE da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, os fundamentos legais e teórico-práticos acerca da equidade educativa e a política de inclusão nacional brasileira. 4) Realização da formação teórico-prática estruturante **para os inscritos PRISME, em geral.** 4.1) Quanto ao **EIXO formativo II**, a formação teórico-prática estruturante será realizada por meio do Youtube **para os inscritos PRISME, em geral,** e abrangerá: Sistema Nacional de Educação; Planejamento Educacional; Organização e Gestão dos Sistemas Educacionais e Escolas; Educação na perspectiva da equidade e da qualidade socialmente referenciada; Educação inclusiva e diversidade cultural; Gestão democrático-participativa e mobilização socioeducacional; e Planos Municipais de Educação. 5) Realização da formação mobilizadora e de encaminhamentos **para os inscritos PRISME por município.** **5.1)** Referente ao EIXO III), as atividades formativas relativas à **formação** mobilizadora e de encaminhamentos **para os inscritos no PRISME** ocorrerão na modalidade híbrida, articulando os momentos síncronos, por municípios, e presenciais, em Palmas ou por polos: os formadores elaborarão um plano de trabalho mensal, por conjunto de políticas expresso nas Atividades Assíncronas, para atendimento virtual aos municípios visando à consolidação dos PME. 6) Estruturação de um plano de trabalho para a consolidação dos esboços sobre os PME, conforme a estrutura anexa (Atividade Assíncrona IV/2025). 7) Realização da formação teórico-prática mobilizadora abrangendo **os inscritos no PRISME, em geral.** **7.1)** Concernente ao EIXO IV, articulada ao movimento formativo estruturante, a **formação teórico-prática mobilizadora** abrangerá **os inscritos no PRISME** e se efetivará por meio da **realização das atividades assíncronas** que, também, poderão ocorrer no formato híbrido, abarcando as atividades presenciais e/ou virtuais no âmbito dos municípios e as virtuais no AVNEI como ambiente administrador e interativo na elaboração do esboço final dos PME. 8) Elaboração coletiva de: documentos de comunicação oficial; materiais instrucionais; instrumentos de coleta de dados e informações; materiais pedagógicos; relatórios; textos científicos etc. 8.1) Especificamente, além dos planos de trabalho e materiais

	de apoio, o coletivo PRISME elaborará, em grupo, **resumos expandidos formativos** (10 mil caracteres com espaço) para cada temática trabalhada no Youtube. O conjunto desses resumos resultará na publicação de um **livreto** sobre a elaboração dos PME do Tocantins [proposta em elaboração] (Anexo 4).
b) Material	1) Planos nacionais, estaduais e municipais de educação; 2) Relatórios PRISME 2024 e 2025; 3) ICMS-Educação e Valor Aluno Anual Resultado (VAAR); 4) Legislação vigente sobre a temática; 5) Orientações a respeito da estrutura e dinâmica do AVNEI: aspectos teórico-práticos; 6) Livros, artigos, dossiês, teses, dissertações, material didático instrucional, coletânea e outros. 7) Atividades assíncronas e outros instrumentos diagnósticos.
c) Atividades no AVNEI	**ELABORAR E MODELAR ATIVIDADE ASSÍNCRONA DOS PME:** ATIVIDADE ASSÍNCRONA 1 – Retomada do esboço parcial parte 1 (Atividade Assíncrona IV/2025), incorporando a equidade e a sustentabilidade educacional; e ATIVIDADE ASSÍNCRONA 2 – Retomada do esboço parcial parte 2 (Atividade Assíncrona IV/2025), incorporando a equidade e a sustentabilidade educacional.
	ESCLARECIMENTO – Em cada atividade será incorporado ao esboço de 2025 (Atividade Assíncrona IV/2025) informações para identificar, nas políticas de cada SME, as ações relacionadas à equidade e à sustentabilidade educacional.
1.4)ACOMPANHAMENTO	**ACOMPANHAMENTO** – Tem o sentido de formação contínua e abrange todo o movimento formativo descrito anteriormente.
1.5) MONITORAMENTO	**MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO –** Compõe o conjunto dos momentos formativos e engloba a produção de dados e informações, seguido de análise diagnóstica e levantamento de problemas, causas e necessidades relativas ao alcance dos objetivos do Programa e da educação municipal.

LANEJAMENTO DA FORMAÇÃO DO PRISME 2026: ESTRUTURA E DINÂMICA FORMATIVA			
ROJETO PROMOVE – PME em Movimento (Planos Decenais de Educação na Relação com o ovimento de Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação: monitoramento e aliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em nsonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE) na perspectiva da educação democrátic equidade inclusiva e de qualidade socialmente referenciada; e PROJETO 2) PME na perspectiva d ucação democrática, de equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada			
RONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRISME 2026			
OMENTOS ORMATIVOS	**EIXO II)** Formação teórico-prática estruturante para os inscritos PRISME, em geral	**EIXO III)** Formação mobilizadora e de encaminhamentos para os inscritos PRISME por município	**EIXO IV)** Formação teórico-prática mobilizadora abrangendo os inscritos no PRISME, em geral
Seminário de abertura a RCT	11 e 12/02/2026		

Planos Municipais de ucação na lógica órico-prática da uidade inclusiva e da alidade socialmente ferenciada (Youtube)/ 'IVIDADE ASSÍNCRONA)S PME – 1: Retomada esboço parcial parte incorporando a uidade e a stentabilidade ucacional/ Minicursos órico-práticos (Google eet).	19/março/2026	Elaborar cronograma bimestral por formador e município:	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios) # **Abertura/AVNEI: 19/03/2026**
ATIVIDADE SÍNCRONA DOS PME – Retomada do esboço rcial parte 1, corporando a equidade sustentabilidade ucacional/ Minicursos órico-práticos (Google eet).	Abril	Elaborar cronograma bimestral por formador e município:	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios) **Postagem/AVNEI: 30/04/2026**
Planos Municipais de ucação na perspectiva gestão mocrático-participativ mobilização cioeducacional: ualização da função s colegiados CME, ME, CACs-Fundeb e nselhos Escolares/ 'IVIDADE ASSÍNCRONA)S PME – 2: Retomada esboço parcial parte incorporando a uidade e a stentabilidade ucacional/ Minicursos órico-práticos (Google eet).	07/maio/2026.	Elaborar cronograma bimestral por formador e município:	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios) **Abertura/AVNEI: 07/05/2026**
ATIVIDADE SÍNCRONA DOS PME 2 Retomada do esboço rcial parte 2, corporando a equidade sustentabilidade ucacional/ Minicursos órico-práticos (Google eet); Seminário em	29 e 30/Junho/2026	Elaborar cronograma bimestral por formador e município:	Mensal/Semanal (conforme a organização dos municípios) **Postagem/AVNEI: 30/06/2026**

lmas/RCT/ **niconferência unicipal PRISME**/ anejamento e gestão da ucação Municipal nte às repercussões da rmalização do Sistema cional de Educação NE) em 2025.			
Planejar e encaminhar vidades junto aos unicípios para 2026/II	Julho/2026.	Coordenação/PRISME	A definir.
Reunião com os pervisores PRISME emoto/presencial).	(Primeira quinta-feira de cada mês, das 9h às 11 horas) + Reunião presencial específica com os supervisores no dia 23/04/2026		
) Formação do letivo PRISME	Uma reunião de formação do Coletivo realizada nas quintas-feiras antecedendo os MF do Youtube previstos das 10 às 12h.		

BSERVAÇÕES:
uscando otimizar a operacionalização dos trabalhos, o supervisor municipal PRISME elaborará o onograma de realização das atividades assíncronas em cada município;
O PRISME buscará envolver professores e acadêmicos dos programas de pós-graduação da UFT n njunto das formações planejadas.
O acompanhamento da formação PRISME 2026 terá atividades assíncronas como instrumental obilizador da formação e do acompanhamento dos trabalhos realizados.

Referências

DRIVE:
https://drive.google.com/drive/folders/1KGWBVLMSE1njqEeIbX_weHXZXGr0LB6?usp=sharing

COMPLEMENTAR
BRASIL. **DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva**.** Brasília/DF: Presidência da República, 2025.
Brasil. **Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025/** Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE). Brasília: Presidência da República do Brasil, 2025.
BRASIL. **PL 2.614/2024** do executivo federal que pede a aprovação do Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília: MEC, 2024.
Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – rev. e atual. - - Brasília: SDH/Pr, 2010.
BRASIL/CNE. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: MEC/CNE, 2012.
BRASIL. **Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília/DF: Presidência da República, 2023.
CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: um desafio em andamento em face das condicionalidades para a educação pública a partir das redes políticas e ideológicas instauradas no âmbito da sociedade política e civil. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ**. - v. 41 e 151401 – 2025.

CARVALHO, Roberto Francisco de Carvalho; FERREIRA, Thiago Tavares da Silva. Múltiplas determinações da gestão democrática na meta 19 do PNE 2014-2024: repercussões para os sistemas de educação na garantia do direito à educação. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 12, 2023. ISSN 2447-0961-DOI: 10.56083/RCV3N12-013.
CARVALHO, Roberto Francisco; RODRIGUES, Rute Soares; SILVA, Ana Cleia Gomes. Conselho Municipal de Educação e planejamento participativo: mecanismos de efetivação da gestão dos sistemas e escolas. **REBEC**. Tocantinópolis/Brasil. v. 6. e13312. 10.20873/uft.rebec.e13312. 2021. ISSN 2525-4863
SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010, p. 380-393
Souza, Núbia Mária Soares. **Gestão do sistema municipal de educação de Lagoa da Confusão/TO: diagnóstico e prognóstico acerca da concepção/prática (anti) democrática**. [Dissertação de Mestrado Profissional em Educação. Campus Universitário de Palmas. Universidade Federal do Tocantins, 2022.

ANEXOS

ANEXO 1) **TEMPLATE PLANO DE ENSINO**

DETALHAMENTO – PLANO DE ENSINO (elaboração processual em preparação para cada momento formativa)

MOMENTO FORMATIVO		
Temática da formação		
Objetivo		
Conteúdo		
Metodologia/ encaminhamento	Coletivo PRISME:	Participantes/Município:
✔ Procedimentos		
✔ Material		
✔ Atividade no AVNEI		
Acompanhamento		
Monitoramento e avaliação		
Referências		

ANEXO 3) **PLANO DE TRABALHO PARA RETOMADA DA ELABORAÇÃO DOS PME EM 2026: destinação aos formadores/as e munícipios**

[...] Uma aranha executa as operações semelhantes às do tecelão e a abelha supera mais de um arquiteto humano ao construir a sua colmeia. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera [...] (Marx, 1985, p. 149-150).

O **Planejamento Educacional** deve ser entendido como algo vivo, dinâmico, cooperativo e necessário à condução sistematizada e objetiva do processo educativo, contrário a uma visão instrumental e burocrática como exigência das administrações dos sistemas e escolas sedentas pelo cumprimento das normas. Nesta perspectiva, é importante compreender o planejamento como uma atividade intrínseca à vida humana que abrange sistematizações

macros (PNE, PME) e micros (programa, projetos e plano de trabalho).

PLANO DE TRABALHO

O **Plano de Trabalho** expressa um conjunto de atividades situadas no tempo e no espaço. Um plano de trabalho pode ter como objetivo, por exemplo, o levantamento das principais lacunas de participação que necessitam ser superadas para a melhoria da qualidade no planejamento da educação municipal.
As **atividades,** por sua vez, são ações realizadas a partir de determinado plano de trabalho buscando resolver problemas concretos, como as lacunas formativas mencionadas acima, e devem especificar: o que fazer? Para que fazer? Como fazer? Onde fazer e quando fazer, além de definir um conjunto de responsáveis por cada atividade.
Na **elaboração dos PME**, em 2026, será retomado o esboço que os municípios elaboraram com a contribuição do PRISME em 2025 (Atividade Assíncrona IV/2025). A retomada, buscando avançar no que já foi elaborado em relação aos obstáculos encontrados, faz-se necessária a sistematização das ações em cada um dos municípios. Para tanto, será elaborado pelos municípios um plano de trabalho indicando o que fazer, para que fazer, como fazer, quando fazer e com quem contar nesse importante movimento de planejamento.

IDENTIFICAÇÃO					
Programa	PRISME	Regional		Municípi	
Formador/a		Supervisor/a		Atividad Assíncro	
AÇÃO GERAL: planejamento participativo para retomada e conclusão, em 2026, da elaboração dos PME de cada SME para o decênio 2026-2036					

PLANO DE TRABALHO					
Atividades/ação	**Objetivos**	**Metodologia**	**Prazo**	**Local**	**Responsável**

ANEXO 4) **TEMPLATE PLANO PARA A ELABORAÇÃO DE RESUMOS EXPANDIDOS FORMATIVOS**
[DEVIDO AOS AJUSTES QUE FORAM FEITOS, REAVALIAR A REALIZAÇÃO DESTA AÇÃO]

Temática	**Grupos de Trabalhos**	**Apoio Gestão**	**Prazos**
1) Sistema Nacional de Educação.			
2) Planejamento			

Educacional.			
3) Organização e Gestão dos Sistemas Educacionais e Escolas.			
4) Educação na perspectiva da equidade e da qualidade socialmente referenciada.			
5) Educação inclusiva e diversidade cultural.			
6) Gestão democrático-participativa e mobilização socioeducacional com foco nos CME, FME, CACs-Fundeb e Conselhos Escolares etc.			
7) Planos Municipais de Educação: acesso e condições necessárias à permanência com equidade e qualidade socialmente referenciada			
OBSERVAÇÕES – Assim que for definido o coletivo de formadores e alocados nas regionais PRISME, serão montados os grupos e elaboradas as normas para a escrita do material.			

PLANO PARA A ELABORAÇÃO DE RESUMOS DE PODCAST			
Temática	**Grupos de Trabalhos**	**Apoio Gestão**	**Prazos**
1) Sistema Nacional de Educação			
2) Planejamento Educacional			
3) Organização e Gestão dos Sistemas Educacionais e Escolas.			
4) Educação na perspectiva da equidade e da qualidade socialmente referenciada.			
5) Educação inclusiva e diversidade cultural.			
6) Gestão			

democrático-participativa e mobilização socioeducacional com foco nos CME, FME, CACs-Fundeb e Conselhos Escolares etc.			
7) Planos Municipais de Educação: acesso e condições necessárias à permanência com equidade e qualidade socialmente referenciada			
8) Dimensões do Programa PRISME: Gestão geral; Formação; Acompanhamento; Monitoramento e Avaliação; AVNEI			
OBSERVAÇÕES			

ATIVIDADE ASSÍNCRONA I/2026 POLÍTICAS EDUCACIONAIS EXPRESSAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: problemas relacionados ao alcance das finalidades educacionais e causas (materiais e humanas) que obstaculizam à garantia do direito à educação e suscita a elaboração de objetivo, meta e estratégias		
Considerando os dados aos quais o Sistema Municipal de Educação (SME) têm acesso – incluindo aqueles relativos às atividades assíncronas do PRISME e repositórios do Ministério da Educação, do estado e do município – **retome o esboço do PME realizado em 2025 (Atividade Assíncrona IV/2025)*** e responda o que se pede nas colunas 1 e 2 desta atividade:		
POLÍTICAS/PME (1)	Retomada da Elaboração do Diagnóstico (problema e Causa), objetivo, Meta e estratégias por política analisada (2)	
1) POLÍTICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL de 0 a 3 anos	**1.1) Problema –** Considerando os indicadores existentes, **incluindo os dados que evidenciam a equidade**, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política.	**1.2) Causas** – Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para a realização dessa política.
	Resposta:	Resposta:
	1.1.1) Objetivo – Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	**1.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita, elabore uma estratégia **que contemple a equidade na política em** pauta.
	Resposta:	Resposta:
	1.1.1.1) Meta – Elabore uma meta a partir do objetivo formulado em relação à política em pauta, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	
	Resposta:	
2) POLÍTICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL de 4 a 5 anos	**2.1) Problema** – Considerando os indicadores existentes, **incluindo os dados que evidenciam a equidade**, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política.	**2.2) Causas** – Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para a realização dessa políta

	Resposta:	Resposta:
	2.1.1) Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	**2.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita, elabore uma estratégia **que contemple a equidade na política em** pauta.
	Resposta:	Resposta:
	2.1.1.1) Meta – Elabore uma meta a partir do objetivo formulado em relação à política em pauta, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	
	Resposta:	
3) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS: Anos Iniciais	**3.1) Problema** – Considerando os indicadores existentes, **incluindo os dados que evidenciam a equidade**, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política.	**3.2) Causas** – Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para a realização dessa política
	Resposta:	Resposta:
	3.1.1) Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	**3.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita, elabore uma estratégia **que contemple a equidade na política em** pauta.
	Resposta:	Resposta:
	3.1.1.1) Meta – Elabore uma meta a partir do objetivo formulado em relação à política em pauta, **incluindo a equidade como dimensão transversal**	
	Resposta:	
4) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS: Anos Finais	**4.1) Problema** – Considerando os indicadores existentes, **incluindo os dados que evidenciam a equidade**, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política.	**4.2) Causas** – Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para a realização dessa política
	Resposta:	Resposta:
	4.1.1) Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	**4.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita, elabore uma estratégia **que contemple a equidade na política em** pauta.
	Resposta:	Resposta:
	4.1.1.1) Meta – Elabore uma meta a partir do objetivo formulado em relação à política em pauta, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	

	Resposta:	
5) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – Educação Especial (alunos com deficiência)	**5.1) Problema** – Considerando os indicadores existentes, **incluindo os dados que evidenciam a equidade**, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política.	**5.2) Causas** – Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para a realização dessa política
	Resposta:	Resposta:
	5.1.1) Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	**5.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita, elabore uma estratégia **que contemple a equidade na política em** pauta.
	Resposta:	Resposta:
	5.1.1.1) Meta – Elabore uma meta a partir do objetivo formulado em relação à política em pauta, **incluindo a equidade como dimensão transversal**	
	Resposta:	
6) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – Educação do Campo	**6.1) Problema** – Considerando os indicadores existentes, **incluindo os dados que evidenciam a equidade**, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política.	**6.2) Causas** – Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para a realização dessa política
	Resposta:	Resposta:
	6.1.1) Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	**6.1) Estratégias** – Para cada causa descrita, elabore uma estratégia **que contemple a equidade na política em** pauta.
	Resposta:	Resposta:
	6.1.1.1) Meta – Elabore uma meta a partir do objetivo formulado em relação à política em pauta, **incluindo a equidade como dimensão transversal**	
	Resposta:	
7) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – Educação do Integral	**7.1) Problema** – Considerando os indicadores existentes, i**ncluindo os dados que evidenciam a equidade**, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política.	**7.2) Causas** – Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradaspara a realização dessa política

	Resposta:	Resposta:
	7.1.1) Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	**7.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita, elabore uma estratégia **que contemple a equidade na política em** pauta.
	Resposta:	Resposta:
	7.1.1.1) Meta – Elabore uma meta a partir do objetivo formulado em relação à política em pauta, **incluindo a equidade como dimensão transversal**.	
	Resposta:	
8) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – Educação de Jovens e Adultos	**8.1) Problema** – Considerando os indicadores existentes, **incluindo os dados que evidenciam a equidade**, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política.	**8.2) Causas** – Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para a realização dessa política
	Resposta:	Resposta:
	8.1.1) Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	**8.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita, elabore uma estratégia **que contemple a equidade na política em** pauta.
	Resposta:	Resposta:
	8.1.1.1) Meta – Elabore uma meta a partir do objetivo formulado em relação à política em pauta, **incluindo a equidade como dimensão transversal.**	
	Resposta:	
9) ANEXE AS EVIDÊNCIAS referentes à mobilização, participação, estudo, debate e outras ações desenvolvidas no processo de realização da presente atividade assíncrona, como, por exemplo, frequência de participação, atas, relatórios, convites/cards, registro fotográfico etc., em conformidade com o modelo disponibilizado pela coordenação de acompanhamento.		
PERÍODO PARA REALIZAÇÃO	18/03 a 29/4/2026	
PERÍODO PARA ENVIO	01/04 a 30/04/2026	
*Os municípios que não participaram do PRISME em 2025 devem, também, responder à atividade em pauta. Para tanto, o formador/a deve agendar reuniões específicas para estudo da metodologia da resolução de problemas de forma mais detalhada do que os demais municípios, retomando o material trabalhado nos IV e VI MF 2025.		
OBSERVAÇÃO: (1) Caso inexista a política no Plano Municipal de Educação, anote a seguinte expressão: "não se aplica à realidade da educação municipal". (2) Na inexistência da Política no PME 2014-2024, faz-se necessária à sua proposição no planejamento para 2026-2036, caso exista demanda a ela relacionada no âmbito do município. (3) Esta atividade retoma o que foi trabalhado na Atividade Assíncrona IV/2025, articulado ao trabalho realizado no I Momento Formativo presencial realizado em Palmas nos dias 11 e 12/05/2026.		
FONTE: PRISME/AVNEI (2024; 2025; 2026)		

<table>
<tr><td colspan="3">ATIVIDADE ASSÍNCRONA II/2026
POLÍTICAS EDUCACIONAIS EXPRESSAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: problemas relacionados ao alcance das finalidades educacionais e causas (materiais e humanas) que obstaculizam a garantia do direito à educação e suscitam a elaboração de objetivo, meta e estratégias</td></tr>
<tr><td colspan="3">Considerando os dados aos quais o Sistema Municipal de Educação (SME) tem acesso – incluindo aqueles relativos às atividades assíncronas do PRISME e repositórios do Ministério da Educação, do estado e do município – retome o esboço realizado em 2025* e responda o que se pede nas colunas 1 e 2 desta atividade:</td></tr>
<tr><td colspan="3"></td></tr>
<tr><td>POLÍTICAS/PME (1)</td><td colspan="2">Elaboração de Diagnóstico (problema e Causa), objetivo, Meta e estratégias por política analisada (2)</td></tr>
<tr><td rowspan="8">1) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – Educação Tecnológica</td><td>1.1) Problemas apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)</td><td>1.2) Causas indicadas (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td><td>Resposta:</td></tr>
<tr><td>1.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal</td><td>1.2.1) Estratégias – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td><td rowspan="3">Resposta:</td></tr>
<tr><td>1.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td></tr>
<tr><td colspan="3"></td></tr>
<tr><td colspan="3">*Os municípios que não participaram do PRISME em 2025 devem, também, responder a atividade em pauta. Para tanto, o/a formador/a deve agendar reuniões específicas para estudo da metodologia da resolução de problemas de forma mais detalhada em relação aos demais municípios, retomando o material trabalhado nos Momentos Formativos IV e VI de 2025.</td></tr>
<tr><td colspan="3"></td></tr>
<tr><td rowspan="8">2) POLÍTICA ESTRUTURANTE PARA REALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL (PADRÕES MÍNIMOS DE INFRAESTRUTURA: estrutura física, transporte, energia elétrica, água potável e Internet)</td><td>2.1) Problemas apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)</td><td>2.2) Causas indicadas (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td><td>Resposta:</td></tr>
<tr><td>2.1.1) Objetivo – Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal</td><td>2.2.1) Estratégias – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td><td>Resposta:</td></tr>
</table>

	2.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal	
	Resposta:	
3) POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - formação, cargo, carreira e valorização	**3.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**3.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:
	3.1.1) Objetivo – Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal	**3.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta
	Resposta:	Resposta:
	3.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal	
	Resposta:	
4) POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM (Instituição dos sistemas, CME, FME, PME, Formação)	**4.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**4.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:
	4.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal	**4.2.1)** Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta
	Resposta:	Resposta:
	4.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta	
	Resposta:	

5) POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DAS ESCOLAS (PPP, GD, CE, FCE)	**5.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**5.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:
	5.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal	**5.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta
	Resposta:	Resposta:
	5.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta	
	Resposta:	
6) POLÍTICA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (expressa nos índices de aprovação, reprovação, IDEB e Abandono)	**6.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**6.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:
	6.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal	**6.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta
	Resposta:	Resposta:
	6.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal	
	Resposta:	
7) POLÍTICA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: alfabetização no ensino fundamental	**7.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**7.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:

	7.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal	**7.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta
	Resposta:	Resposta:
	7.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal	
	Resposta:	
8) POLÍTICA de Sustentabilidade Socioambiental na Educação	**8.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**8.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:
	8.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal	**8.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta
	Resposta:	Resposta:
	8.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal	
	Resposta:	
9) POLÍTICA de Acesso, Trajetória e Conclusão e aprendizagem no Ensino Médio	**9.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**9.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:
	9.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal	**9.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta
	Resposta:	Resposta:
	9.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal	
	Resposta:	

10) POLÍTICA de Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação	**10.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**10.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:
	10.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal	**10.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta
	Resposta:	Resposta:
	10.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal	
	Resposta:	
11) POLÍTICA de Pós-Graduação *stricto sensu*	**11.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**11.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:
	11.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal	**11.2.1) Estratégias** – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta
	Resposta:	Resposta:
	11.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal	
	Resposta:	
12) POLÍTICA de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica	**12.1) Problemas** apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)	**12.2) Causas indicadas** (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)
	Resposta:	Resposta:

<table>
<tr><td rowspan="4"></td><td>12.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal</td><td>12.2.1) Estratégias – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td><td rowspan="3">Resposta:</td></tr>
<tr><td>12.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td></tr>
<tr><td rowspan="6">13) POLÍTICA de Financiamento e Infraestrutura da Educação</td><td>13.1) Problemas apresentados (Considerando os indicadores existentes, incluindo os dados que evidenciem a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política)</td><td>13.2) Causas indicadas (Com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para realização dessa política)</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td><td>Resposta:</td></tr>
<tr><td>13.1.1) Objetivo - Elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal</td><td>13.2.1) Estratégias – Para cada causa descrita elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td><td rowspan="3">Resposta:</td></tr>
<tr><td>13.1.1.1) Meta - Elabore uma meta a partir da formulação do objetivo em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal</td></tr>
<tr><td>Resposta:</td></tr>
<tr><td colspan="3">14) ANEXE AS EVIDÊNCIAS referentes à mobilização, participação, estudo, debate e outras ações desenvolvidas no processo de realização da presente atividade assíncrona, como, por exemplo, frequência de participação, atas, relatórios, convites/cards, registro fotográfico etc., em conformidade com o modelo disponibilizado pela coordenação de acompanhamento.</td></tr>
<tr><td colspan="3"></td></tr>
<tr><td>PERÍODO PARA REALIZAÇÃO</td><td colspan="2">07/05/2026 a 15/06/2026</td></tr>
<tr><td>PERÍODO PARA ENVIO</td><td colspan="2">07/05/2026 a 25/06/2026</td></tr>
<tr><td colspan="3">SIGLAS: Sistema Municipal de Educação (SME); Conselho Municipal de Educação (CME); Fórum Municipal de Educação (FME); Plano Municipal de Educação (PME); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Projeto Político Pedagógico (PPP); Gestão Democrática (GD); Conselho Escolar (CE); Fóruns dos Conselhos Escolares (FCE).</td></tr>
<tr><td colspan="3">OBSERVAÇÃO:
(1) Caso inexista a política no Plano Municipal de Educação, anote a seguinte expressão: “não se aplica à realidade da educação municipal”.
(2) Esta atividade retoma o que foi abordado na Atividade Assíncrona IV/2025, articulado ao trabalho realizado nos Momentos Formativos efetuados em 2026.</td></tr>
<tr><td colspan="3">FONTE: PRISME/AVNEI (2024; 2025; 2026)</td></tr>
</table>

Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação

Meta 2. Realizar Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação

PROJETO. Planos Decenais de Educação: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE), assegurando a centralidade da equidade, diversidade e inclusão, em consonância com a Política Brasileira de Equidade (PROMOVE)

Realização de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação junto a 125 Municípios que aderiram ao PRISME/RCT, relacionados: à execução dos 125 Planos Municipais de Educação, do cumprimento de suas metas, estratégias e demais dispositivos; ao movimento de institucionalização efetiva dos 125 Sistemas Municipais de Educação em uma perspectiva Integral, Equitativo, Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério, assentado em método específico do PRISME e no Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI).

O ***Sistema de Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação Contínuos do PRISME*** trabalha com protocolos, fluxos e instrumentos em uma perspectiva orgânica, buscando superar uma concepção de formação como ação pontual e transformá-la em processo permanente de aprendizagem, análise, correção de rumos no processo e produção de resultados significativos. Portanto, constituiu-se em um mecanismo estruturante da gestão do Programa, destinado a acompanhar, monitorar e avaliar os processos formativos, identificar dificuldades e necessidades diferenciadas dos Municípios e do Coletivo de trabalho, produzir evidências sobre a execução e os processos e resultados alcançados e subsidiar, em tempo oportuno, decisões de reorientação e aperfeiçoamento das ações.

O Sistema configurou-se como estratégia pedagógica e de gestão, ao articular formação, acompanhamento, monitoramento, análise, avaliação e replanejamento em um movimento contínuo de aprendizagem institucional. Sua implementação contribuiu para assegurar maior coerência entre objetivos, metas, atividades e resultados, fortalecer a atuação dos formadores, promover respostas diferenciadas às necessidades dos Municípios e ampliar a efetividade, a equidade e a sustentabilidade das ações de

formação.

Nele, foram realizadas reuniões mensais com os Supervisores Municipais PRISME; elaboração de critérios de acompanhamento do PRISME; acompanhamento das atividades assíncronas realizadas pelos Municípios com base nos critérios do Programa; devolutivas dos formadores baseadas nos critérios do acompanhamento PRISME; acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Coletivo, em especial, pelos formadores junto aos Municípios; elaborados relatórios de avaliação de todos os momentos formativos; e elaborados boletins mensais de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PRISME.

Acompanhamento Formativo

Em se tratando, especificamente, do **Acompanhamento Formativo**, este atua como um elemento orgânico do PRISME, desempenhando o papel central de subsidiar o movimento de planejamento, formação, monitoramento e avaliação do Programa em seus momentos síncronos e assíncronos. Com forte ênfase na qualidade e em uma perspectiva crítica, o trabalho fundamenta-se no princípio do planejamento coletivo defendido por Gandin (2001). Dessa forma, visa garantir que as ações partam da realidade concreta dos sujeitos envolvidos, assumindo a grande missão de transformar ideias, problemas e saberes locais em propostas de ação, cientificamente fundamentadas.

Para assegurar que a formação alcance efeitos concretos na gestão da educação municipal no Tocantins, no Acompanhamento, defendem-se práticas essenciais, a começar pela garantia da participação, de modo que os espaços e mecanismos de diálogo sejam efetivos, compreendendo as reais possibilidades e limitações da gestão democrática em todos os espaços do sistema municipal de ensino. Além disso, fornece suporte estratégico ao disponibilizar dados sistematizados que subsidiam a tomada de decisão da Gestão Colegiada, da Coordenação Geral e das Coordenações Pedagógicas.

Essa base de informações é construída por meio da coleta contínua de evidências extraídas da plataforma AVNEI, de relatórios dos momentos formativos, de instrumentos de acompanhamento e, fundamentalmente, do diálogo direto com os participantes do PRISME.

O exercício desse Acompanhamento Formativo é dinâmico, múltiplo e molda-se

às necessidades específicas da gestão educacional dos Municípios, marcando presença ativa em diversos espaços, integrando as reuniões estratégicas semanais da gestão colegiada e nos encontros de planejamento com coordenadores, formadores e assessores, visando o alinhamento de objetivos, conteúdos e metodologias. Somam-se a isso o acompanhamento direto dos momentos formativos síncronos com os sujeitos dos Municípios em momentos presenciais ou mediados por tecnologia. O Acompanhamento estende-se, ainda, aos ambientes virtuais, *Youtube* e *Meet*, englobando as interações em grupos de *WhatsApp*.

Todo o trabalho culmina na geração de inteligência de dados, no qual as informações coletadas são condensadas e compartilhadas, rotineiramente, com toda a rede de gestão, formação, monitoramento e avaliação, e, também, com os Supervisores Municipais. Esse acompanhamento rigoroso e sensível funciona, portanto, como um indicador que orienta o constante replanejamento e garante o aprimoramento contínuo das ações formativas do PRISME.

Pressupostos de acompanhamento e análise das atividades assíncronas

Para subsidiar as etapas formativas, sejam presenciais ou mediadas por tecnologias, foram planejadas duas atividades assíncronas a serem respondidas no âmbito dos Municípios, com a participação de todos os inscritos no PRISME.

Nesse contexto, cabe ao Supervisor Municipal PRISME: 1) atuar como agente mobilizador, engajando os demais participantes para a execução dessas atividades sob uma perspectiva de construção coletiva; e 2) alimentar o Ambiente Virtual de Natureza Educativa Interativa (AVNEI) com as respostas.

Em seguida, as produções resultantes de cada Município, reunidos por Regionais PRISME, são analisadas pelo Coletivo de formadores, com base nas evidências e informações inseridas no AVNEI. Esse movimento de Acompanhamento Formativo fundamenta-se em rigorosos critérios, norteados pelos seguintes pressupostos teórico-metodológicos:

a) consonância com a concepção do PRISME;

b) normatividade (atende aos objetivos e normas nacionais);

c) legalidade (legitimidade, aprovação, oficialidade, validade), abstendo-se de entrar na seara jurídica;

d) adequação em conteúdo (consistência, coerência, fluência, relevância, suficiência, veracidade, autenticidade); e

e) forma (estética, lógica, estruturação).

A partir da articulação desses procedimentos teórico-práticos, no Acompanhamento, atua-se para garantir a consecução dos objetivos e a efetividade dos espaços e mecanismos de participação, como meio para apreender os limites e possibilidades do movimento de formação para a gestão da educação municipal. Busca-se, assim, subsidiar com dados sistematizados o planejamento da gestão colegiada, da coordenação geral e das coordenações pedagógicas, com vistas a contribuir e fundamentar as tomadas de decisões. Essas informações advêm de instrumentos de monitoramento, relatórios dos momentos formativos, dados e informações da plataforma AVNEI e/ou do diálogo com os sujeitos participantes do PRISME.

Os espaços de atuação do Acompanhamento Formativo são múltiplos e, sem perder de vistas os princípios, se (re)configuram a partir das necessidades concretas dos Municípios. São eles: a) as reuniões ordinárias semanais da gestão colegiada mediadas por tecnologias; b) as reuniões ordinárias semanais de planejamento dos momentos formativos, com os coordenadores, formadores, assistentes e assessores, mediadas por tecnologias, para apreender os objetivos, conteúdos e percursos metodológicos a serem desenvolvidos; c) os momentos formativos, síncronos presenciais e/ou mediados por tecnologias, com os sujeitos dos Municípios; c) as reuniões de avaliação pós momentos formativos; d) os grupos de *whatsapp* reunindo os municípios por regionais; e) os fóruns e outros espaços de discussão e de avaliação na plataforma AVNEI;

Os instrumentos de Acompanhamento Formativo do PRISME são:

- Caderno de orientações de análise da atividade assíncrona
- Instrumento de Acompanhamento do formador/assistente
- Lista de Frequência
- Instrumento de acompanhamento das atividades no AVNEI por Município e por formador
- Relatório de acompanhamento semestral

No período de 12/2025 e 08/2026, o PRISME articulou a participação de 125

Municípios, alcançando um índice de abrangência e engajamento de 90% (noventa por cento) dos Municípios do Tocantins. Essa expressiva capilaridade foi viabilizada por meio de uma formação com abordagem metodológica híbrida, que integrou modalidades presenciais e remotas, sendo estas últimas fortemente mediadas por tecnologias digitais e ancoradas no AVNEI.

Para o exercício em tela, o Acompanhamento Formativo trabalhou com a arquitetura do Programa estruturada em três eixos projetuais estratégicos:

- **Projeto 1: PROMOVE – PME em Movimento:** Centrado na articulação dos Planos Decenais de Educação com o Movimento de Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação. Este eixo contempla o monitoramento e a avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes, bem como a elaboração dos novos PME, assegurando estrita consonância com as diretrizes do novo Plano Nacional de Educação (PNE).
- **Projeto 2:** PME na perspectiva da educação democrática, de equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada; e
- **Projeto 3:** Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI) como lócus de trabalho do PRISME.

Como dito, dos momentos formativos resultaram duas atividades assíncronas como segue:

I - POLÍTICAS EDUCACIONAIS EXPRESSAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: problemas relacionados ao alcance das finalidades educacionais e causas (materiais e humanas) que obstaculizam à garantia do direito à educação e suscita a elaboração de objetivos, metas e estratégias.

A atividade teve por objetivo realizar o esboço do novo PME 2027-2037, tendo como exercício a metodologia da resolução de problema organizada em cinco etapas:

a) problema, incluindo os dados que evidenciam a equidade, descreva o problema que o SME encontrou para a realização dessa política;

b) com base no problema descrito, descreva até 4 causas encontradas para a realização dessa política;

c) elabore um objetivo relativo à política em pauta a partir do problema descrito, incluindo a equidade como dimensão transversal;

d) estratégias, para cada causa descrita, elabore uma estratégia que contemple a equidade na política em pauta;

e) meta, elabore uma meta a partir do objetivo formulado em relação à política em pauta, incluindo a equidade como dimensão transversal.

A partir desse exercício, foram elaborados pelo Acompanhamento Formativo os seguintes instrumentos Caderno de Orientações e o Instrumento de Análise de Acompanhamento Ações Apontadas.

II - POLÍTICAS EDUCACIONAIS EXPRESSAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: problemas relacionados ao alcance das finalidades educacionais e causas (materiais e humanas) que obstaculizam a garantia do direito à educação e suscitam a elaboração de objetivo, meta e estratégias.

A atividade trata da elaboração dos PME, com o objetivo de fortalecer o compromisso público com a educação enquanto direito fundamental.

Constituem dimensões do PME:

a) o diagnóstico da situação educacional;

b) os problemas, desafios e causas para o desenvolvimento da educação;

c) os objetivos, as metas e estratégias políticas que direcionem ações;

d) financiamento;

e) monitoramento e avaliação.

O Plano deve expressar o esforço coletivo sobre o futuro da educação, por meio da participação democrática da sociedade civil, fóruns, conselhos, secretarias de educação, poder legislativo e de órgãos públicos.

A qualidade de um Plano está, diretamente, ligada ao seu processo de elaboração. Nesse sentido, para cada questão, o formador deve identificar se as respostas apresentam consonância a Lei n.º 15.388/2026, de 14 de abril, que aprova o Plano

Nacional de Educação para o decênio 2026-2036. As orientações e instrumento de acompanhamento constam no anexo II.

Do universo total de 125 Municípios mobilizados, evidenciou-se que apenas 17 (dezessete) encerraram o primeiro semestre com pendências ativas. Esse quantitativo traduz uma expressiva taxa de conformidade de, aproximadamente, 87% (oitenta e sete por cento), no cumprimento das atividades assíncronas. Tal indicador não apenas atesta o elevado nível de engajamento, a apropriação tecnológica e a responsabilidade institucional dos entes envolvidos, mas, também, valida a eficácia do Método de Formação do PRISME.

Situação da Gestão de Atividades realizadas em cada Município por meio do Ambiente Virtual de Natureza Educativa-Interativa (Avnei)

SRE	Formadores	b	Atividade Assíncrona 1	Atividade Assíncrona 2	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 1	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 2
SRE Araguaína	Leila Pinheiro 8	1. Ananás			Sim	Sim
		2. Aragominas				
		3. Araguaína				
		4. Araguanã				
		5. Babaçulândia				
		6. Barra do Ouro				
		7. Campos Lindos				
		8. Carmolândia				
	Jemima G. Barreira Cavalcante 9	9. Filadélfia			Sim	Sim
		10. Goiatins				
		11. Muricilândia				
		12. Nova Olinda				
		13. Piraquê				
		14. Riachinho				
		15. Santa Fé do Araguaia				
		16. Wanderlândia				
		17. Xambioá				

SRE	Formadores	Municípios	Atividade Assíncrona 1	Atividade Assíncrona 2	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 1	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 2

SRE Araguatins	Deyvison Bispo 6	1. Araguatins			Incompleto	Não
		2. Augustinópolis				
		3. Axixá				
		4. Buriti				
		5. Carrasco Bonito				
		6. Esperantina				
	Paulo Vinícius Santos Sulli Luduvice 6	7. Praia Norte			Sim	Fez 1
		8. Sampaio				
		9. São Bento				
		10. São Miguel do TO				
		11. São Sebastião do TO				
		12. Sítio Novo do TO				

SRE	**Formadores**	**Municípios**	**Atividade Assíncrona 1**	**Atividade Assíncrona 2**	**Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 1**	**Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 2**
SRE Colinas e Paraiso	Jeffirson da Silva 7	1. Arapoema			Sim	Sim
		2. Bandeirantes do TO				
		3. Bernardo Sayão				
		4. Brasilândia				
		5. Colinas				
		6. Itapitatins				
		7. Juarina				
	Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca 8	8. Palmeirante			Sim	Sim
		9. Pau D'Arco				
		10. Tupiratins				
		11. Abreulândia				
		12. Barrolândia				
		13. Cristalândia				
		14. Caseara				
		15. Chapada de Areia				
	Meyrivane Teixeira Santos Arraes 8 Angela Silva	16. Divinópolis			Sim	Sim
		17. Lagoa da Confusão				
		18. Marianópolis				
		19. Monte Santo				
		20. Nova Rosalândia				
		21. Pium				
		22. Pugmil				
		23. Paraíso do TO				

SRE	Formadores	Municípios	Atividade Assíncrona 1	Atividade Assíncrona 2	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 1	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 2
SRE Arraias, Dianópolis, e Guaraí	Greice Quele Mesquita Almeida 7	1. Almas			Não	Sim
		2. Conceição do TO				
		3. Dianópolis				
		4. Novo Jardim				
		5. Porto Alegre do TO				
		6. Rio da Conceição				
		7. Taguatinga				
	Raimundo Rodrigues 7	8. Taipas do TO			Sim	Sim
		9. Arraias				
		10. Paranã				
		11. Couto Magalhães				
		12. Itaporã do TO				
		13. Pequizeiro				
		14. Tabocão				

SRE	Formadores	Municípios	Atividade Assíncrona 1	Atividade Assíncrona 2	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 1	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 2
SRE Gurupi	Ronaldo Muniz 8	1. Aliança			Sim	Sim
		2. Alvorada				
		3. Araguaçu				
		4. Cariri				
		5. Crixás				
		6. Dueré				
		7. Formoso do Araguaia				
		8. Gurupi				
	Ana Cléia Gomes da Silva 8	9. Jaú			Sim	Sim
		10. Palmeirópolis				
		11. Peixe				
		12. Sandolândia				
		13. São Valério				
		14. São Salvador do TO				
		15. Sucupira				
		16. Talismã				

SRE	Formadores	Municípios	Atividade Assíncrona 1	Atividade Assíncrona 2	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 1	Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 2
SRE Porto Nacional	Ângela Noleto	1. Brejinho de Nazaré			Sim	Sim
		2. Chapada da Natividade				
		3. Fátima				

	6	4. Ipueiras				
		5. Monte do Carmo				
		6. Natividade				
	Regivane Martins Ambrózio Silva 7	7. Oliveira de Fátima			Sim	Sim
		8. Porto Nacional				
		9. Ponte Alta do TO				
		10. Pindorama				
		11. Silvanópolis				
		12. Santa Rosa do TO				
		13. Santa Rita do TO				

SRE	**Formadores**	**Municípios**	**Atividade Assíncrona 1**	**Atividade Assíncrona 2**	**Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 1**	**Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 2**
SRE Tocantinópolis e Pedro Afonso	Celestina Maria Pereira de Souza 5	1. Aguiarnópolis			Sim	Sim
		2. Angico				
		3. Cachoeirinha				
		4. Darcinópolis				
		5. Itaguatins	41%			
	Leandro Vieira 6	6. Luzinópolis			Sim	Sim
		7. Maurilândia				
		8. Nazaré				
		9. Palmeiras				
		10. Santa Terezinha				
		11. Tocantinópolis				
	Maria Raimunda Cerqueira 6	12. Bom Jesus do TO			Sim	Sim
		13. Itacajá				
		14. Recursolândia				
		15. Tupirama				
		16. Centenário				
		17. Santa Maria				

SRE	**Formadores**	**Municípios**	**Atividade Assíncrona 1**	**Atividade Assíncrona 2**	**Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 1**	**Devolutiva do/a formador/a At. Ass. 2**
SRE Miracema e Palmas	Robson Vila Nova Lopes 6 Joildy Brito 6	1. Aparecida do Rio Negro			Falta Lajeado	Fe 3
		2. Dois Irmãos				
		3. Lagoa do Tocantins				
		4. Lajeado				
		5. Lizarda				
		6. Mateiros				
		7. Miracema				
		8. Miranorte				
		9. Novo Acordo				
		10. Rio dos Bois				
		11. Rio Sono				
		12. Santa Tereza do TO				
		13. São Felix do TO				

Fonte: Ambiente Virtual de Natureza Educativa-Interativa (Avnei), em 05/09/2026.

Critérios de análise das atividades assíncronas I e II

SME **ATIVIDADE ASSÍNCRONA I/2026/1**
Orientações para análise da Atividade Assíncrona I: POLÍTICAS EDUCACIONAIS EXPRESSAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: problemas relacionados ao alcance das finalidades educacionais e causas (materiais e humanas) que obstaculizam à garantia do direito à educação e suscita a elaboração de objetivo, meta e estratégias. A atividade considera os dados aos quais o Sistema Municipal de Educação (SME) tem acesso – incluindo aqueles relativos às atividades assíncronas do PRISME de 2025, repositórios do Ministério da Educação, do estado e do município. Os aspectos operacionais relacionados à elaboração do novo Plano Municipal de Educação (PME) está estruturado na metodologia da resolução de problemas, com destaque para a identificação de problemas, descrição dos problemas, causas, objetivos e metas. A análise da atividade será por meio de Instrumento de Acompanhamento elaborado pela Coordenação e preenchido pelo formador e submetido no campo **Avaliação Geral da Atividade no AVNEI**. Comunicamos que o prazo para a submissão da Análise no sistema AVNEI é de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de encerramento da atividade. Solicitamos a observância deste período para garantir a regularidade do processo.
Pressupostos de análise da atividade assíncrona no AVNEI visa assegurar a consonância teórica e política no âmbito do PRISME.
As atividades assíncronas são analisadas pelo(a) formador(a) do PRISME, a partir das evidências e informações submetidas no AVNEI, tendo como referência os critérios estabelecidos, em conformidade com os seguintes **pressupostos** gerais: 1. consonância com a concepção do PRISME; 2. normatividade (atende aos objetivos e normas nacionais); 3. legalidade (legitimidade, aprovação, oficialidade, validade), abstendo-se de entrar na seara jurídica; 4. adequação em conteúdo (consistência, coerência, fluência, relevância, suficiência, veracidade, autenticidade); e 5. forma (estética, lógica, estruturação).
ESCLARECIMENTOS CONCEITUAL
De acordo com Brito; Souza; e Carvalho (2021), as **evidências** consistem na comprovação dos indicadores da política em questão e que se expressa concretamente em atos normativos: **lei, medida provisória, decreto, portaria, regulamento, regimento e resolução.** E outros atos, como ofício, memorando, ata, relatórios, objeto e/ou material físico, dados, gráficos, tabelas, indicadores de órgãos oficiais e outros documentos.
Monitoramento se torne um ato contínuo de observação, pelo qual são tornadas públicas as informações a respeito do progresso que vai sendo feito para o alcance das metas definidas (BRASIL/2016). **Avaliação** seja entendida como o ato periódico de dar valor aos resultados alcançados até aquele momento, às ações que estejam em andamento e àquelas que não tenham sido realizadas, para determinar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e para orientar a tomada de decisões (BRASIL/2016).
ANÁLISE

CRITÉRIOS	A elaboração dos Planos Municipais de Educação constitui um momento decisivo para fortalecer o compromisso público com a educação enquanto direito fundamental. Constituem as dimensões do PME: a) o diagnóstico da situação educacional; b) os problemas, desafios e causas para o desenvolvimento da educação; c) os objetivos, as metas e estratégias políticas que direcionem ações; d) financiamento; e) monitoramento e avaliação. O Plano deve expressar o esforço coletivo sobre o futuro da educação, por meio da participação democrática da sociedade civil, fóruns, conselhos, secretarias de educação, Poder Legislativo e de órgãos públicos. A qualidade de um plano está diretamente ligada ao seu processo de elaboração. Nesse sentido, para cada questão, o(a) formador(a) deve identificar se as respostas apresentam consonância com os fundamentos da metodologia da resolução de problema e com o PL 2614 que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Os fundamentos são: problema, causas, objetivo, estratégias e meta. Para aprofundar na análise é imprescindível a leitura do Guia para elaboração dos Planos Municipais e Estaduais elaborado pela SASE/MEC, a partir da página 22. Na eventual identificação de divergências conceituais em relação aos fundamentos, abaixo uma síntese, que pode ser utilizada e aprofundada para fazer os devidos esclarecimentos. 1. O problema público é aquele que o município se dispõe a modificar, com a mobilização de recursos que transformem a realidade observada em direção à realidade desejada, ou seja, expressa uma condição negativa da sociedade. 2. A descrição do problema deve ser descrito de maneira específica e objetiva, com base na leitura da realidade e em fatos verificáveis; 3. As causas do problema são fatos e situações verificados (evidências) que têm relação com os descritores do problema. Os objetivos de mudanças que se deseja alcançar são explícitos. 4. Objetivo é uma mudança (positiva) na realidade sobre a qual se intervém e que seja alcançável. A formulação do objetivo deriva do problema declarado e busca expressar a situação desejada ao final do período do Plano. 5. Metas são as referências qualitativas e quantitativas que permitem verificar se as mudanças, expressas nos objetivos, estão sendo alcançadas. A formulação das metas deriva da análise dos descritores declarados para o problema. Quanto a desconformidade em relação ao Projeto de Lei nº 2614, torna-se necessária à sua explicitação fundamentada, extraindo elementos do PL. Tais procedimentos não visam apenas a correção formal, mas a promoção de uma reflexão crítica, buscando o alinhamento quanto ao conteúdo e forma necessários para o fortalecimento do PME.
Documentos Referências para análise	● PROJETO DE LEI Nº 2.614-C DE 2024PL 2614: ● GUIA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO: passo a passo para elaborar planos decenais de educação - a partir da página 22. ● PNE: DOCUMENTO DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NACIONAL Acesso: https://drive.google.com/drive/folders/169UxvjFaSM_dXL6YLQth_2rZ7h18WS_R

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES
A atividade tem o objetivo de conhecer a realidade da educação municipal no que se refere à elaboração do novo Plano Municipal de Educação e contribuir com o movimento de institucionalização efetiva e gestão do Sistema Municipal de Ensino/Educação (SME). Esse esforço tem o próposito de levantar pontos de reflexão acerca dos desafios da elaboração do PME, pautado na metodologia da resolução de problemas, envolvendo diagnóstico da situação educacional no município, os problemas identificados, os objetivos estabelecidos, as metas e estratégias para o próximo decênio.

PRISME **ATIVIDADE ASSÍNCRONA II/2026/1**	
Orientações para análise da Atividade Assíncrona II: POLÍTICAS EDUCACIONAIS EXPRESSAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: problemas relacionados ao alcance das finalidades educacionais e causas (materiais e humanas) que obstaculizam a garantia do direito à educação e suscitam a elaboração de objetivo, meta e estratégias A atividade considera os dados aos quais o Sistema Municipal de Educação (SME) tem acesso – incluindo aqueles relativos às atividades assíncronas do PRISME de 2025, repositórios do Ministério da Educação, do estado e do município. Os aspectos operacionais relacionados à elaboração do novo Plano Municipal de Educação (PME) está estruturado na metodologia da resolução de problemas, com destaque para a identificação de problemas, descrição dos problemas, causas, objetivos e metas. A análise da atividade será por meio do Instrumento de Acompanhamento elaborado pela Coordenação de Acompanhamento e preenchido pelo(a) formador(a) e submetido no campo **Avaliação Geral da Atividade no AVNEI**. O prazo para a submissão da Análise no sistema AVNEI é de até 10 (dez) dias corridos a partir da data de encerramento da atividade. Solicitamos a observância deste período para garantir a regularidade do processo.	
PRESSUPOSTOS DE ANÁLISE DA ATIVIDADE ASSÍNCRONA NO AVNEI VISA ASSEGURAR A CONSONÂNCIA TEÓRICA E POLÍTICA NO ÂMBITO DO PRISME.	
As atividades assíncronas são analisadas pelo(a) formador(a) do PRISME, a partir das evidências e informações submetidas no AVNEI, tendo como referência os critérios estabelecidos, em conformidade com os seguintes **pressupostos** gerais: 1. consonância com a concepção do PRISME; 2. normatividade (atende aos objetivos e normas nacionais); 3. legalidade (legitimidade, aprovação, oficialidade, validade), abstendo-se de entrar na seara jurídica; 4. adequação em conteúdo (consistência, coerência, fluência, relevância, suficiência, veracidade, autenticidade); e 5. forma (estética, lógica, estruturação).	
ESCLARECIMENTOS CONCEITUAL	
De acordo com Brito; Souza; e Carvalho (2021), as **evidências** consistem na comprovação dos indicadores da política em questão e que se expressa concretamente em atos normativos: **lei, medida provisória, decreto, portaria, regulamento, regimento e resolução.** E outros atos, como ofício, memorando, ata, relatórios, objeto e/ou material físico, dados, gráficos, tabelas, indicadores de órgãos oficiais e outros documentos.	
Monitoramento se torne um ato contínuo de observação, pelo qual são tornadas públicas as informações a respeito do progresso que vai sendo feito para o alcance das metas definidas (BRASIL/2016). **Avaliação** seja entendida como o ato periódico de dar valor aos resultados alcançados até aquele momento, às ações que estejam em andamento e àquelas que não tenham sido realizadas, para determinar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e para orientar a tomada de decisões (BRASIL/2016).	
ANÁLISE	
CRITÉRIOS	A elaboração dos Planos Municipais de Educação constitui um momento decisivo para fortalecer o compromisso público com a educação enquanto direito fundamental. Constituem dimensões do PME: a) o diagnóstico da situação educacional; b) os problemas, desafios e causas para o desenvolvimento da educação; c) os objetivos, as metas e estratégias políticas que direcionem ações; d) financiamento; e) monitoramento e avaliação. O Plano deve expressar o esforço coletivo sobre o futuro da educação, por meio da participação democrática da sociedade civil, fóruns, conselhos, secretarias de educação,

	poder legislativo e de órgãos públicos. A qualidade de um plano está diretamente ligada ao seu processo de elaboração. Nesse sentido, para cada questão, o(a) formador(a) deve identificar se as respostas apresentam consonância a Lei 15.388/2026, de 14 de abril, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026-2036. Os fundamentos são: **problema, causas, objetivo, estratégias e meta.** Para aprofundar na análise dos fundamentos é imprescindível a leitura do Guia para elaboração dos Planos Municipais e Estaduais elaborado pela SASE/MEC, entre as páginas 22 e 40, disponível no link abaixo: https://drive.google.com/file/d/1280S4wq1uzFxpXGV_qHmeNuFqI1cMsB3/view?usp=sharing Na eventual identificação de divergências conceituais em relação aos fundamentos, abaixo uma síntese, que pode ser utilizada e aprofundada para fazer os devidos esclarecimentos. 6. O problema público é aquele que o município se dispõe a modificar, com a mobilização de recursos que transformem a realidade observada em direção à realidade desejada, ou seja, expressa uma condição negativa da sociedade. 7. A descrição do problema deve ser descrito de maneira específica e objetiva, com base na leitura da realidade e em fatos verificáveis; 8. As causas do problema são fatos e situações verificados (evidências) que têm relação com os descritores do problema. Os objetivos de mudanças que se deseja alcançar são explícitos. 9. Objetivo é uma mudança (positiva) na realidade sobre a qual se intervém e que seja alcançável. A formulação do objetivo deriva do problema declarado e busca expressar a situação desejada ao final do período do Plano. 10. Metas são as referências qualitativas e quantitativas que permitem verificar se as mudanças, expressas nos objetivos, estão sendo alcançadas. A formulação das metas deriva da análise dos descritores declarados para o problema. Quanto a desconformidade em relação ao Projeto de Lei nº 2614, torna-se necessária à sua explicitação fundamentada, extraindo elementos do PL. Tais procedimentos não visam apenas a correção formal, mas a promoção de uma reflexão crítica, buscando o alinhamento quanto ao conteúdo e forma necessários para o fortalecimento do PME.
DOCUMENTOS REFERÊNCIAS PARA ANÁLISE	● LEI Nº 15.388/2026 – Aprova o Plano Nacional de Educação 2026-2036 ● GUIA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO: passo a passo para elaborar planos decenais de educação - a partir da página 22. ● PNE: DOCUMENTO DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NACIONAL Acesso: https://drive.google.com/drive/folders/1y6vBkfuTSkOxz7FMMsUsVLCjmGeUgrQC?usp=sharing
CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES	
A atividade tem o objetivo de conhecer a realidade da educação municipal no que se refere à elaboração do novo Plano Municipal de Educação e contribuir com o movimento de institucionalização efetiva e gestão do Sistema Municipal de Ensino/Educação (SME). Esse esforço tem o próposito de levantar pontos de reflexão acerca dos desafios da elaboração do PME, pautado na metodologia da resolução de problemas, envolvendo diagnóstico da situação educacional no município, os problemas identificados, os objetivos estabelecidos, as metas e estratégias para o próximo decênio.	

INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO ATIVIDADE ASSÍNCRONA I /2026	
Título	POLÍTICAS EDUCACIONAIS EXPRESSAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: problemas relacionados ao alcance das finalidades educacionais e causas (materiais e humanas) que obstaculizam à garantia do direito à educação e suscita a elaboração de objetivo, meta e estratégias.
Regional:	
Município:	
Nome do Supervisor Municipal:	
Nome do(a) Formador(a):	
QUESTÃO 1	
1) POLÍTICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL de 0 a 3 anos	

CONSIDERAÇÕES:

- **Problema:**
- **Causa:**
- **Objetivo:**
- **Estratégia:**
- **Meta:**

QUESTÃO 2

2) POLÍTICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL de 4 a 5 anos

CONSIDERAÇÕES:

- **Problema:**
- **Causa:**
- **Objetivo:**
- **Estratégia:**
- **Meta:**

QUESTÃO 3

3) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS: Anos Iniciais

CONSIDERAÇÕES:

- **Problema:**
- **Causa:**
- **Objetivo:**
- **Estratégia:**
- **Meta:**

QUESTÃO 4

4) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS: Anos Finais

CONSIDERAÇÕES:

- **Problema:**
- **Causa:**
- **Objetivo:**
- **Estratégia:**
- **Meta:**

QUESTÃO 5

5) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – Educação Especial (alunos com deficiência)

CONSIDERAÇÕES:

- **Problema:**
- **Causa:**
- **Objetivo:**
- **Estratégia:**
- **Meta:**

QUESTÃO 6

6) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – Educação do Campo

CONSIDERAÇÕES:

- **Problema:**
- **Causa:**
- **Objetivo:**
- **Estratégia:**
- **Meta:**

QUESTÃO 7

7) POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – Educação do Integral
CONSIDERAÇÕES: ● **Problema:** ● **Causa:** ● **Objetivo:** ● **Estratégia:** ● **Meta:**
CONSIDERAÇÕES FINAIS:
Palmas, XX de maio de 2026. _____ Nome do(a) formador(a)

INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO ATIVIDADE ASSÍNCRONA II /2026	
Título	POLÍTICAS EDUCACIONAIS EXPRESSAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: problemas relacionados ao alcance das finalidades educacionais e causas (materiais e humanas) que obstaculizam à garantia do direito à educação e suscita a elaboração de objetivo, meta e estratégias.
Regional:	
Município:	
Nome do Supervisor Municipal:	
Nome do(a) Formador(a):	
QUESTÃO 1	
POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – Educação Tecnológica	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 2	
POLÍTICA ESTRUTURANTE PARA REALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL (PADRÕES MÍNIMOS DE INFRAESTRUTURA: estrutura física, transporte, energia elétrica, água potável e Internet)	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 3	
POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - formação, cargo, carreira e valorização	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 4	
POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SM (Instituição dos sistemas, CME, FME, PME, Formação)	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 5	

POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DAS ESCOLAS (PPP, GD, CE, FCE)	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 6	
POLÍTICA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (expressa nos índices de aprovação, reprovação, IDEB e Abandono)	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 7	
POLÍTICA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: alfabetização no ensino fundamental	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 8	
POLÍTICA de Sustentabilidade Socioambiental na Educação	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 9	
POLÍTICA de Acesso, Trajetória e Conclusão e aprendizagem no Ensino Médio	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 10	
POLÍTICA de Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 11	
POLÍTICA de Pós-Graduação stricto sensu	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 12	
POLÍTICA de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica	
PROBLEMA:	
CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
QUESTÃO 13	
POLÍTICA de Financiamento e Infraestrutura da Educação	
PROBLEMA:	

CAUSA(S):	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIA	
META	
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	
Palmas, XX de maio de 2026. _____ Nome do(a) formador(a)	

Monitoramento e Avaliação

Em relação ao **Monitoramento e Avaliação do PRISME**, o trabalho desenvolvido acompanhou a participação dos municípios, a realização das atividades propostas e os movimentos construídos nos territórios para a elaboração dos novos PME.

As informações produzidas ao longo desse percurso subsidiaram o planejamento das ações do PRISME e a atuação dos formadores junto aos Municípios. Isto é, mais do que registrar presença ou entrega de atividades, o monitoramento busca reconhecer avanços, dificuldades, demandas e necessidades de apoio. Assim, os dados produzidos retornam ao próprio movimento formativo, contribuindo para ajustar orientações, fortalecer o acompanhamento e aproximar as ações do Programa das condições concretas vivenciadas pelos Municípios.

Acompanhamento e monitoramento da participação dos Municípios nas ações do PRISME

O acompanhamento da participação dos Municípios considera os Momentos Formativos, as reuniões presenciais e a realização das atividades assíncronas, com base nos registros das ações e nas informações disponibilizadas no AVNEI. Essa sistematização permite visualizar, por Município e por regional, a continuidade da participação e as situações que requerem maior atenção.

Esse acompanhamento e monitoramento não se limitam ao controle de frequência ou à verificação do cumprimento das atividades, mas as informações produzidas oferecem subsídios para a atuação da Gestão do PRISME, da Coordenação de Monitoramento e Avaliação e dos formadores regionais, especialmente, junto aos Municípios que apresentam ausências, pendências ou dificuldades na continuidade do percurso formativo.

A seguir, apresentam-se os Boletins Informativos referentes aos períodos de dezembro de 2025 e agosto de 2026, que sintetizam as principais ações desenvolvidas no âmbito do PRISME.

Boletins Informativos

Boletim PRISME |Jan. 2026

PRISME

CERTIFICAÇÃO DO PRISME 2025 CONSOLIDA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL NOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES

O Programa de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME) integra as ações da Rede ColaborAção Tocantins e tem como objetivo assegurar processos de formação continuada, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política e gestão educacional.

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

- **139** municípios compõem o estado do Tocantins;
- **116** municípios aderiram ao PRISME em 2025;
- **111** municípios concluíram o processo formativo;
- **95,68%** de certificação entre os municípios participantes.

REPRESENTATIVIDADE DOS PARTICIPANTES

O processo formativo contou com a participação de diferentes atores da gestão educacional municipal, entre eles Dirigentes Municipais de Educação, Supervisores Municipais do PRISME, representantes dos Conselhos Municipais de Educação, representantes dos Fóruns Municipais de Educação, além de técnicos das Secretarias Municipais de Educação.

Certificação entregue aos cursistas concluintes em 2025.

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

Boletim PRISME |Fev. 2026

PRISME

SEMINÁRIO DE ABERTURA DA RCT INICIA O CICLO FORMATIVO DO PRISME 2026

CONTEXTO DO EVENTO

Entre os dias 11 e 12 de **fevereiro de 2026**, foi realizado, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Palmas o **Seminário de Abertura da Rede ColaborAção Tocantins (RCT)**, marco inicial das atividades formativas do PRISME em 2026.
A iniciativa integra o processo de formação continuada em política e gestão educacional, articulando acompanhamento e monitoramento dos Sistemas Municipais e subsidiando a elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) para o decênio 2026-2036.

PARTICIPAÇÃO

- Mais de 350 cursistas no Seminário;
- 114 municípios participantes no I Momento Formativo PRISME 2026;
- 265 cursistas no Momento Formativo;
- 7 Regionais PRISME de formação.

Participantes do Seminário de Abertura da RCT 2026 no auditório da UFT - Palmas.

OBJETIVOS

- Apoiar a elaboração dos PME 2026-2036;
- Fortalecer a gestão democrática da educação nos municípios;
- Contribuir para a institucionalização dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação;

ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

A formação abordou a **temática** "Educação municipal do Tocantins na perspectiva da garantia de direitos formalizados: planejamento participativo para consolidação da elaboração dos PME 2026-2036".

O encontro foi organizado em **7 regionais** e desenvolveu atividades de **planejamento participativo** voltados à construção de um Plano de Ação para a elaboração dos Planos Municipais de Educação ao longo deste ano.

Regional de Araguaína

Regional de Colinas e Paraíso

Regional de Arraias, Dianópolis e Guaraí

Regional de Porto Nacional e Tocantinópolis

Regional de Gurupi

Regional de Palmas, Miracema e Pedro Afonso

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

Boletim PRISME |Mar. 2026

PRISME

COLETIVO PRISME REALIZA FORMAÇÃO PRESENCIAL PARA PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES FORMATIVAS DE 2026

No dia 06 de março de 2026, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Palmas, foi realizada a formação presencial do Coletivo PRISME, com o objetivo de o desenvolvimento das atividades formativas do programa ao longo deste ano.

O encontro contou com a presença da Coordenação Geral do Programa, representada pela professora Dra. Rosilene Lagares, juntamente com a equipe de coordenadores e formadores que atuam no PRISME.

Coletivo Prisme em formação.

Coletivo Prisme em formação.

A formação teve como foco principal o alinhamento das ações formativas que serão desenvolvidas em 2026, com destaque para o processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação, que será conduzido nos municípios por meio da Metodologia da Resolução de Problemas, proposta pelo Ministério da Educação (MEC).

Parte da equipe que compõe o Coletivo PRISME em 2026.

Com essa iniciativa, o PRISME reafirma seu compromisso com a formação continuada dos profissionais da educação das redes municipais, apoiando centenas de municípios tocantinenses na construção coletiva dos novos Planos Decenais de Educação, instrumentos fundamentais para o planejamento e o desenvolvimento das políticas educacionais no âmbito municipal.

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

Boletim PRISME |Mar. 2026

PRISME

II MOMENTO FORMATIVO DO PRISME REÚNE MILHARES DE PARTICIPANTES EM WEBINÁRIO SOBRE PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

No dia 19 de março de 2026, foi realizado o II Momento Formativo do PRISME, por meio de um webinário com especialista da área educacional, transmitido no canal oficial do programa no YouTube.

TEMATICA ABORDADA

O encontro integrou o conjunto de ações formativas voltadas à elaboração dos Planos Municipais de Educação (2026–2036) nos municípios participantes.

Profa. Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin – UNIR Docente da Universidade Federal de Rondônia, contribuiu de forma significativa para o alcance dos objetivos propostos no webinário, trazendo perspectivas teóricas e práticas sobre planejamento educacional inclusivo.

Profissionais das redes municipais reunidos coletivamente para participação no II Momento Formativo do PRISME 2026.

Profissionais das redes municipais reunidos coletivamente para participação no II Momento Formativo do PRISME 2026.

O webinário contou com a expressiva participação dos profissionais das redes municipais de ensino, alcançando mais de **2.900 visualizações simultâneas**. Esse número se amplia à medida que os municípios, que já somam **124 adesões ao PRISME em 2026**, organizaram momentos coletivos para acompanhamento da formação em suas redes.

ACESSE O MOMENTO FORMATIVO

Escaneie o QR Code e participe desse importante momento de formação continuada.

Com a realização do II Momento Formativo, o PRISME, por meio da Rede Colaboração Tocantins (RCT), reafirma seu compromisso com a formação continuada, o fortalecimento da gestão democrática da educação e a promoção de uma educação pautada na qualidade socialmente referenciada.

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

Boletim PRISME |Mar. 2026

II MOMENTO FORMATIVO DO PRISME REÚNE MILHARES DE PARTICIPANTES EM WEBINÁRIO SOBRE PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

No dia 19 de março de 2026, foi realizado o II Momento Formativo do PRISME, por meio de um webinário com especialista da área educacional, transmitido no canal oficial do programa no YouTube.

TEMATICA ABORDADA

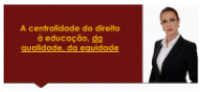
O encontro integrou o conjunto de ações formativas voltadas à elaboração dos Planos Municipais de Educação (2026–2036) nos municípios participantes.

Profissionais das redes municipais reunidos coletivamente para participação no II Momento Formativo do PRISME 2026.

O webinário contou com a expressiva participação dos profissionais das redes municipais de ensino, alcançando mais de **2.900 visualizações simultâneas**. Esse número se amplia à medida que os municípios, que já somam **130 adesões ao PRISME em 2026**, organizaram momentos coletivos para acompanhamento da formação em suas redes.

ACESSE O MOMENTO FORMATIVO

Escaneie o QR Code e participe desse importante momento de formação continuada.



Profa. Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin – UNIR Docente da Universidade Federal de Rondônia, contribuiu de forma significativa para o alcance dos objetivos propostos no webinário, trazendo perspectivas teóricas e práticas sobre planejamento educacional inclusivo.

Profissionais das redes municipais reunidos coletivamente para participação no II Momento Formativo do PRISME 2026.

Com a realização do II Momento Formativo, o PRISME, por meio da Rede Colaboração Tocantins (RCT), reafirma seu compromisso com a formação continuada, o fortalecimento da gestão democrática da educação e a promoção de uma educação pautada na qualidade socialmente referenciada.

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

Boletim PRISME |Abril. 2026

ORGANIZAÇÃO POR REGIONAIS FORTALECE O ACOMPANHAMENTO AOS MUNICÍPIOS NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Em 2026, o PRISME está estruturado em **8 regionais**, com o objetivo de atender e acompanhar os **124 municípios** que aderiram ao Programa. Essa organização territorial possibilita maior proximidade e efetividade no desenvolvimento das ações formativas.

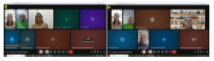
As regionais estão assim organizadas:

- Regional de Araguaína
- Regional de Araguatins
- Regional de Colinas e Paraíso
- Regional de Arraias, Dianópolis e Guaraí
- Regional de Gurupi
- Regional de Porto Nacional
- Regional de Tocantinópolis e Pedro Afonso
- Regional de Miracema e Palmas

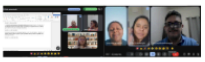
A partir dessa organização, os formadores do PRISME vêm realizando **encontros formativos e de acompanhamento nos municípios**, que ocorrem de forma individualizada ou em pequenos grupos, reunindo até três municípios por encontro.

Momento de acompanhamento com municípios da Regional de Miracema e Palmas, fortalecendo o planejamento educacional.

Equipes da rede municipal de educação da Regional de Gurupi participando de encontro formativo voltado à construção dos Planos Municipais de Educação.



Municípios da Regional de Tocantinópolis e Pedro Afonso reunidos para orientação e alinhamento do processo de elaboração do PME.



Momento de acompanhamento com municípios da Regional de Porto Nacional e Regional de Arraias, Dianópolis e Guaraí, fortalecendo o planejamento educacional.

Esses momentos têm como foco **acompanhar e fortalecer o plano de trabalho de cada município**, com vistas à **elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME)**, tomando como referência a **Metodologia da Resolução de Problemas**.

As ações desenvolvidas evidenciam o compromisso do PRISME com a **formação continuada, o acompanhamento sistemático e o fortalecimento da gestão educacional.**

Além de promover o acompanhamento técnico, os encontros contribuem para a troca de experiências entre os municípios, o alinhamento das ações e o fortalecimento das equipes locais envolvidas no processo.

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

Boletim PRISME |Abr. 2026

FORMAÇÃO PRESENCIAL COM SUPERVISORES MUNICIPAIS FORTALECE A ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Nos dias **23 e 24 de abril de 2026**, foi realizada, no CUICA da Universidade Federal do **Tocantins (UFT), em Palmas, a** Formação Presencial dos Supervisores Municipais do PRISME, reunindo profissionais das redes municipais de ensino para dar continuidade ao movimento formativo do programa.

II Encontro com Supervisores Municipais reúne centenas de participantes em Palmas, nos dias 23 e 24 de abril.

TEMATICA DO ENCONTRO

O encontro teve como temática "**Elaboração dos Planos Municipais de Educação por meio da mobilização da comunidade educacional/escolar e Atividade Assíncrona I/2026**", tendo como referência a **Lei nº 15.388/2026**, que orienta a estrutura dos novos planos decenais de educação..

II Encontro com Supervisores Municipais em Palmas, na UFT.

OBJETIVOS DA FORMAÇÃO

Foram objetivos desta formação:

- Dar **continuidade** ao processo de **elaboração dos Planos Municipais de Educação**, considerando a legislação vigente e as contribuições formativas do PRISME;
- Rememorar a estrutura e a dinâmica da formação PRISME 2026, incluindo o esclarecimento de dúvidas sobre a Atividade Assíncrona I/2026;
- Compreender a estrutura, o conteúdo e a dinâmica de elaboração dos planos decenais de educação, conforme o Projeto a Lei nº 15.388 de 2026 (PNE - 2026-2036).

PARTICIPAÇÃO

A formação contou com a **presença de supervisores municipais de 82 dos 124 municípios que aderiram ao PRISME em 2026**, além de outros representantes dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação (SME).
Ao todo, cerca de **130 cursistas participaram** deste importante momento de formação, debate e esclarecimento de dúvidas..

II Encontro com Supervisores Municipais em Palmas, na UFT.

RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

O momento formativo **promoveu o alinhamento das ações**, o **fortalecimento das equipes municipais** e o aprofundamento das discussões sobre a **elaboração dos PME**.
Como encaminhamento, os Supervisores Municipais deverão reunir os cursistas em seus municípios para dar continuidade às atividades do programa.
A ação reforça a articulação local e o desenvolvimento coletivo do processo formativo..

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

Boletim PRISME |Maio. 2026

III MOMENTO FORMATIVO PROMOVE DEBATE SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA E MOBILIZAÇÃO SOCIOEDUCACIONAL NA ELABORAÇÃO DOS PME

No dia **07 de maio de 2026**, o PRISME realizou o **III Momento Formativo**, transmitido pelo canal oficial do programa no YouTube, reunindo cursistas de diferentes municípios para aprofundar as discussões acerca da elaboração dos novos **Planos Municipais de Educação (PME 2026–2036)**.

TEMATICA E OBJETIVO DO ENCONTRO

Com a temática **"Planos Municipais de Educação, gestão democrático-participativa e mobilização socioeducacional via espaços e mecanismos de participação"**, o encontro teve como objetivo **aprofundar o conhecimento sobre o planejamento educacional**, tomando como centralidade a reflexão sobre a gestão democrático-participativa e a mobilização socioeducacional.

A formação buscou, ainda, **atualizar o debate acerca da função dos diferentes colegiados de participação social**, considerando a legislação educacional vigente, especialmente a **Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE nº 220/2025) e a Lei do Plano Nacional de Educação (PNE nº 15.388/2026)**.

Cursistas reunidos coletivamente para participação no III Momento Formativo.

ACESSE O MOMENTO FORMATIVO

Escaneie o QR Code e participe desse importante momento de formação continuada.

PALESTRA COM DR. SIMOME FLACH

O momento contou com a participação da professora Dra. Simone Flach, que conduziu uma importante discussão sobre o papel e a atualização das funções dos:

- Conselhos Municipais de Educação (CME);
- Fóruns Municipais de Educação (FME);
- Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACs-Fundeb);
- Conselhos Escolares.

A palestra foi marcada por **reflexões aprofundadas**, exemplos concretos e debates sobre a atuação dos colegiados na efetivação da gestão democrática da educação. Ao final do encontro, os cursistas puderam interagir com a palestrante, esclarecendo dúvidas e ampliando as discussões desenvolvidas ao longo da formação.

ENCAMINHAMENTOS E PARTICIPAÇÃO

Após a palestra, foi apresentada aos cursistas a **Atividade Assíncrona II/2026**, cujo objetivo é retomar o esboço parcial dos Planos Municipais de Educação com base na **Metodologia da Resolução de Problemas**.
A atividade orienta os municípios na continuidade da construção coletiva dos PME, considerando os diagnósticos locais e as discussões realizadas durante os momentos formativos do programa.

Por fim, o III Momento Formativo contou com a participação de **mais de 2 mil cursistas**, evidenciando a relevância do PRISME e da parceria estabelecida com os municípios tocantinenses no processo de elaboração dos novos Planos Municipais de Educação.

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

Boletim PRISME |Jul. 2026

IV MOMENTO FORMATIVO DEBATE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL FRENTE AO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Em **02 de julho de 2026** o PRISME realizou o **IV Momento Formativo**, em formato de webinário, transmitido pelo canal oficial do Programa no YouTube. A formação teve como temática o **"Planejamento e gestão da Educação Municipal frente às repercussões da formalização do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 2025: aspectos conceituais, históricos, organizativos e operacionais"**.

REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A formação contou com a participação do **Prof. Dr. Marcelo Soares (UFU)**, que conduziu a exposição inicial e o debate sobre a temática central do encontro.

A palestra buscou contribuir para uma reflexão teórico-prática acerca das **repercussões do SNE no planejamento e na gestão da educação municipal**, abordando aspectos relacionados à Educação Pública, ao Direito à Educação, à Gestão Democrática, à Equidade Inclusiva e à Qualidade Socialmente Referenciada.

PARTICIPAÇÃO

O Momento Formativo foi acompanhado por mais de 1,3 mil cursistas inscritos no PRISME 2026. Esse alcance pode ser ainda maior, considerando que diversos municípios organizam seus coletivos para acompanhar conjuntamente as transmissões do Programa.
A participação evidencia a mobilização das redes municipais e a importância do movimento formativo desenvolvido pelo PRISME no apoio à elaboração dos novos Planos Municipais de Educação.

GESTÃO PRISME: PRÓXIMOS PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DOS PME

Após a palestra, foram dadas as orientações para a consolidação do esboço dos Planos Municipais de Educação, por meio da Atividade – Esboço Final PME PRISME 2026, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos coletivos municipais ao longo das atividades formativas.
No momento ainda foram apresentadas orientações para a realização da Miniconferência Municipal PRISME de Educação I, prevista para 27 de agosto de 2026.

IV Momento Formativo transmitido no canal oficial do PRISME no Youtube.

FORMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

Com mais um momento formativo, o PRISME reafirma seu compromisso de **oferecer formação continuada em política e gestão educacional aos municípios**, articulada ao acompanhamento, monitoramento e avaliação sistemáticos do processo de elaboração dos PME.

ACESSE O MOMENTO FORMATIVO

Escaneie o QR Code e participe dessse importante momento de formação continuada.

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

Boletim PRISME |Ago. 2026

V MOMENTO FORMATIVO REÚNE REPRESENTANTES MUNICIPAIS NA I MINICONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nos dias **27 e 28 de agosto de 2026**, a Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Palmas, recebeu o **V Momento Formativo do PRISME – I Miniconferência Municipal de Educação**, reunindo cerca de **280 participantes, representantes de 119 municípios tocantinenses**.

O encontro teve como foco as repercussões da formalização do **Sistema Nacional de Educação (SNE) – Lei Complementar nº 220/2025 – e do Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 15.388/2026** para o planejamento e a gestão da educação nos municípios, especialmente para a **elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME 2026-2036) e para a institucionalização dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação (SME)**.

V Momento Formativo reúne centenas de participantes em Palmas, nos dias 27 e 28 de agosto.

SNE, PNE E AS REPERCUSSÕES PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A programação do **V Momento Formativo** foi organizada em **quatro partes articuladas**: sessão formativa de abertura e conferência geral; mesa de encaminhamentos e esclarecimento de dúvidas; grupos de trabalho conduzidos pelos formadores do PRISME; e mesa de encerramento.
As discussões tiveram como foco os aspectos estruturantes para o **diagnóstico, a elaboração e a efetivação dos novos Planos Municipais de Educação (PME)**, contemplando os planos de ações educacionais, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação. Também foram debatidos os desafios para a **institucionalização dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação (SME)** e a necessária revisão e atualização de suas normas diante do novo contexto normativo nacional.
Nos grupos de trabalho, essas reflexões foram aprofundadas a partir das **realidades vivenciadas pelos municípios**, possibilitando a troca de experiências, o esclarecimento de dúvidas e a discussão coletiva dos desafios relacionados à elaboração dos PME e ao fortalecimento dos SME.

V Momento Formativo Presencial, em Palmas.

Redação: Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PRISME | **Realização:** PRISME/ Rede Colaboração Tocantins.

RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE AÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA ELABORAÇÃO DO PME

PRISME

Relatório do I Momento Formativo: situação dos municípios em relação ao plano de ação para elaboração do PME

12 de fevereiro de 2026

Salas Regionais	Municípios Presentes	Esboço Elaborado	Esboço Parcial	Sem Esboço	Plano Completo
7	116	27	52	35	8

Número de municípios presentes por sala regional	
Araguaína	16
Araguatins	9
Arraias, Dianópolis e Guaraí	16
Colinas e Paraíso	22
Gurupi	14
Miracema, Palmas e Pedro Afonso	16
Tocantinópolis e Porto Nacional	23

Este relatório foi elaborado a partir dos dados registrados em relatório manuscrito pelos formadores do I Momento Formativo do PRISME 2026, realizado em 12 de fevereiro de 2026. Os registros foram sistematizados e geraram uma planilha Excel — disponível como documento complementar — que detalha a situação de cada município participante quanto ao esboço do PME e ao plano de ação para retomada.

1. SITUAÇÃO DAS REGIONAIS QUANTO AO OBJETIVO DA FORMAÇÃO

A tabela abaixo apresenta, de forma consolidada, a situação registrada em cada regional.

Regional	Presentes	Possuem esboço do PME elaborado	Possuem esboço do PME parcialmente elaborado	Ainda não iniciaram o esboço do PME	Plano de Ação Completo	Prazo estabelecido para entrega do Plano de Ação
Araguaína	15	10	5	0	8	Mesmo dia da formação
Araguatins	9	0	7	2	0	Não definido
Arraias, Dianópolis e Guaraí	16	10	0	6	0	A definir
Colinas e Paraíso	22	7	13	2	0	15 dias (até ~27/02)
Gurupi	14	0	2	12	0	05/03/2026
Miracema, Palmas e Pedro Afonso	16	0	2	14	0	A definir
Tocantinópolis e Porto Nacional	23	1	22	0	0	20/03/2026
TOTAL	116	29	52	35	8	—

2. ANÁLISE DE PROGRESSO — ESBOÇO E PLANO DE AÇÃO

Os gráficos abaixo apresentam os dados quantitativos por regional.

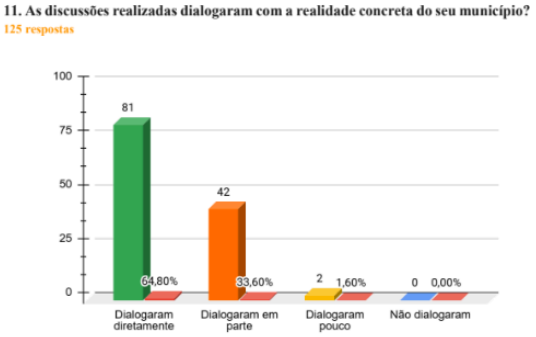
Regional	% Esboço avançado	Situação do esboço	% Plano iniciado	Situação do plano de ação
Araguaína	83%	83%	72%	72%
Araguatins	50%	50%	39%	39%
Arraias, Dianópolis e Guaraí	65%	65%	2%	2%
Colinas e Paraíso	61%	61%	2%	2%
Gurupi	7%	7%	4%	4%
Miracema, Palmas e Pedro Afonso	6%	6%	12%	12%
Tocantinópolis e Porto Nacional	52%	52%	0%	0%

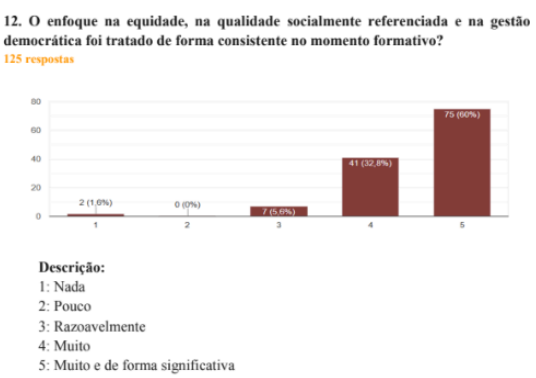
EXTRATO DOS RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS MOMENTOS FORMATIVOS

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO DE ABERTURA E I MOMENTO FORMATIVO DO PRISME (2026)

RESPONSÁVEIS PELA SISTEMATIZAÇÃO:
Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito
Esp. Joildy Gomes Brito

Palmas - TO
Fevereiro, 2026



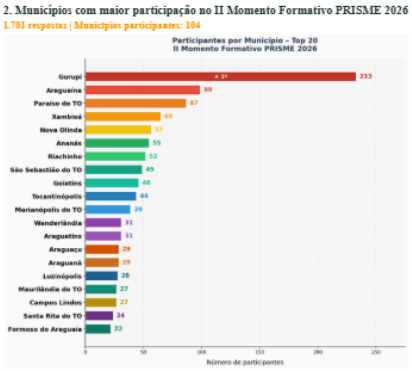


Descrição:
1: Nada
2: Pouco
3: Razoavelmente
4: Muito
5: Muito e de forma significativa

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO II MOMENTO FORMATIVO DO PRISME (2026)

RESPONSÁVEIS PELA SISTEMATIZAÇÃO:
Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito
Esp. Joildy Gomes Brito

Palmas - TO
Março, 2026



O webinário reuniu participantes de praticamente todos os municípios do Tocantins. Gurupi liderou com 233 participantes (13,7%), seguida de Araguaína com 99 (5,8%) e Paraíso do TO com 87 (5,1%). A distribuição geográfica ampla reforça o alcance do PRISME como política de formação de abrangência estadual. A relação completa dos 104 municípios participantes consta no Quadro 1 deste relatório.

PRISME

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO III MOMENTO FORMATIVO DO PRIME (2026)

RESPONSÁVEIS PELA SISTEMATIZAÇÃO:
Dra. Katia Cristina C. Ferreira Brito
Esp. Joildy Gomes Brito

Palmas - TO
Maio, 2026

4. Após a formação, você se sente preparado/a para contribuir nos debates para incorporar os princípios de equidade inclusiva e sustentabilidade educacional no esboço do PME do seu município?

877 respostas

Resposta	Contagem	%
Preparado/a — compreendi os princípios e posso contribuir	321	36.6%
Parcialmente preparado/a — preciso de mais estudo e orientação	485	55.3%
Com dificuldades — os conceitos ainda não estão claros	58	6.6%
Não me sinto preparado/a — preciso de apoio mais intensivo	13	1.5%

36,6% declararam sentir-se plenamente preparados. A maioria (55,3%) indicou preparação parcial. Apenas 8,1% relataram dificuldades expressivas, indicando que o conteúdo foi assimilado em nível conceitual, mas ainda requer instrumentalização prática.

PRISME

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO IV MOMENTO FORMATIVO DO PRIME (2026)

RESPONSÁVEIS PELA SISTEMATIZAÇÃO:
Dra. Katia Cristina C. Ferreira Brito
Esp. Joildy Gomes Brito

Palmas - TO
Julho, 2026

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PME

1. Considerando a realidade de seu município, qual o principal desafio para avançar na elaboração do PME 2026-2036?

Quando questionados sobre o principal desafio municipal para o avanço da elaboração do PME 2026-2036, os participantes apontaram, em primeiro lugar, a mobilização da comunidade escolar e da sociedade civil (181 respostas, 37,3%), seguida pela elaboração de metas, estratégias e indicadores (101, 20,8%) e pela participação dos colegiados e instâncias de gestão democrática (72, 14,8%). Chama atenção que 29 municípios (6,0%) declararam não enfrentar desafios relevantes neste momento do processo.

2. Como você avalia o envolvimento dos colegiados educacionais (CME, FME, CACS-Fundeb, Conselhos Escolares e outros) no processo de elaboração do PME em seu município?

A avaliação do envolvimento dos colegiados educacionais (CME, FME, CACS-Fundeb, Conselhos Escolares e outros) no processo de elaboração do PME foi majoritariamente positiva: 83,1% das respostas (403 de 485) classificaram a participação como muito satisfatória ou satisfatória. Ainda assim, 69 respondentes (14,2%) relataram participação limitada, e 13 (2,7%) indicaram baixa ou nenhuma participação — um ponto de atenção para o fortalecimento da gestão democrática nos municípios.

A seguir, apresentam-se os Relatórios referentes aos períodos de dezembro de 2025 e agosto de 2026, referentes a quatro momentos formativos no âmbito do PRISME.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO DE ABERTURA E MOMENTO FORMATIVO DO PRISME (2026)

Palmas - TO
Fevereiro, 2026

INTRODUÇÃO

Este relatório sistematiza as respostas coletadas por meio do instrumento de avaliação aplicado aos participantes do Seminário de Abertura da Rede Colaboração Tocantins (RCT) e do I Momento Formativo do PRISME 2026, que ocorreram nos dias 11 e 12 de fevereiro. O evento deu início ao ciclo anual de formação da rede, que contou com representantes dos municípios em sete salas regionais. A programação se dividiu em dois momentos que se complementam: um geral, que é formativo, institucional e integrador, e um específico do PRISME, que se destina ao aprofundamento das ações ligadas ao planejamento educacional no âmbito municipal.

Esta análise foi realizada apenas com base nas respostas dos cursistas no questionário de avaliação final das atividades. O questionário consistiu em questões objetivas sobre a formação de modo geral e duas questões dissertativas principais, que visavam a elucidar, por um lado, as contribuições que os participantes consideram mais relevantes para os municípios e, por outro, os aspectos que eles acreditam ser necessário aprofundar no decorrer da formação de 2026.

As respostas abertas foram organizadas por categorização temática, o que possibilitou reconhecer destaques e significados que os participantes atribuíram à formação e às necessidades do planejamento educacional municipal. Assim, o relatório se configura como uma interpretação das percepções dos cursistas expressas na avaliação, tanto no que se refere à avaliação geral do evento quanto aos conteúdos qualitativos que emergiram nas respostas abertas.

Não é uma conferência direta das condições institucionais dos municípios nem uma avaliação externa da eficácia das ações formativas, mas sim uma organização analítica das percepções e necessidades formativas expressas pelos participantes. O intuito deste documento é entender como os cursistas perceberam a formação, quais temas se destacam como prioritários e quais necessidades de aprofundamento foram levantadas a partir de sua vivência no Seminário de Abertura e no I Momento Formativo do PRISME 2026.

I MOMENTO FORMATIVO PRISME – SEMINÁRIO DE ABERTURA DA RCT	
Temática da Formação PRISME	Educação municipal do Tocantins na perspectiva da garantia de direitos formalizados: planejamento participativo para consolidação da elaboração dos PME 2026-2036.
Composição	**Coordenação Geral RCT:** Dr. Leonardo Victor dos Santos (SEE TO) **Coletivo PRISME 2026** **Coordenação Geral e Assessoria:** Dra. Dra. Rosilene Lagares (UFT) e Esp. Ronaldo Muniz. Ronaldo Muniz **Coordenação de Formação:** Dr. Roberto Francisco de Carvalho (UFT) e Dra. Doracy Dias Aguiar de Carvalho (UFT) **Coordenação de Acompanhamento:** Msc. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves, da SEE TO, e Dra. Meire Lúcia Andrade da Silva, da SME Gurupi. Meire Lúcia Andrade da Silva (SME Gurupi) **Coordenação de Monitoramento e Avaliação e Assessoria:** Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito (UFT) e Esp. Joildy Gomes Brito (SME Palmas) **Coordenação AVNEI:** Msc. Adaires Rodrigues de Sousa (SEE TO) **Gestão da Informação e Comunicação:** Msc. Diogo Teixeira de Castro Silva (SME Palmas), Luana Oliveira Lagares e Manuela Silva e Silva (Graduanda PET Pedagogia UFT) **Articulação com os Municípios:** Msc. Rute Soares Rodrigues (Undime/TO) **Formadores:** Dra. Greice Quele Mesquita Almeida (IFTO); Dra. Ângela Noleto da Silva (UFT); Msc. Deyvison Bispo (SEE TO); MSc. Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca (SEE TO); Msc. Paulo Vinícius Santos Sulli Luduvice (SEE Palmas); Me. Meyrivane Teixeira Santos Arraes (SEE TO); Msc. Regivane Martins Ambrózio Silva (SEE TO); Msc. Celestina Maria Pereira de Souza (SEE TO); Msc. Jemima G. Barreira Cavalcante (SEE TO); Msc. Ana Cléia Gomes da Silva (SEE Palmas); Esp. Ronaldo Muniz Silva (UFT); Dr. Robson Vila Nova Lopes (SEE TO); Msc. Raimundo Ferreira Rodrigues (SME Palmas); Msc. Maria Raimunda Carvalho A. Cerqueira (SEE /TO); Msc. Jeffirson da Silva (SME Palmas); Esp. Leandro Vieira (SEE TO); Esp, Leila Pinheiro (SEE TO); Pedagoga Vitória Moreira da Silva Barros; Pedagoga Angêla Sousa Silva
Público-alvo	Dirigente Municipal de Educação Supervisor Municipal PRISME Representante da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PME (CAMA) ou do Fórum Municipal de Educação (FME)
Objetivo	Retomar o quadro Síntese com os pontos estruturantes acerca das potencialidades e aspectos que necessitam de maior atenção na elaboração do esboço do PME a partir da análise das respostas dadas à Atividade Assíncrona IV; Planejar por municípios a retomada da elaboração dos PME 2026-2036 a partir do esboço elaborado em 2025.

Conteúdo	Sintetização pelos formadores/as dos resultados em relação ao esboço dos PME pelos municípios. Estruturação de um plano de retomada para a elaboração dos PME a partir do esboço formulado em 2025 e com foco na mobilização da sociedade, em geral, comunidade educacional e escolar.	
Modalidade	Presencial na UFT	
Data e horário	11/02/2026 (abertura RCT) 12/02/2026 (I MF Prisme)	14h às 18h 08h às 18h

IDENTIFICAÇÃO GERAL DOS PRESENTES NO MOMENTO FORMATIVO

1. Municípios presentes no I Momento Formativo do PRISME 2026

Abreulândia	Aguiarnópolis	Aliança do TO	Ananás
Aparecida do Rio Negro	Aragominas	Araguaçu	Araguanã
Araguatins	Arraias	Axixá do TO	Barra do Ouro
Barrolândia	Bom Jesus do TO	Campos Lindos	Cariri do TO
Carmolândia	Carrasco Bonito	Chapada de Areia	Conceição do TO
Crixás TO	Darcinópolis	Dois Irmãos do TO	Dueré
Figueirópolis	Formoso do Araguaia	Goiatins	Gurupi
Ipueiras	Itacajá	Jaú do TO	Juarina
Lagoa da Confusão	Lagoa do TO	Lajeado	Lavandeira
Lizarda	Maurilândia do TO	Miracema do TO	Monte Santo do TO
Nova Olinda	Novo Acordo	Oliveira de Fátima	Palmeirópolis
Paraíso do TO	Paranã	Peixe	Piraquê
Porto Nacional	Pugmil	Recursolândia	Rio da Conceição
Rio dos Bois	Rio Sono	Sampaio	Santa Maria do TO
Santa Rita do TO	Santa Terezinha do TO	São Félix do TO	São Miguel do TO
São Salvador do TO	São Valério da Natividade	Silvanópolis	Sítio Novo
Talismã	Tocantinópolis	Tupirama	Tupiratins
Wanderlândia	Xambioá	Angico	Natividade

Pindorama	Fátima	Nazaré	Cachoeirinha
Luzinópolis	Itaguatins	Brejinho de Nazaré	Monte do Carmo
Guaraí	Taguatinga	Novo Jardim	Goianorte
Almas	Tabocão	Porto Alegre do TO	Pequizeiro
Itaporã	Taipas	Aurora	Combinado
Esperantina	São Sebastião	Augustinópolis	Praia Norte
Riachinho	Santa Fé	Araguaína	Babaçulândia
Palmeirante	Pium	Brasilândia	Itapiratins
Cristalândia	Pau D'arco	Bandeirantes	Caseara TO
Nova Rosalândia	Colinas do TO	Sandolândia	Divinópolis
Marianópolis	Miranorte	-	-
TOTAL	**114**		

2. Representação presente no Movimento Formativo PRISME

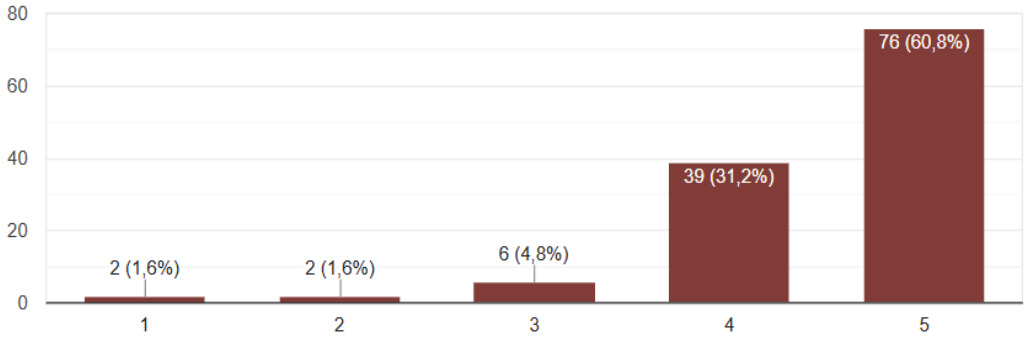
125 respostas

Representação	Qnt	%
Supervisor (a) Municipal no PRISME	52	42,4
Dirigente Municipal de Educação (DME)	34	27,2
Representante do Conselho do Fundeb ou da Câmara do Fundeb	2	1,6
Representante do Conselho Municipal de Educação (CME)	3	2,4
Representante do Fórum Permanente de Educação Municipal (FME)	16	12,8
Membro da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PME (CAMA)	2	1,6
Responsável pelo ICMs Educacional	3	2,4
Representante dos técnicos lotados na Secretaria Municipal de Educação	8	6,4

PARTE I - AVALIAÇÃO DA ABERTURA E DO MOMENTO GERAL

3. O seminário de abertura contribuiu para ampliar sua compreensão sobre o papel da gestão pública educacional no cumprimento das condicionalidades do VAAR/FUNDEB?

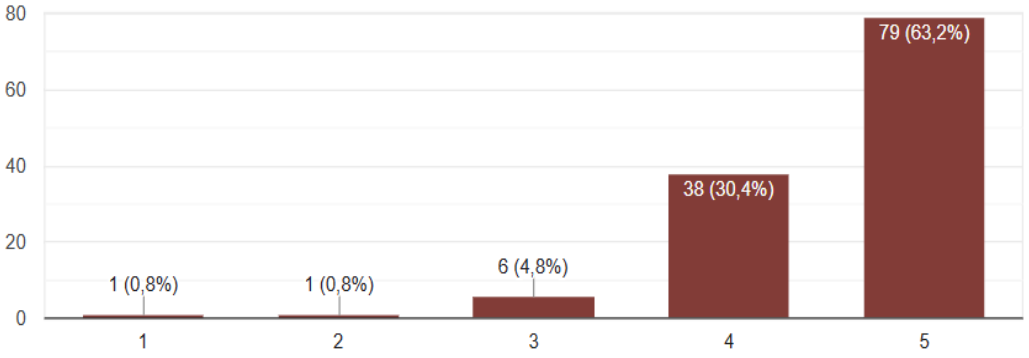
Total de respostas: 125



Descrição:
1: Nada
2: Pouco
3: Razoavelmente
4: Muito
5: Muito e de forma significativa

4. O evento possibilitou a articulação entre política educacional, planejamento e equidade na gestão municipal?

Total de respostas: 125

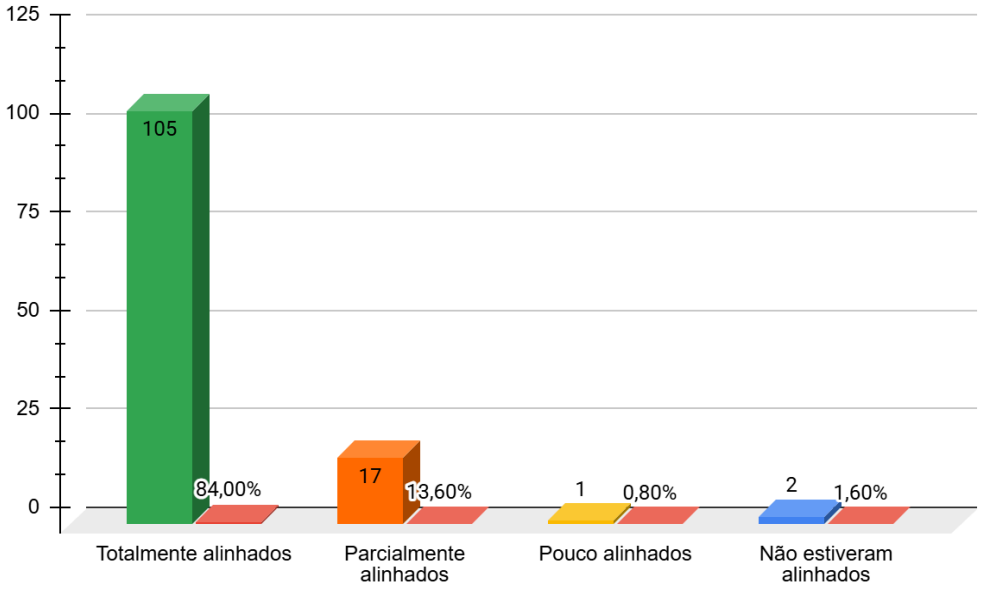


Descrição:
1: Nada
2: Pouco
3: Razoavelmente

4: Muito
5: Muito e de forma significativa

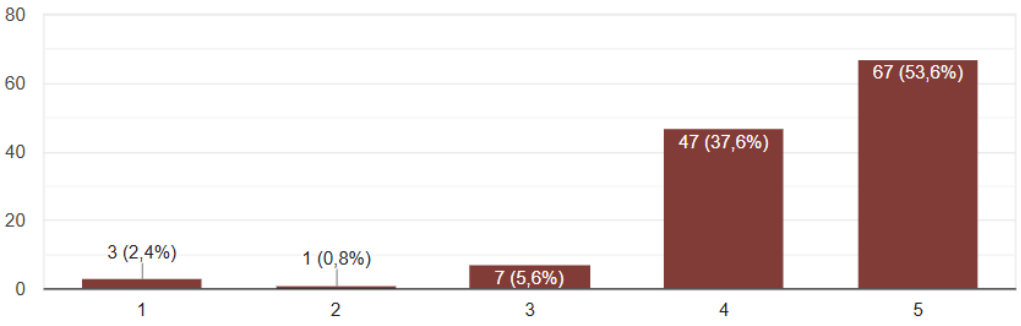
5. As mesas, falas institucionais e momentos formativos estiveram alinhados aos objetivos anunciados para o Seminário?

Total de respostas: 125



6. O debate realizado ajudou a compreender melhor os desafios concretos dos municípios no planejamento educacional?

Total de respostas: 125

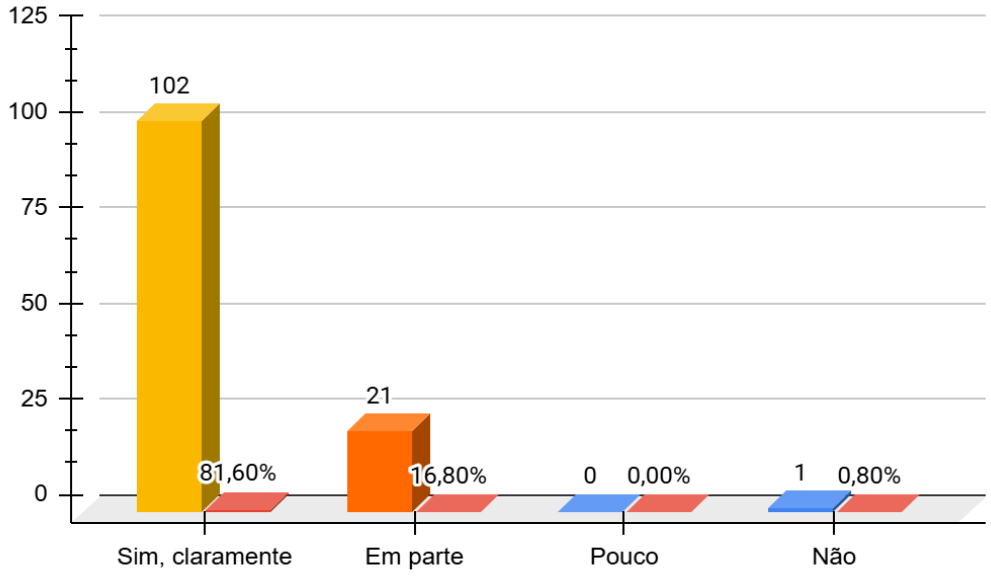


Descrição:
1: Nada
2: Pouco
3: Razoavelmente

4: Muito
5: Muito e de forma significativa

7. Após a manhã do Seminário, você se sentiu mais mobilizado(a) para participar ativamente das ações formativas da RCT/PRISME em 2026?

Total de respostas: 125



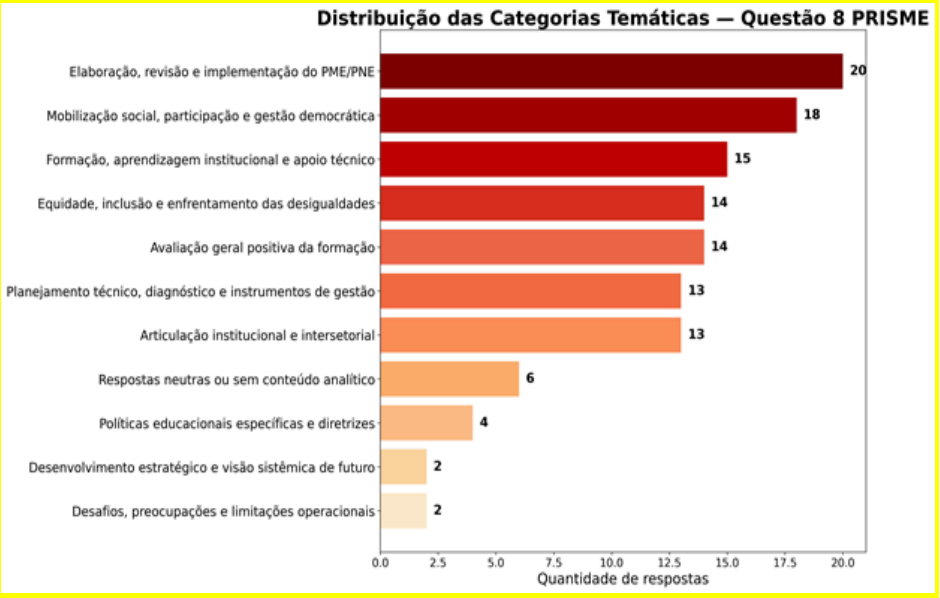
8. Que ideia, reflexão ou provocação do momento geral você considera mais relevante para o seu município neste início de 2026?

Categoria temática	Descrição / Explicação	Qnt	3 exemplos literais das respostas	Descrição analítica
Elaboração, revisão e implementação do PME/PNE	Respostas centradas diretamente na construção do Plano Municipal de Educação, alinhamento ao PNE, execução do plano ou sua estruturação técnica. É o núcleo mais evidente da agenda formativa.	20	"Foco no Plano Municipal de Educação" · "A construção do PME" · "Começarmos a estudar a proposta do plano nacional para elaborar o municipal"	Revela internalização do planejamento como eixo organizador da política educacional.

Mobilização social, participação e gestão democrática	Ênfase na participação da comunidade, engajamento de atores locais, construção coletiva, democratização da gestão e ampliação da adesão social ao planejamento educacional.	18	"Maior mobilização de todos." · "A mobilização e efetiva participação democrática da sociedade" · "Provocar a mobilização do maior número de pessoas para participar da construção do novo PME."	Indica reconhecimento do planejamento como processo político-social e não apenas técnico.
Equidade, inclusão e enfrentamento das desigualdades	Referências explícitas à equidade educacional, justiça social, inclusão de grupos específicos e redução de desigualdades como princípio orientador do planejamento.	14	"Sobre a política da equidade" · "Esclarecimentos sobre as desigualdades" · "A importância da equidade para uma Educação igualitária"	Representa deslocamento do foco do acesso para a justiça educacional.
Planejamento técnico, diagnóstico e instrumentos de gestão	Menções a processos técnicos do planejamento educacional: diagnóstico, plano de trabalho, metas, estratégias, sistematização e organização da ação pública.	13	"Planejamento" · "A realização do diagnóstico após o resultado das questões…" · "A construção do PME a partir do planejamento sistematizado."	Indica avanço na cultura de planejamento estruturado.
Formação, aprendizagem institucional e apoio técnico	Respostas que destacam a importância da formação, orientação técnica, aprendizagem profissional, trocas entre municípios e suporte institucional ao processo de planejamento.	15	"Aprendizado e conhecimento" · "ADESÃO AO PRISME PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO E ELABORAÇÃO DO PME" · "A troca de experiências"	Indica dependência positiva de suporte técnico externo para qualificação do planejamento.
Avaliação geral positiva do encontro ou da formação	Comentários amplos de valorização do evento, reconhecimento da relevância geral ou percepção positiva difusa, sem temática definida.	14	"Todos os momentos foram relevantes" · "Crescimento em forma geral." · "Todos os temas abordados foram de suma importância"	Representam reconhecimento simbólico da política de formação como relevante.

Articulação institucional, intersetorialidade e redes de governança	Ênfase na coordenação entre secretarias, redes colaborativas, parcerias institucionais e integração administrativa para viabilizar o planejamento educacional.	13	"Fortalecer as parcerias para juntos avançar." · "Fortalecer a intersetoriedade para a elaboração do PME." · "Alinhar com o MP e TCE uma estratégia…"	Indica compreensão da implementação como processo sistêmico e compartilhado.
Políticas educacionais específicas e diretrizes curriculares	Referências a políticas ou agendas específicas (BNCC, programas federais, educação democrática etc.), não diretamente centradas no processo de planejamento.	4	"Bncc computação" · "Tratativas sobre o PNE e PME e programas do FNDE" · "Trabalhar a educação democrática"	Indica que o planejamento municipal se orienta por marcos normativos e agendas educacionais supralocais, que funcionam como referências de alinhamento e legitimação das decisões institucionais. Contudo, aparecem mais como horizonte regulatório do que como eixo estruturante das práticas de planejamento.
Desafios, preocupações e limitações operacionais	Registros de dificuldades práticas: tempo, recursos humanos, volume de trabalho ou insegurança diante do processo de planejamento.	2	"Estou preocupada quanto as demandas existentes…" · "Sim muito relevante, e com muito serviço pela frente e o tempo está curto."	Indica percepção de limites estruturais da gestão municipal.
10. Respostas neutras ou sem conteúdo analítico	Registros sem contribuição temática clara ou ausência de opinião.	6	"Nada a declarar" · "Não há sugestões" · "Ok"	Respostas neutras, ou sem conteúdo temático relevante para análise do planejamento educacional.

Desenvolvimento estratégico ampliado e visão sistêmica de futuro	Reflexões mais amplas sobre desenvolvimento municipal, planejamento de longo prazo ou integração entre políticas públicas.	2	"Nos permite pensar em educação como a longo prazo." · "Integração entre modernização tributária, educação básica e sustentabilidade ambiental…"	Reflexões que conectam educação a planejamento territorial, sustentabilidade, desenvolvimento econômico e visão de longo prazo do município.



A análise das respostas revela um padrão de respostas bastante concentrado, que gira em torno do planejamento educacional como a principal referência para a o coletivo de cursistas. O planejamento se apresenta como referência prática, não se restringindo à imposição normativa de que elaborem, revisem ou implementem o Plano Municipal de Educação.

Também se percebe a presença de enunciados que vinculam à mobilização social e à participação mais ampla de atores locais. São recorrentes as referências à construção coletiva do plano, ao engajamento da comunidade e à valorização da gestão democrática, indicando que o planejamento é compreendido como processo político-institucional e não apenas técnico.

Outro aspecto frequente é a menção à equidade e às disparidades no acesso à educação. Ainda que, por vezes, não sejam seguidas de operacionalizações claras, essas

referências sugerem que a equidade é mobilizada como princípio norteador do planejamento, especialmente na esfera normativa e justificativa das ações educativas.

Há também presença constante de menções ao planejamento técnico propriamente dito — diagnóstico, objetivos, sistematização, organização de estratégias e instrumentos de gestão. Essas referências costumam aparecer associadas à necessidade de maior clareza metodológica, melhor organização do processo e definição mais estruturada das etapas de elaboração do plano.

As respostas se apresentam de forma concentrada em cinco eixos principais: **elaboração e execução do PME como elemento central da programação; participação social como pressuposto político do planejamento; equidade como princípio norteador; planejamento técnico como ferramenta de ação; e formação institucional como apoio ao processo.**

Em contraste, aparecem em menor número as menções a dificuldades operacionais, ainda que indiquem preocupações relacionadas ao tempo disponível, ao volume de demandas e à capacidade institucional para conduzir o planejamento. Esses elementos aparecem simultaneamente, sem hierarquia rígida, indicando coexistência de diferentes dimensões do planejamento — normativa, política, técnica e formativa.

Indicações para o trabalho do PRISME

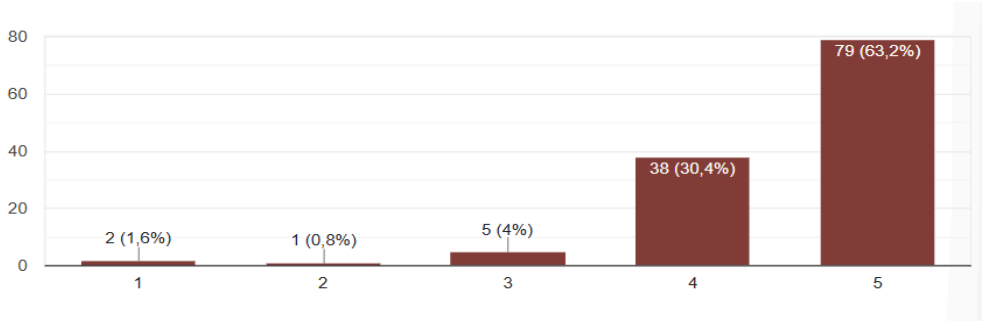
Com base no que está presente nas respostas, o material sugere que as demandas se concentram principalmente em quatro frentes: **apoio à organização institucional do planejamento educacional; assistência técnica para diagnóstico, elaboração e estruturação do PME; fortalecimento de processos participativos e de mobilização social; e continuidade das ações formativas e de cooperação entre municípios.**

Há também referências que associam o planejamento à necessidade de reduzir disparidades educacionais, embora essa dimensão apareça mais frequentemente como orientação geral do que como demanda operacional detalhada. Conclui-se que a principal necessidade apontada não é apenas normativa, mas de fortalecimento efetivo das capacidades locais para planejar, implementar e consolidar o planejamento coletivo e a gestão democrática.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO MOMENTO FORMATIVO PRISME

9. A partir do momento formativo do PRISME ficou claro os objetivos da formação 2026, especialmente em relação à elaboração, monitoramento e avaliação dos PME?

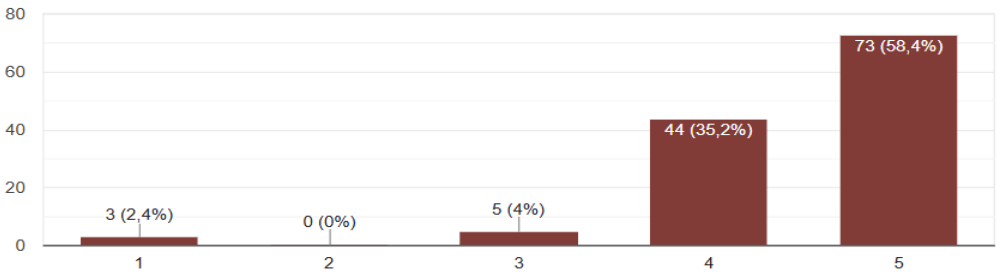
125 respostas



Descrição:
1: Não
2: Pouco claro
3: Razoavelmente
4: Muito
5: Bem claro, tudo muito bem explicado

10. A estrutura apresentada (eixos, projetos e metodologia) possibilitou que você compreendesse o percurso formativo do PRISME em 2026?

125 respostas

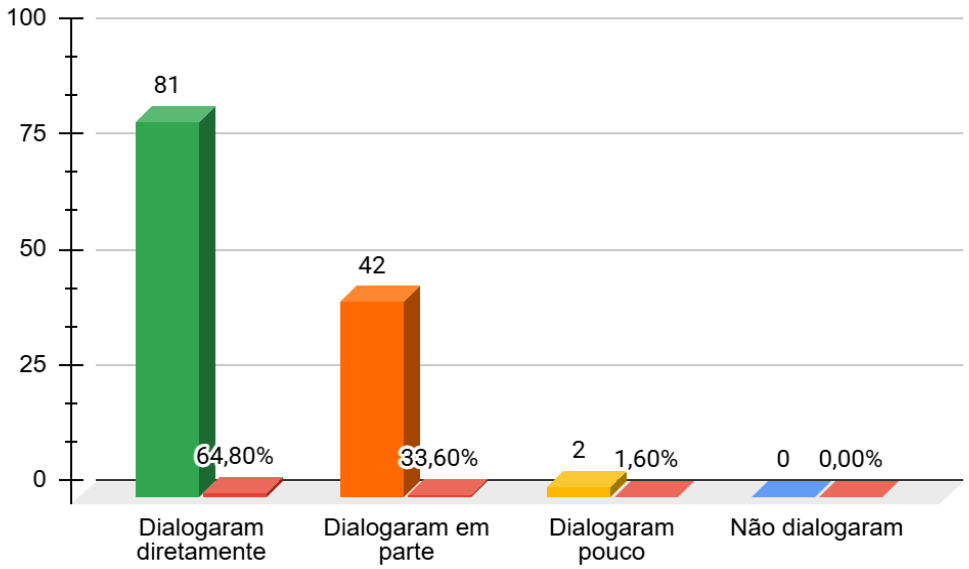


Descrição:
1: Nada
2: Pouco
3: Razoavelmente

4: Muito
5: Muito e de forma significativa

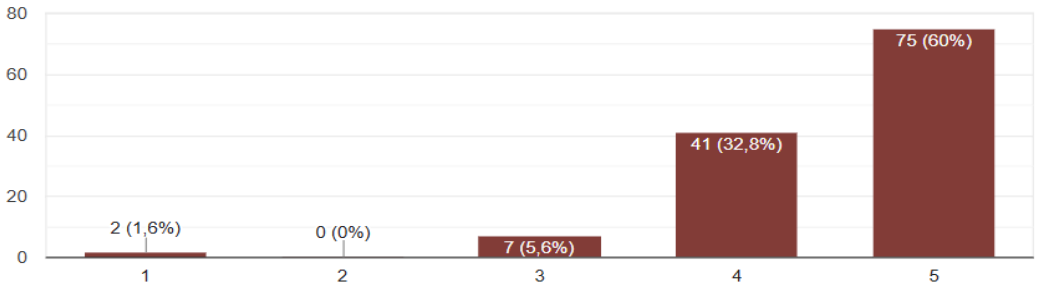
11. As discussões realizadas dialogaram com a realidade concreta do seu município?

125 respostas



12. O enfoque na equidade, na qualidade socialmente referenciada e na gestão democrática foi tratado de forma consistente no momento formativo?

125 respostas



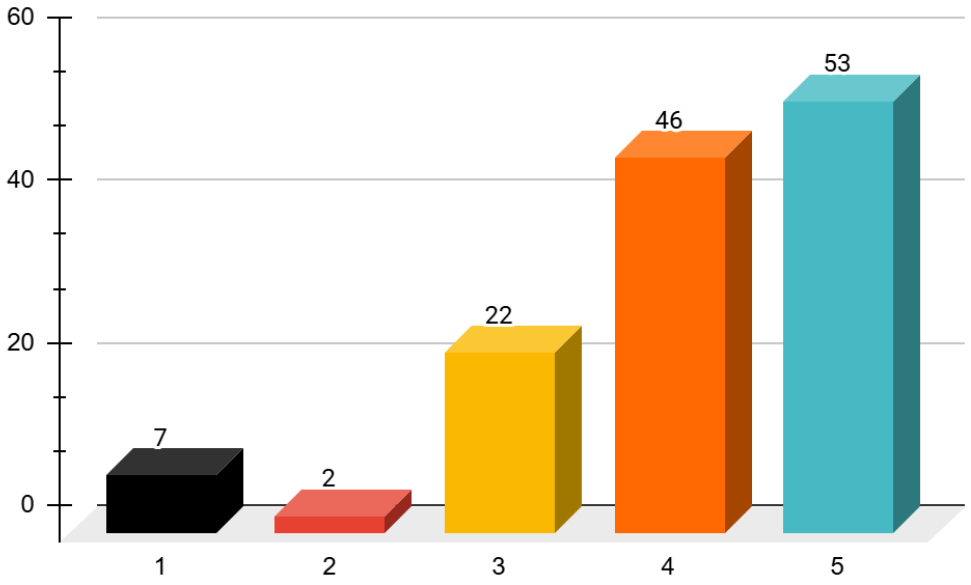
Descrição:
1: Nada
2: Pouco
3: Razoavelmente

4: Muito
5: Muito e de forma significativa

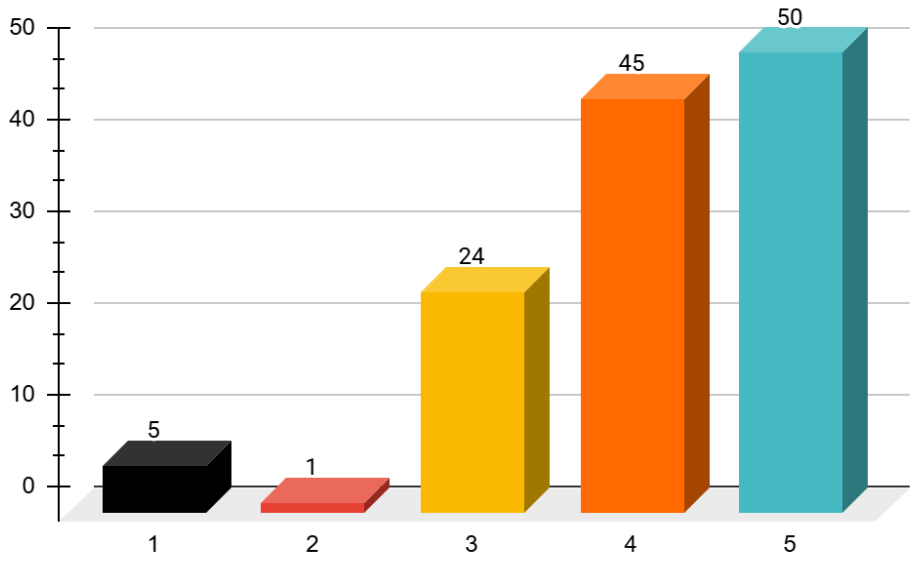
13. Como você avalia a atuação dos formadores na condução do Momento Formativo da manhã do dia 12/02?

Total de respostas: 125

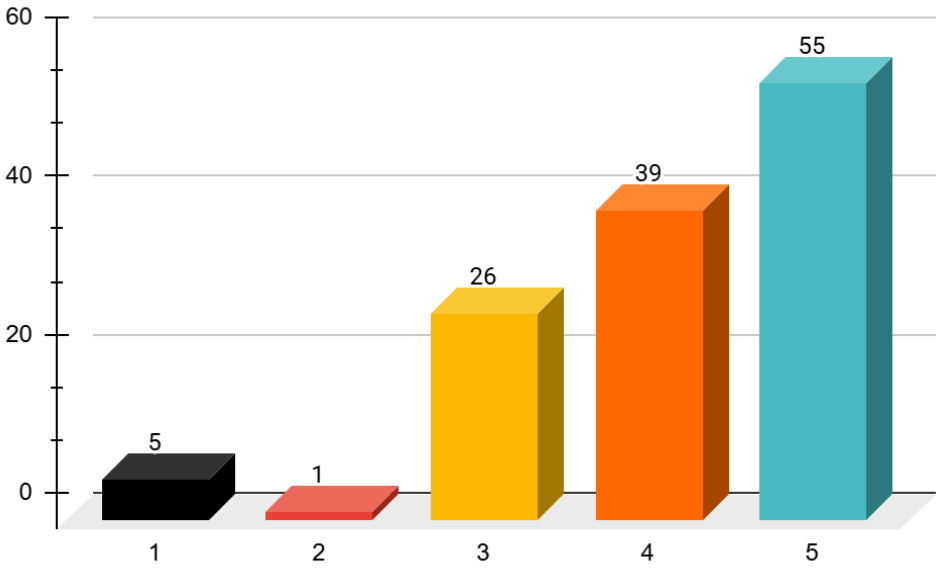
13.1- A atuação do/a formador/a foi adequada quanto à organização da atividade e à clareza na exposição aos cursistas?



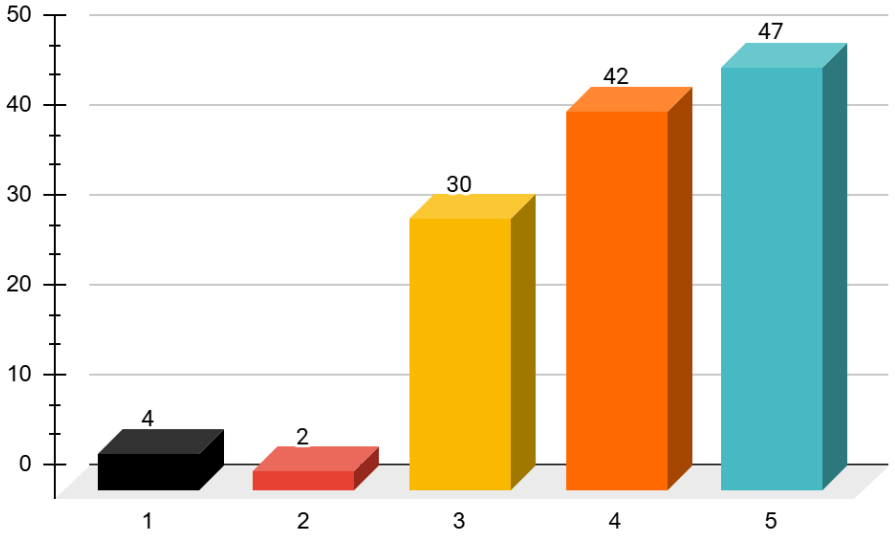
13.2- O/a formador/a apresentou clareza na exposição dos conteúdos trabalhados?



13.3- O/a formador/a favoreceu a participação e o diálogo entre os cursistas?



13.4- O/a formador/a articulou os conteúdos do momento formativo com a realidade do seu município?



14. Que aspecto da formação PRISME você considera que precisa ser aprofundado ou melhor trabalhado ao longo de 2026?

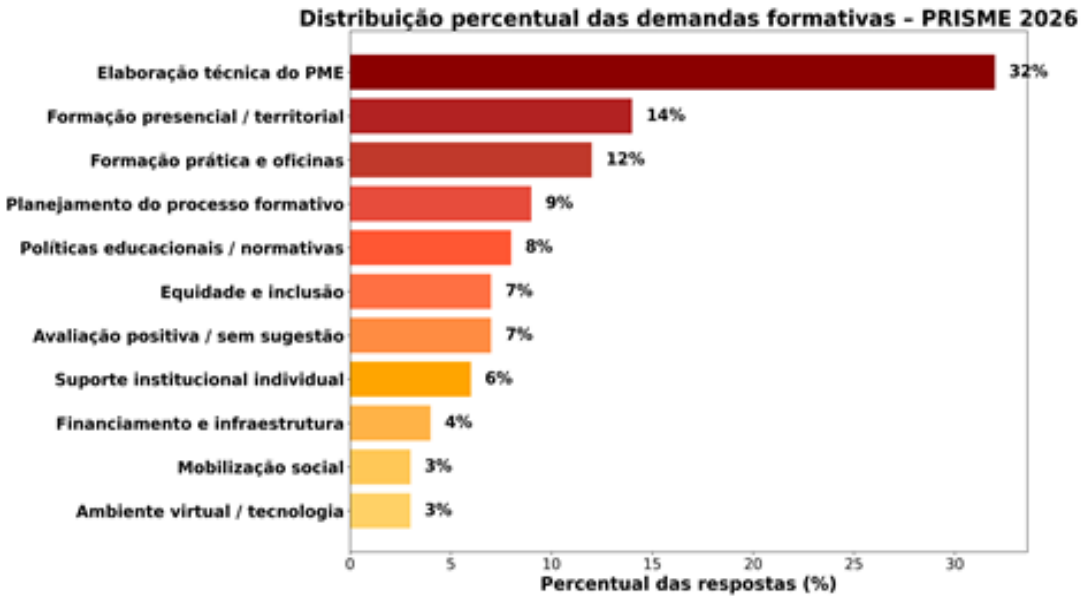
125 respostas

Categoria Temática	Descrição / Explicação	Qant	Exemplos de Respostas
Aprofundamento prático na elaboração do PME	Respostas que demandam mais orientação prática, passo a passo e oficinas voltadas diretamente à elaboração do PME — superando o plano discursivo e indo à execução concreta. É a categoria mais expressiva e revela que, apesar de os gestores compreenderem a importância do PME, sentem necessidade de suporte técnico-metodológico mais direto para concretizá-lo.	38	"Trabalhar mais o PME na prática e diminuir discursos" "Oficina pautada na construção do PME" "O PME é bastante complexo... Precisamos de mais momentos de prática"
Estudo aprofundado do PNE e suas metas	Respostas que apontam a necessidade de conhecer com maior profundidade o novo PNE — suas metas, estratégias, o Projeto de Lei 2614 e a relação entre PNE e PME. Indicam que os gestores reconhecem o PNE como referência central, mas ainda percebem lacunas na compreensão dos seus conteúdos específicos.	14	"Estudar as metas contidas no PL do PNE" "O PNE bem detalhado meta por meta, pra melhor escola e formulação do PME" "Debate sobre as políticas inseridas no PL 2614"
Aprofundamento do tema equidade	Respostas que elegem a equidade como aspecto a ser mais trabalhado ao longo de 2026, incluindo dimensões como raça, Educação em Tempo Integral (ETI) e sustentabilidade. Reforçam o que já havia aparecido na Q08: o tema despertou interesse e demanda aprofundamento, especialmente em sua relação com a condicionalidade III do FUNDEB e com as metas do novo PNE.	11	"Trabalhar mais sobre o tema equidade" "A Implementação da Condicionalidade III do FUNDEB" "Sobre ETI e equidade"

Modalidade e formato das formações (presencial vs. online)	Respostas que sugerem ajustes na modalidade formativa, com forte preferência por encontros presenciais — incluindo visitas aos municípios e reuniões regionais — em detrimento do formato exclusivo por Meet ou YouTube. Revelam uma tensão estrutural entre a escala do PRISME (139 municípios) e a demanda por proximidade e diálogo presencial.	18	"Mais formações presenciais, pois facilita mais o diálogo. Nem sempre as formações via Meet ou YouTube favorecem" "Se possível um acompanhamento mais de perto com o município, não por via meet mas presencial" "Reuniões regionais"
Atendimento individualizado e suporte por município	Respostas que demandam acompanhamento mais próximo e individualizado por município, reconhecendo que as especificidades locais exigem atenção diferenciada. Complementam a categoria D ao indicar que o problema não é apenas a modalidade, mas também a falta de personalização do suporte oferecido pela Rede.	10	"O atendimento individualizado" "Suporte aos municípios individual" "A especificidade de cada município"
Financiamento da educação e infraestrutura	Respostas que indicam o financiamento da educação — incluindo FUNDEB, FNDE e infraestrutura das unidades escolares — como tema a ser aprofundado. Revelam uma demanda por formação que avance além do planejamento e dialogue com as condições reais de financiamento e execução das políticas municipais.	6	"Financiamento da educação" "O financiamento e a infraestrutura para a realização da Educação de forma efetiva" "Política de melhoria na infraestrutura das unidades escolares"

Mobilização social e participação comunitária	Respostas que apontam a mobilização da comunidade e a participação social como aspectos a serem mais trabalhados. Dialogam diretamente com o que emergiu na Q08, sinalizando que os gestores percebem a mobilização não apenas como meta, mas como competência a ser desenvolvida ao longo da formação.	6	"Mobilização para a elaboração do novo PME" "A importância da mobilização e participação de toda comunidade para reestruturação do PME" "Mobilização da comunidade"
Gestão do tempo e otimização das formações	Respostas que sugerem melhorias na organização do tempo durante os momentos formativos, incluindo a redução de conversas paralelas, melhor distribuição da fala entre municípios e ampliação da carga horária. Indicam uma avaliação positiva do conteúdo, mas crítica à dinâmica de gestão do tempo nos encontros.	6	"A otimização do tempo para aproveitarmos mais o período formativo" "Otimização do tempo. Evitar conversas paralelas ou organizar o tempo da fala por município" "Penso que precisamos ter mais tempo de formação"
Plataforma AVNEI e recursos digitais	Respostas que apontam a necessidade de melhorar a plataforma AVNEI e os recursos digitais do PRISME. Embora em número reduzido, sinalizam que o ambiente virtual de acompanhamento precisa de atenção técnica para cumprir plenamente seu papel como ferramenta de monitoramento e formação.	3	"Melhorar o ambiente do AVANEI" "O AVNEI" "Continua com o apoio na elaboração do novo PME através das atividades assíncrona"
Avaliação positiva / sem sugestão / resposta genérica	Respostas que expressam satisfação com a formação atual, ausência de sugestões ou manifestações de caráter exclusivamente afirmativo. Assim como na Q08, compõem um grupo que não apresenta demanda específica identificável, mas	13	"Está ótimo" "O Prisme sempre atende as expectativas dos temas trabalhados" "Mediante de tudo que foi exposto, considero que tudo foi

	integra o corpus completo da questão.		trabalhado de forma clara e excelente"



A análise das respostas revela uma mudança no padrão de respostas dos municípios que não se limitam mais ao "reconhecimento" (importância do planejamento) e passam a focar na necessidade de instrumentalização (como fazer, com quais procedimentos, com quais ferramentas e com quais condições institucionais). isso se manifesta por meio da quantidade de categorias ligadas ao planejamento técnico, diagnóstico, metas e estratégias, monitoramento, e pela frequência com que se pede um "passo a passo" ou oficinas práticas. O que está expresso na Questão 14 não indica uma falta de comprometimento com o planejamento; em vez disso, evidencia a carência de uma capacidade operativa que permita converter as diretrizes em uma execução sistemática.

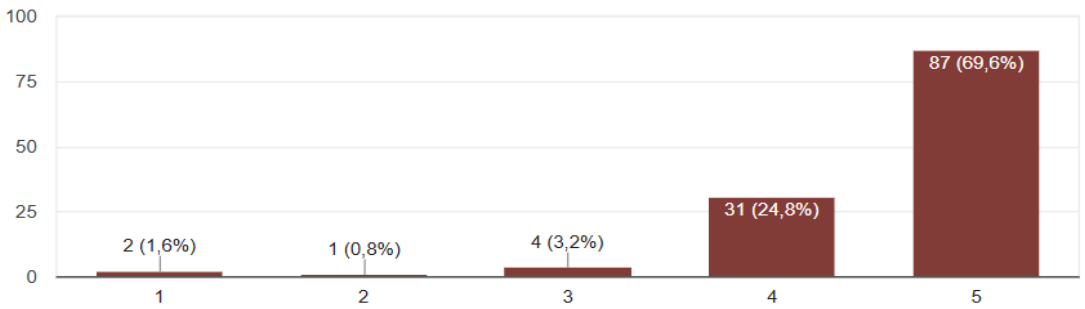
Em termos de gestão educacional e dos arranjos institucionais do sistema municipal, as respostas indicam que os municípios veem o planejamento como um processo que depende de articulações tanto internas quanto externas, mas que ainda não é uma prática institucionalizada do dia a dia. O fato de haver tantas demandas por intersetorialidade, parcerias, alinhamentos e instâncias participativas é um indício de que se sabe que o PME não pode ser mantido apenas por uma decisão administrativa: é preciso constituir redes de coordenação, pactos, responsabilidades, fluxos de decisão.

Contudo, o próprio clamor por apoio, tutoria e acompanhamento individualizado evidencia que a condução municipal se dá, em boa parte das situações, em condições de baixa capacidade organizacional, com equipes pequenas, elevada rotatividade e fragilidade nas rotinas de gestão do ciclo do plano (diagnosticar–planejar–implementar–monitorar–revisar).

As respostas sugerem que a implementação do planejamento é influenciada por disparidades na capacidade do estado entre os municípios, o que acaba por reforçar as desigualdades na educação: aqueles que possuem equipe, dados, processos e tempo conseguem implementar; já os que não possuem, apenas formalizam. Com isso, a questão 14 ressalta a tensão entre o planejamento como instrumento de efetivação do direito à educação e o planejamento como uma simples formalidade burocrática, quando não é viável a efetivação de implementação. O material também indica que a equidade é um princípio que já está incorporado ("valor"), mas ainda se manifesta como uma solicitação para um maior aprofundamento no aspecto metodológico ("como operacionalizar"), ou seja, como efetivamente transformar o direito e o princípio legal em diagnóstico, metas, indicadores, priorização e alocação de recursos.

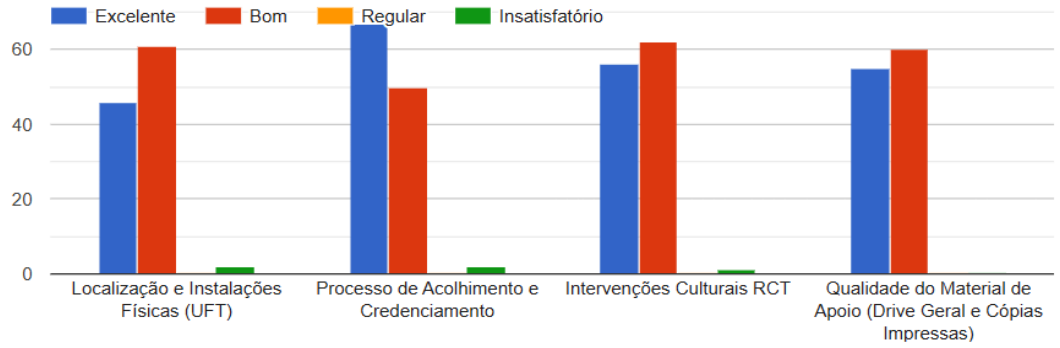
Em outras palavras, o principal desafio do PRISME, conforme aponta a Questão 14, não é "convencer" os municípios sobre o planejamento, mas transformar a adesão em capacidade — técnica, organizacional e político-participativa — para que o PME atue como um instrumento de gestão na garantia do direito à educação, em vez de ser apenas um documento.

15. De modo geral, o Seminário de Abertura e o Momento Formativo PRISME cumpriram o papel de inaugurar, com sentido, o processo formativo de 2026?
125 respostas



16. Avalie o desempenho logístico do evento realizado na Universidade Federal do Tocantins (UFT):

125 respostas



Descrições detalhadas:

Descrição	Excelente	Bom	Regular	Insatisfatório
Localização e Instalações Físicas (UFT)	46	61	0	2
Processo de acolhimento e credenciamento.	67	50	0	2
Intervenções culturais RCT	56	62	0	1
Qualidade do material de apoio (drive geral e cópias impressas)	55	60	0	0

Considerações finais.

Uma vez que os dados expostos neste relatório provêm unicamente das respostas fornecidas no formulário de avaliação aplicado aos participantes do Seminário de Abertura e do I Momento Formativo do PRISME 2026, os resultados refletem a percepção dos cursistas sobre o evento, seus conteúdos e as necessidades de formação que foram apontadas no instante da coleta.

Esse material, que foi analisado e que traz, além das objetivas, duas discursivas centrais, é o que possibilita mapear os temas que os participantes consideram mais relevantes e as demandas que acreditam serem prioritárias para o desenvolvimento das ações ao longo de 2026. As respostas evidenciam a centralidade do planejamento educacional nas reflexões dos participantes e apontam para a repetição de pedidos por maior apoio técnico, metodológico e operacional à implementação das ações previstas nos Planos Municipais de Educação. De maneira geral, os dados indicam que os participantes consideram a formação importante na organização do planejamento

educacional municipal e apontam para a necessidade de uma prática mais aprofundada dos conteúdos e dos procedimentos discutidos.

As respostas também destacam o quanto os participantes valorizam a articulação entre o que aprendem e o que é aplicado nos municípios, apontando para a necessidade de estratégias que aproximem mais o aprendizado e a orientação técnica das realidades concretas do planejamento. De modo similar, a frequência com que se fala sobre a organização do processo de formação, o tempo dedicado às atividades e as formas de acompanhamento sugere que os detalhes práticos da formação são vistos como fatores importantes para o aprimoramento do trabalho nos municípios.

De modo geral, as respostas dos participantes demonstram uma avaliação positiva do processo formativo, sobretudo no que tange à relevância dos conteúdos abordados e à ênfase no planejamento educacional municipal. Simultaneamente, apontam como principal restrição a carência de um maior aprofundamento prático e de um suporte mais direto à execução das ações vinculadas aos Planos Municipais de Educação.

O que se extrai do conjunto das respostas é que a formação é vista como uma referência significativa para que o planejamento seja organizado, mas se percebe que a efetividade desse processo depende de um fortalecimento das condições técnicas e operacionais que possibilitem sua realização nos contextos municipais. Nesse sentido, as respostas não só avalizam o evento, mas também configuram expectativas formativas e áreas de interesse. Essas áreas podem nortear o desenvolvimento das ações ao longo do ciclo de 2026, em especial no que tange ao aprofundamento técnico, à estruturação dos processos de orientação e à permanência do apoio formativo.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO II MOMENTO FORMATIVO DO PRISME (2026)

Palmas - TO
Março, 2026

INTRODUÇÃO

Este relatório sistematiza as respostas coletadas por meio do instrumento de avaliação aplicado aos participantes do II Momento Formativo do PRISME 2026, realizado em formato de Webinário em 19 de março de 2026. O evento integra o ciclo anual de formação da Rede ColaborAção Tocantins (RCT), com foco na elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) na perspectiva da equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada.

A análise foi realizada exclusivamente com base nas manifestações dos cursistas registradas no formulário de frequência, acompanhamento, monitoramento e avaliação. O instrumento abrangeu questões objetivas sobre a organização geral do webinário, a palestra da conferencista convidada e a percepção dos participantes quanto à aplicabilidade dos conteúdos nos municípios, além de uma questão dissertativa final. Os resultados são apresentados em ordem decrescente — do melhor para o pior desempenho — acompanhados de representação gráfica e análise interpretativa. A questão dissertativa recebeu tratamento qualitativo por categorização temática, com triagem prévia das respostas.

II MOMENTO FORMATIVO PRISME – SEMINÁRIO DE ABERTURA DA RCT	
Temática da Formação PRISME	Planos Municipais de Educação na perspectiva teórico-prática da equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada.
Palestrante	Profa. Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin (UNIR)
Coordenação Geral e Assessoria	Dra. Rosilene Lagares (UFT) e Esp. Ronaldo Muniz
Coordenação de Monitoramento e Avaliação	Dra. Katia Cristina Custódio Ferreira Brito (UFT) e Esp. Joildy Gomes Brito (SME Palmas)
Público-alvo	Agrupamento formativo 1 e 2
Objetivo	Contribuir com a reflexão teórico-prática acerca do planejamento educacional visando à elaboração dos Planos Municipais de Educação 2026-2036 com foco na equidade inclusiva e na qualidade socialmente referenciada.

Modalidade	Remoto via YouTube do PRISME	
Data e horário	19/03/2026	09h às 11h

IDENTIFICAÇÃO GERAL DOS PRESENTES NO MOMENTO FORMATIVO

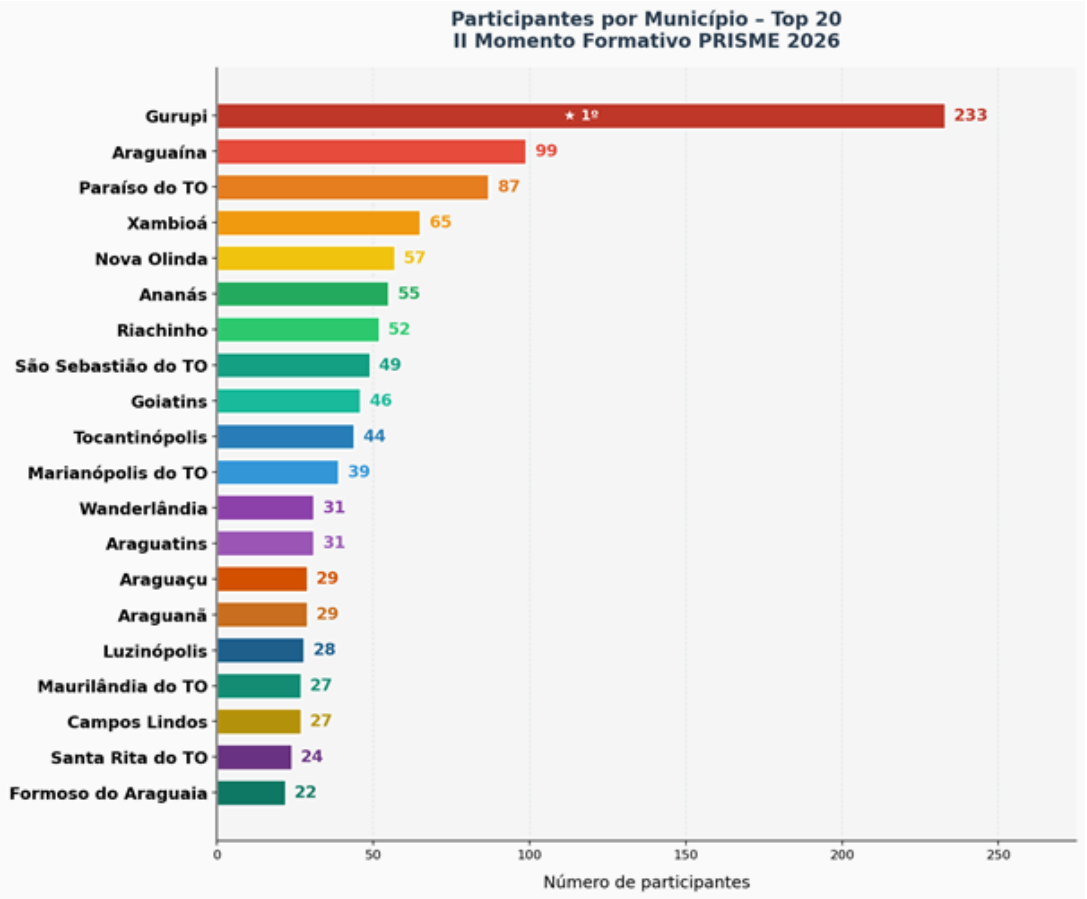
1. Municípios presentes no II Momento Formativo do PRISME 2026

Abreulândia	Almas	Alvorada	Ananás
Angico	Aparecida do Rio Negro	Aragominas	Araguaçu
Araguaína	Araguanã	Araguatins	Arapoema
Arraias	Augustinópolis	Axixá do TO	Babaçulândia
Bandeirantes do TO	Barra do Ouro	Barrolândia	Bernardo Sayão
Bom Jesus do TO	Brasilândia do TO	Cachoeirinha	Campos Lindos
Cariri do TO	Carmolândia	Dianópolis	Divinópolis do TO
Dois Irmãos do TO	Dueré	Esperantina	Fátima
Figueirópolis	Filadélfia	Formoso do Araguaia	Fortaleza do Tabocão
Goianorte	Goiatins	Guaraí	Gurupi
Ipueiras	Itacajá	Itaguatins	Itapiratins
Itaporã do TO	Jaú do TO	Juarina	Lagoa da Confusão
Lagoa do TO	Lajeado	Lavandeira	Lizarda
Palmeirante	Palmeiras do TO	Palmeirópolis	Paraíso do TO
Paranã	Pau D'Arco	Pedro Afonso	Peixe
Pequizeiro	Pindorama do TO	Piraquê	Pium
Ponte Alta do Bom Jesus	Ponte Alta do Tocantins	Porto Alegre do Tocantins	Porto Nacional
Pugmil	Recursolândia	Riachinho	Rio Sono
Rio da Conceição	Rio dos Bois	Sampaio	Santa Maria do TO
Santa Rita do TO	Santa Rosa do TO	Porto Nacional	Pugmil
Recursolândia	Riachinho	Rio da Conceição	Rio dos Bois
Sampaio	Santa Maria do TO	Santa Rita do TO	Santa Rosa do TO

Santa Terezinha do TO	São Félix do TO	São Miguel do TO	São Salvador do TO
São Sebastião do TO			
TOTAL			

2. Municípios com maior participação no II Momento Formativo PRISME 2026

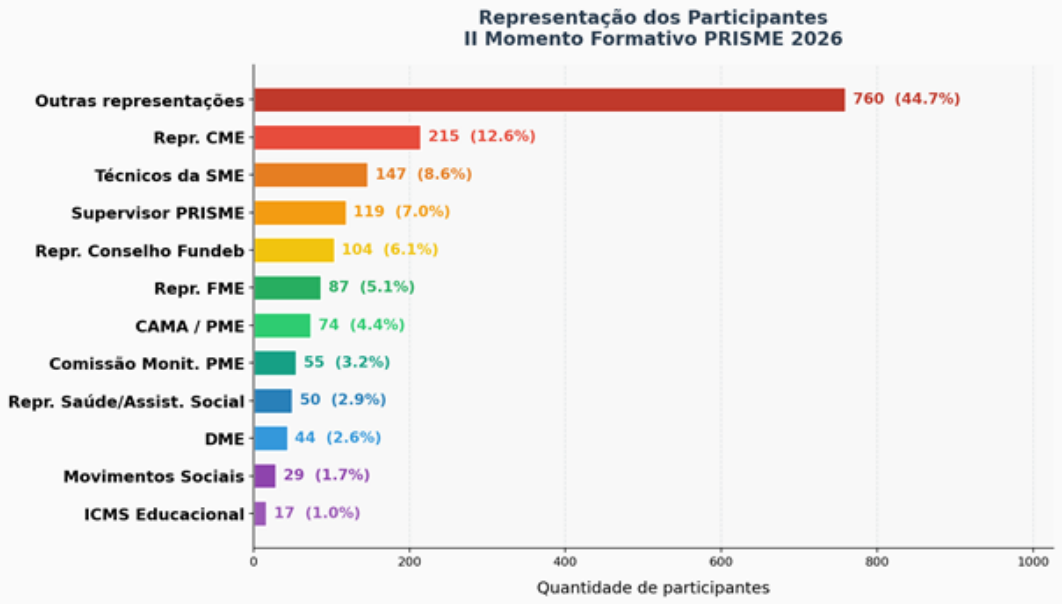
1.701 respostas | Municípios participantes: 104



O webinário reuniu participantes de praticamente todos os municípios do Tocantins. Gurupi liderou com 233 participantes (13,7%), seguida de Araguaína com 99 (5,8%) e Paraíso do TO com 87 (5,1%). A distribuição geográfica ampla reforça o alcance do PRISME como política de formação de abrangência estadual. A relação completa dos 104 municípios participantes consta no Quadro 1 deste relatório.

3. Representação dos participantes no II Momento Formativo PRISME

Total de respostas: 1.701



Representação	Qnt	%
Outras representações	760	44,7%
Repr. do Conselho Municipal de Educação (CME)	215	12,6%
Repr. dos Técnicos da Secretaria Municipal de Educação	147	8,6%
Supervisor(a) Municipal no PRISME	119	7,0%
Repr. do Conselho do Fundeb / Câmara do Fundeb	104	6,1%
Repr. do Fórum Permanente de Educação Municipal (FME)	87	5,1%
Membro da CAMA / PME	74	4,4%
Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	55	3,2%
Repr. da Secretaria Municipal de Saúde ou Assistência Social	50	2,9%
Dirigente Municipal de Educação (DME)	44	2,6%
Repr. dos Movimentos Sociais e Sindicais	29	1,7%
Responsável pelo ICMS Educacional	17	1,0%

A distribuição das representações indica ampla diversidade de profissionais da educação. O maior grupo é composto por 'Outras representações' (44,7%), seguido dos Representantes do CME (12,6%), dos Técnicos da SME (8,6%) e dos Supervisores Municipais no PRISME (7,0%), demonstrando o caráter interinstitucional do programa.

4. Situação de inscrição no PRISME 2026

Total de respostas: 1.690

Opção	Contagem (%)
Sim	**1.570 (92,9%)**
Não	**120 (7,1%)**

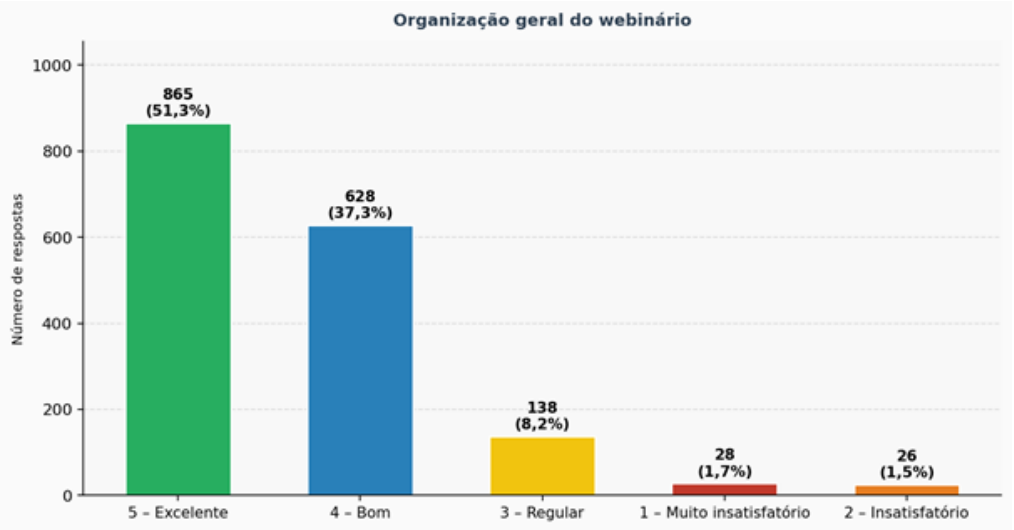
A grande maioria dos participantes (92,9%) já se encontrava formalmente inscrita no PRISME 2026, evidenciando regularidade nos processos de adesão.

PARTE I – PALESTRA COM A PROFA. DRA. APARECIDA LUZIA ALZIRA ZUIN (UNIR)

A primeira parte do webinário foi conduzida pela Profa. Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), abordando a temática central: Planos Municipais de Educação na perspectiva teórico-prática da equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada. As questões a seguir avaliam as diferentes dimensões do evento, com resultados apresentados do melhor para o pior desempenho.

5. Como você avalia a organização geral do webinário (divulgação, horário, acesso, transmissão)?

Total de respostas: 1.685



Avaliação	Contagem	%
5 – Excelente	**865**	**51,3%**
4 – Bom	**628**	**37,3%**
3 – Regular	**138**	**8,2%**
1 – Muito insatisfatório	**28**	**1,7%**
2 – Insatisfatório	**26**	**1,5%**

A organização geral do webinário recebeu avaliação amplamente positiva: 51,3% atribuíram nota máxima (Excelente) e 37,3% nota Bom, totalizando 88,6% de avaliações positivas. Apenas 3,2% indicaram algum grau de insatisfação, demonstrando boa qualidade logística e operacional do evento.

6. Como você avalia o tempo destinado à exposição e à discussão?

Total de respostas: 1.695

Opção	Contagem (%)
Adequado	**1.525 (89,9%)**
Muito longo	**133 (7,8%)**
Muito curto	**37 (2,2%)**

A grande maioria (89,9%) considerou o tempo adequado. Uma parcela menor (7,8%) avaliou-o como muito longo, enquanto apenas 2,2% o consideraram muito curto, indicando boa adequação do formato temporal ao conteúdo apresentado.

7. Você pretende utilizar o vídeo do webinário em momentos de estudo e discussão no seu município?

Total de respostas: 1.692

Opção	Contagem (%)
Sim	**1.193 (70,5%)**
Talvez	**347 (20,5%)**
Ainda não sei	**130 (7,7%)**
Não	**22 (1,3%)**

O alto índice de intenção de reuso do material formativo é expressivo: 70,5% afirmaram que pretendem utilizar o vídeo nos municípios e 20,5% consideraram essa possibilidade. Apenas 1,3% descartaram o uso. Esse dado reforça o potencial multiplicador da formação e a pertinência dos conteúdos para as realidades locais.

8. Você considerou clara a condução/coordenação do evento pelo coletivo PRISME?

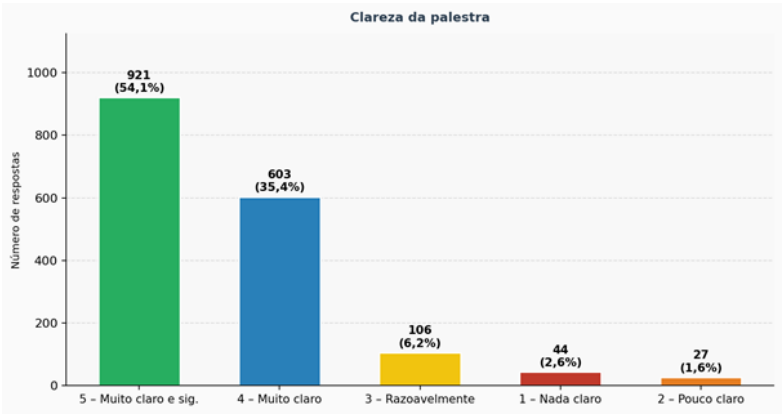
Total de respostas: 1.689

Opção	Contagem (%)
Sim	**1.492 (88,3%)**
Parcialmente	**194 (11,5%)**
Não	**3 (0,2%)**

A condução do evento pelo coletivo PRISME foi avaliada positivamente por 88,3% dos participantes. Apenas 11,5% indicaram clareza parcial e menos de 0,3% expressaram insatisfação, o que evidencia domínio técnico e consistência metodológica na coordenação do webinário.

9. A palestra foi clara e compreensível.

1.701 respostas

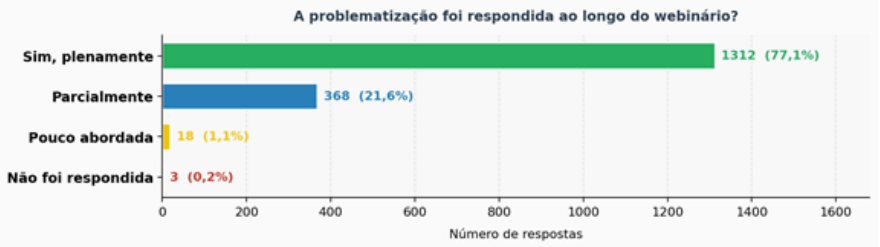


Avaliação	Contagem	%
5 – Muito claro e significativo	**921**	**54,1%**
4 – Muito claro	**603**	**35,4%**
3 – Razoavelmente claro	**106**	**6,2%**
1 – Nada claro	**44**	**2,6%**
2 – Pouco claro	**27**	**1,6%**

A clareza da palestra foi amplamente confirmada: 54,1% atribuíram nota máxima e 35,4% nota 4, totalizando 89,5% de percepções positivas. O índice de avaliação

negativa ficou abaixo de 5%, sinalizando que a conferencista comunicou os conteúdos com efetividade e didatismo.

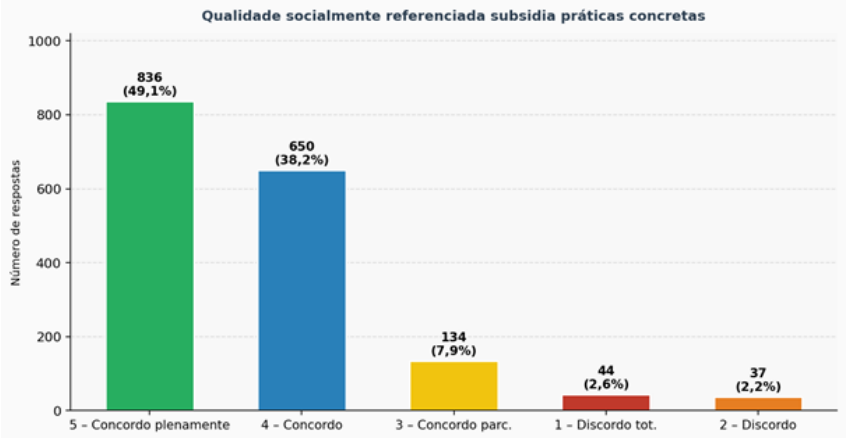
10. A problematização proposta foi respondida ao longo do webinário?
1.701 respostas



Opção	Contagem (%)
Sim, plenamente	**1.312 (77,1%)**
Parcialmente	**368 (21,6%)**
Pouco abordada	**18 (1,1%)**
Não foi respondida	**3 (0,2%)**

Para 77,1% dos participantes, a problematização central foi respondida plenamente. Outros 21,6% avaliaram que foi parcialmente abordada. Apenas 1,3% indicaram resposta insuficiente, demonstrando coerência entre a proposta formativa e o conteúdo efetivamente desenvolvido.

11. A temática da qualidade socialmente referenciada foi abordada de modo a subsidiar práticas concretas nos municípios.
1.701 respostas



Avaliação	Contagem	%
5 – Concordo plenamente	**836**	**49,1%**
4 – Concordo	**650**	**38,2%**
3 – Concordo parcialmente	**134**	**7,9%**
2 – Discordo	**37**	**2,2%**
– Discordo totalmente	**44**	**2,6%**

A percepção de que a temática subsidia práticas concretas nos municípios foi amplamente validada: 49,1% concordaram plenamente e 38,2% concordaram, somando 87,3%. Esse resultado indica que a abordagem teórico-prática da conferencista alcançou o objetivo de oferecer referenciais aplicáveis ao cotidiano da gestão educacional municipal.

12. Quais dúvidas, sugestões ou necessidades de apoio você gostaria de compartilhar com os formadores regionais para fortalecer o processo formativo e a elaboração do PME em seu município?

690 respostas | Com conteúdo analisável: 368 | Avaliações positivas/elogios: 33 Sem conteúdo analítico: 289

Esta questão, de caráter dissertativo, foi respondida por 690 participantes. Para garantir a qualidade da análise, todas as respostas foram submetidas a processo de triagem em três grupos: 368 respostas (53,3%) com conteúdo analisável — dúvidas, sugestões e demandas identificáveis —, 33 respostas (4,8%) de caráter exclusivamente positivo ou elogioso, tratadas em seção própria, e 289 respostas (41,9%) sem conteúdo analítico identificável — expressões de ausência de dúvidas, registros neutros e afirmações vagas. As 368 respostas com conteúdo analisável constituíram a base da categorização temática.

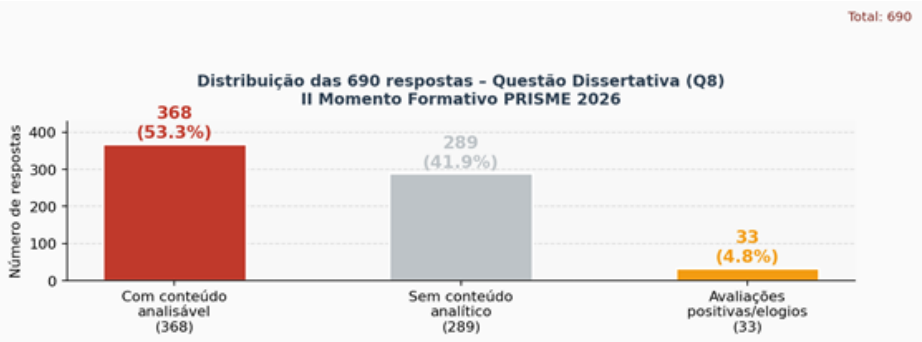
Quadro 2 – Triagem das respostas à questão dissertativa

II Momento Formativo PRISME 2026 | Total de respostas recebidas: 690

Classificação	Critério de triagem	Quantidade
Com conteúdo analisável	Respostas que expressam dúvidas, sugestões, demandas ou necessidades de apoio identificáveis.	368 (53,3%)

Sem conteúdo analítico	Respostas neutras, vagas ou que indicam ausência de dúvidas: "Nenhuma", "Não tenho", ".", "Nada a declarar", entre outras.	289 (41,9%)
TOTAL	Total de respostas recebidas para a questão dissertativa.	690 (100%)

Fonte: Formulário de Frequência, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação – II MF PRISME 2026. As 33 respostas de caráter positivo/elogioso foram analisadas separadamente na seção seguinte.



As 368 respostas com conteúdo analisável foram organizadas por categorização temática em 10 categorias analíticas conforme o quadro e gráfico a seguir. As respostas foram classificadas pela temática principal identificada. Por apresentarem, em muitos casos, mais de uma demanda simultânea, o somatório das ocorrências por categoria pode superar a base total.

Quadro 3 – Categorização temática das respostas dissertativas

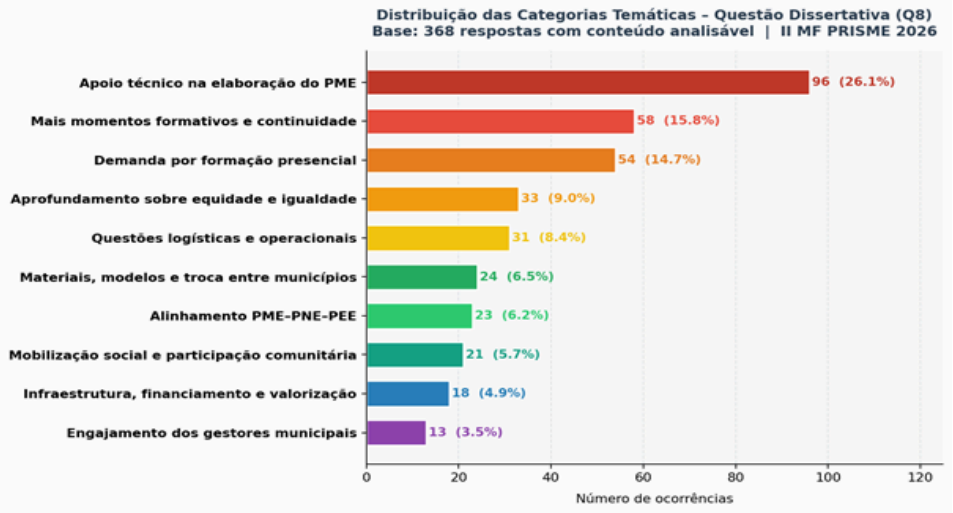
Base: 368 respostas com conteúdo analisável | II Momento Formativo PRISME 2026

Categoria Temática	Descrição	Qnt	%	3 exemplos literais	Descrição analítica
Apoio técnico na elaboração do PME	Demandas de suporte técnico-metodológico: metas, indicadores, diagnóstico, revisão do esboço e organização das etapas.	96	26.2 %	"Gostaria de apoio técnico na elaboração do PME, principalmente na definição de metas e indicadores." "Precisamos falar mais sobre o diagnóstico do PME." "Há dúvidas sobre atualização do diagnóstico e alinhamento das metas."	Revela que os municípios já internalizaram a importância do PME e demandam instrumentos concretos. O apoio solicitado é operacional, não discursivo.

Necessidade de mais momentos formativos e continuidade	Pedidos por mais webinários, palestras e encontros, com ênfase na regularidade das ações ao longo do ano.	58	15.8 %	"Que continue com essas lives sobre a construção do PME." "Criação de momentos mensais de estudo e planejamento coletivo." "Precisamos de outros momentos como este formativo."	Indica que os participantes percebem a formação como processo contínuo. A demanda por regularidade evidencia engajamento ativo com o programa.
Demanda por formação presencial e encontros territoriais	Solicitações de encontros presenciais, visitas in loco e formações no município ou regionais.	54	14.7 %	"Capacitação presencial será mais eficaz." "Receber uma visita do formador regional no município." "Bom seria se tivéssemos formações presenciais no município para toda equipe."	Indica tensão estrutural entre a escala remota do PRISME e a demanda por proximidade territorial. A presencialidade é vista como condição de maior efetividade.
Aprofundamento sobre equidade, igualdade e inclusão	Dúvidas sobre os conceitos de equidade e igualdade, sua operacionalização nos PME e aplicação para grupos específicos.	33	9.0%	"Ênfase nas diferenças entre igualdade e equidade para melhor compreensão." "Sugestões de como outros municípios estão fazendo referente à Educação Inclusiva." "Como criar uma cultura de respeito e empatia?"	Os conceitos foram introduzidos na palestra, mas ainda demandam operacionalização. A equidade é percebida como valor, mas com dificuldade de traduzi-la em metas e ações.

Questões logísticas e operacionais (horário, acesso, transmissão)	Críticas sobre horários incompatíveis com a jornada escolar, problemas de transmissão e sugestão de variação de formatos.	31	8.4%	"Revejam o horário — para quem está no chão da escola fica complicado participar." "O horário é complicado para quem está na sala de aula." "O problema é relacionado à transmissão que às vezes apresenta falhas."	Expõe conflito entre o tempo da formação e o tempo do trabalho escolar. O turno matutino é o principal obstáculo, sugerindo revisão da programação.
Materiais de apoio, modelos, ferramentas e troca entre municípios	Pedidos de instrumentos práticos (modelos, planilhas, relatórios), acesso a materiais e espaços de troca entre municípios.	24	6.5%	"Disponibilizar modelos de relatórios e instrumentos de acompanhamento." "Criação de grupos de troca entre municípios para experiências exitosas." "Planilhas para diagnóstico e modelos de metas alinhados ao PNE."	Aponta para necessidade de instrumentalização prática. Os participantes querem ferramentas concretas e referências de outros municípios.
Alinhamento PME–PNE–PEE e uso de dados oficiais	Questões sobre como articular o PME às diretrizes nacionais e estaduais e o uso de bases de dados oficiais.	23	6.3%	"Como garantir que o PME esteja plenamente alinhado ao PNE sem perder a identidade local?" "Como não foi votado o PNE, fica a lacuna de como será o nosso municipal." "Gostaria de ter acesso a base de dados fidedigna para dados reais."	A pendência do PNE gera incerteza. Há demanda por orientação sobre como avançar no planejamento local diante de um marco nacional ainda não consolidado.

Mobilização social e participação comunitária	Dificuldades e sugestões para ampliar a participação da comunidade e dos atores locais na construção do PME.	21	5.7%	"Como mobilizar a sociedade civil de forma efetiva nas conferências?" "Metodologias participativas para garantir maior engajamento da comunidade escolar." "Estratégias para ampliar a participação social durante a construção do plano."	Indica reconhecimento do PME como processo político-social. A mobilização comunitária é percebida como o elo mais frágil.
Infraestrutura escolar, financiamento e valorização profissional	Demandas estruturais: infraestrutura física, recursos financeiros, valorização dos profissionais e internet em zonas rurais.	18	4.9%	"Precisamos de atenção e melhorias nas estruturas físicas e pedagógicas." "Gostaria que fossem traçadas as metas para valorização dos professores." "A escola não tem laboratório e a internet é de baixa qualidade."	Indica que os participantes percebem os limites do planejamento quando desconectado das condições reais de implementação.
Engajamento e comprometimento dos gestores e representantes municipais	Preocupações com a falta de engajamento dos gestores municipais e representantes indicados para o PRISME.	13	3.5%	"Um dos problemas é a participação efetiva das pessoas nomeadas para o PRISME." "O difícil é os gestores municipais colocar em prática e dar o suporte necessário." "Que os gestores municipais participem destas formações para nos ajudarem."	Sinaliza fragilidade de gestão. O comprometimento político local é identificado como condição de efetividade do plano.



A análise das 368 respostas à questão dissertativa revela um conjunto expressivo e diversificado de demandas, dúvidas e sugestões que aponta para a maturidade crescente dos participantes em relação ao processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação. A categoria mais frequente — apoio técnico na elaboração do PME (96 ocorrências, 26,1%) — não indica ausência de comprometimento, mas a passagem de uma fase de sensibilização para uma fase de operacionalização: os participantes já internalizaram a importância do PME e agora demandam instrumentos concretos para realizá-lo.

A demanda por mais momentos formativos e continuidade (58 ocorrências, 15,8%) e por formação presencial e encontros territoriais (54 ocorrências, 14,7%) configuram, juntas, o segundo eixo mais expressivo, somando 30,5% das manifestações. Esses dados indicam que os participantes percebem a formação como processo contínuo e valorizam a proximidade territorial como condição de maior efetividade. A modalidade remota, embora alcance escala, não supre plenamente a necessidade de diálogo situado e de vínculo com as especificidades de cada município.

A questão dos horários das formações (31 ocorrências, 8,4%) emerge como obstáculo estrutural recorrente: professores, secretários escolares e técnicos em exercício relatam dificuldade de participação plena no turno matutino, sugerindo a necessidade de rever a programação ou ampliar o acesso às gravações. O aprofundamento sobre equidade, igualdade e inclusão (33 ocorrências, 9,0%) — que

incorpora demandas relacionadas à educação de estudantes com deficiência e ao reconhecimento de iniciativas culturais como instrumentos pedagógicos — e o alinhamento PME–PNE–PEE (23 ocorrências, 6,3%) revelam que os conteúdos da palestra geraram mobilização intelectual e demandas de continuidade.

A pendência do Plano Nacional de Educação, ainda não aprovado, é citada como fonte de incerteza para o planejamento municipal. Em síntese, os dados desta questão dissertativa confirmam e aprofundam os achados das questões objetivas: a formação é valorizada e percebida como relevante, mas os participantes demandam uma transição do plano discursivo para o plano da ação. O principal desafio do PRISME não é convencer sobre a importância do planejamento — isso já está incorporado —, mas criar condições objetivas, técnicas e territoriais para que o PME se torne um instrumento real de gestão educacional nos municípios tocantinenses.

Análise das Avaliações Positivas e Elogios

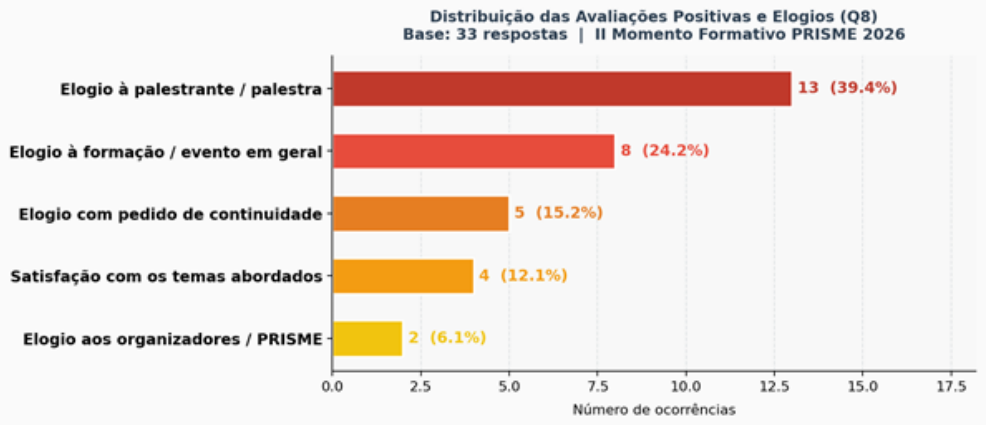
Das 690 respostas recebidas, 33 (4,8%) foram classificadas como avaliações positivas e elogios — registros de satisfação com o evento, a palestrante ou a formação em geral, sem indicação de demanda específica. Embora não constituam uma demanda formativa, essas respostas representam um indicador relevante da percepção dos cursistas sobre a qualidade do II Momento Formativo. As 33 respostas foram subcategorizadas conforme o quadro e gráfico a seguir.

Quadro 4 – Subcategorias das avaliações positivas e elogios

Base: 33 respostas | II Momento Formativo PRISME 2026

Subcategoria	Descrição	Qnt	%	3 exemplos literais
Elogio à palestrante / palestra	Menções diretas à Profa. Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin, ao conteúdo, clareza e didatismo da apresentação.	13	39,4%	"A palestrante falou de uma maneira simples e clara que todos pudessem entender." "Dra. Cidinha foi cirúrgica na fala sobre a promoção da equidade na educação." "A palestra foi maravilhosa, veio aprimorar meus conhecimentos sobre equidade."

Elogio à formação / evento em geral	Satisfação com a organização, qualidade e relevância do webinário como um todo.	8	24,2%	"Formação excelente e esclarecedora." "Foi um tema muito bem explanado, claro e reflexivo." "Formação excelente, com tema bastante relevante."
Elogio com pedido de continuidade	Registros positivos que simultaneamente expressam desejo de mais momentos formativos.	5	15,2%	"Que continue com essas lives informativas sobre a construção do PME." "Achei excelente, precisamos de mais momentos de reflexão e debate como este." "Pra esse primeiro momento foi muito satisfatório. Esperamos mais!"
Satisfação com os temas abordados	Reconhecimento da pertinência e relevância dos temas tratados.	4	12,1%	"Muito satisfeita com os temas abordados." "Todos os temas abordados são de suma importância." "No momento estou satisfeita com os temas abordados."
Elogio aos organizadores / coletivo PRISME	Agradecimentos e reconhecimento direcionados à equipe organizadora.	2	6,1%	"Parabenizo os organizadores pela formação de suma importância." "Só quero parabenizar a equipe de formadores pelo trabalho excelente." "Os organizadores e palestrante fizeram uma ótima explanação."
Reconhecimento do impacto no município	Respostas que destacam a contribuição direta da formação para o trabalho municipal.	2	3,0%	"Foi de grande relevância e nos norteou para a tomada de decisão." "A forma contribuiu muito para o desenvolvimento do PME em meu município." "Agradecer pela contribuição para a construção do plano municipal."



A predominância dos elogios à palestrante e à qualidade da palestra (39,4%) reforça os resultados das questões objetivas, que indicaram 89,5% de aprovação para a clareza da exposição. A subcategoria 'elogio com pedido de continuidade' (15,2%) é especialmente relevante: mesmo nas respostas de caráter positivo, os participantes expressam demanda por mais momentos formativos, indicando que a satisfação não se traduz em passividade, mas em engajamento ativo com o programa.

Análise geral do II Momento Formativo

Os dados coletados no formulário de avaliação do II Momento Formativo do PRISME 2026 apontam para resultados expressivamente positivos em todas as dimensões avaliadas.

A organização geral (88,6% de notas 4 e 5), a condução do evento pelo coletivo PRISME (88,3% de aprovação plena) e a clareza da palestra (89,5% de notas 4 e 5) indicam alto nível de satisfação dos participantes. A problematização central foi percebida como plenamente respondida por 77,1% dos participantes e a temática da qualidade socialmente referenciada foi validada como subsídio a práticas concretas por 87,3%.

A ampla intenção de utilização do material formativo nos municípios (91,0% somando 'Sim' e 'Talvez') evidencia que o conteúdo do webinário transcende o espaço formativo pontual, projetando-se como instrumento de multiplicação do conhecimento nos territórios. Esses resultados, combinados ao expressivo número de 1.701 participantes representando 104 municípios tocantinenses, reafirmam o papel estruturante do PRISME no fortalecimento das capacidades locais para o planejamento educacional participativo e democrático.

Considerações finais.

Os dados expostos neste relatório provêm exclusivamente das respostas fornecidas no formulário de frequência, acompanhamento, monitoramento e avaliação aplicado aos participantes do II Momento Formativo do PRISME 2026 (19/03/2026), refletindo as percepções dos cursistas sobre o webinário, seus conteúdos e as necessidades de formação identificadas.

A análise indica que o evento cumpriu seu papel formativo ao abordar a temática dos Planos Municipais de Educação sob a perspectiva da equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada. A elevada participação — 1.701 respondentes de 104 municípios — e os índices consistentemente positivos confirmam a relevância do PRISME como política de formação continuada para gestores e representantes educacionais municipais.

O expressivo percentual de inscritos no PRISME 2026 (92,9%) e a ampla intenção de uso do material formativo nos municípios sinalizam para o fortalecimento gradativo da cultura de planejamento educacional participativo no Tocantins. Nesse sentido, os dados deste relatório não apenas atestam o evento realizado, mas configuram indicativos para o planejamento dos próximos momentos formativos, reafirmando a necessidade de continuidade e aprofundamento das ações voltadas à elaboração, monitoramento e avaliação dos PME 2026-2036.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO III MOMENTO FORMATIVO DO PRIME (2026)

Palmas - TO
Maio, 2026

INTRODUÇÃO

Este relatório sistematiza as respostas coletadas por meio do instrumento de avaliação aplicado aos participantes do III Momento Formativo do PRISME 2026, realizado em formato de Webinário em 07 de maio de 2025. O evento integra o ciclo anual de formação da Rede ColaborAção Tocantins (RCT), com foco na elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) 2026-2036 na perspectiva da equidade inclusiva e da qualidade socialmente referenciada.

A análise foi realizada com base nas manifestações dos cursistas registradas no formulário de acompanhamento, monitoramento e avaliação. O instrumento abrangeu questões objetivas sobre os objetivos e conteúdo da formação, a metodologia e dinâmica do PRISME, e a avaliação geral e perspectivas dos participantes, além de uma questão dissertativa final.

III MOMENTO FORMATIVO DO PRISME 2026		
Temática da Formação PRISME	Planejamento educacional, SNE (Lei nº 220/2025), PNE (Lei nº 15.388/2026) e gestão democrático-participativa	
Palestrante	Profa. Dra. Simone Flach	
Público-alvo	Cursistas do Agrupamento Formativo 1 e 2	
Objetivo	Aprofundar a reflexão teórico-prática sobre planejamento educacional visando à elaboração dos PME 2026-2036, com ênfase em equidade inclusiva e sustentabilidade educacional	
Modalidade	Remoto	
Data e horário	07 de Maio	9h às 11h

PARTE I- IDENTIFICAÇÃO GERAL DOS PRESENTES NO MOMENTO FORMATIVO

1. Municípios com maior participação no III Momento Formativo PRISME 2026

877 respostas | Municípios participantes: 84

Município	Participantes	% do Total
Gurupi	139	15.8%
Araguaína	58	6.6%
Ananás	48	5.5%
Xambioá	42	4.8%
Araguatins	34	3.9%
Araguaçu	33	3.8%
Marianópolis do TO	28	3.2%
Maurilândia do TO	24	2.7%
Campos Lindos	23	2.6%
Angico	21	2.4%
Demais municípios (74)	427	48.7%

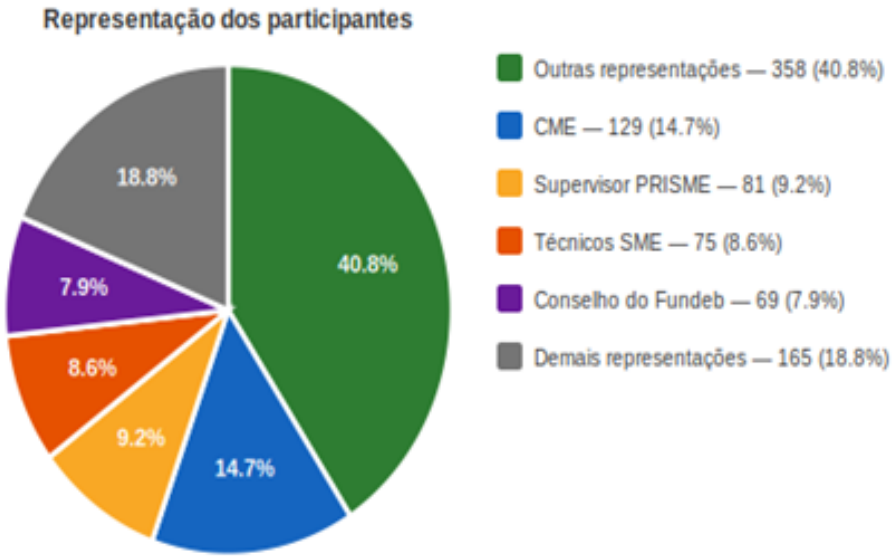
O webinário reuniu participantes de 84 municípios do Estado do Tocantins. Gurupi liderou com 139 participantes (15,8%), seguida de Araguaína com 58 (6,6%) e Ananás com 48 (5,5%). A distribuição geográfica ampla reforça o alcance do PRISME como política de formação de abrangência estadual.

2. Representação dos participantes no III Momento Formativo PRISME

Total de respostas: 877

Representação	Qnt	%
Outras representações	358	40.8%
Repr. do Conselho Municipal de Educação (CME)	129	14.7%
Supervisor(a) Municipal no PRISME	81	9.2%
Repr. dos Técnicos da Secretaria Municipal de Educação	75	8.6%
Repr. do Conselho do Fundeb / Câmara do Fundeb	69	7.9%
Repr. do Fórum Permanente de Educação Municipal (FME)	41	4.7%

Repr. da Secretaria Municipal de Saúde ou Assistência Social	**27**	**3.1%**
Membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME	**28**	**3.2%**
Membro da CAMA / PME	**24**	**2.7%**
Repr. dos Movimentos Sociais e Sindicais	**19**	**2.2%**
Dirigente Municipal de Educação (DME)	**18**	**2.1%**
Responsável pelo ICMS Educacional	**8**	**0.9%**



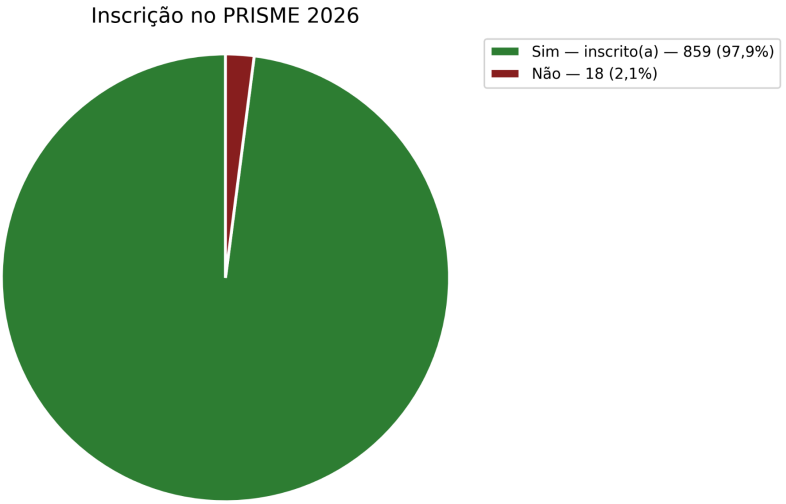
A distribuição das representações indica ampla diversidade de profissionais da educação. O maior grupo é composto por 'Outras representações' (40,8%), seguido dos Representant

es do CME (14,7%), Supervisores Municipais no PRISME (9,2%) e Técnicos da SME (8,6%), demonstrando o caráter interinstitucional do programa.

3. Situação de inscrição no PRISME 2026

Total de respostas: 877

Opção	Contagem	%
Sim — já inscrito(a) no PRISME 2026	**859**	**97.9%**
Não	**18**	**2.1%**



A grande maioria dos participantes (97,9%) já se encontrava formalmente inscrita no PRISME 2026, evidenciando regularidade nos processos de adesão.

4. Situação de inscrição dos grupos formativos 1 e 2 do município

Total de respostas: 877

Opção	Contagem	%
Sim — grupos 1 e 2 inscritos	**864**	**98.5%**
Não	**13**	**1.5%**

98,5% dos respondentes confirmaram que os grupos formativos 1 e 2 de seu município já se encontravam inscritos no PRISME 2026.

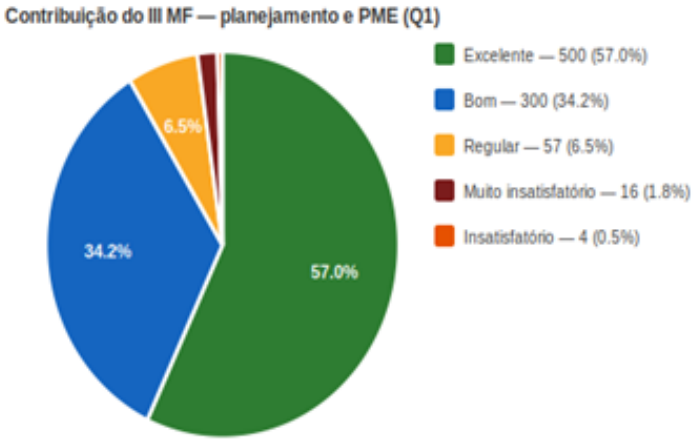
PARTE II – OBJETIVOS E CONTEÚDO DA FORMAÇÃO

1. O III Momento Formativo contribuiu para aprofundar o conhecimento sobre planejamento educacional e a elaboração dos PME 2026-2036?

877 respostas

Avaliação	Escala	Contagem	%
Muito insatisfatório	1	16	1.8%
Insatisfatório	2	4	0.5%
Regular	3	57	6.5%
Bom	4	300	34.2%
Excelente	5	500	57.0%

Média ponderada: 4.44 / 5,00



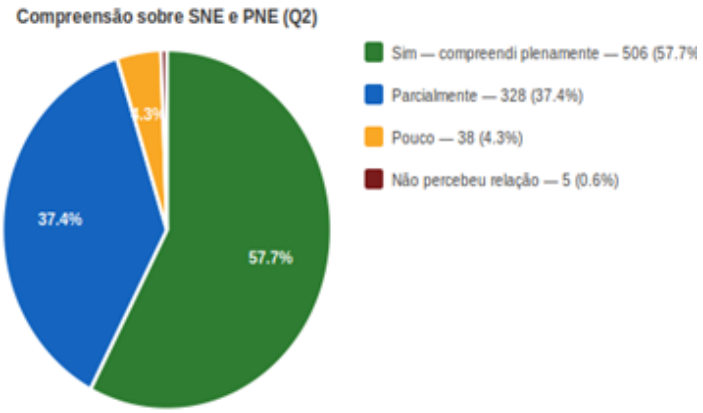
A percepção quanto à contribuição do III MF para o conhecimento sobre planejamento educacional e PME foi amplamente positiva: 57,0% atribuíram nota Excelente e 34,2% nota Bom, totalizando 91,2% de avaliações positivas.

2. O debate sobre as Leis do SNE (nº 220/2025) e do PNE (nº 15.388/2026) ampliou sua compreensão sobre a função dos colegiados municipais?

877 respostas

Resposta	Contagem	%

Sim — compreendi plenamente a função dos colegiados	**506**	**57.7%**
Parcialmente — entendi os aspectos gerais, mas tenho dúvidas	**328**	**37.4%**
Pouco — a legislação ainda não está clara para mim	**38**	**4.3%**
Não — não percebi relação com a realidade do meu município	**5**	**0.6%**



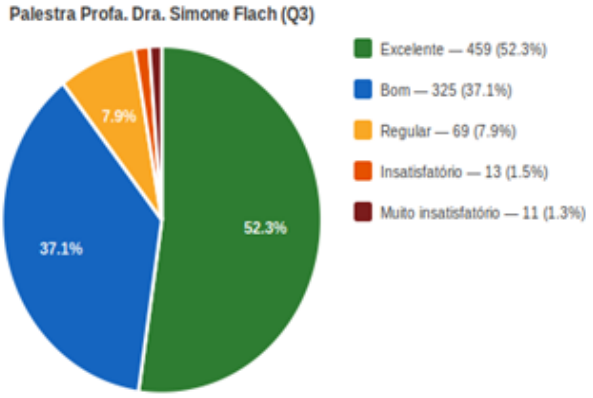
Para 57,7% dos participantes, o debate sobre o SNE e o PNE ampliou plenamente a compreensão sobre a função dos colegiados municipais. Outros 37,4% assimilaram os aspectos gerais, com dúvidas sobre a aplicação prática.

3. Como você avalia o aprofundamento proporcionado pela palestra da Profa. Dra. Simone Flach sobre gestão democrático-participativa e mobilização socioeducacional?

877 respostas

Avaliação	Escala	Contagem	%
Muito insatisfatório	**1**	**11**	**1.3%**
Insatisfatório	**2**	**13**	**1.5%**
Regular	**3**	**69**	**7.9%**
Bom	**4**	**325**	**37.1%**
Excelente	**5**	**459**	**52.3%**

Média ponderada: 4.38 / 5,00

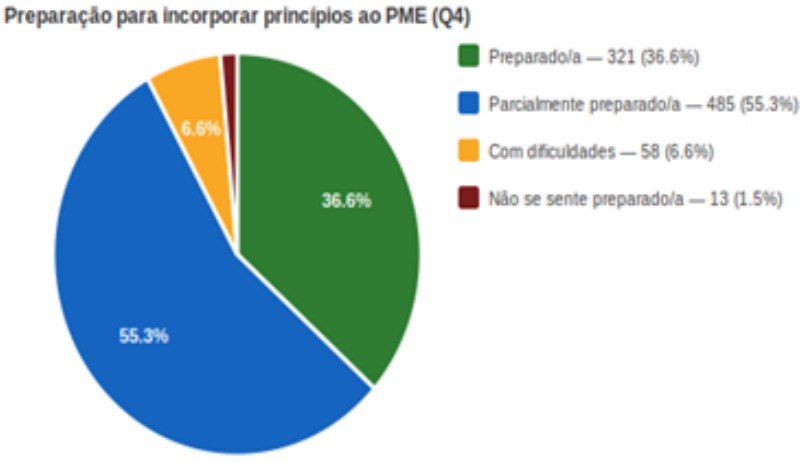


O aprofundamento proporcionado pela palestra foi amplamente reconhecido: 52,3% atribuíram nota Excelente e 37,1% nota Bom, totalizando 89,4% de avaliações positivas.

4. Após a formação, você se sente preparado/a para contribuir nos debates para incorporar os princípios de equidade inclusiva e sustentabilidade educacional no esboço do PME do seu município?

877 respostas

Resposta	Contagem	%
Preparado/a — compreendi os princípios e posso contribuir	**321**	**36.6%**
Parcialmente preparado/a — preciso de mais estudo e orientação	**485**	**55.3%**
Com dificuldades — os conceitos ainda não estão claros	**58**	**6.6%**
Não me sinto preparado/a — preciso de apoio mais intensivo	**13**	**1.5%**



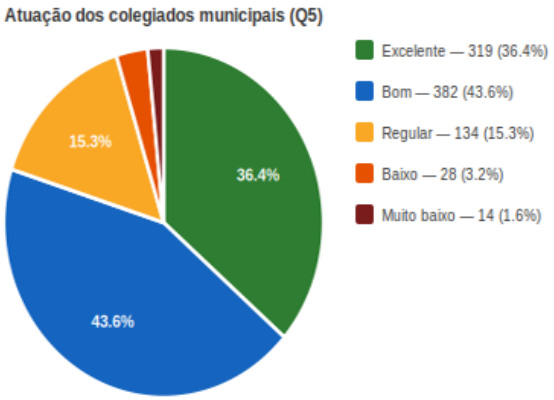
36,6% declararam sentir-se plenamente preparados. A maioria (55,3%) indicou preparação parcial. Apenas 8,1% relataram dificuldades expressivas, indicando que o conteúdo foi assimilado em nível conceitual, mas ainda requer instrumentalização prática.

5. Como você avalia o nível atual de atuação dos colegiados (CME, FME, CACs-Fundeb e Conselhos Escolares) na mobilização socioeducacional do seu município para o PME 2026-2036?

877 respostas

Avaliação	Escala	Contagem	%
Muito baixo	**1**	**14**	**1.6%**
Baixo	**2**	**28**	**3.2%**
Regular	**3**	**134**	**15.3%**
Bom	**4**	**382**	**43.6%**
Excelente	**5**	**319**	**36.4%**

Média ponderada: 4.10 / 5,00



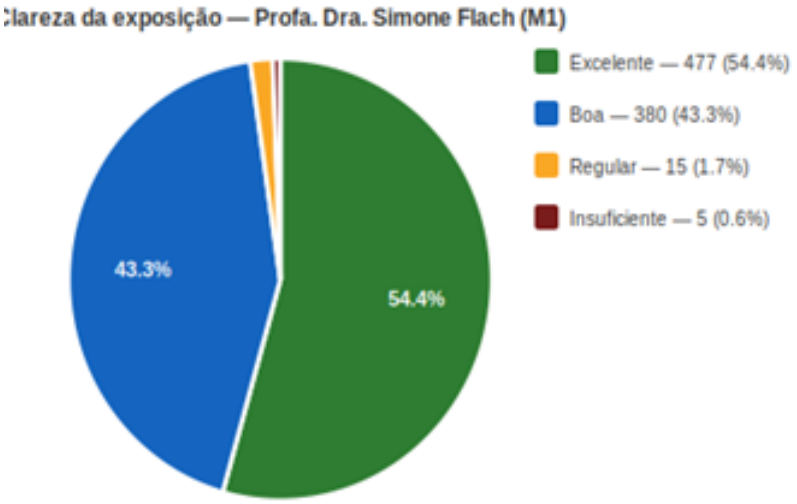
A atuação dos colegiados municipais foi avaliada positivamente: 36,4% atribuíram nota Excelente e 43,6% nota Bom, somando 80,0% de percepções favoráveis. O percentual de Regular (15,3%) sinaliza fragilidades em parcela dos municípios.

PARTE III – METODOLOGIA E DINÂMICA DO PRISME

1. Como você avalia a exposição da Profa. Dra. Simone Flach em termos de clareza, profundidade e relevância para sua prática?

877 respostas

Avaliação	Contagem	%
Excelente — clara, aprofundada e relevante para minha prática	477	54.4%
Boa — abordou bem a temática, com alguns pontos a aprofundar	380	43.3%
Regular — a exposição foi parcialmente clara, com lacunas	15	1.7%
Insuficiente — o conteúdo não atendeu às expectativas	5	0.6%



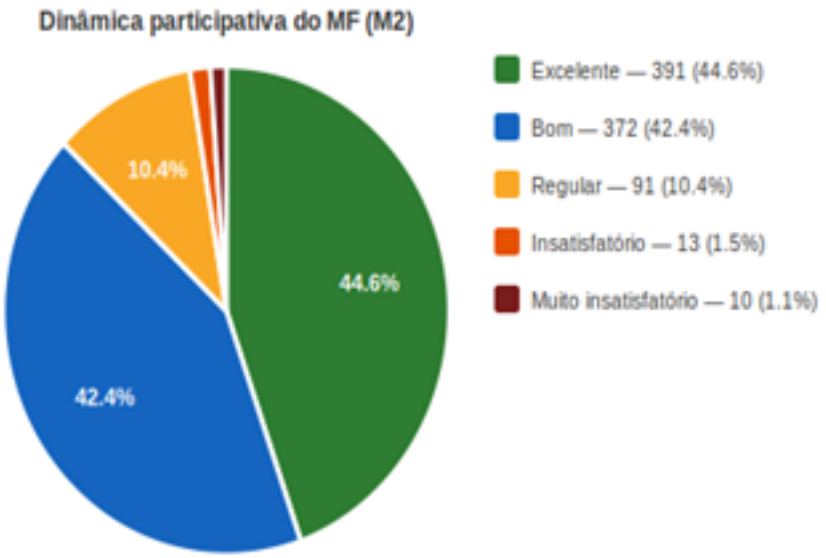
A clareza e relevância da exposição foram amplamente reconhecidas: 54,4% classificaram como Excelente e 43,3% como Boa, totalizando 97,7% de avaliações positivas.

2. A dinâmica participativa do momento formativo (palestra, debate e encaminhamentos) favoreceu a construção coletiva do conhecimento?

877 respostas

Avaliação	Escala	Contagem	%
Muito insatisfatório	1	10	1.1%
Insatisfatório	2	13	1.5%
Regular	3	91	10.4%
Bom	4	372	42.4%
Excelente	5	391	44.6%

Média ponderada: 4.28 / 5,00



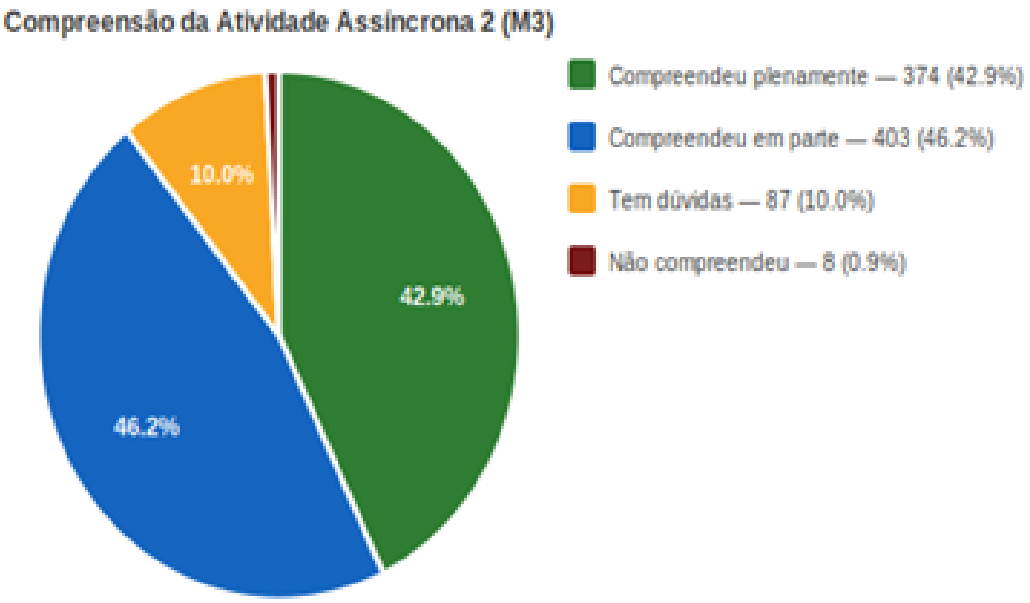
A dinâmica participativa foi avaliada positivamente por 87,0% dos participantes (notas 4 e 5). O percentual de Regular (10,4%) indica margem para aprimoramento.

3. Você compreendeu os encaminhamentos da Atividade Assíncrona 2 — Retomada do esboço parcial parte 2, incorporando equidade e sustentabilidade educacional?

872 respostas

Resposta	Contagem	%
Sim — compreendi plenamente e já sei como realizá-la	374	42.9%
Compreendi em parte — tenho dúvidas sobre alguns passos práticos	403	46.2%

Tenho dúvidas — preciso de apoio do formador/a antes de iniciar	**87**	**10.0%**
Não compreendi — preciso de orientação detalhada	**8**	**0.9%**



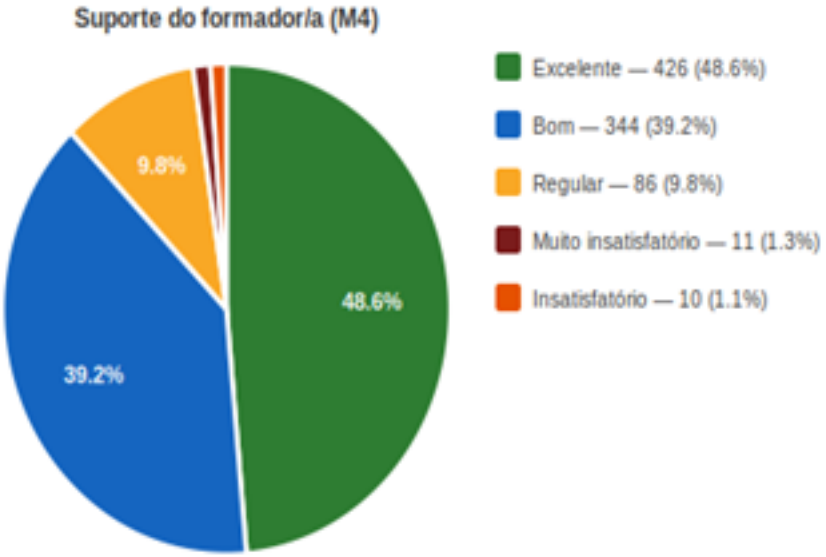
42,9% declararam ter compreensão plena. A maioria (46,2%) sinalizou compreensão parcial. Somados os que têm dúvidas ou não compreenderam (10,9%), identifica-se necessidade de reforço da orientação técnica pelos formadores regionais.

4. Como você avalia o suporte recebido do formador/a para a realização das atividades do PRISME 2026 até este momento?

877 respostas

Avaliação	Escala	Contagem	%
Muito insatisfatório	**1**	**11**	**1.3%**
Insatisfatório	**2**	**10**	**1.1%**
Regular	**3**	**86**	**9.8%**
Bom	**4**	**344**	**39.2%**
Excelente	**5**	**426**	**48.6%**

Média ponderada: 4.33 / 5,00



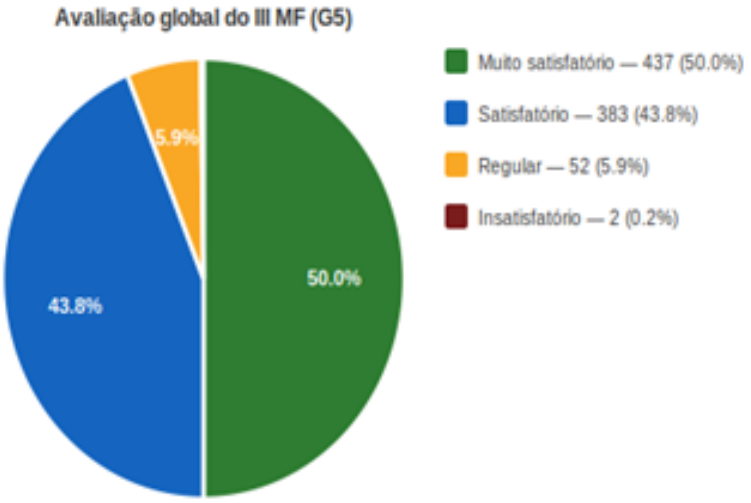
O suporte dos formadores regionais recebeu avaliação predominantemente positiva: 48,6% Excelente e 39,2% Bom, somando 87,8% de aprovação.

PARTE IV – AVALIAÇÃO GERAL E PERSPECTIVAS

5. Como você avalia o III Momento Formativo do PRISME 2026 como um todo?

874 respostas

Avaliação	Contagem	%
Muito satisfatório — superou minhas expectativas	437	50.0%
Satisfatório — atendeu às expectativas com pequenos pontos a melhorar	383	43.8%
Regular — atendeu parcialmente, com aspectos a aprimorar	52	5.9%
Insatisfatório — não atendeu às minhas expectativas	2	0.2%



A avaliação global foi expressivamente positiva: 50,0% Muito satisfatório e 43,8% Satisfatório, totalizando 93,8% de aprovação. Apenas 6,2% indicaram Regular ou Insatisfatório.

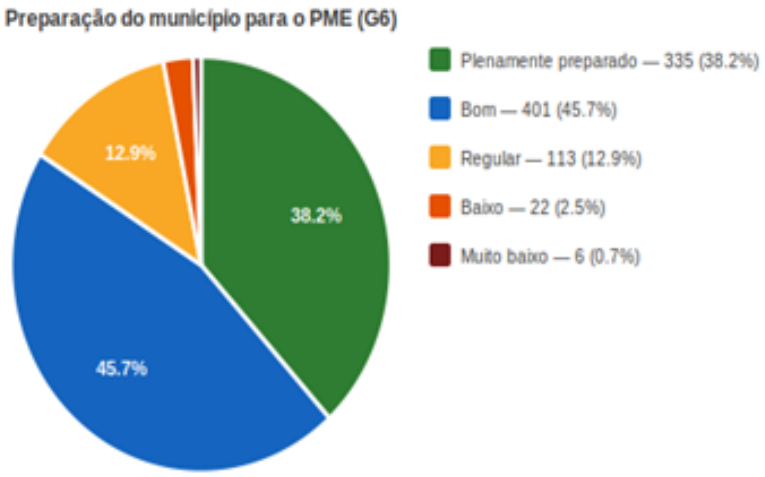
6. Após este momento formativo, como você avalia o nível de preparação do seu município para avançar na elaboração participativa do PME 2026-2036?

877 respostas

Avaliação	Escala	Contagem	%
Muito baixo	1	6	0.7%

Baixo	**2**	**22**	**2.5%**
Regular	**3**	**113**	**12.9%**
Bom	**4**	**401**	**45.7%**
Plenamente preparado	**5**	**335**	**38.2%**

Média ponderada: 4.18 / 5,00



38,2% avaliaram seu município como plenamente preparado para avançar na elaboração participativa do PME 2026-2036, e 45,7% como Bom, somando 83,9% de percepções favoráveis.

ANEXO A - CONTRIBUIÇÕES, SUGESTÕES E CONSIDERAÇÕES DOS PARTICIPANTES

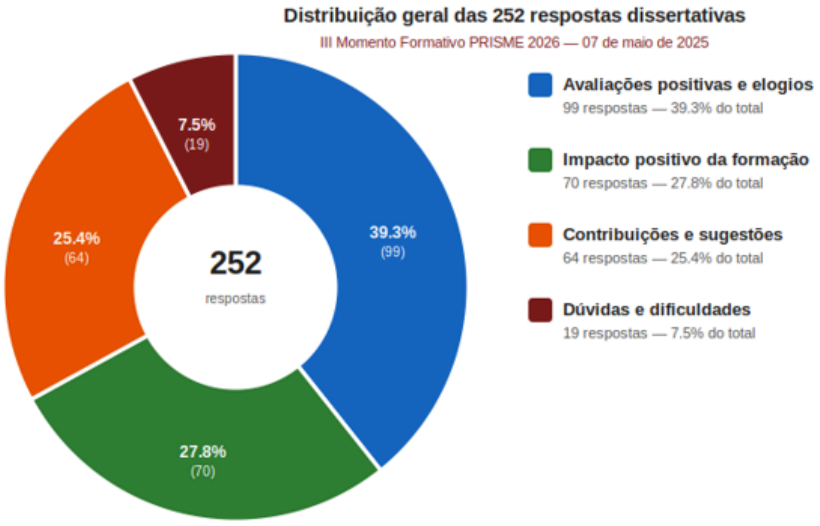
Este documento apresenta a classificação integral das 252 respostas dissertativas registradas pelos participantes do III Momento Formativo do PRISME 2026 (07/05/2025) à seguinte questão: "Deixe suas contribuições, sugestões ou considerações sobre o III Momento Formativo e a elaboração do PME em seu município."

Diferentemente da triagem adotada nos relatórios anteriores do PRISME — que separava respostas, esta análise classifica a integralidade das 252 respostas em quatro grupos, cada um subdividido em subcategorias temáticas. Nenhuma resposta foi desconsiderada. Todas foram lidas e atribuídas ao grupo e subcategoria que melhor representa seu conteúdo.

As dúvidas expressam lacunas de compreensão ou insegurança em relação ao processo. As contribuições e sugestões expressam propostas ativas de melhoria. As avaliações positivas e elogios registram satisfação, gratidão ou reconhecimento da qualidade. Os registros de impacto positivo descrevem aprendizados, percepções de relevância.

Quadro geral de classificação — 252 respostas dissertativas | III MF PRISME 2026

Grupo / Natureza da resposta	Respostas	% do total	% acum.
Grupo E — Avaliações positivas e elogios	99	39,3%	39,3%
Grupo I — Impacto positivo da formação	70	27,8%	67,1%
Grupo S — Contribuições e sugestões	64	25,4%	92,5%
Grupo D — Dúvidas e dificuldades	19	7,5%	100,0%
TOTAL GERAL	252	100,0%	—



A análise integral das 252 respostas revela que a percepção dominante dos participantes é positiva: os Grupos E e I somados representam 67,1% das manifestações (169 respostas), confirmando elevado nível de satisfação e reconhecimento do impacto formativo. As Contribuições e sugestões (Grupo S, 64 respostas, 25,4%) constituem o principal insumo qualitativo para o aprimoramento do programa. As Dúvidas e dificuldades (Grupo D, 19 respostas, 7,5%) sinalizam pontos específicos que requerem atenção pedagógica nas próximas etapas.

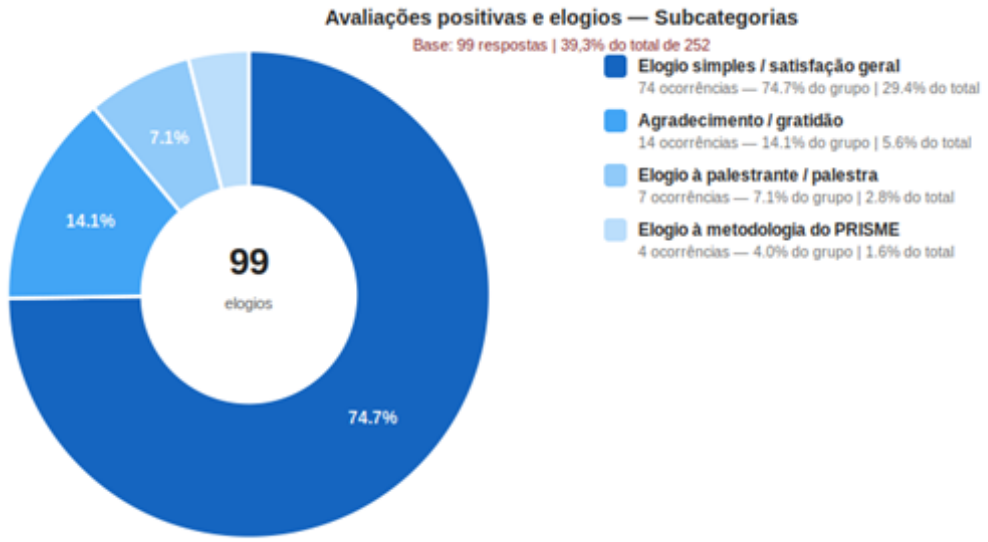
GRUPO E — Avaliações positivas e elogios | 99 respostas — 39,3% do total (252)

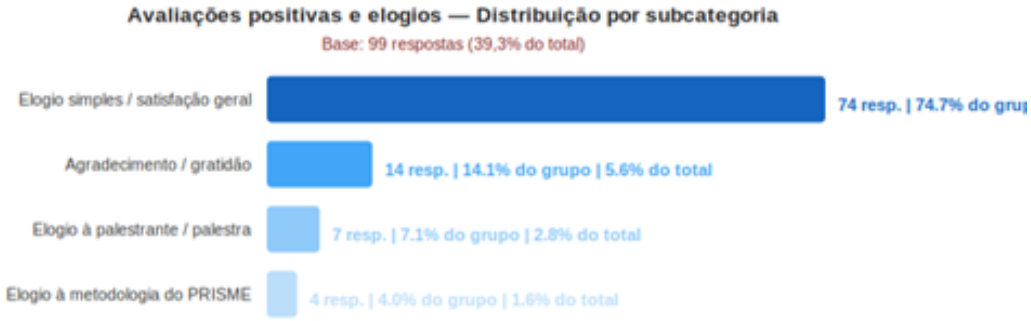
Base: 99 respostas (39,3% do total) | 4 subcategorias

O **Grupo E** reúne manifestações de satisfação, reconhecimento e gratidão sem indicação de demanda específica. Embora não gerem encaminhamentos diretos para o programa, são indicadores expressivos de aprovação e constituem referência para a avaliação da qualidade percebida. Três em cada quatro respostas deste grupo (74,7%) são elogios simples ou registros de satisfação geral; os agradecimentos explícitos somam 14,1% e os elogios direcionados à palestrante, 7,1%.

Subcategoria	Ocorrências	% do grupo E	% do total
E1 — Elogio simples / satisfação geral	74	74,7%	29,4%
E3 — Agradecimento / gratidão	14	14,1%	5,6%

E2 — Elogio à palestrante / palestra	**7**	**7,1%**	**2,8%**
E4 — Elogio à metodologia do PRISME	**4**	**4,0%**	**1,6%**
TOTAL — Grupo E	**99**	**100,0%**	**39,3%**





E1 — Elogio simples / satisfação geral (74 ocorrências — 74,7% do grupo | 29,4% do total)

Nº	Resposta literal do participante
1	Agradecido
2	Muito ótimo
6	Excelente!
13	O momento formativo foi excelente
17	MUITO BOM
19	Excelente encontro

21	Excelente
22	Foi muito bom
24	Palestra muito boa
26	Foi ótimo
31	O momento foi satisfatório
32	Na minha opinião está muito produtiva
34	As ministrações são excelentes
37	Tô gostando do horário!
39	Momento riquíssimo...
41	Formação muito relevante!
43	Esclarecedor
47	Nada a declarar — superou minhas expectativas
52	Excelente formação
57	Momento satisfatório, com explicações claras e compreensíveis
64	Maravilhosa
67	Momento enriquecedor!
68	Foi ótimo os esclarecimentos
76	Formação é excelente
80	ÓTIMAS CONTRIBUIÇÕES
81	Muito importante
82	Curso muito interessante
83	Gostei muito, esclarecedor — você consegue entender
90	Foi bem proveitoso
93	Foi bem legal
94	Gostei
101	Tudo organizado
105	Excelente
108	Satisfatória
109	Foi muito satisfatório
114	Foi bem produtivo
117	Gostei da formação
119	Excelente
126	EXCELENTE

127	Muito proveitoso o encontro
128	Esse momento formativo foi ótimo; o falecimento da nossa coordenadora do PRISME me deixou muito abalada
132	Pra mim está ótimo
134	Muito satisfatório
137	Foi excelente!
138	Muito importante para essa formação
143	Foi muito interessante
146	De grande valia
147	FOI MUITO BOM ESSE CONHECIMENTO
151	Foi de muita relevância esse momento
153	Tudo muito bom
154	Está sendo ótima
159	Gostei muito
161	No momento não tenho sugestões
170	FORMAÇÃO EXCELENTE
173	Foi ótimo
177	Ótima
189	Excelente
195	Excelente
197	Muita satisfação nas falas
199	Excelente
203	Muito bom esse curso
210	Foi bastante satisfatório
211	Muito bom
212	Excelente
213	Ótima Formação
218	Foi excelente; gostei muito de participar
219	Momento excelente e enriquecedor
220	Foi muito proveitoso! Bem explicado!
221	Foi muito satisfatório o momento formativo
222	Foi bom!
225	Bem explicado!
228	Foi muito produtivo

230	Ótima formação
232	Formação muito proveitosa
241	Muito boa
243	Muito boa a formação

E2 — Elogio à palestrante / palestra (7 ocorrências — 7,1% do grupo | 2,8% do total)

Nº	Resposta literal do participante
9	A formação foi de excelência! Temas super relevantes para nossa prática! Parabéns PRISME!
34	As ministrações são excelentes
125	Foi palestra muito boa e importante para todos
152	Os palestrantes foram excelentes e nos fazem ter uma compreensão melhor da importância da elaboração do PME
178	Professores altamente qualificados!!!
204	Muito gratificante — esta palestra veio para melhor desenvolvimento e aprimoramento de todos
229	Foi muito bom. Obrigada aos formadores

E3 — Agradecimento / gratidão (14 ocorrências — 14,1% do grupo | 5,6% do total)

Nº	Resposta literal do participante
10	Foi de grande valia para nosso conhecimento. Parabéns
11	SÓ GRATIDÃO!
79	Eu quero agradecer à Rede de Colaboração do Estado do Tocantins pela metodologia trabalhada — foram excelentes as falas, orientações e os materiais compartilhados. Obrigada a todos
85	Só agradecer pelos temas abordados!
92	Momento de muito aprendizado; parabéns a toda a equipe
113	Estou encantada com as informações obtidas neste encontro; agradeço muito esta oportunidade
157	Parabéns a todos os envolvidos pelo encontro! Momento de muito conhecimento
167	NO MOMENTO SÓ TENHO A AGRADECER PELO APRENDIZADO
168	Temática importante. Só agradecer e continuar os estudos

184	Agradeço a todos os mestres que se dispuseram a nos ajudar, esclarecendo todos os tópicos referentes à nossa educação. Muito obrigada
206	Foi esclarecedor; obrigado por compartilhar o conhecimento conosco
208	Parabéns aos organizadores — esta formação está sendo maravilhosa, nos proporcionando aprendizado significativo
223	Parabéns! Gostei muito
229	Foi muito bom. Obrigada aos formadores

E4 — Elogio à metodologia do PRISME (4 ocorrências — 4,0% do grupo | 1,6% do total)

Nº	Resposta literal do participante
29	Material riquíssimo cheio de informações
158	Este ano, a metodologia do PRISME está de parabéns, principalmente na forma como estão sendo abordadas todas as informações pertinentes à construção dos planos decenais
171	Que continue como está — ótimos palestrantes, conteúdo riquíssimo de bom entendimento
242	Continua com a mesma dinâmica que vai dar certo

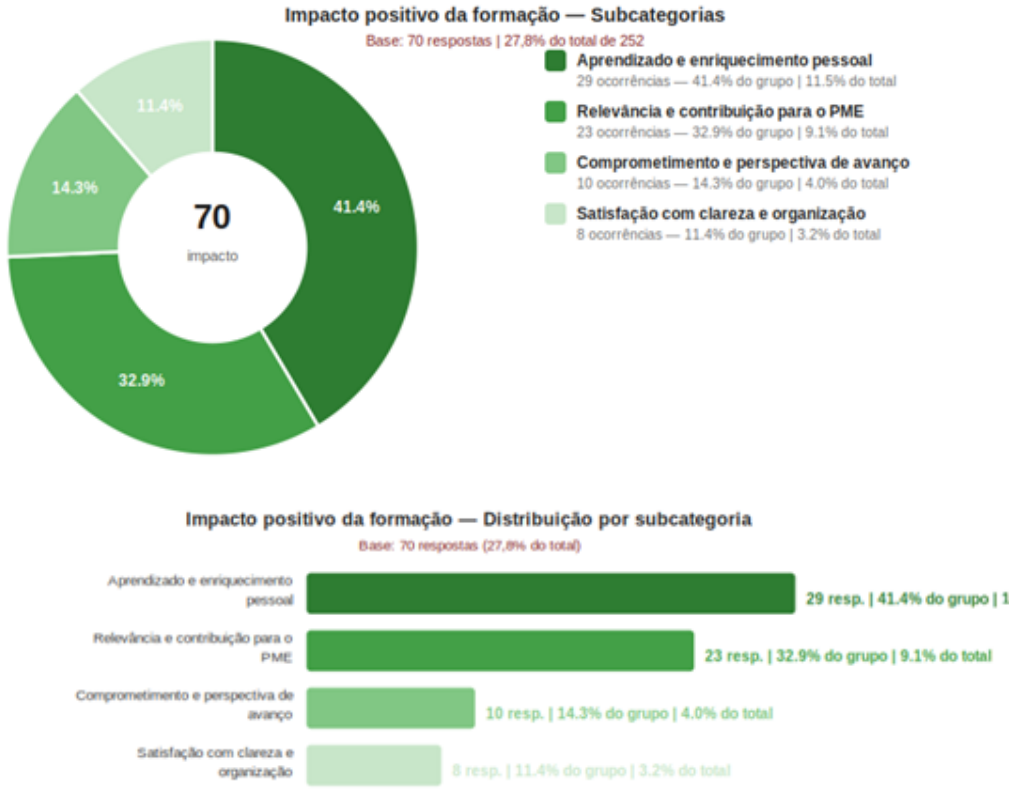
GRUPO I — Impacto positivo da formação | 70 respostas — 27,8% do total (252)

Base: 70 respostas (27,8% do total) | 4 subcategorias

O Grupo I reúne manifestações que descrevem o impacto percebido da formação — aprendizados adquiridos, reconhecimento da relevância para o PME, satisfação com a qualidade pedagógica e expressões de comprometimento pessoal com o processo. São diferentes dos elogios simples por conterem informação substantiva sobre o que a formação proporcionou, ainda que sem sugestão de melhoria. O subgrupo de maior peso é o Aprendizado e enriquecimento pessoal (41,4%), seguido pela Relevância e contribuição para o PME (32,9%).

Subcategoria	Ocorrências	% do grupo I	% do total
I1 — Aprendizado e enriquecimento pessoal	29	41,4%	11,5%
I2 — Relevância e contribuição para o PME	23	32,9%	9,1%

I4 — Comprometimento e perspectiva de avanço	**10**	**14,3%**	**4,0%**
I3 — Satisfação com clareza e organização	**8**	**11,4%**	**3,2%**
TOTAL — Grupo I	**70**	**100,0%**	**27,8%**



I1 — Aprendizado e enriquecimento pessoal (29 ocorrências — 41,4% do grupo | 11,5% do total)

Nº	Resposta literal do participante
3	Foi um momento de muito aprendizado
12	Momento de muito aprendizado
45	Foi um aprendizado, contendo conhecimento e clareza sobre o conteúdo abordado
46	Foi muito proveitoso e claro
58	Muito bom, aprimorou muito meus conhecimentos
70	Muito enriquecedor para melhor contribuir na educação contemporânea
71	Foi muito enriquecedor e significativo, proporcionando reflexões importantes sobre a prática pedagógica

72	Curso de muito conhecimento
73	O assunto abordado foi de grande aprendizado contendo conhecimento
96	Muito bom — a palestra e o assunto abordado foram de grande importância para meu conhecimento
102	Muito conhecimento adquirido!
103	Momento de muito aprendizado onde tivemos acesso a muitas informações que irão nos ajudar bastante
104	Foi um momento de muito aprendizado
107	Para mim foi de muito aprendizado
110	Foi um momento de aprendizado
115	Gostei muito. Bastante informações sobre o assunto
129	Momento de muito aprendizado
139	Muito bom — os esclarecimentos contribuem bastante para o bom aprendizado
140	Formação com muito conhecimento
148	Ótimo — muito aprendizado
155	Muito aprendizado
160	Foi muito proveitoso e contribuiu bastante para o meu aprendizado
166	Muito proveitosa; deixou um aprendizado quanto ao assunto
174	Muito importante — de uma abordagem muito grande e significativa para o meu aprendizado
182	Foi muito produtivo; tive bastante aproveitamento do momento
196	Foi um momento maravilhoso, de muito aprendizado
200	A formação foi maravilhosa, de muito aprendizado
201	Gostei muito dessas informações
239	Foi um momento de muito aprendizado

I2 — Relevância e contribuição para o PME (23 ocorrências — 32,9% do grupo | 9,1% do total)

Nº	Resposta literal do participante
4	Muito bom e essencial esse encontro de orientações do PME
7	Momento riquíssimo para discussão e debate da construção dos PMEs
18	Esse momento de aprendizagem para os PME, com o objetivo de dialogar, alinhar informações e fortalecer as ações educacionais do município
25	Contribuiu muito para a elaboração do PME

27	As lives têm ajudado muito
51	O momento formativo nos esclarece dúvidas e nos dá mais ferramentas para elaboração do PME
55	Momento muito produtivo, com certeza irá contribuir na elaboração de nosso PME
59	Mais um momento de contribuição para a construção do PME. Trouxe luz a algumas coisas que ainda não estavam claras
61	Considero que esse momento formativo foi extremamente importante e necessário para aprimorarmos os conhecimentos e práticas
63	Foi bom o momento. Amplia o repertório de ideias para elaboração do PME
87	Muito relevante para o momento. Uma vez que os municípios precisarão reestruturar seus planos
130	Excelente momento formativo, com grande fortalecimento para a gestão municipal
149	Esse momento formativo foi de grande valia, pois conseguiu esclarecer muitas dúvidas, em especial sobre as atribuições dos Conselhos
164	É de suma importância ter o entendimento desse programa para a educação
172	O sistema de construção baseado na realidade de cada município é viável e contribui para a melhoria da qualidade da educação
185	São momentos riquíssimos, que nos fazem estudar mais sobre o tema/assunto
192	É muito importante para nosso aprendizado
198	Gostei muito da explicação dada pelos formadores. Com certeza vai contribuir muito para o planejamento
209	Foi de grande relevância
215	O programa PRISME é de suma importância, pois ajuda os municípios a planejarem e fortalecerem a educação pública
235	É muito bom participar destes momentos formativos
236	Gostei do curso; contribuiu no trabalho docente de sala de aula. Gratidão
240	É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA ENTENDERMOS MELHOR COMO FUNCIONA TODOS OS PROCESSOS LIGADOS AO TEMA

I4 — Comprometimento e perspectiva de avanço (10 ocorrências — 14,3% do grupo | 4,0% do total)

Nº	Resposta literal do participante
53	Foi objetivo e claro, me fez repensar que devo me apropriar mais sobre o assunto
78	Trabalho em outra política e estou em processo de aprendizagem sobre a política de educação. Mas estou aprendendo cada vez que participo
106	Espero que este ano possamos retomar nossos objetivos, com bases concretas e cotidianas
165	A formação é contínua — e cada dia é novo aprendizado; precisamos estar em constante visão de futuro e busca

183	Gosto muito de participar
186	Acredito que vamos sim avançar, sempre pensando em melhorias
193	Acredito que estamos no caminho certo, e iremos juntos fazer o que for melhor
224	Teremos grandes avanços
238	Acredito que todos nós precisamos melhorar um pouco mais
250	Estou iniciando mas já gostei muito de estar participando — ainda não sei muito, mas quero aprender

I3 — Satisfação com clareza e organização (8 ocorrências — 11,4% do grupo | 3,2% do total)

Nº	Resposta literal do participante
95	Muito bom — metodologia inovadora para este processo formativo
97	O momento formativo foi abordado de forma clara, tornando o momento muito rico para os formandos
175	Considero o momento formativo muito importante, necessário, e a metodologia satisfatória
179	Momento ótimo e esclarecedor, bem pontuado nos respaldos das metodologias; norteou o PME
181	Esse momento foi muito esclarecedor sobre vários aspectos — houve aprofundamento satisfatório
214	Cumpriu os objetivos da formação
231	De modo geral, a experiência foi muito positiva, contribuindo de forma efetiva para o fortalecimento das práticas
251	A metodologia é boa e os encontros telepresenciais na formação irão facilitar muito para os professores

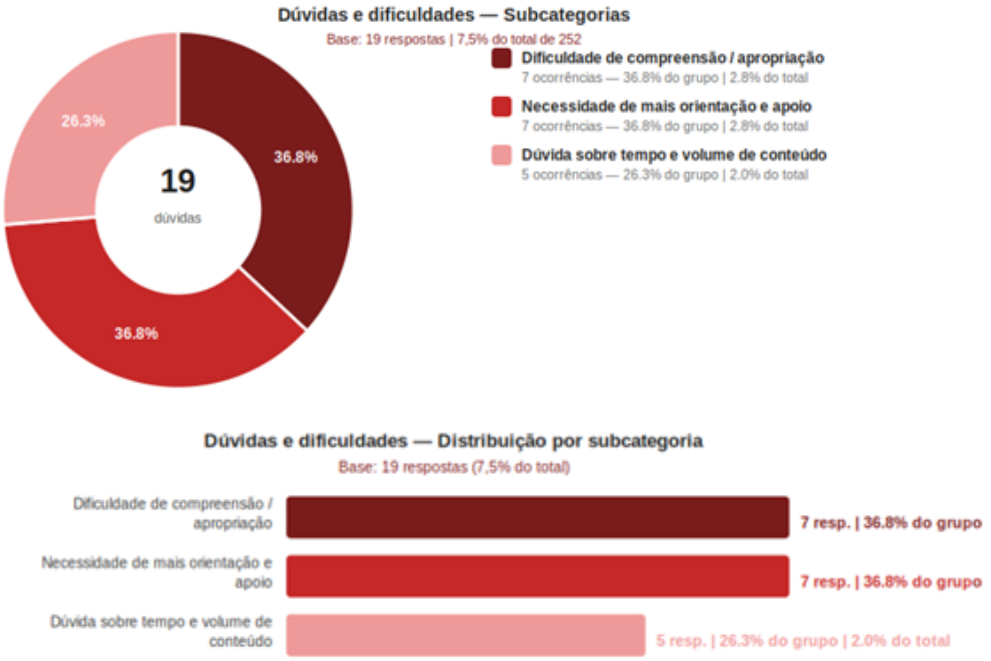
GRUPO D — Dúvidas e dificuldades | 19 respostas — 7,5% do total (252)

Base: 19 respostas (7,5% do total) | 3 subcategorias

O Grupo D reúne manifestações que expressam lacunas de compreensão, insegurança em relação ao processo ou necessidade de mais apoio. Embora minoritário em termos quantitativos, este grupo é de alta relevância pedagógica, pois identifica os participantes que demandam atenção diferenciada dos formadores regionais. As subcategorias de Dificuldade de compreensão (36,8%) e Necessidade de mais

orientação e apoio (36,8%) são equânimes, sinalizando tanto dificuldades já instaladas quanto antecipação de demandas futuras.

Subcategoria	Ocorrências	% do grupo D	% do total
D2 — Dificuldade de compreensão / apropriação	**7**	**36,8%**	**2,8%**
D3 — Necessidade de mais orientação e apoio	**7**	**36,8%**	**2,8%**
D1 — Dúvida sobre tempo e volume de conteúdo	**5**	**26,3%**	**2,0%**
TOTAL — Grupo D	**19**	**100,0%**	**7,5%**



D2 — Dificuldade de compreensão / apropriação (7 ocorrências — 36,8% do grupo | 2,8% do total)

Nº	Resposta literal do participante
33	Momento muito rico, contudo, algumas dificuldades surgiram
48	Ótima formação, mas tem coisas que não entendi muito bem
86	Ainda necessito de explicações; acho muito complicado lidar com essas adversidades
89	As formações têm sido excelentes, contudo, eu preciso me inteirar mais sobre essas questões administrativas

216	Nosso colegiado é muito grande e há muita burocracia para organizar a frequência dos cursistas
227	Muito importante, porém preciso me inteirar mais sobre o assunto
233	Eu acho que tenho muito que aprender sobre o PRISME para vir a dar sugestões plausíveis

D3 — Necessidade de mais orientação e apoio (7 ocorrências — 36,8% do grupo | 2,8% do total)

Nº	Resposta literal do participante
91	Preciso de mais orientação sobre a atividade!
122	Precisamos de mais esclarecimentos
131	Mais tempo para sanar as dúvidas
141	Precisa de orientações mais claras
191	Um pouco mais de explicação nas atividades
217	No nosso município nós precisamos de uma pessoa para nos acompanhar
245	Explicar um pouco mais

D1 — Dúvida sobre tempo e volume de conteúdo (5 ocorrências — 26,3% do grupo | 2,0% do total)

Nº	Resposta literal do participante
20	Foi ótimo, mas com certeza irão surgir algumas dúvidas, pois são muitas informações
35	O tempo é pouco para muitas informações. Porém foi de grande relevância para as atividades propostas
77	Temática maravilhosa, precisaria de mais tempo para maior aprofundamento
118	A dificuldade é o tempo e disponibilidade para ouvir, entender e agir de forma a contribuir para a construção do plano
237	Aos poucos vou entender — o tempo é bastante corrido. Mas ficando gravada a aula, facilita o processo

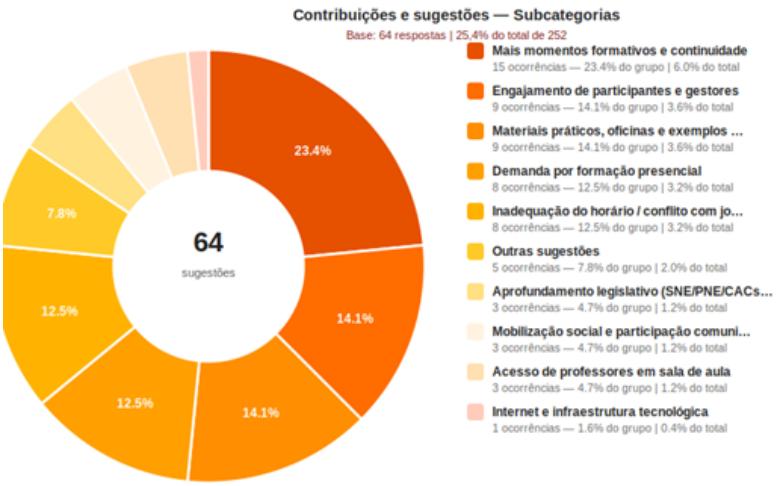
GRUPO S — Contribuições e sugestões | 64 respostas — 25,4% do total (252)

Base: 64 respostas (25,4% do total) | 10 subcategorias

O Grupo S é o de maior riqueza analítica para o aprimoramento do PRISME. Reúne propostas ativas, críticas construtivas e sugestões operacionais que apontam

caminhos concretos para os próximos momentos formativos. A subcategoria mais expressiva é Mais momentos formativos e continuidade (23,4%), seguida por Engajamento de participantes e gestores e Materiais práticos, oficinas e exemplos reais (14,1% cada). A Demanda por formação presencial e a Inadequação do horário empatam com 12,5% cada, revelando uma tensão estrutural recorrente entre a escala remota do programa e as condições reais de participação.

Subcategoria	Ocorrências	% do grupo S	% do total
S3 — Mais momentos formativos e continuidade	15	23,4%	6,0%
S5 — Engajamento e comprometimento dos participantes/gestores	9	14,1%	3,6%
S4 — Materiais práticos, oficinas e exemplos reais	9	14,1%	3,6%
S1 — Demanda por formação presencial	8	12,5%	3,2%
S2 — Inadequação do horário / conflito com jornada	8	12,5%	3,2%
S10 — Outras sugestões	5	7,8%	2,0%
S6 — Aprofundamento legislativo (SNE, PNE, CACs Fundeb)	3	4,7%	1,2%
S7 — Mobilização social e participação comunitária	3	4,7%	1,2%
S8 — Acesso de professores em sala de aula	3	4,7%	1,2%
S9 — Internet e infraestrutura tecnológica	1	1,6%	0,4%
TOTAL — Grupo S	64	100,0%	25,4%



S3 — Mais momentos formativos e continuidade (15 ocorrências — 23,4% do grupo | 6,0% do total)

Nº	Resposta literal do participante
23	Mais encontros formativos
36	Superou minhas expectativas — espero que venham mais Webinários
50	Sugiro que teremos mais momentos informativos como esse, que sejam mais frequentes
56	Que tenha mais formações para os Conselheiros
65	Devemos continuar esta formação!
111	Espero que tenha mais momentos formativos para nos ajudar na elaboração do nosso PME
121	Fazer mais cursos sobre a área trabalhada
123	Mais momentos
135	Ter mais formações voltadas para esse tema
136	Ter mais movimentos iguais a esse
162	Precisamos de mais formação
180	É necessário mais momentos formativos online e presencial
188	Minhas considerações são só reforçar a ideia de formação para os membros dos conselhos
247	Mais momentos como este
249	SERIA NECESSÁRIO MAIS INFORMAÇÕES E DEBATES PARA UM MAIOR E MELHOR ESCLARECIMENTO

S5 — Engajamento e comprometimento dos participantes e gestores (9 ocorrências — 14,1% do grupo | 3,6% do total)

Nº	Resposta literal do participante
28	Precisamos nos organizar melhor para dedicação às formações
38	O projeto é maravilhoso, só precisa ser colocado em prática de verdade!
40	A questão é a participação dos membros do município que não dão importância para este momento ícone da elaboração do PME
54	No meu município ainda falta comprometimento por alguns participantes
69	Na teoria é tudo muito perfeito; agora colocar em prática com os diversos segmentos, onde as pessoas não querem participar, é que fica difícil
98	Além do planejamento, o segredo está em colocar a mão na massa e executar o plano na prática
163	Por enquanto — colocar em prática o que aprendemos
176	Os dirigentes têm que estar mais ativos nesse momento de preparação do PME
202	Vamos colocar a mão na massa para que tudo dê certo para o nosso município

S4 — Materiais práticos, oficinas e exemplos reais (9 ocorrências — 14,1% do grupo | 3,6% do total)

Nº	Resposta literal do participante
14	Sugiro oficinas
42	Sugiro que as informações sobre as atividades sejam mais claras, de modo que viabilize com efetividade as resoluções
44	Seria importante disponibilizar mais momentos práticos e materiais de apoio
84	Como sugestão, seria importante ampliar o tempo das atividades e manter o uso de exemplos práticos
99	Como sugestão, reservar mais tempo para esclarecimento de dúvidas dos municípios
169	Como sugestão, poderiam ser incluídos mais momentos práticos voltados à realidade dos municípios
207	Sugiro que os próximos encontros tragam mais momentos práticos, estudos de casos reais e oficinas colaborativas
234	Mais práticas
252	Socialização de práticas exitosas: estratégias de alfabetização, atividades lúdicas, inclusão e acessibilidade, desenvolvimento socioemocional

S1 — Demanda por formação presencial (8 ocorrências — 12,5% do grupo | 3,2% do total)

Nº	Resposta literal do participante
5	Formações presenciais
16	Ter formação presencial para todas
66	Formação presencial
124	Essas formações precisam acontecer de forma presencial
144	Faltou mesmo só o fechamento presencial com nossa formadora
156	Momentos formativos presenciais
226	GOSTARIA DE PARTICIPAR PRESENCIAL
246	Ter aulas presenciais ajuda mais

S2 — Inadequação do horário / conflito com a jornada de trabalho (8 ocorrências — 12,5% do grupo | 3,2% do total)

Nº	Resposta literal do participante
8	Melhor horário para os encontros poderia ser à tarde, pois o turno matutino é puxado para conseguirmos participar integralmente
15	O horário das formações às vezes fica difícil de acompanhar, devido chocar com o trabalho
30	O horário não está bom
62	Sugiro reuniões em menor tempo; nós da educação temos muitas demandas — acho importante reduzir os tempos
74	Que o momento formativo seja mais breve, pois quando é prolongado se torna cansativo
112	Devemos fazer formação sem ser em dias de aula porque isso atrapalha
120	Ajusta melhor o horário
205	Quero deixar uma sugestão com relação ao horário e tempo de formação: acho muito longo, chega a ultrapassar o horário de almoço

S10 — Outras sugestões (5 ocorrências — 7,8% do grupo | 2,0% do total)

Nº	Resposta literal do participante
116	Focar na elaboração dos novos Planos Municipais de Educação
187	Com base nas ações da Rede ColaborAção Tocantins, seguem contribuições e sugestões para o aprimoramento da metodologia do PRISME

190	Que a metodologia seja em cima da realidade de cada município
244	Formação para os integrantes do PRISME
248	Valorização profissional e desenvolvimento — reciclagem na prática educacional

S6 — Aprofundamento legislativo — SNE, PNE e CACs Fundeb (3 ocorrências — 4,7% do grupo | 1,2% do total)

Nº	Resposta literal do participante
49	Fala mais sobre o papel do CACs Fundeb e suas funções como um todo. Apresentar modelos de monitoramento, encaminhamento e avaliações
75	Os formadores deixaram um pouco a desejar sobre as leis que amparam as políticas públicas educacionais
133	Sugiro que o Sistema Nacional de Educação seja trabalhado em formações específicas, para nos ensinar como devemos conduzi-lo na prática

S7 — Mobilização social e participação comunitária (3 ocorrências — 4,7% do grupo | 1,2% do total)

Nº	Resposta literal do participante
100	Na qualidade de movimento social, representando uma ONG, gostaria que ficasse mais explícita a nossa contribuição. Gostaria de receber os convites com mais antecedência
145	É necessário conclamar a participação do Fórum
194	É de suma importância o envolvimento da comunidade na construção do PME

S8 — Acesso de professores em exercício em sala de aula (3 ocorrências — 4,7% do grupo | 1,2% do total)

Nº	Resposta literal do participante
60	Os professores que estão dentro da sala de aula poderiam ter também a oportunidade desse momento de estudo
142	O único ponto negativo é que não tem como dar aula e assistir a formação ao mesmo tempo
150	Eu é que não pude assistir corretamente por estar na prática da escola, mas pretendo ouvir em outro momento

S9 — Internet e infraestrutura tecnológica (1 ocorrências — 1,6% do grupo | 0,4% do total)

Nº	Resposta literal do participante
88	Muito bom, porém on-line às vezes fica comprometido por causa da internet

SÍNTESE ANALÍTICA

A classificação integral das 252 respostas dissertativas do III Momento Formativo do PRISME 2026 revela um quadro de alta aprovação combinado com demandas qualificadas de aprimoramento. Os Grupos E e I somados representam 67,1% das manifestações, confirmando que a formação foi amplamente valorizada. O Grupo S, com 25,4% das respostas e 10 subcategorias distintas, constitui o principal insumo para o planejamento dos próximos momentos formativos.

As três subcategorias de sugestões mais frequentes — Mais momentos formativos e continuidade (S3, 23,4%), Engajamento de participantes e gestores (S5, 14,1%) e Materiais práticos, oficinas e exemplos reais (S4, 14,1%) — indicam que os participantes transitaram da fase de sensibilização para a fase de operacionalização: não questionam a importância do programa, mas demandam mais tempo, mais ferramentas e mais comprometimento político dos atores locais.

O Grupo D, embora minoritário (7,5%), apresenta alta relevância pedagógica: as 19 respostas que expressam dúvidas, dificuldades de compreensão e necessidade de mais apoio sinalizam participantes que requerem atenção diferenciada dos formadores regionais nas próximas etapas — especialmente nos encaminhamentos das atividades assíncronas e na operacionalização dos conceitos trabalhados nos momentos formativos.

Coordenação de Monitoramento e Avaliação — PRISME

Palmas, maio de 2026

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO IV MOMENTO FORMATIVO DO PRIME (2026)

Palmas - TO
Julho, 2026

INTRODUÇÃO

Este relatório sistematiza as respostas coletadas por meio do instrumento de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação aplicado aos participantes do IV Momento Formativo do PRISME 2026, realizado em 2 de julho de 2026. O evento integra o ciclo anual de formação da Rede ColaborAção Tocantins (RCT) e teve como foco as repercussões da institucionalização do Sistema Nacional de Educação (SNE) para os sistemas municipais de ensino, com aprofundamento das discussões relativas à elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) para o decênio 2026-2036.

Foram registradas 485 respostas ao instrumento, provenientes de 57 municípios tocantinenses. Os resultados de cada questão objetiva são apresentados em ordem decrescente de desempenho — da avaliação mais positiva para a mais crítica —, acompanhados de representação gráfica, quadro quantitativo e análise interpretativa. As duas questões dissertativas do instrumento receberam tratamento qualitativo por categorização temática, com triagem prévia das respostas sem conteúdo analítico identificável.

IV MOMENTO FORMATIVO DO PRISME 2026		
Temática da Formação PRISME	Planejamento e gestão da Educação Municipal frente às repercussões da formalização do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 2025: aspectos conceituais, histórico, organizativo e operacional.	
Palestrante	Profa. Dra. Rosilene Lagares	
Público-alvo	Cursistas do Agrupamento Formativo 1 e 2	
Objetivo	Contribuir com a reflexão teórico-prática acerca do planejamento educacional frente às repercussões da formalização do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 2025 por meio da Lei Complementar 220/2025.	
Modalidade	Remoto	
Data e horário	02 de Julho	9h:30 às 11h

IDENTIFICAÇÃO GERAL DOS PRESENTES NO MOMENTO FORMATIVO

1. Municípios com maior participação no IV Momento Formativo PRISME 2026

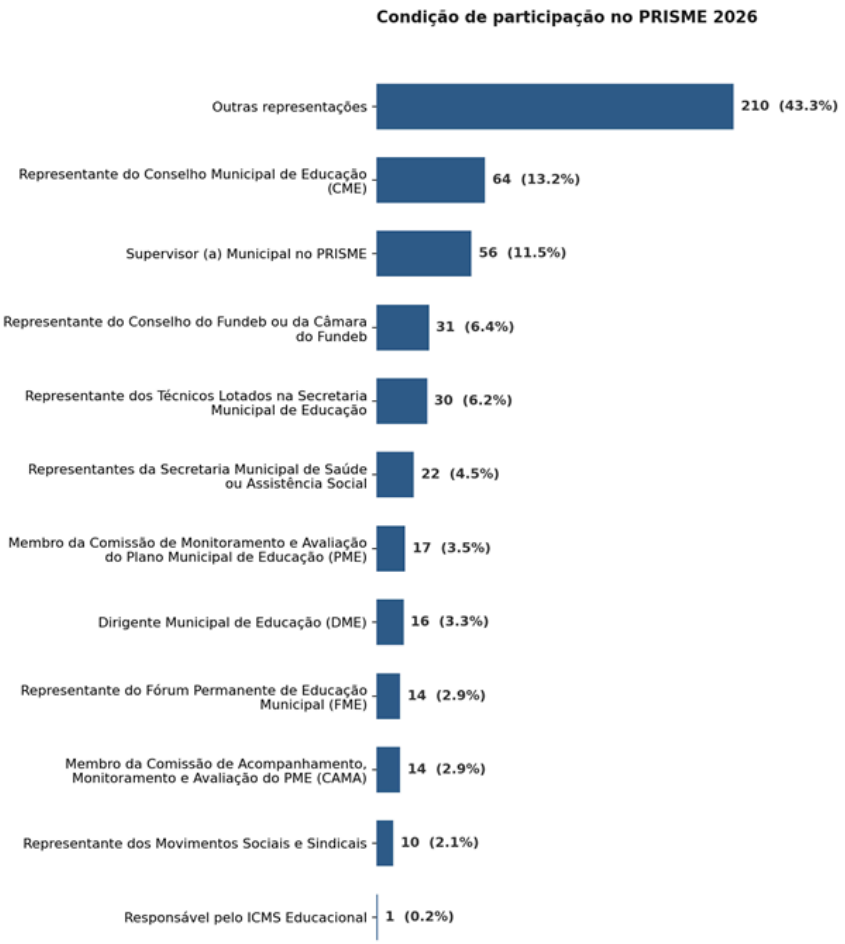
A formação reuniu representantes de 57 dos 139 municípios do Tocantins, com destaque para Araguaína (70 respostas) e Gurupi (68 respostas), que juntos concentram cerca de 28,5% do total de respondentes. O quadro a seguir apresenta a distribuição completa por município.

Município	Respostas	%	Município	Respostas	%
Araguaína	70	14.4%	Porto Alegre do TO	3	0.6%
Gurupi	68	14.0%	Tocantinópolis	2	0.4%
Xambioá	34	7.0%	Talismã	2	0.4%
Nova Olinda	27	5.6%	Caseara	2	0.4%
Ananás	23	4.7%	Tupirama	2	0.4%
Chapada de Areia	22	4.5%	Campos Lindos	1	0.2%
Dueré	18	3.7%	São Salvador do TO	1	0.2%
Bernado Sayão	14	2.9%	Pugmil	1	0.2%
Babaçulândia	14	2.9%	Luzinópolis	1	0.2%
Bandeirantes do TO	14	2.9%	Piraquê	1	0.2%
Araguatins	13	2.7%	Sítio Novo	1	0.2%
Formoso do Araguaia	13	2.7%	Silvanópolis	1	0.2%
Araguaçu	12	2.5%	Araguanã	1	0.2%
Barrolândia	11	2.3%	Crixás do TO	1	0.2%
Barra do Ouro	11	2.3%	Palmeirante	1	0.2%
Itacajá	11	2.3%	Axixá do TO	1	0.2%
Angico	10	2.1%	Colinas do TO	1	0.2%
Santa Terezinha do TO	9	1.9%	Buriti do TO	1	0.2%
Fortaleza do Tabocão	9	1.9%	Almas	1	0.2%
Conceição do TO	8	1.6%	Sandolândia	1	0.2%
Santa Maria do TO	7	1.4%	Filadélfia	1	0.2%

Rio da Conceição	6	1.2%	Sampaio	1	0.2%
Dianópolis	6	1.2%	Tupiratins	1	0.2%
São Bento do TO	4	0.8%	Pequizeiro	1	0.2%
São Sebastião do TO	4	0.8%	Maurilândia do TO	1	0.2%
Jaú do TO	4	0.8%	Recursolândia	1	0.2%
Lagoa do TO	3	0.6%	Lagoa da Confusão	1	0.2%
Paranã	3	0.6%	Wanderlândia	1	0.2%
Centenário	3	0.6%			

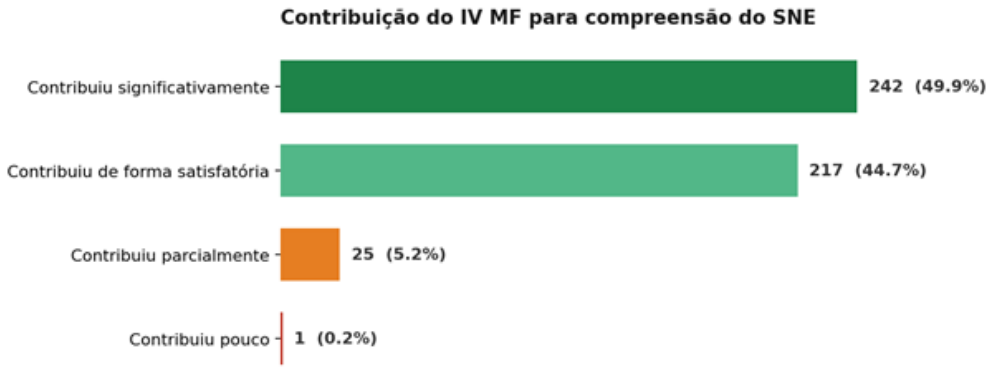
2. Representação dos participantes no IV Momento Formativo PRISME

Quanto à condição de participação, a maioria dos respondentes (210, 43,3%) se identificou na categoria "Outras representações", seguida pelos representantes do Conselho Municipal de Educação — CME (64, 13,2%) e supervisores(as) municipais no PRISME (56, 11,5%), o que evidencia a ampla pluralidade de atores institucionais mobilizados pelo processo de elaboração dos PME.



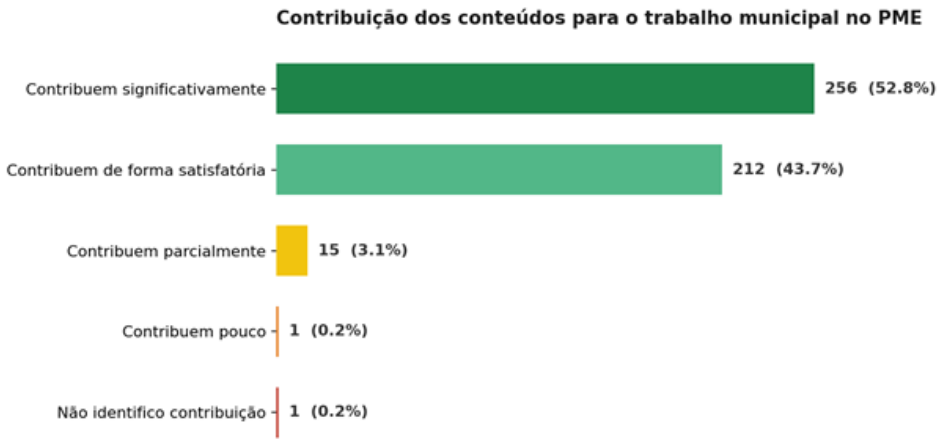
3. O IV Momento Formativo teve como foco as repercussões da institucionalização do Sistema Nacional de Educação (SNE) para os sistemas municipais de ensino.

À pergunta sobre a contribuição da formação para ampliar a compreensão sobre as repercussões da institucionalização do SNE nos sistemas municipais de ensino, 94,6% dos participantes (459 de 485) avaliaram a contribuição como significativa ou satisfatória, indicando forte efetividade da exposição temática. Apenas 25 respondentes (5,2%) relataram dúvidas remanescentes, e 1 único registro (0,2%) apontou baixa contribuição.



4. Em que medida os conteúdos abordados contribuem para as discussões e atividades que vêm sendo desenvolvidas em seu município na elaboração do PME 2026-2036?

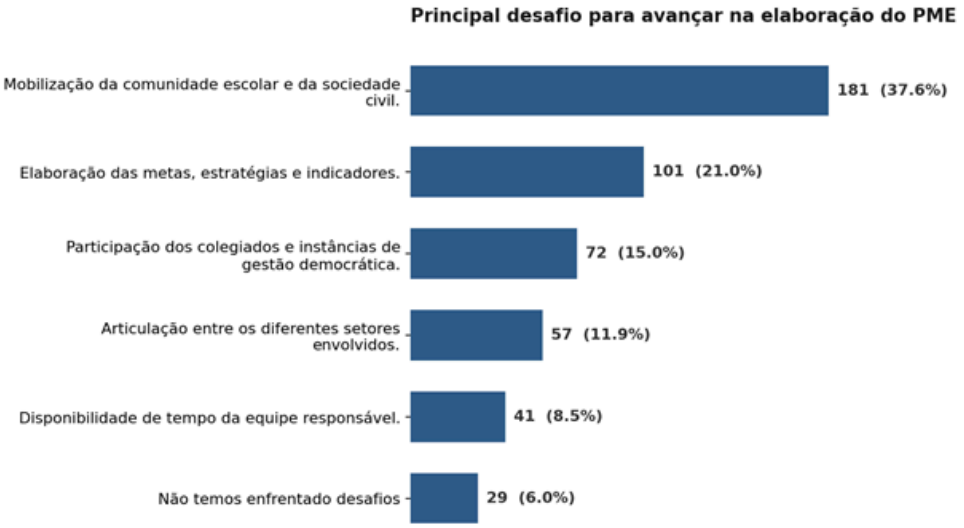
Sobre a aplicabilidade dos conteúdos abordados às discussões e atividades desenvolvidas nos municípios, 96,5% das respostas (468 de 485) indicaram contribuição significativa ou satisfatória, reforçando a aderência da formação às demandas concretas de elaboração do PME 2026-2036. Apenas 17 respostas (3,5%) sinalizaram contribuição parcial, pouca ou nula.



PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PME

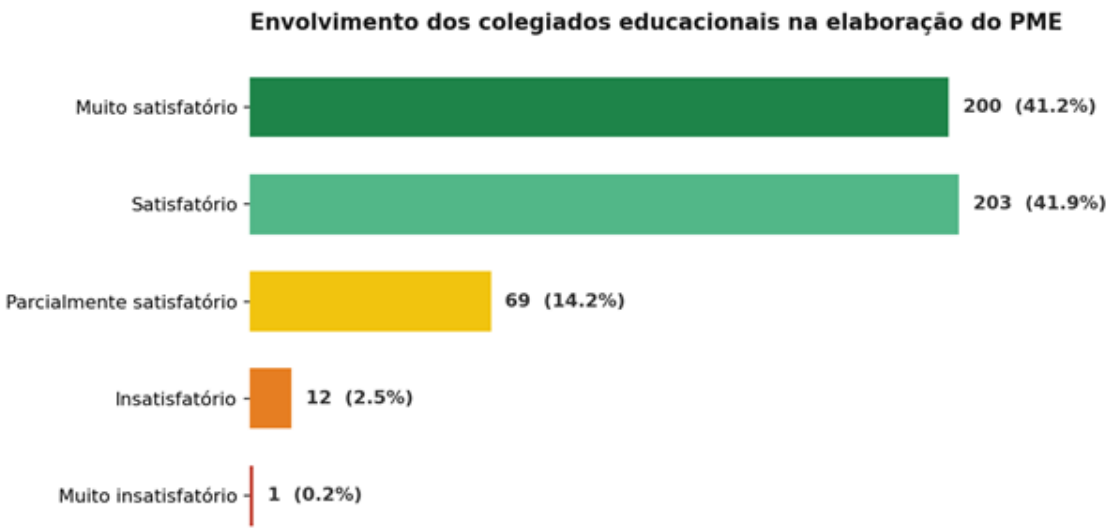
1. Considerando a realidade de seu município, qual o principal desafio para avançar na elaboração do PME 2026-2036?

Quando questionados sobre o principal desafio municipal para o avanço da elaboração do PME 2026-2036, os participantes apontaram, em primeiro lugar, a mobilização da comunidade escolar e da sociedade civil (181 respostas, 37,3%), seguida pela elaboração de metas, estratégias e indicadores (101, 20,8%) e pela participação dos colegiados e instâncias de gestão democrática (72, 14,8%). Chama atenção que 29 municípios (6,0%) declararam não enfrentar desafios relevantes neste momento do processo.



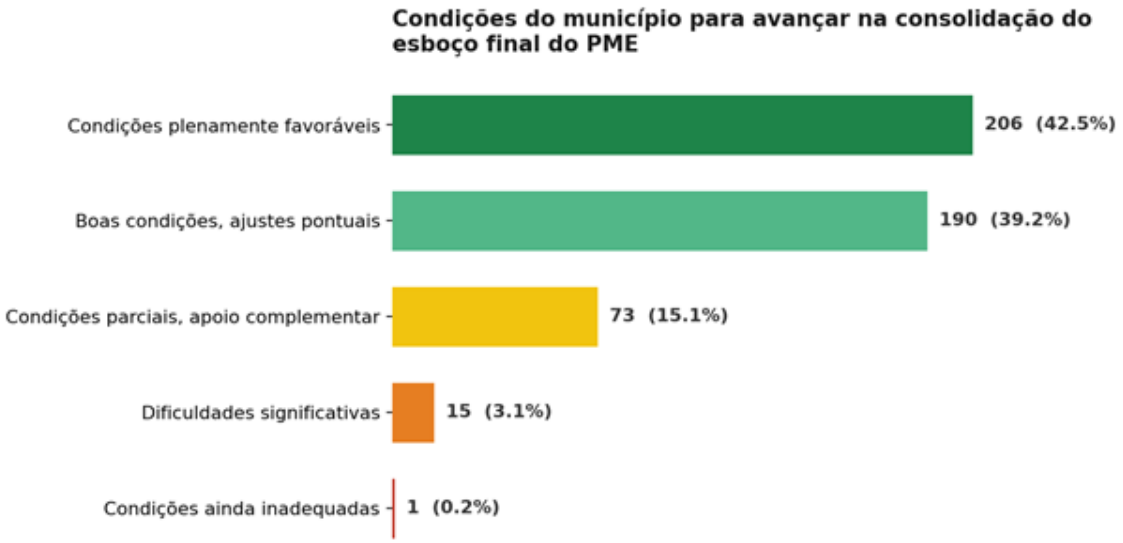
2. Como você avalia o envolvimento dos colegiados educacionais (CME, FME, CACS-Fundeb, Conselhos Escolares e outros) no processo de elaboração do PME em seu município?

A avaliação do envolvimento dos colegiados educacionais (CME, FME, CACS-Fundeb, Conselhos Escolares e outros) no processo de elaboração do PME foi majoritariamente positiva: 83,1% das respostas (403 de 485) classificaram a participação como muito satisfatória ou satisfatória. Ainda assim, 69 respondentes (14,2%) relataram participação limitada, e 13 (2,7%) indicaram baixa ou nenhuma participação — um ponto de atenção para o fortalecimento da gestão democrática nos municípios.



3. Considerando o estágio atual dos trabalhos, como você avalia as condições de seu município para avançar na consolidação do esboço final do PME 2026-2036?

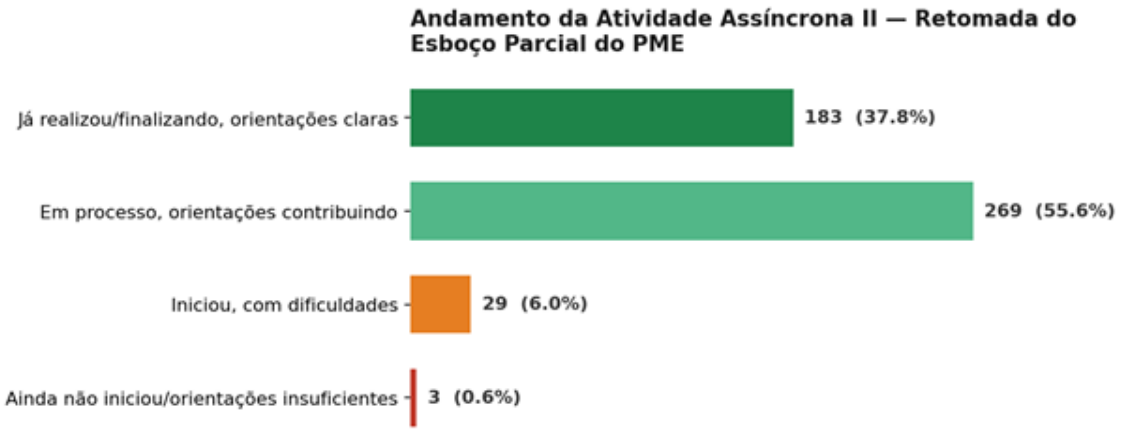
Considerando o estágio atual dos trabalhos, 81,6% dos municípios (396 de 485 respostas) avaliaram estar em condições plenamente favoráveis ou boas para avançar na consolidação do esboço final do PME, necessitando no máximo de ajustes pontuais. Por outro lado, 73 respostas (15,1%) apontaram condições parciais que demandam apoio complementar, e 16 (3,3%) relataram dificuldades significativas ou condições ainda inadequadas.



ENCAMINHAMENTOS DO PRISME

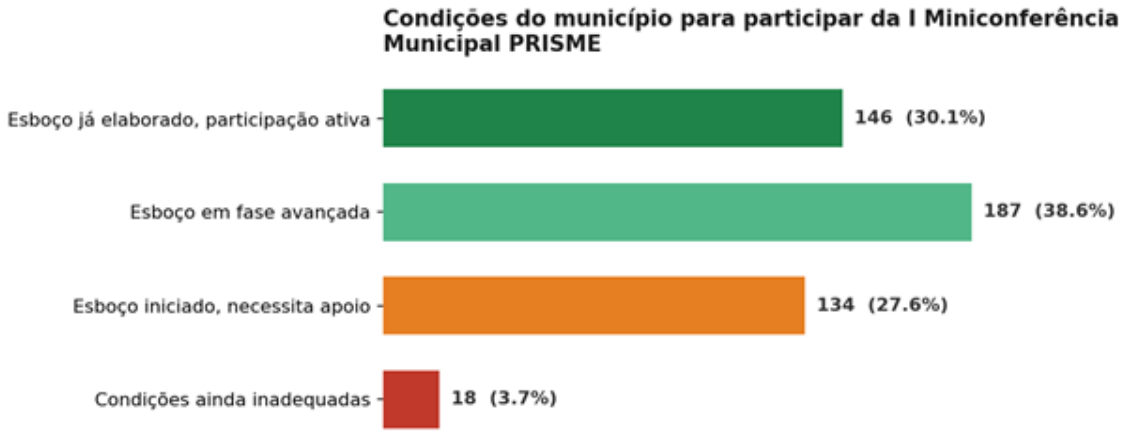
1. Em relação à Atividade Assíncrona II – Retomada do Esboço Parcial do PME, como o município avalia o andamento da construção coletiva da atividade e a contribuição das orientações/explicações fornecidas para sua realização?

Em relação à Atividade Assíncrona II — Retomada do Esboço Parcial do PME — 37,7% dos municípios (183 de 485) já finalizaram a atividade coletivamente com orientações consideradas claras e suficientes, enquanto a maior parte, 55,5% (269 respostas), encontra-se em processo de realização coletiva, com orientações que têm contribuído para a execução, ainda que persistam dúvidas pontuais. Um contingente menor, 32 municípios (6,6%), relatou dificuldades na realização ou necessidade de orientações complementares.



2. Após os encaminhamentos apresentados e considerando o andamento da elaboração do PME, como você avalia as condições de seu município para participar da I Miniconferência Municipal PRISME de Educação, prevista para agosto?

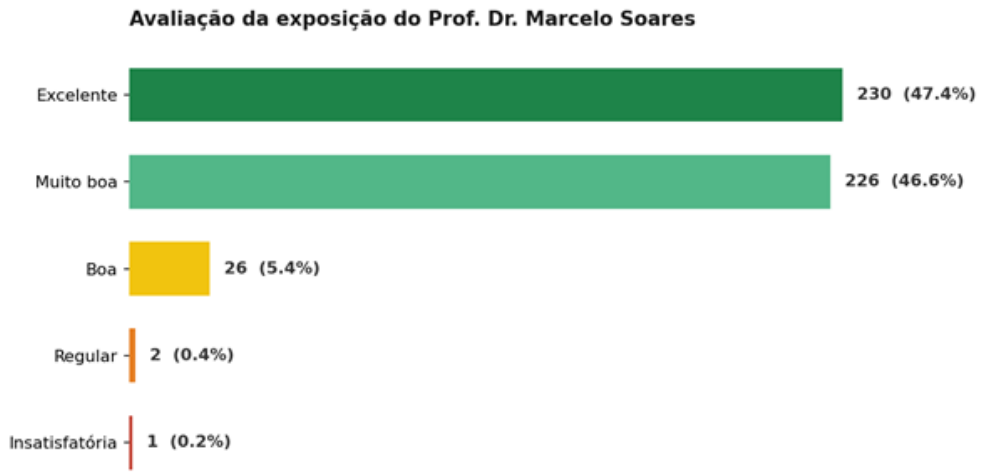
Sobre as condições para participação na I Miniconferência Municipal PRISME de Educação, prevista para agosto, 68,7% das respostas (333 de 485) indicaram esboço parcial já elaborado ou em fase avançada, com condições de participação ativa. Por outro lado, 134 respostas (27,6%) apontaram necessidade de apoio complementar, e 18 municípios (3,7%) declararam ainda não reunir condições adequadas, sinalizando a necessidade de acompanhamento diferenciado a esse grupo até a realização do evento.



AVALIAÇÃO GERAL DA FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS

1. Como você avalia a exposição do Prof. Dr. Marcelo Soares, quanto à clareza, profundidade e relevância do conteúdo abordado?

A exposição do Prof. Dr. Marcelo Soares, quanto à clareza, profundidade e relevância do conteúdo abordado sobre o SNE e suas repercussões municipais, recebeu avaliação amplamente positiva: 94,0% das respostas (456 de 485) classificaram a apresentação como excelente ou muito boa. Apenas 26 respostas (5,4%) consideraram a exposição apenas boa, com aspectos a aprofundar, e 3 respostas (0,6%) indicaram avaliação regular ou insatisfatória.



2. Quais dúvidas, dificuldades ou necessidades de apoio ainda permanecem em relação à elaboração do PME 2026-2036?

A questão foi respondida por 271 participantes. Após a triagem, 108 respostas (39,9%) não apresentaram conteúdo analítico identificável, 24 (8,9%) foram classificadas como avaliações positivas sem necessidade específica declarada (ex.: registros de que as dúvidas já haviam sido esclarecidas), e 139 respostas (51,3%) foram categorizadas tematicamente.

A categoria mais expressiva reúne dúvidas e dificuldades relacionadas à definição de metas, estratégias e indicadores do PME (37 respostas, 26,6%), refletindo a etapa técnica mais sensível do processo de elaboração do plano. Em seguida, destacam-se as dificuldades ligadas à participação e mobilização da comunidade escolar e dos colegiados (14, 10,1%) e à disponibilidade de tempo das equipes técnicas municipais (12, 8,6%). Um conjunto heterogêneo de necessidades específicas de cada município (infraestrutura, valorização profissional, questões pontuais de rede) compõe a categoria "Outras necessidades" (39, 28,1%).

Pontos principais da categorização e quantificação das respostas

Categoria	Nº	%	Exemplos representativos
Definição de metas, estratégias e indicadores	37	26,6%	"Ainda permanecem dúvidas quanto ao alinhamento das metas e estratégias do PME ao novo PNE..."; "Orientações em relação à quantificação de metas."

Necessidade de apoio técnico, orientações e formação (inclui pedidos de modelo/protótipo)	7	5%	"Necessidade de apoio técnico, orientação para alinhamento ao PNE..."; "Seria um protótipo do PME que sirva de modelo a ser seguido."
Participação social, colegiados e comunidade escolar	14	10,1%	"Dificuldade em articular a efetiva participação dos Colegiados."; "Estratégias para mobilizar a sociedade civil e docente."
Diagnóstico educacional e disponibilidade de dados	7	5%	"Falta de dados atualizados e organizados sobre a realidade educacional do município."; "Informações para realização do diagnóstico educacional, com indicadores atualizados."
Avaliação positiva do processo formativo	18	6,5%	"Muitas dúvidas esclarecidas, agora é colocar em prática."; "Contribui muito, tirando minhas dúvidas."
Tempo e disponibilidade da equipe para se reunir	12	8,6%	"Dificuldade em reunir a equipe."; "Os técnicos das SEMED estão com sobrecarga de trabalho."
Articulação com o Estado e alinhamento PNE/PEE	5	3,6%	"Falta a direção por parte do Estado... e esta não está pronta ainda."; "O estado apresentar aos municípios o PEE para melhor estabelecer as metas."
Organização e estruturação do documento final	7	5%	"Organizar o documento."; "Reorganização dos documentos para a elaboração do esboço."
Financiamento e instrumentos orçamentários (PPA/LDO/LOA)	2	1,4%	"Conciliar as propostas do PME com o orçamento e instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA)."

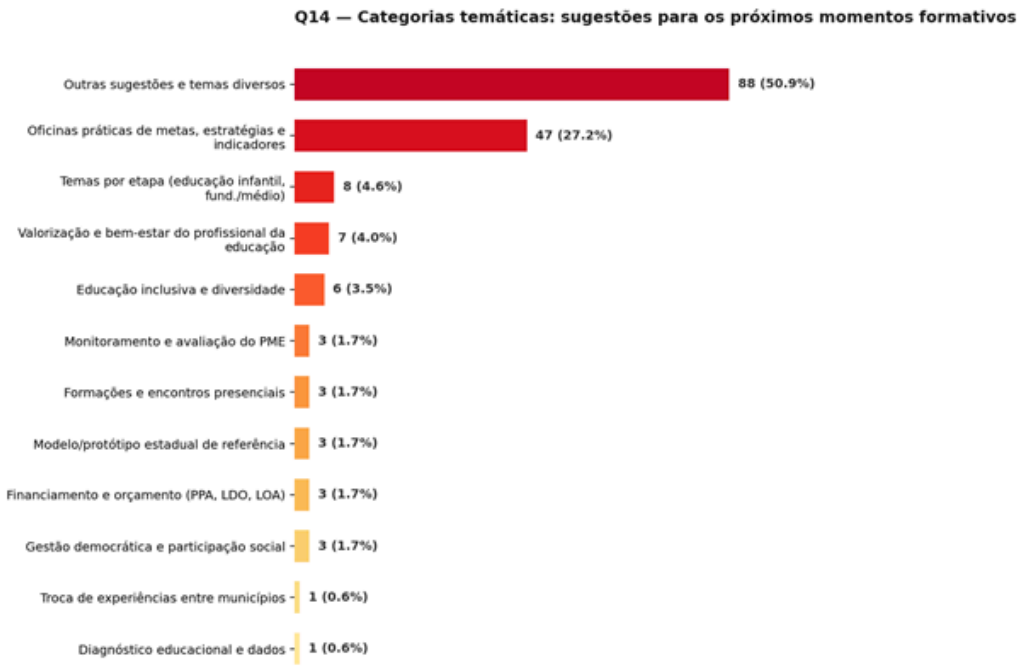
Uma parcela expressiva dos respondentes considera o processo formativo esclarecedor, destacando a clareza das orientações recebidas e a exposição do Prof. Dr. Marcelo Soares como fator de superação de dúvidas anteriores.

Em relação às dúvidas, a categoria de maior frequência entre os conteúdos críticos concentra-se, como destacado anteriormente, na definição de metas, estratégias e indicadores alinhados ao novo PNE 2026–2036, seguida, no mesmo patamar, pela necessidade de apoio técnico e orientações práticas, incluindo pedidos recorrentes por um modelo ou protótipo de referência do PME . A mobilização e participação efetiva de colegiados, sociedade civil e comunidade escolar aparece como terceira dificuldade mais citada, acompanhada de menções à limitação de tempo das equipes técnicas municipais, muitas vezes sobrecarregadas com outras atribuições.

São identificados pedidos de apoio técnico contínuo, orientação metodológica sobre elaboração de diagnóstico e indicadores, e — de forma recorrente em respostas mais elaboradas — a expectativa de que o Estado disponibilize o Plano Estadual de Educação (PEE) como referência para o alinhamento dos planos municipais.

3. Que temas, orientações ou atividades você sugere para os próximos momentos formativos do PRISME?

Esta questão foi respondida por 245 participantes. Do total, 63 respostas (25,7%) não apresentaram conteúdo analítico identificável, 9 (3,7%) foram classificadas como avaliações positivas sem sugestão específica, e 173 respostas (70,6%) foram categorizadas tematicamente.



Pontos principais da categorização e quantificação das respostas

Categoria	Nº	%	Exemplos representativos
Outras sugestões dispersas (sem padrão temático definido)	88	50,9%	"Acompanhamentos mais eficaz dos formadores regionais."; "Como fazer a articulação entre todas as instâncias envolvidas."
Metas, estratégias e indicadores do PME	34	13,7%	"Planejamento e acompanhamento das metas do PME 2026–2036, análise e uso de indicadores educacionais para tomada de decisões..."
Oficinas e atividades práticas de elaboração do PME	47	27,2%	"Momentos presenciais com oficinas orientando a construção de metas, estratégias e alinhamento ao PNE."; "PME na prática."
Temas pedagógicos diversos (educação infantil, inclusão, alfabetização etc.)	8	4,6%	"Inclusão escolar e estratégias para o atendimento de crianças com deficiência e TEA."; "Educação inclusiva e atendimento à diversidade."
Participação social e troca de experiências entre municípios	1	0,6%	"Orientação para troca de experiências com outros municípios do estado que já estão mais avançados."

Monitoramento e avaliação do PME	3	1,77%	"Monitoramento e avaliação do PME, abordando metodologias, instrumentos e acompanhamento de indicadores."
Financiamento, gestão e valorização profissional	7	4,0%	"Valorização Profissional. Aposentadoria para servidores Públicos Municipais."; "Orçamento e gestão."
Diagnóstico educacional e uso de dados	1	0,6%	"Como organizar os dados estatísticos das políticas e indicadores."
Gestão democrática e participação social	3	1,7%	"Formação sobre gestão democrática, governança e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação."
Modelo/estrutura padrão do PME (estadual)	3	1,7%	"Um esqueleto do PME, a nível estadual, para podermos nos basear também, além do PNE."
Formação e encontros presenciais	3	1,7%	"Horário noturno para os momentos formativos."; "Um encontro presencial."

As sugestões predominantes estão relacionadas a oferta de oficinas e atividades práticas de elaboração do PME, articulada com o aprofundamento em metas, estratégias e indicadores — reforçando, o mesmo desafio identificado como dificuldade na questão anterior. O monitoramento e avaliação do PME também aparece como sugestão de tema recorrente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sistematizados neste relatório evidenciam a boa recepção do IV Momento Formativo do PRISME 2026 pelos 485 participantes de 57 municípios tocantinenses. A exposição sobre as repercussões da institucionalização do Sistema Nacional de Educação (SNE) foi avaliada como significativa ou satisfatória por 94,6% dos respondentes, e a condução do formador, Prof. Dr. Marcelo Soares, obteve avaliação positiva de 94,0% dos participantes — indicadores que atestam a qualidade técnica e a relevância temática da formação.

Quanto às condições municipais, observa-se um cenário majoritariamente favorável: mais de 80% dos municípios relatam boas condições para consolidação do esboço final do PME e para participação na I Miniconferência Municipal PRISME de Educação, prevista para agosto. Ainda assim, os dados apontam grupos específicos de municípios — entre 3% e 7% conforme a dimensão analisada — que necessitam de acompanhamento diferenciado, sobretudo quanto à disponibilidade de tempo das

equipes técnicas, à mobilização da comunidade escolar e à definição de metas, estratégias e indicadores.

A análise qualitativa das questões dissertativas reforça esse diagnóstico: a maior concentração de dúvidas recai sobre os aspectos técnicos de elaboração de metas e indicadores, enquanto as sugestões para os próximos momentos formativos indicam forte demanda por oficinas de caráter prático. Esses achados fornecem subsídios diretos para o planejamento do V Momento Formativo e das ações de acompanhamento técnico junto aos municípios, reafirmando o compromisso do PRISME e da Rede ColaborAção Tocantins (RCT) com a construção participativa e qualificada dos Planos Municipais de Educação 2026-2036.

Coordenação de Monitoramento e Avaliação — PRISME

Palmas, maio de 2026

Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI) e APP PME

Meta 2. Realizar Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação

PROJETO. Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): *lócus* de trabalho do PRISME

- Modelagem de 1 (um) Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI), para a gestão do PRISME e o apoio aos processos de planejamento da educação municipal; e de institucionalização efetiva e gestão democrática de sistemas municipais de ensino/educação.
- Início da implantação do Sistema de Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação (SAMA) do PRISME e do PME no AVNEI e em um Aplicativo (App PME PRISME).
- Produção e difusão de conhecimentos teórico-práticos, sendo 4 (quatro) produtos de conhecimento (relatório do diagnóstico da educação em cada um dos municípios, coletânea PRISME, dossiê PRISME) a partir dos dados e metodologias do projeto, com foco na equidade e nos Planos Decenais de Educação (em finalização).

O ***Ambiente Virtual de Natureza Educativa Interativa (AVNEI)*** do PRISME é modelado em tempo real, para apoiar a gestão do Programa e para apoiar os Municípios na gestão da educação municipal e no movimento de elaboração do Diagnóstico da Educação e do PME, constituindo-se em uma infraestrutura estratégica para o Programa, não se limitando a hospedar conteúdos formativos, mas funcionando como um ambiente integrado de formação, acompanhamento, produção de evidências, comunicação, assessoramento técnico e apoio ao planejamento educacional municipal.

O AVNEI constitui, portanto, uma estratégia estruturante para a gestão e o desenvolvimento da formação continuada, na medida em que articula, em um mesmo ambiente, acompanhamento formativo com o apoio teórico-prático aos Municípios; dados e informações para o monitoramento e a avaliação, sistematização de informações para a produção de conhecimentos. Sua utilização amplia, portanto, as possibilidades de acompanhamento continuado dos participantes e dos Municípios, assim como da atuação dos formadores, favorecendo maior organicidade, continuidade e efetividade ao processo formativo e da gestão.

Da mesma forma, permite identificar dificuldades, pendências e necessidades diferenciadas de acompanhamento e monitoramento, subsidiando a atuação da gestão, das coordenações e dos formadores, e fortalecendo o processo de avaliação e replanejamento contínuos.

Ainda, o AVNEI constitui-se importante ferramenta de apoio à gestão da educação

municipal, especialmente, por possibilitar a articulação entre o processo de formação e os movimentos de elaboração do Diagnóstico da Educação Municipal e do PME. Nesse sentido, o ambiente pode orientar os Municípios na identificação, coleta, sistematização e análise de dados e informações educacionais, contribuindo para a construção de diagnósticos territorializados e fundamentados.

Essa articulação possibilita estabelecer uma relação orgânica entre diagnóstico, planejamento, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, evitando que o PME seja concebido como instrumento, meramente, formal ou burocrático. Ao contrário, o processo de elaboração do Plano passa a constituir uma oportunidade de aprendizagem institucional, na qual os sujeitos envolvidos desenvolvem capacidades para interpretar a realidade educacional, identificar desigualdades, estabelecer prioridades, formular objetivos, metas e estratégias e definir mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados.

O AVNEI, também, apresenta potencial para fortalecer a equidade como princípio orientador do planejamento educacional, ao favorecer a análise das desigualdades existentes entre territórios, escolas e diferentes grupos sociais. A disponibilização de indicadores, instrumentos e questões problematizadoras pode contribuir para que os Municípios não apenas produzam dados, mas desenvolvam a capacidade de interpretá-los,, criticamente e utilizá-los para orientar decisões e respostas diferenciadas às necessidades educacionais identificadas.

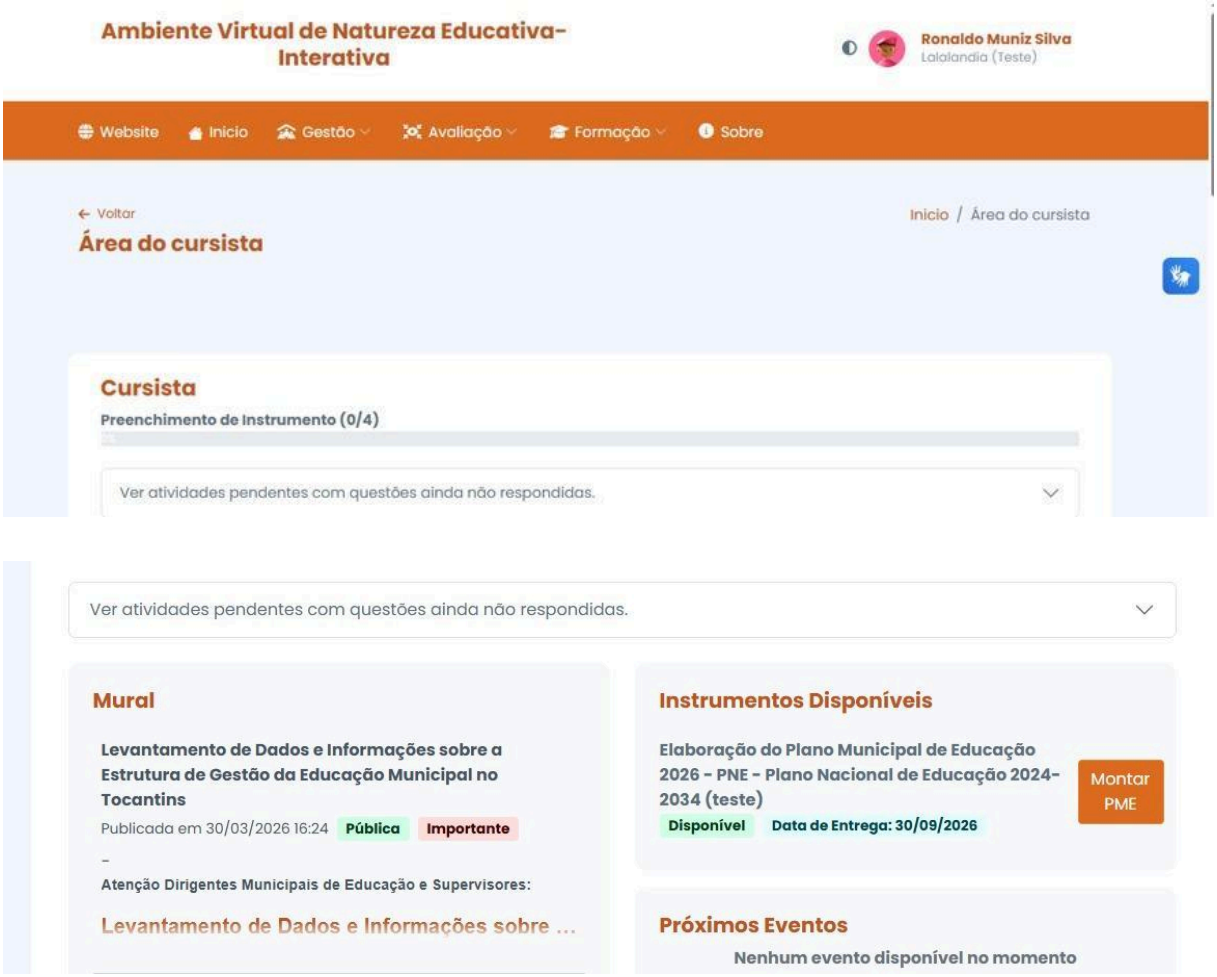
Outro aspecto relevante é a possibilidade de fortalecer a autonomia e a capacidade institucional dos Municípios. Ao disponibilizar metodologias, instrumentos, orientações e acompanhamento sistemático, o ambiente contribui para que os sujeitos locais se apropriem dos processos de diagnóstico e planejamento e desenvolvam competências que possam permanecer institucionalizadas para além do período de execução do Programa.

Nessa perspectiva, o AVNEI não deve ser compreendido apenas como uma plataforma tecnológica destinada à oferta de conteúdo ou ao registro de atividades. Ele se configura como um dispositivo pedagógico, formativo e de gestão, capaz de articular sujeitos, conhecimentos, dados, informações, instrumentos e processos em torno de objetivos comuns. Sua contribuição central reside, portanto, na possibilidade de integrar o percurso formativo às necessidades concretas dos Municípios e transformar a

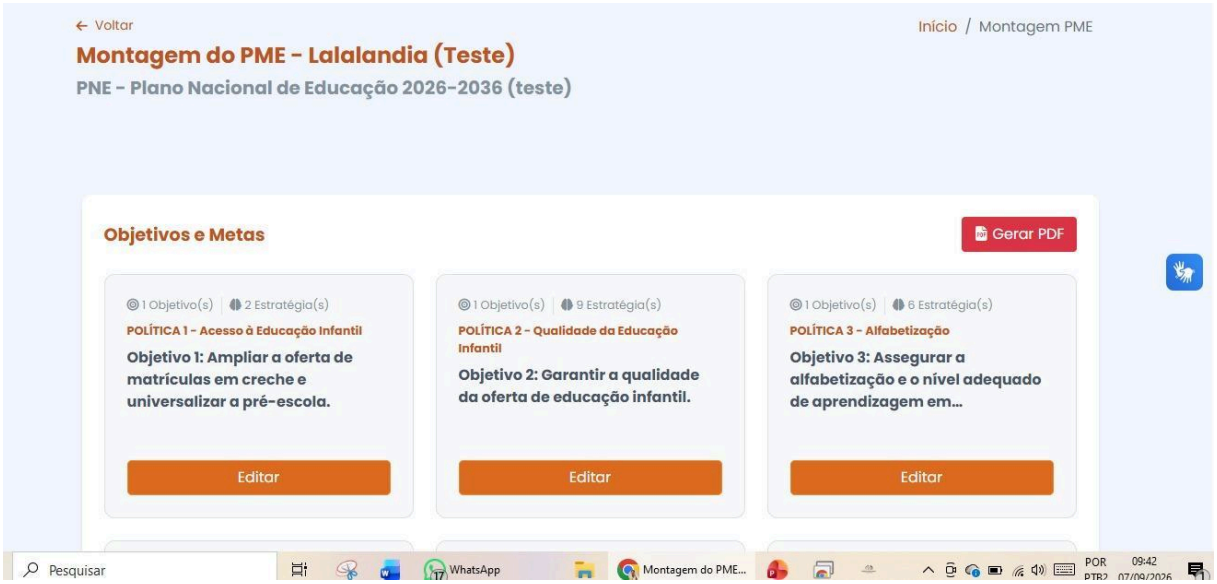
elaboração do Diagnóstico e do PME em processos, simultaneamente, formativos, participativos, territorializados, fundamentados e orientados pela equidade.

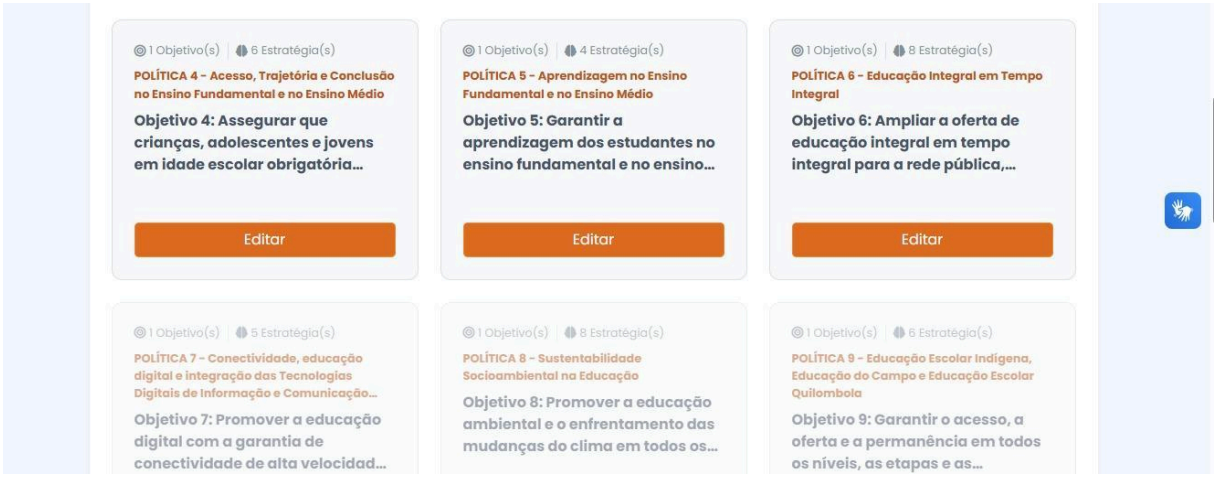
Assim, o AVNEI fortalece a concepção do PRISME como um processo contínuo de formação–ação–acompanhamento–monitoramento-avaliação–replanejamento, contribuindo para a qualificação da gestão educacional municipal, para o fortalecimento da capacidade técnica dos sujeitos envolvidos e para a construção de instrumentos de planejamento mais coerentes com as realidades, necessidades e desigualdades presentes nos diferentes territórios.

A seguir, apresentam-se alguns registros do AVNEI, a fim de exemplificar sua composição e os principais elementos que o integram.



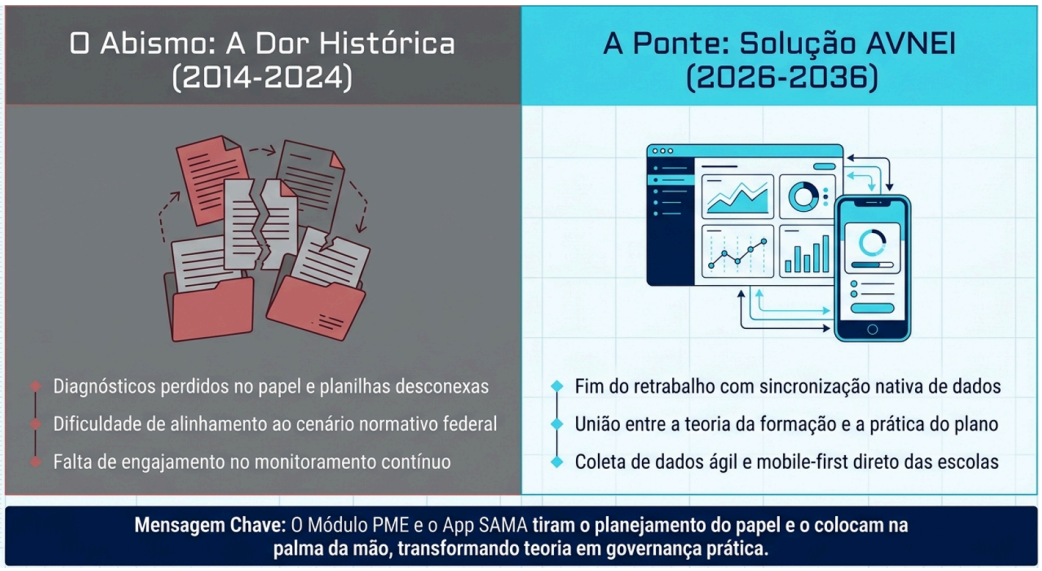
Atividade assíncrona III – iniciando a modelagem.



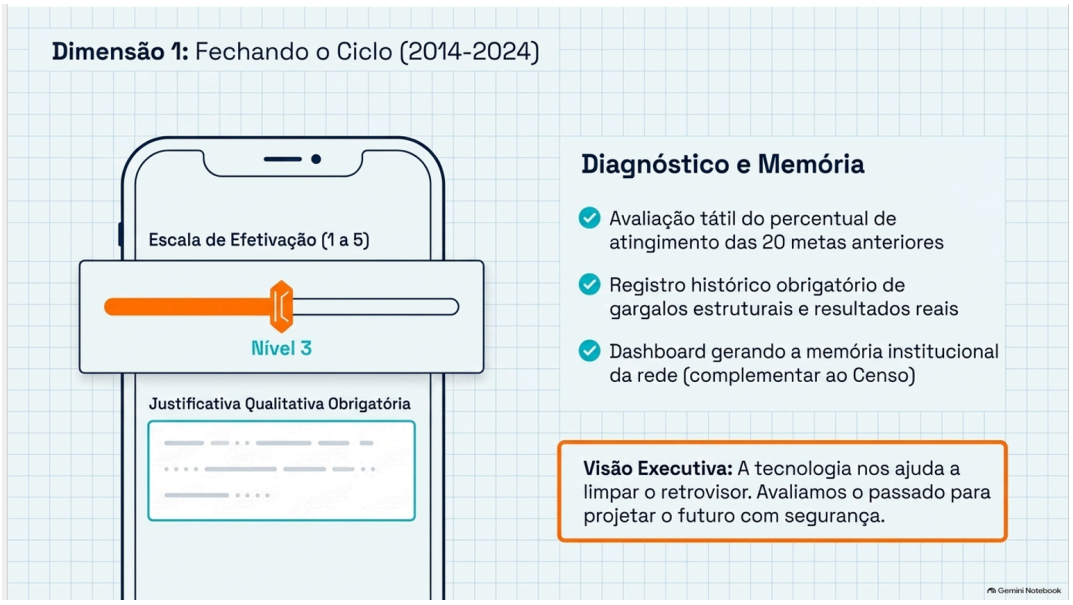


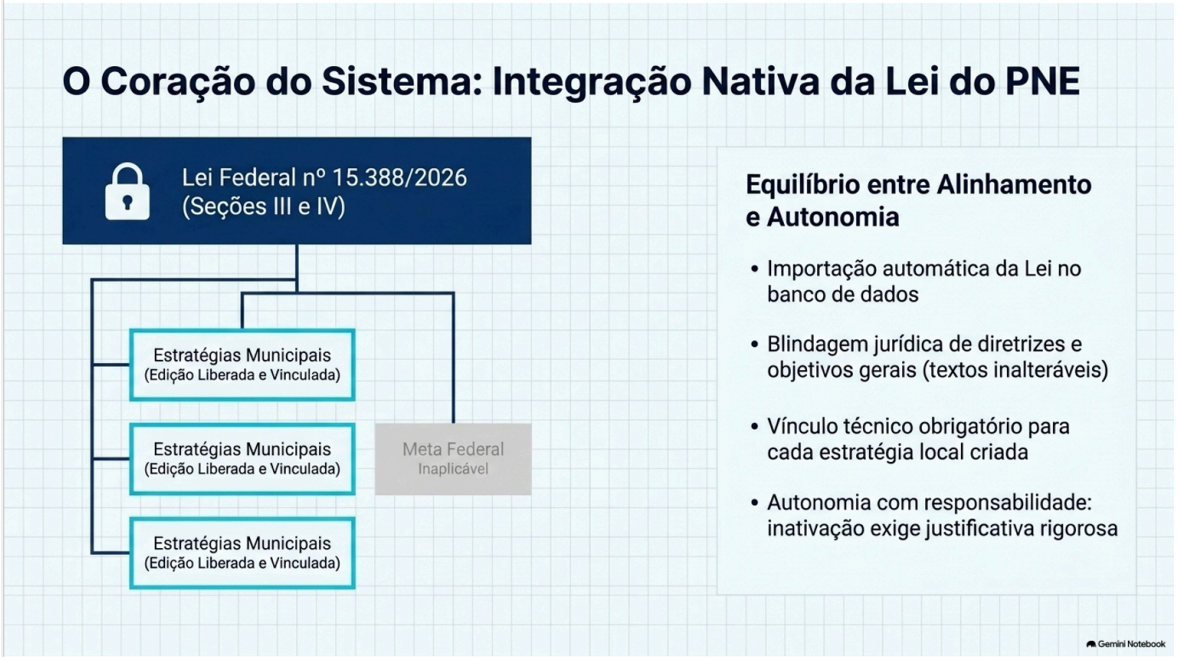
O ***Sistema de Elaboração, Acompanhamento Formativo, Monitoramento e Avaliação do PME (SAMA – APP PME PRISME),*** em modelagem, está integrado ao AVNEI e constitui uma ferramenta de apoio aos Municípios no fortalecimento dos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política educacional.

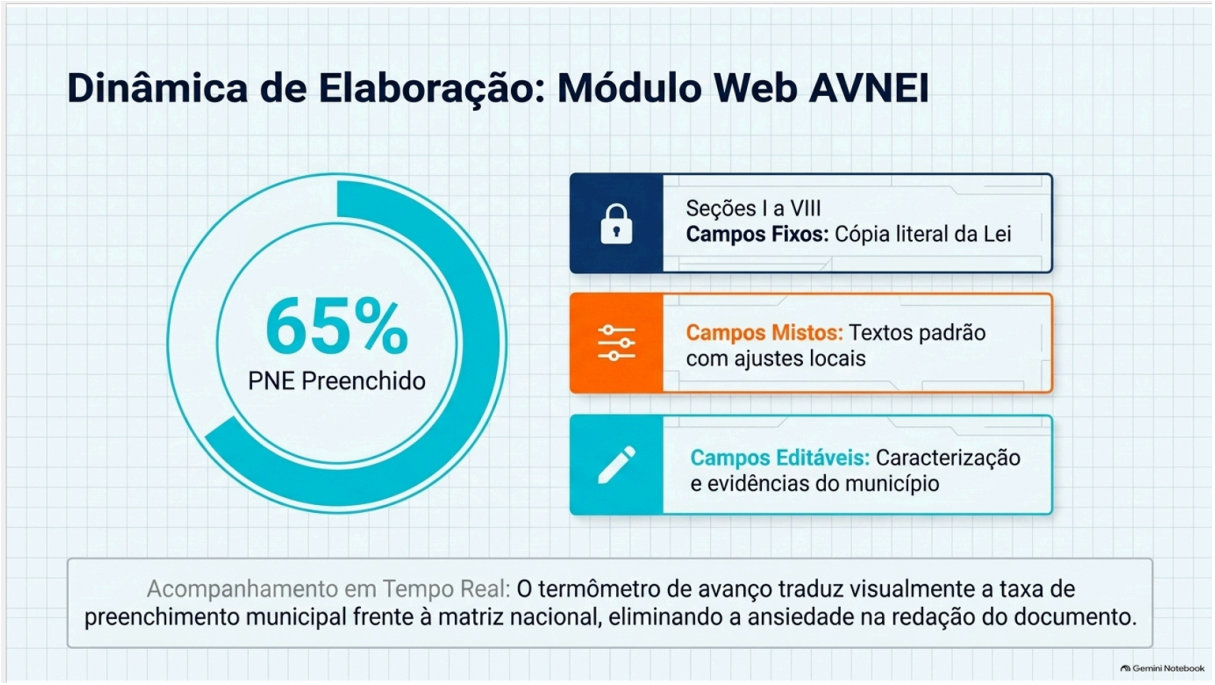
Em 2026, o sistema tem como finalidade apoiar os Municípios no processo de elaboração do Diagnóstico da Educação e do Plano Municipal de Educação (PME). Para 2027, está previsto o apoio aos processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME, bem como ao movimento de institucionalização do Sistema Municipal de Ensino, tendo o PME e a Equidade como elementos articuladores desses processos.


O Abismo: A Dor Histórica (2014-2024)
Diagnósticos perdidos no papel e planilhas desconexas
Dificuldade de alinhamento ao cenário normativo federal
Falta de engajamento no monitoramento contínuo
A Ponte: Solução AVNEI (2026-2036)
Fim do retrabalho com sincronização nativa de dados
União entre a teoria da formação e a prática do plano
Coleta de dados ágil e mobile-first direto das escolas
Mensagem Chave: O Módulo PME e o App SAMA tiram o planejamento do papel e o colocam na palma da mão, transformando teoria em governança prática.

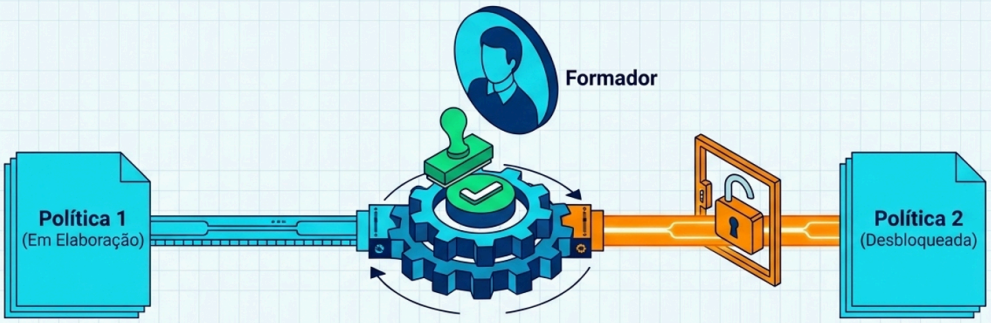
Arquitetura do Ecossistema Conectado
Módulo PME (Web Nativo): O Motor
• Estruturação textual
• Importação da lei
• Elaboração da matriz
Base Central AVNEI
Autenticação Única Institucional
App SAMA (Mobile-First): A Sonda
• Coleta ágil no campo
• Avaliação do ciclo passado
• Monitoramento bianual
Perspectiva Técnica: Duas portas de entrada, um único banco de dados protegido. O módulo web é o motor de engenharia do plano; o app é a sonda móvel que coleta a realidade.
Gemini Notebook


Dimensão 1: Fechando o Ciclo (2014-2024)
Escala de Efetivação (1 a 5)
Nível 3
Justificativa Qualitativa Obrigatória
Diagnóstico e Memória
Avaliação tátil do percentual de atingimento das 20 metas anteriores
Registro histórico obrigatório de gargalos estruturais e resultados reais
Dashboard gerando a memória institucional da rede (complementar ao Censo)
Visão Executiva: A tecnologia nos ajuda a limpar o retrovisor. Avaliamos o passado para projetar o futuro com segurança.
Gemini Notebook


O Coração do Sistema: Integração Nativa da Lei do PNE
Lei Federal nº 15.388/2026
(Seções III e IV)
Estratégias Municipais
(Edição Liberada e Vinculada)
Estratégias Municipais
(Edição Liberada e Vinculada)
Estratégias Municipais
(Edição Liberada e Vinculada)
Meta Federal
Inaplicável
Equilíbrio entre Alinhamento e Autonomia
• Importação automática da Lei no banco de dados
• Blindagem jurídica de diretrizes e objetivos gerais (textos inalteráveis)
• Vínculo técnico obrigatório para cada estratégia local criada
• Autonomia com responsabilidade: inativação exige justificativa rigorosa
Gemini Notebook


Dinâmica de Elaboração: Módulo Web AVNEI
65%
PNE Preenchido
Seções I a VIII
Campos Fixos: Cópia literal da Lei
Campos Mistos: Textos padrão com ajustes locais
Campos Editáveis: Caracterização e evidências do município
Acompanhamento em Tempo Real: O termômetro de avanço traduz visualmente a taxa de preenchimento municipal frente à matriz nacional, eliminando a ansiedade na redação do documento.
Gemini Notebook

O Papel do Formador: Validação Pedagógica e Stage-Gate



Nenhuma Aprovação no Escuro

- O PME não avança sem revisão humana especializada do Formador
- Validação pedagógica rigorosa feita bloco a bloco na plataforma
- **Trava de Navegação (RN 03):** A próxima etapa só é liberada após a aprovação da anterior
- **Homologação final** exige 100% de validação

Gemini Notebook

Dimensão 3: Monitoramento Bianual (App SAMA)

Sustentabilidade Diária do Plano

- Fim do documento de gaveta: o sistema força revisão e engajamento contínuo
- Rotina automatizada com travas de envio programadas rigorosamente a cada 2 anos
- Painéis visuais confrontando estratégias de processo vs. resultados efetivos no chão da escola
- Decisões corretivas baseadas em dados atualizados pelo conselho na palma da mão

Gemini Notebook

Governança de Dados e Perfis de Acesso
Autenticação Segura
(SSO Google / AVNEI)
Dirigente
(Visão Ampla do Ecossistema)
Equipe Técnica
(Edição e Elaboração)
Formador
(Validação e Aprovação)
Conselhos
(Monitoramento)
Controle Estrito de Autoria
Acesso exclusivo a usuários previamente qualificados e ativos no banco do AVNEI
Permissões granulares garantem que apenas quem possui autoridade edita os dados institucionais
Arquitetura controlada e escalável, dimensionada para 120 municípios prioritários
Gemini Notebook

A Esteira de Entregas: Cronograma Ágil (2026-2027)
Etapa 1:
Diagnóstico & Carga PNE
Liberação do Módulo Textual Web e Avaliação 2014-2024 rodando no app.
Etapa 2:
Elaboração & Matriz
Liberação da vinculação de estratégias, termômetro em tempo real e painel do Formador.
Etapa 3:
SAMA & Consolidação PDF
Módulo bianual instanciado e exportador dinâmico oficial ativo.
SAMA
PDF
Metodologia Segura: Entregas divididas em MVPs (Produto Mínimo Viável) com prazos claros, respeitando integralmente a janela pedagógica da gestão local.
Gemini Notebook

A Entrega Final: Consolidação Automatizada

O Fim do Retrabalho Textual

- **Eliminação total** do caos de arquivos (“**PME_Final_Versao3_Oficial.docx**”)
- Compilação dinâmica e imediata logo após **100% de validação** do formador responsável
- Geração de um documento com o plano do município em formato PDF.

Gemini Notebook

O Legado: De Documentos de Gaveta a Políticas de Estado

Tecnologia e inovação a serviço da Educação Municipal integrada e monitorável.

PRISME **AVNEI** **Rede RCT**

Gemini Notebook

Produção e Difusão de Conhecimentos Teórico-Práticos

No âmbito do PRISME, a formação continuada constitui um elemento estruturante das ações desenvolvidas, articulando-se à pesquisa, à produção intelectual e científica e à difusão do conhecimento. Essa perspectiva busca fortalecer a qualificação dos

processos educacionais e contribuir para o desenvolvimento socioeducacional do Tocantins e do Brasil.

Nesse contexto, encontram-se em desenvolvimento diferentes produções decorrentes das ações e experiências do Programa, com o propósito de sistematizar conhecimentos, registrar resultados e disseminar contribuições para a gestão e o planejamento educacional. Entre as produções, destacam-se:

- dois Relatórios do Programa;
- um Diagnóstico da Situação da Educação Municipal, com enfoque na equidade, por Município, em fase de finalização;
- uma Coletânea Temática do PRISME, em fase de finalização;
- um Dossiê do PRISME, em fase de organização; e
- um E-book do PRISME, em fase de organização.

Essas produções representam importantes instrumentos de sistematização, registro e disseminação dos conhecimentos construídos no âmbito do PRISME, contribuindo para a consolidação de uma cultura de formação, pesquisa e produção de conhecimento voltada ao fortalecimento da educação municipal.

A transparência e a publicidade são consideradas dimensões que dão legitimidade, visibilidade e possibilidade de controle social ao Programa, enquanto a produção de conhecimento permite que as experiências desenvolvidas deixem de ser apenas resultados internos e se convertam em referências capazes de subsidiar outras políticas, programas e práticas educacionais. Para um Programa como o PRISME, essas dimensões são, particularmente, relevantes, vez que não basta executar as ações previstas, mas torna-se necessário dar visibilidade os processos, resultados, aprendizagens, desafios e conhecimentos produzidos no percurso de sua execução.

A transparência e a publicidade das ações desenvolvidas constituem dimensões fundamentais da gestão de projetos e programas públicos, na medida em que possibilitam dar visibilidade aos processos realizados, aos resultados alcançados, aos desafios identificados e às estratégias adotadas para sua superação. Mais do que uma dimensão comunicacional, a publicização constitui mecanismo de prestação de contas, controle social, fortalecimento da legitimidade institucional e democratização das informações produzidas no âmbito do Projeto.

Nesse sentido, torna-se importante assegurar que os diferentes sujeitos e

instituições envolvidos tenham acesso às informações relativas ao desenvolvimento das ações, aos produtos construídos e aos resultados alcançados. A sistematização e divulgação dessas informações contribuem para conferir maior transparência à execução, fortalecer a responsabilidade institucional e possibilitar que os resultados sejam conhecidos e analisados para além da equipe diretamente envolvida na implementação.

Paralelamente, a produção e sistematização de conhecimento sobre as temáticas centrais do PRISME constitui dimensão estratégica para assegurar que as experiências acumuladas durante sua execução não se restrinjam ao cumprimento das atividades previstas. A prática desenvolvida nos territórios produz informações, aprendizagens, metodologias, desafios e possibilidades que, quando, devidamente, registradas, analisadas e sistematizadas, podem transformar-se em conhecimento capaz de subsidiar novos processos formativos e de planejamento educacional.

Nesse movimento, busca-se superar a compreensão de que a execução de um Programa produz apenas produtos e resultados imediatos. A experiência, também, pode produzir conhecimento institucional, científico, pedagógico e técnico, especialmente, quando submetida a processos sistemáticos de reflexão, análise e sistematização. Assim, estabelece-se uma relação dinâmica entre ação, registro, reflexão, produção de conhecimento e disseminação, fortalecendo a capacidade de aprendizagem do próprio Programa.

No caso do PRISME, essa perspectiva assume especial relevância em razão da complexidade das temáticas trabalhadas e da diversidade das realidades municipais. As experiências relacionadas à formação continuada, à gestão educacional, ao planejamento, ao diagnóstico da educação municipal, à elaboração dos PME, à participação social, à equidade e ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais constituem importante fonte de aprendizagem sobre os desafios e as possibilidades da gestão da educação nos diferentes territórios.

A produção e disseminação desse conhecimento podem contribuir para qualificar os processos formativos, aperfeiçoar metodologias e instrumentos, fortalecer a capacidade institucional dos Municípios e subsidiar futuras políticas e programas de formação e planejamento educacional. Ao mesmo tempo, possibilitam que os conhecimentos construídos a partir da experiência do Programa sejam compartilhados

com gestores, profissionais da educação, instituições formadoras e colaboradores, pesquisadores, órgãos públicos e demais atores interessados na melhoria da educação.

Desse modo, a transparência, a publicidade e a produção de conhecimento constituem dimensões complementares do Projeto: enquanto a primeira assegura visibilidade, acesso à informação e responsabilidade pública, a segunda possibilita transformar a experiência acumulada em conhecimento, socialmente, compartilhável e, institucionalmente, útil. A articulação dessas dimensões contribui, portanto, para que os resultados do PRISME ultrapassem o período de sua execução, constituindo memória, aprendizagem e referências para o fortalecimento da gestão educacional e das políticas públicas de educação.

A seguir, apresenta-se, a título de exemplificação, uma das produções do PRISME, que se encontra em fase de finalização: o **Caderno Temático**, intitulado **"Planos Municipais de Educação do Tocantins no Movimento de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Educação"**.

APRESENTAÇÃO

Este Caderno busca sistematizar e difundir a produção acadêmico-científica do Programa de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação do Tocantins (Prisme) na perspectiva da indissociabilidade entre teoria e prática no campo das políticas públicas educacionais. As reflexões aqui apresentadas tomam como referência o processo e as temáticas que constituem a formação do coletivo e dos cursistas Prisme e tem como foco a elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME).

Sob a ótica da gestão democrática e do regime de colaboração estabelecido pela legislação brasileira, a produção em tela converge para o apoio técnico-pedagógico relacionado à elaboração do PME, instrumento imprescindível à consolidação de políticas educacionais, localmente, situadas. Nesse sentido, o presente material, de caráter instrutivo-formativo, consubstancia a síntese das discussões e encaminhamentos necessários à estruturação dos PME com vistas a aprofundar a análise e a mediação das temáticas atinentes à sua elaboração.

O conjunto de textos acadêmico-científicos que compõem este Caderno visa

promover o debate normativo e teórico-metodológico alinhado ao campo científico que sustenta o Prisme e direciona-se aos seus participantes e aqueles que desejam conhecer o referido Programa, que visa, sobretudo, contribuir com a transformação das relações concretas estabelecidas no âmbito dos municípios na perspectiva da garantia do direito à educação e da gestão democrático-participativa.

À luz desse entendimento o texto de Ronaldo Muniz Silva, Rosilene Lagares e Ângela Silva — intitulado "**Planejamento educacional em sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins: movimentos para a garantia do direito à educação "** — problematiza a gestão educacional local e tem por objetivo debater o planejamento da educação nos Sistemas Municipais de Ensino (SME) do Tocantins com vistas à garantia do direito à educação. Os autores ressaltam o papel do Prisme como indutor desse processo por meio da prestação de apoio técnico aos municípios para o fortalecimento de sua autonomia e cumprimento de suas atribuições legais, sob a égide do regime de colaboração entre os entes federados.

No texto "**Gestão democrática e planejamento participativo dos SME: desafios teórico-práticos de mobilização da comunidade educacional/escolar na elaboração dos PME"**, Paulo Fernando de Melo Martins e Jemima Gertrudes Barreira Cavalcante discutem a gestão democrática na educação pública como princípio constitucional. A partir da experiência do PRISME/UFT, o estudo contextualiza a temática sob a égide do ordenamento jurídico brasileiro inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e reforçado pela legislação infraconstitucional correlata. Nesse âmbito, destaca a participação coletiva como pressuposto indispensável à formulação dos Planos Municipais de Educação (PME) e dos Projetos Político-Pedagógicos no contexto dos Conselhos Escolares e demais instâncias que integram os sistemas municipais de ensino/Educação (SME). O texto adverte, contudo, que o maior desafio da gestão contemporânea reside na consolidação de ambientes escolares genuinamente participativos — uma empreitada complexa, porém, indispensável para contribuir com a superação da histórica e frágil convivência democrática no âmbito da sociedade brasileira.

O terceiro texto, intitulado "**O desafio da garantia do direito à educação de jovens e adultos (EJA) nos Planos Municipais de Educação"**, de autoria de Regivane Martins Ambrózio Silva, Celestina Maria Pereira de Souza e Diogo Teixeira de Castro

Silva, problematiza a educação de Jovens e adultos à luz do monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e de aportes teóricos contra hegemônicos. Os autores ressaltam a urgência de realização, por parte dos entes federados, de diagnósticos locais precisos, que permitam a formulação de estratégias capazes de garantir a democratização, o financiamento adequado e a efetivação da EJA como um bem social indispensável à garantia do direito à educação a toda a população brasileira.

O texto "**A Metodologia da Resolução de Problemas na elaboração dos Planos Decenais de Educação",** de Ítalo Bruno Gonçalves, Meire Lúcia Andrade, Roberto Carvalho e Rosilene Lagares, discute os elementos teórico-práticos do desenvolvimento dessa abordagem metodológica junto à maioria dos municípios do estado do Tocantins no processo de elaboração dos Planos Decenais de Educação (2026 a 2036). Os autores defendem que a metodologia em questão supera diagnósticos genéricos, amplia a capacidade de definição de prioridades e qualifica a construção de metas e estratégias técnica e politicamente viáveis no planejamento da educação municipal. Assim, os PME elaborados nessa perspectiva transcendem a condição de meras cartas de intenções e consolidam-se como instrumentos legítimos de planejamento e gestão fundamentados no compromisso concreto com a superação das desigualdades educacionais e a transformação da realidade social.

Na sequência, o texto de Paulo Vinicius Santos Sulli Luduvice e Rosilene Lagares, intitulado **“Os novos planos municipais de educação e as diretrizes gerais para elaboração dos planos decenais de educação: o que o descumprimento do PNE (2014-2024) nos ajuda a entender?”** objetiva analisar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Projeto de Lei nº 2614/2024 e discutir seus potenciais impactos e repercussões no processo de elaboração e execução dos Planos Municipais de Educação (PME). Os autores buscam compreender em que medida tais diretrizes atuam como vetores de orientação ou fatores de limitação ao planejamento educacional no âmbito das diferentes esferas federativas. Em síntese, concluem que a mera formulação de normas não assegura a efetivação das políticas públicas educacionais, pois, no capitalismo dependente os entraves estruturais postos à educação como o subfinanciamento, as fragilidades federativas e a fragmentação socioeconômica inviabilizam as políticas educacionais, a exemplo do PNE anterior. A superação de tais entraves, por sua vez, exige a integração do planejamento educacional a um projeto

nacional de desenvolvimento com garantia de recursos estáveis e fortalecimento da mobilização social.

Sob o título **"Níveis de realização e obstáculos à garantia do direito a educação em municípios do Tocantins referenciados nos PME: contradição entre as políticas planejadas e realizadas"** o texto de Roberto Carvalho, Doracy Aguiar, Meyrivane Arraes e Venícios Kassiano Linden trata da garantia do direito à educação a partir do desenvolvimento das políticas educacionais no âmbito de 95 Sistemas Municipais de Educação (SME) do Tocantins, tomando como base os Planos Municipais de Educação (PME) 2015-2025 referenciados no Plano Nacional de Educação do mesmo decênio. A pesquisa teve por objetivo central compreender as condições relativas ao desenvolvimento das políticas de *acesso educacional, valorização dos profissionais da educação básica e a organização legal e regimental dos municípios diante da legislação vigente* e apresenta um diagnóstico sobre o nível de execução das políticas planejadas pelos municípios e os obstáculos que se impõem à sua efetivação. O estudo indicou que apenas 34,3% das políticas educacionais atingiu plena execução, enquanto a maioria (65,7%) tem sido limitada por entraves estruturais que se concentram-se na precariedade da infraestrutura básica, na inadequação da formação docente, na centralização da gestão financeira e em pressões político-institucionais, como a privatização e a descontinuidade governamental.

Por meio do texto **"Planos municipais de educação na perspectiva do controle democrático-participativo: síntese diagnóstica ilustrativa das regionais Prisme de colinas e Paraíso do Tocantins"** Doracy Aguiar, Meyrivane Arraes, Roberto Carvalho e Venícios Kassiano Linden buscam aprofundar o conhecimento acerca da educação municipal nas regionais de Colinas e Paraíso do Tocantins. O estudo explicita os níveis de realização das políticas educacionais expressas nos PME de 21 municípios e a persistência de obstáculos financeiros, humanos e ideológicos que se impõem à sua efetivação. Na perspectiva do controle democrático participativo tais obstáculos sinalizam para a necessidade de maior participação da sociedade no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação dos PME como forma de assegurar o direito à educação de qualidade socialmente referenciada, publica, laica, inclusiva e democrática.

A Metodologia da resolução de problema proposta pelo Ministério da Educação (MEC) para a construção do PNE e dos planos estaduais e municipais de educação ganha

centralidade no texto **"Elaboração de Planos Municipais de Educação (PME): objetivos e metas estruturantes da educação municipal para a próxima década com base nos problemas e causas expressas"** de Maria Raimunda Cerqueira e Ângela Noleto Silva. O texto aborda a formulação dos PME não como mera burocracia, mas como um processo vivo, democrático e focado na transformação da realidade local que se ancora na metodologia de resolução de problemas. O uso dessa metodologia, no entendimento das autoras, "confere ao planejamento educacional uma dimensão dinâmica e participativa na medida em que convoca os sujeitos envolvidos, gestores, docentes, estudantes, conselhos e comunidade a atuarem de forma colaborativa no processo de identificação, análise e superação dos desafios, fortalecendo o princípio constitucional da gestão democrática".

O texto Deyvison Bispo Oliveira Santos, que se apresenta sob o título: "**Estratégias propostas para as políticas da educação municipal com base nos problemas e causas expressas no diagnóstico",** discute o papel das estratégias como elemento fundamental na construção do PME. Segundo o autor, as estratégias tornam-se o elemento central e decisivo do plano decenal, pois conectam o diagnóstico à ação governamental, superando a lógica meramente técnica para construir políticas públicas intencionais, fundamentadas em evidências e verdadeiramente comprometidas com a transformação social e a equidade.

Dando continuidade à discussão, o texto **"Elaboração de planos municipais de educação: esboço síntese do diagnóstico, diretrizes, objetivos, metas e estratégias" d**e Robson Vila Nova e Raimundo Rodrigues aborda os diversos elementos que devem estar presentes no PME. Sob o prisma do método materialista histórico-dialético, referencial que baliza o movimento formativo do Prisme no Tocantins – os autores defendem que o planejamento educacional pressupõe um diagnóstico crítico capaz de apreender a totalidade e as determinações estruturais que geram as desigualdades educativas, superando a mera descrição fenomênica de dados. Nesse sentido, configura-se como uma práxis política e histórica de intervenção na realidade social por meio do estabelecimento de diretrizes, objetivos, metas e estratégias decenais que buscam dar respostas conscientes às contradições concretas dos territórios e resgatar a centralidade da gestão democrática e da participação social como dimensões constitutivas da política pública educacional. Essa configuração do PME busca torná-lo

um instrumento legítimo de disputa hegemônica, emancipação humana e universalização do direito à educação pública.

Alinhado às diretrizes da SASE/MEC e à legislação nacional relativa à Metodologia de elaboração do PNE e dos planos estaduais e municipais, o texto de Ana Cleia Gomes e Rute Soares Rodrigues se debruça sobre a "**Elaboração de Planos Municipais de Educação à luz do guia metodológico SASE/MEC/2025".** O texto tem como objetivo contextualizar a elaboração dos planos municipais de educação (PMEs), visando construir um instrumento que subsidie os municípios no processo de formulação de suas novas diretrizes. Para tanto, aborda as quatro etapas fundamentais do processo de elaboração do PME, que são: 1ª - estabelecimento de mecanismos de coordenação e participação social; 2ª - elaboração do diagnóstico da situação educacional do município; 3ª - elaboração de objetivos, metas e estratégias para o Plano; e 4ª - estruturação da peça jurídica para aprovação e sanção do legislativo. Esse processo busca consolidar o PME como um instrumento estratégico indispensável para guiar a gestão e assegurar o desenvolvimento contínuo do ensino municipal.

Para finalizar, a reflexão feita no texto "**Planos municipais de educação: acompanhamento, monitoramento e avaliação"** de Katia Brito e Joildy Brito chama atenção para o planejamento da educação municipal como um ato formativo intencional e exercício consciente da práxis, no qual teoria e prática se interrelacionam dialeticamente. Sob a perspectiva histórico-crítica de Saviani, os autores afirmam que a prática social emerge como ponto de partida e de chegada do planejamento da ação educativa, conferindo direção política e pedagógica às decisões municipais. Assim, as dimensões de elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME não operam de forma isolada, mas integram-se como um movimento dinâmico e permanente de diálogo que fortalece a capacidade institucional, a autonomia dos sistemas de ensino e a gestão democrática por meio do controle social exercido, espacialmente, pelos Fóruns Municipais de Educação.

Desafios no Prisme: das Dificuldades e Decisões do Processo

No âmbito do PRISME, no período de 12/2025 e 08/2026, foram identificados alguns fatores que limitaram a participação e a efetividade das ações nos municípios, sendo os principais:

- Desafios teórico-práticos dos municípios para a incorporação da equidade como princípio estruturante do movimento de diagnóstico e de elaboração dos PME;
- cumprimento parcial das atividades assíncronas por parte de alguns municípios, comprometendo a continuidade e a integralidade do processo formativo;
- Insuficiente participação e apoio dos dirigentes municipais de educação no acompanhamento e no desenvolvimento das atividades assíncronas no âmbito dos sistemas e redes municipais de ensino;
- Limitações no apoio financeiro por parte de algumas gestões municipais, especialmente, para viabilizar a participação dos cursistas nos momentos formativos presenciais em Palmas;
- Dificuldades de acesso, sistematização e disponibilização de dados e informações educacionais locais, necessários à elaboração de diagnósticos consistentes sobre a realidade da educação municipal;
- Fragilidades na participação social em parte dos municípios, particularmente, nos processos de mobilização, discussão e construção coletiva dos PME;
- Interferências decorrentes da atuação de consultorias privadas na elaboração dos PME, em alguns casos apresentando orientações ou procedimentos que divergem das concepções, metodologias e diretrizes estabelecidas pelo PRISME, o que pode gerar conflitos de orientação e comprometer a coerência do processo de construção dos planos.

Em se tratando de dificuldades internas ao PRISME, observou-se participação insuficiente de parte de alguns formadores nas atividades de formação continuada, evidenciada pela baixa assiduidade às reuniões formativas virtuais semanais; pela participação limitada nos encontros presenciais; pela morosidade ou ausência de devolutivas aos municípios quanto ao acompanhamento e à realização das atividades assíncronas propostas; pelas respostas dos formadores às atividades assíncronas dos Municípios por intermédio exclusivo de Inteligência Artificial desconsiderando os critérios de acompanhamento do PRISME.

Diante das dificuldades identificadas no desenvolvimento das atividades do Programa, foram adotadas medidas de acompanhamento, avaliação e formação continuada, com o propósito de fortalecer a participação dos municípios, qualificar a atuação do coletivo e assegurar a execução das ações previstas no objeto do Projeto.

Entre as principais medidas adotadas, destacam-se:

- Realização de reuniões sistemáticas de acompanhamento e avaliação, com a participação do Coletivo responsável pelo desenvolvimento do Programa, destinadas ao monitoramento do cumprimento das atividades, à identificação de dificuldades e pendências, à análise dos resultados alcançados e à definição de estratégias de intervenção e encaminhamentos necessários;
- Intensificação do acompanhamento dos municípios, especialmente, quanto à realização das atividades assíncronas, à elaboração dos diagnósticos educacionais e ao desenvolvimento das etapas previstas para a construção dos Planos Municipais de Educação, buscando orientar os participantes e reduzir situações de atraso ou não cumprimento das atividades;
- Fortalecimento da comunicação e da orientação aos dirigentes municipais de educação e demais participantes, mediante esclarecimentos, orientações técnicas e reforço quanto à importância da participação dos diferentes atores municipais, para a efetividade do processo formativo e de planejamento educacional;
- Realização de ações de formação continuada do Coletivo do PRISME, com vistas ao aperfeiçoamento permanente dos formadores, ao alinhamento conceitual e metodológico das ações e à qualificação do acompanhamento realizado junto aos municípios;
- Utilização das reuniões de formação continuada para alinhamento das orientações e procedimentos, buscando assegurar maior unidade na atuação dos formadores, especialmente, no acompanhamento das atividades assíncronas e nas orientações destinadas aos municípios;
- Acompanhamento e avaliação periódica da atuação dos formadores, considerando a assiduidade, a participação nas atividades formativas e a realização das devolutivas aos municípios, de modo a identificar fragilidades e promover os ajustes necessários ao desenvolvimento das ações;

- Reorientação e reforço das estratégias de acompanhamento, sempre que identificadas dificuldades relacionadas à participação municipal, à disponibilidade de dados e informações, à mobilização social ou à execução das atividades previstas.

Em relação aos desafios teórico-práticos dos municípios para a incorporação da equidade como princípio estruturante do movimento de diagnóstico e de elaboração dos Planos Municipais de Educação, embora o reconhecimento da equidade esteja presente no discurso e nos marcos orientadores das políticas públicas de educação, sua tradução em práticas concretas de planejamento, gestão, financiamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação, ainda, constitui um importante desafio para os sistemas municipais de ensino.

Entre os principais desafios, destaca-se a necessidade de compreender as desigualdades educacionais em sua dimensão multidimensional e territorial, considerando que os municípios apresentam diferentes condições socioeconômicas, demográficas, culturais, territoriais e institucionais. Nesse sentido, promover equidade implica superar uma concepção de tratamento homogêneo dos sujeitos e territórios e avançar para estratégias diferenciadas, capazes de reconhecer necessidades distintas e assegurar condições efetivamente mais justas de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

No plano prático, essa perspectiva exige dos municípios maior capacidade para produzir, interpretar e utilizar dados educacionais desagregados, identificando desigualdades relacionadas, entre outros aspectos, à localização territorial, às condições socioeconômicas, às características das populações atendidas, às etapas e modalidades de ensino e às condições de oferta educacional. A ausência ou fragilidade desses dados dificulta a elaboração de diagnósticos territorializados e, consequentemente, a definição de metas e estratégias para os Planos capazes de enfrentar desigualdades específicas.

Outro desafio refere-se à incorporação da equidade aos instrumentos de planejamento educacional, especialmente, aos Planos Municipais de Educação e aos instrumentos de gestão das redes de ensino. Isso requer superar uma abordagem, meramente, formal ou normativa e assegurar que o princípio da equidade esteja, efetivamente, presente na definição de prioridades, na alocação de recursos, na organização da oferta, na formação dos profissionais da educação, na gestão pedagógica

e no acompanhamento dos processos e dos resultados.

Também, se identificaram desafios relacionados à participação social e à construção coletiva das políticas educacionais. A promoção da equidade demanda o diálogo e a participação de diferentes segmentos da comunidade educacional e da sociedade, especialmente, daqueles grupos e territórios, historicamente, mais vulnerabilizados. Nesse sentido, fortalecer os espaços democráticos de participação constitui condição importante para que os diagnósticos e as decisões municipais expressem as diferentes realidades existentes no território e contribuam para a redução das desigualdades educacionais.

Assim, o trabalho desenvolvido pelo PRISME evidenciou que promover equidade na educação constitui, simultaneamente, um desafio conceitual, político, técnico e pedagógico. Exige dos municípios não apenas o domínio dos marcos legais e conceituais, mas, também, capacidade político-institucional para transformar esses referenciais em políticas, programas, ações e práticas de gestão orientadas pela identificação das desigualdades e pela adoção de respostas diferenciadas. Nesse processo, a formação continuada e o assessoramento técnico assumem papel estratégico, ao favorecerem a apropriação crítica do conceito de equidade e sua materialização nos processos de planejamento, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas educacionais municipais.

As medidas adotadas contribuíram para mitigar as dificuldades identificadas, fortalecer a articulação entre o Coletivo do PRISME e os municípios e assegurar a continuidade das ações previstas, mantendo a centralidade no cumprimento do objeto do Projeto e na consecução dos resultados estabelecidos.

Considerações Finais

No período compreendido entre dezembro de 2025 e agosto de 2026, o Programa PRISME desenvolveu suas ações em consonância com os objetivos, metas, estratégias e cronograma estabelecidos no Plano de Trabalho, promovendo um conjunto articulado de atividades formativas, de acompanhamento, monitoramento e avaliação e orientações e assessoramento aos municípios participantes e ao seu Coletivo de profissionais.

A execução do Programa possibilitou o fortalecimento dos processos de formação continuada, planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política educacional municipal, contribuindo para a qualificação dos sujeitos envolvidos na gestão da educação e para o aprimoramento dos processos de diagnóstico e elaboração do Plano Municipal de Educação tendo a equidade como centralidade. As ações realizadas, também, favoreceram a articulação entre os diferentes atores dos sistemas e redes municipais de ensino, inscritos no Programa, estimulando a participação, o diálogo e a construção coletiva no âmbito da política educacional.

Embora tenham sido identificadas dificuldades relacionadas à participação de alguns municípios, ao acesso a dados e informações educacionais, à mobilização social, ao apoio das gestões municipais e à participação de parte do Coletivo de formadores, foram adotadas medidas de acompanhamento, monitoramento e avaliação e formação continuada, que permitiram enfrentar os principais entraves, promover os ajustes necessários e assegurar a continuidade das ações previstas.

Os instrumentos de monitoramento e as reuniões sistemáticas de acompanhamento e avaliação constituíram importantes mecanismos de gestão do Programa, possibilitando a identificação tempestiva de dificuldades, a definição de encaminhamentos e o alinhamento das ações entre a gestão, os formadores, os assistentes e os municípios. De forma complementar, as ações de formação continuada contribuíram para fortalecer a capacidade teórico-prática do Coletivo e assegurar maior unidade conceitual e metodológica no desenvolvimento das atividades.

Em se tratando da temática da equidade, frente aos desafios identificados, o entendimento é que torna-se necessário avançar de uma compreensão, predominantemente, normativa para sua incorporação efetiva aos processos de

planejamento, gestão, financiamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais municipais. Para tanto, algumas medidas de reversão podem ser adotadas pelos municípios, articuladamente, com as instâncias estaduais e federais de apoio e cooperação.

Em primeiro lugar, faz-se necessário fortalecer a formação continuada dos gestores, técnicos, demais profissionais da educação e representantes dos órgãos colegiados, tendo a equidade como eixo estruturante. Essa formação deve possibilitar a apropriação conceitual do princípio da equidade e, sobretudo sua tradução em decisões concretas de política educacional, considerando as desigualdades territoriais, sociais, econômicas, culturais e educacionais existentes em cada município.

Outra medida fundamental consiste em qualificar a produção, sistematização e análise de dados educacionais, ampliando a capacidade técnica dos municípios para identificar desigualdades e grupos que demandam maior atenção do poder público. Recomenda-se a continuação da construção de diagnósticos educacionais territorializados, com utilização de indicadores de acesso, permanência, trajetória escolar, aprendizagem, infraestrutura, profissionais da educação e condições socioeconômicas, sempre que possível com dados desagregados que permitam visualizar desigualdades entre territórios e grupos populacionais.

É igualmente necessário incorporar, explicitamente, a equidade aos Planos Municipais de Educação e aos demais instrumentos de planejamento e gestão, fazendo com que o princípio oriente a definição de diretrizes, metas, estratégias, ações e indicadores. Para isso, as metas municipais devem ser acompanhadas de estratégias capazes de enfrentar desigualdades, concretamente identificadas, evitando que o planejamento se limite à expansão ou manutenção homogênea da oferta educacional.

No campo do financiamento, impõe-se aperfeiçoar os critérios de distribuição e aplicação dos recursos educacionais, de modo que situações de maior vulnerabilidade possam receber respostas, proporcionalmente, maiores. A perspectiva da equidade pressupõe reconhecer que a igualdade formal na distribuição de recursos pode reproduzir desigualdades preexistentes quando as condições de partida dos territórios e das escolas são distintas.

Também, se mostra necessária a institucionalização de mecanismos permanentes de acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas sob a perspectiva da equidade. Nesse sentido, os municípios podem estabelecer indicadores específicos para acompanhar a redução das desigualdades educacionais e utilizar os resultados do monitoramento para revisar estratégias, redirecionar recursos e aperfeiçoar as ações implementadas.

Outra medida de reversão consiste no fortalecimento da participação social e dos espaços democráticos de deliberação, especialmente, dos Conselhos Municipais de Educação, dos Fóruns Municipais de Educação, das conferências e demais instâncias de participação e controle social. A participação de diferentes segmentos sociais deve ser compreendida não apenas como requisito formal, mas como estratégia para reconhecer demandas, territórios e grupos que, muitas vezes, permanecem invisibilizados nos processos tradicionais de planejamento e gestão da educação.

É importante, ainda, fortalecer a articulação intersetorial, considerando que parte significativa das desigualdades educacionais possui determinantes que ultrapassam o campo específico da educação. A cooperação entre educação, assistência social, saúde, cultura, esporte e demais políticas públicas pode contribuir para respostas mais integradas às condições que afetam o acesso, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Por fim, diante da diversidade de capacidades técnicas e institucionais entre os municípios, recomenda-se fortalecer o regime de colaboração e o assessoramento teórico-prático continuado, evitando soluções padronizadas para realidades distintas.

O apoio deve considerar as especificidades territoriais e as diferentes condições de cada sistema municipal de ensino, favorecendo a construção de capacidades locais para que os próprios municípios possam diagnosticar seus problemas, estabelecer prioridades, formular respostas e acompanhar seus processos e resultados.

Desse modo, a reversão dos desafios relacionados à equidade exige uma mudança progressiva na cultura de planejamento, elaboração dos planos decenais e gestão educacional, deslocando a centralidade de uma perspectiva de oferta homogênea para uma lógica de atenção diferenciada às desigualdades. Trata-se de assegurar que as diferenças existentes entre municípios, sujeitos, escolas e territórios

sejam consideradas na formulação e efetivação das políticas públicas, de modo que todos tenham condições efetivas de exercer o direito humano à educação com qualidade social, participação, permanência e aprendizagem.

Dessa forma, considerando o conjunto das ações desenvolvidas e os resultados alcançados no período de 12/2025 a 08/2026, conclui-se que o PRISME cumpriu os objetivos e as metas estabelecidos no Plano de Trabalho, observadas as especificidades e os desafios próprios da execução de um programa de abrangência municipal e de caráter colaborativo. As atividades realizadas demonstram a efetividade das estratégias adotadas e evidenciam a contribuição do Programa para o fortalecimento da gestão educacional municipal, do planejamento e da cooperação entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos na implementação das políticas públicas de educação.

Assim, o período de execução foi marcado pela consolidação das ações previstas, pelo fortalecimento dos processos formativos e pela ampliação da capacidade dos municípios para o planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação de suas políticas educacionais e, especificamente, de seus Planos Decenais de Educação, reafirmando a relevância do PRISME como estratégia de apoio teórico-prático e formativo à gestão da educação municipal no Tocantins e de fortalecimento do regime de colaboração.

Nesse processo, o PRISME pode contribuir não apenas mediante a oferta de formação e orientação teórico-prática, mas, também, pelo fortalecimento da capacidade político-institucional dos municípios, para transformar o diagnóstico das desigualdades em decisões de política pública, articulando equidade, planejamento, participação social, financiamento, cooperação interfederativa e avaliação.

PRISME

EDUFT
Conhecimento na palma da mão

Rede ColaborAção Tocantins
FORMAÇÃO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO